À muito prezada irmã na Fé Altruísta

D. Sílvia Carneiro,

Como lembrança dos dias

9 Arquimedes e 24 S. Paulo 122 / 3 Abril e 13 Junho 1910,

Oferece respeitosamente

Armando Esteves

Apontamentos

tomados nas aulas de

Filosofia Primeira

No curso feito pelo Sr. R. Teixeira Mendes para moças em

Abril de 1908

Copiadas ipsis verbis e compiladas sem nenhuma modificação.

1º. e 2º. Grupos.

Rio de janeiro

112-1910

AVISO AO LEITOR

Limitei-me, neste trabalho, a compilar, arrumando-os na ordem que me pareceu mais lógica, trechos que extraí de notas tomadas em aula por diversas pessoas, e que transcrevi *ipsis verbis*. Tomei um dos cadernos (cujo texto se acha aqui integralmente conservado) para guia, completando-o com as variantes dos outros, e com o que neles encontrei a mais.

Muitas passagens me pareceram sem sentido, incompletas, etc.; mas julguei dever reproduzi-las fielmente, como foram entendidas pelos ouvintes, para serem aproveitadas por alguém que quiser reconstruir tanto quanto possível o curso de 1908 — tarefa que não me propus.

Dividi as lições em partes e números, de acordo com as notas do autor das mesmas, e, a partir de Abril de 1908, dei os títulos dessas partes e números.

Às vezes substituí palavras que faltavam por pontinhos; encerrei os trechos das notas acessórias entre linhas inclinadas /.../; pus entre parênteses palavras ou frases que não pude ler bem; etc.

O trabalho datilográfico está tão imperfeito devido às circunstâncias desfavoráveis em que foi executado; e o mesmo digo da ortografia.

A 2ª Lição, relativa à teoria da abstração, que fora apanhada taquigraficamente, acha-se aqui reproduzida na íntegra, de acordo com o texto fornecido pelo Sr. Eurico Jacy Monteiro de Oliveira, que limitei-me a dividir em partes e números, e cuja exatidão tive mais uma vez ocasião de verificar comparando-o com dois apontamentos tomados daquela lição.

Tirei com papel carbônico 8 (oito) cópias deste trabalho, destinadas a uma distribuição privada.

1º e 2º grupos.

Rio de Janeiro, S. Paulo, de 112 / Junho de 1910.

Armando Esteves.

RIO DE JANEIRO.

112 – 1910.

ENSINO POSITIVISTA
INICIAÇÃO DOGMÁTICA
(14 a 21 anos)

Preâmbulo sintético
FILOSOFIA PRIMEIRA

1ª Lição

Discurso de abertura: objeto, destino e plano geral do ensino positivista.

1. Rio, (27-4-120) (20-4-08) – 1ª aula de Fil. Primeira

Antes de tudo, convém recordar o objetivo especial desta exposição. Trata-se de uma tentativa para expor o Dogma Positivo tendo em vista especialmente o sexo feminino. Só esta consideração já basta para mostrar a dificuldade desta exposição, pois para ser realizada convenientemente exigiria um verdadeiro Sacerdócio; concorrendo, por outro lado, a deficiência de preparo das pessoas que vão recebê-lo. Destas duas lacunas, certamente a maior é a primeira, pois que a mulher ocidental está mais preparada para receber o ensino positivista, do que estão preparados para ministrá-lo aqueles que a situação social tornou apóstolos da Humanidade.

Além disto, convém recordar as condições em que vai ser dado este ensino: dar o ensino positivista no menor tempo possível impõe uma condensação da exposição, sem prejudicá-la. De fato, devemos reduzir toda a nossa aspiração a que as pessoas que nos ouvem fiquem aptas a ler os livros de Augusto Comte e as outras obras auxiliares que com as dele formam a Biblioteca Positivista.

Dadas estas explicações, entremos diretamente no assunto desta lição: Vejamos qual o objeto, o destino e o plano do ensino positivo. Sobre que versa? Com que fim é dado? Qual o plano, a ordem a seguir?

Quanto ao objeto, ele resulta diretamente da concepção geral de nossa existência, que consiste em amar, conhecer e servir a Humanidade.

2. Ora, este programa já é realizado espontaneamente em consequência mesmo de nossa organização, e do nosso desenvolvimento individual e coletivo: Cada um de nós nasceu em uma certa família, e pertence a uma certa pátria, que faz parte da Humanidade. Portanto,

espontaneamente somos levados a viver para a Família, a Pátria e a Humanidade, isto é, a conhecê-las, amá-las e servi-las, devido à nossa organização cerebral, às nossas propensões altruístas, que nos levam logo a amar a Humanidade, e que se desenvolvem na existência social, com a cultura que recebemos na infância e que continua depois pela reação dos nossos semelhantes sobre nós; e a vida social, que por um lado dificulta o problema de amar, conhecer e servir a Humanidade, por outro lado o facilita com a preparação humana. Quanto ao conhecimento da Humanidade, os nossos conhecimentos ou são adquiridos espontaneamente, empiricamente, ou por meio de uma cultura sistemática.

3. Mas essa preparação espontânea, sobre a qual repousa a preparação sistemática, é insuficiente. Essa insuficiência resulta: 1º da complexidade da nossa existência. Quanto mais complexa é a existência, tanto mais difícil é compreendê-la: é necessário completar os conhecimentos empíricos pela cultura abstrata. A necessidade da cultura sistemática varia com os tempos e os lugares. Assim, a um selvagem é mais fácil dar-se conta da sua existência do que a um romano, e a este mais do que a um ocidental: é-lhe mais fácil saber quais são os seus deveres para com a tribo, em que e como ele a deve servir, do que um ocidental para com a sua Pátria e a Humanidade. Depois, os conhecimentos espontaneamente adquiridos ou empíricos, são da razão concreta, e ficam sempre ora aquém ora além da realidade: daí a necessidade de completá-los pela razão teórica ou abstrata.

Distinção entre o ponto de vista prático ou concreto e o ponto de vista teórico ou abstrato.

Não podemos conhecer coisa alguma senão por intermédio dos nossos sentidos; cada sentido só nos permite o conhecimento de um certo aspecto particular (pelo tato a forma, pelo ouvido o som, etc.). Mas como as percepções provêm de corpos determinados, e como recebemos simultaneamente essas impressões do tato, etc., cujo conjunto caracteriza o corpo, somos levados, pela razão concreta, a ligar as propriedades a esses corpos determinados, a não ver os fenômenos nos corpos.

Tomemos um exemplo característico: o fenômeno da queda dos corpos. O indivíduo vê que os corpos caem de modo diferente, e que até alguns parecem subir em vez de descer: a razão empírica distingue os corpos em pesados e leves. Vem a razão abstrata, a ciência, suprime o ar do ambiente, e verifica que todos os corpos são pesados: é assim que no vácuo um pedaço de chumbo ou de algodão caem com a mesma velocidade. O que a razão concreta estabelece como casos distintos, a razão abstrata estabelece como casos idênticos. O mesmo se dá em relação a todos os fenômenos, e assim até os morais.

Assim, no problema da subordinação do egoísmo ao altruísmo: a nossa natureza, e portanto os nossos atos, são um composto de egoísmo e altruísmo; a razão concreta, não se dando conta de todas as condições perturbadoras que só a razão abstrata permite apreciar, e que no caso são em muito maior número que no fenômeno da queda dos corpos, a razão concreta é levada muitas vezes a achar insolúvel um problema, não compreende rasgos, virtudes que não vê ordinariamente praticadas: a razão abstrata, apreciando as circunstâncias perturbadoras, concebe a possibilidade de suprimi-las, e portanto a possibilidade dessas virtudes, de nos melhorarmos: obter uma virtude é muitas vezes simplesmente suprimir essas circunstâncias: de um homem agrilhoado pela fome, sem nenhum conforto, etc., não se pode exigir, salvo as exceções de elite, a virtude que ele teria em circunstâncias mais favoráveis: basta a supressão dos obstáculos internos e externos, e a educação. Enfim: examinando-se os casos concretos, é-se levado a não reconhecer a existência de certas virtudes que em abstrato facilmente concebemos.

Vê-se, pois, que, já pela complexidade dos fenômenos, já pela deficiência de preparação empírica, o conhecimento da Humanidade não poderá ser satisfatório limitado ao conhecimento empírico. Um indivíduo vivendo numa certa família e numa certa pátria, por si só não chega a amar, conhecer e servir a Humanidade: precisa da educação. Todos nós nascemos aptos para ser homens, mas sem uma preparação conveniente, sem uma educação completa, não poderíamos realizar aquele nosso destino. Estas considerações é que tornam indispensável uma educação sistemática. Educar quer dizer levantar.

4. Essa educação sistemática é concebida como destinada a colocar a cada instante o homem nas condições mais favoráveis para a civilização em que ele surge. A educação varia, pois, com os tempos e os lugares. A educação entre os selvagens, os gregos, os romanos e os ocidentais, não é a mesma.

5. O problema moderno da educação consiste em adaptar cada vez mais o homem para uma existência pacífica. A Humanidade começou por uma existência guerreira, mas veio até a época presente em que a guerra é detestada; hoje a aspiração é pela vida pacífica, aspira-se finalmente a substituir a atividade industrial à atividade guerreira. Isso é possível graças à supremacia da fraternidade universal, da ciência e da indústria, permitindo a realização dos votos da poesia ocidental que idealizou a natureza humana e a vida na Terra. Antigamente a poesia idealizava uma vida fora da Terra; hoje é a idealização humana, a idealização da vida cívica e do regime industrial, isto é, da ação da Humanidade sobre o Planeta e sobre si mesma.

6. Este problema da educação é muito mais difícil hoje, considerado em si mesmo, do que nas fases anteriores, devido ao acréscimo de elementos novos, ao desenvolvimento social... É necessário que os instintos altruístas tenham se desenvolvido bastante para que todos os homens possam se considerar como irmãos. Ora, de fato, hoje é isso que se dá. Por outro lado, era necessário que a supremacia do altruísmo tornasse possível o surto da ciência, a qual de fato se desenvolveu até libertar o homem do sobrenatural, e permitir a descoberta das máquinas industriais. Em terceiro lugar, a atividade industrial poderia prevalecer sobre a atividade militar só quando o homem amasse o trabalho. Pois bem, isso é o que se dá: a supremacia do altruísmo permitiu os hábitos de subordinação, e hoje a atividade militar está por toda parte esgotada. A educação que hoje se precisa dar, é, pois, diferente mesmo da que se procuraria dar na Idade Média.

7. Pois bem, esse problema é que Augusto Comte se propôs a resolver instituindo a Religião da Humanidade. Ela coordena todos os aspectos da nossa natureza. Ela coordena a existência humana, porque faz convergir todos os aspectos dela para garantir a supremacia do altruísmo sobre o egoísmo, mediante o culto, o dogma e o regime, cada uma destas partes abraçando um dos aspectos de nossa natureza. Pelo culto, a Religião da Humanidade garante o desenvolvimento do altruísmo, idealizando a realidade, a existência social, expurgada de todas as asperezas resultantes da vida prática, fazendo assim sentir, mostrando que a nossa felicidade consiste na realização da fórmula viver para outrem, ou, como Clotilde primeiro a exprimiu, na fórmula: "Que prazeres podem exceder aos da dedicação?". É sobre ele que repousa a solução do problema social. O dogma organiza a nossa consciência individual e a opinião pública; é uma concepção do Mundo, da Sociedade e do Homem constituída por princípios demonstráveis, mas raramente demonstrados, mesmo aos mais instruídos, prolongando o bom senso vulgar. O regime organiza a atividade industrial sob o ascendente do altruísmo, e assim resolve o problema proletário, incorporando-o à sociedade; garante a eficácia da influência moral da mulher, e intelectual do sacerdócio, e a dignidade do patriciado.

Conclusão: Vemos que o objeto do ensino positivista é permitir a sistematização da nossa existência, mediante o conhecimento da Humanidade, para amá-la e servi-la cada vez melhor, fazendo-nos melhor amar, conhecer e servir a Humanidade. Nosso Mestre mostrou na Síntese que os melhores corações não podem saborear assaz os encantos do amor da Humanidade quando não tiveram a iniciação teórica.

II

Destino do ensino positivista. (Vulgarização do Dogma positivo)

1. Precisado assim o objeto do ensino positivista, resta saber em que condições deve ele ser feito, e, portanto, qual o destino desse ensino público. Não poderia esse ensino ser realizado de outro modo? A preparação doméstica não bastaria?

Em primeiro lugar, cumpre reconhecer a necessidade da cultura doméstica para a vulgarização do ensino positivista: isso é necessário, fatal. O ensino público não pode ser instituído senão para adultos. Nos nossos primeiros anos, só a Família nos pode preparar. Mesmo agora, que o Governo usurpa as funções maternas, e pretende substituir a educação dada pelas mães pela da escola primária, ainda aí há um limite: vão até 4, 5 anos, etc.; todos sentem o absurdo. É verdade que existem também as creches, que pretendem ser um suplente materno, na primeira idade; mas sente-se aqui ainda mais o absurdo. Ora, seja qual for a idade em que se pretenda usurpar a educação materna, há certos anos em que só a Família nos pode preparar. Não se pode contestar a necessidade da cultura doméstica.

Mas até onde a educação doméstica pode ir? É preciso conhecer o conjunto da educação humana, e verificar a ordem em que as faculdades se desenvolvem. Sabemos em primeiro lugar que o nosso desenvolvimento a princípio é principalmente físico. Não que nesse tempo não haja também elaboração intelectual e sentimental, mas os cuidados são especialmente voltados para o lado físico. Depois a solicitude materna se volve para o desenvolvimento moral, afetivo. Depois é que se volve para o desenvolvimento intelectual, que vai então repousar sobre o moral.

Esse desenvolvimento é simultâneo, mas é que certos aspectos a princípio prevalecem sobre outros. No começo a cultura intelectual é feita mais pelo conhecimento dos seres. Desenvolve-se especialmente a expressão. Os órgãos da expressão são os que primeiro se desenvolvem; na outra parte da inteligência, é a razão concreta que se desenvolve. Assim, a primeira cultura é forçosamente espontânea. Como é que a criança aprende a falar? Não é chamando a criança e dizendo: isto é papel, etc.; não, é repetindo papel quando... As mães falam com as crianças como estas falam com as bonecas: como se elas entendessem; e a criança vai então, por um trabalho mental, inventando, descobrindo, os significados das palavras; a criança vai fazendo suas descobertas, vai construindo as imagens correspondentes aos sinais; vai fazendo um dicionário, e corrigindo a significação das palavras à medida que vai fazendo novas descobertas. Isto continua na idade adulta, e assim pode-se notar que em cada pessoa as palavras vão tomando muitas vezes uma significação diferente daquela que

elas têm normalmente, por efeito de as termos aprendido erradamente quando as aprendemos pela primeira vez; e é essa deturpação que vai passando para a língua, onde vemos uma palavra ficar com uma significação que ela não tinha no começo; é isso uma das causas da modificação das línguas. A criança aprende a falar como ela aprende a andar: ninguém a ensina: o ensino consiste só em auxiliá-la. Há assim uma preparação espontânea da criança, que supõe o exercício de todas as funções cerebrais; a criança vai aos poucos descobrindo as coisas principais.

Mas essa preparação tem um certo limite: chegando a certo ponto, não se descobre mais nada. Certas coisas, todos somos capazes de descobrir; outras só homens de gênio. Assim, por ex., há a Astronomia que se encontra por toda a parte, nos povos os mais antigos; e Delambre observava a esse respeito (para refutar as conclusões que desse fato tiravam alguns cientistas) que essa Astronomia que existe por toda a parte é a que só exige duas coisas que também existem por toda a parte: Céu e olhos. Nós todos somos inventores; mas não descobrimos tudo: leis há que mesmo os medíocres descobrem, outras só os Galileu, os Kepler, os Gall. Compreende-se, pois, que podem ser dados com eficácia no lar certos conhecimentos a que todos nós podemos chegar. Mas não é só a isso que a Mãe tem que atender: a Mãe não tem só que ensinar: ela tem que exercer o papel de Esposa, de Filha, Irmã, de Mulher, enfim, na sociedade, e, portanto, não teria o lazer indispensável para se ocupar com a cultura teórica de certo ponto em diante. É verdade que há mulheres que se tornam teóricas; temos uma Sofia Germain, por exemplo. Uma situação especial fez de Sofia Germain uma cientista: ela foi levada a estudar matemática para se distrair dos horrores da Revolução, e se não fosse isso ela não teria sido uma matemática; e chegou a resolver problemas para os quais Lagrange dizia que era necessário um cálculo novo, e ela resolveu só com os recursos existentes; e fez trabalhos que Navier dizia que poucos homens seriam capazes de entendê-los e só uma mulher capaz de realizá-los. A própria Clotilde, também uma situação especial fez com que Clotilde se ocupasse de literatura: Ela foi levada a procurar a carreira literária porque falhou o seu destino doméstico: se Ela tivesse tido a vida de Família, não teria sido o que foi: não teria sido menos eminente, mas não teria tido ensejo para manifestar-se, para escrever o resultado de suas meditações. Mas em geral não é assim. A concentração mental necessária para a elaboração teórica não permite que a Mulher se entregue a esse trabalho além de certo limite. Compreende-se, portanto, que a Mãe de Família não se achará nunca em condições de presidir à educação teórica de seus filhos senão até um certo limite. Qual é esse limite?

Até os 7 anos a cultura é puramente afetiva. Esse desenvolvimento afetivo não se dá sem um certo desenvolvimento espontâneo intelectual e prático, mas ligado a ele. Depois a cultura torna-se estética principalmente, é o cultivo da inteligência, começando pelos órgãos da expressão, e toda mulher a pode dar; serve de base à cultura teórica. Essa educação vai até aos 14 anos.

2. Mas essa preparação é insuficiente; é tanto mais insuficiente quanto mais complicada é a existência social. Mesmo para satisfazer às exigências afetivas e estéticas, torna-se indispensável que tenhais um conhecimento mais profundo da realidade.

3. Esse conhecimento mais profundo do Mundo é o que se chama Filosofia. Se queremos somente exaltar os nossos sentimentos, basta o conhecimento em grosso da realidade: é o que faz a Poesia. Mas se queremos conhecer a realidade a fim de modificar-nos ou ao Mundo, precisamos de um conhecimento mais profundo da realidade: é o que faz a Filosofia. Esta é a diferença entre o ponto de vista filosófico e o estético. É, portanto, essa cultura teórica que se torna indispensável para a existência social. Se a Mulher pudesse continuar essa cultura, todo ensino público se tornaria dispensável. Mas esse estudo teórico, que exige essas duas condições de preparo e lazer, só em casos excepcionalíssimos pode ser dado pela Mãe.

O ensino secundário, como está hoje instituído, é uma mistura de ensino primário e ensino superior. O ensino superior é muito mais difícil. Se a Mulher pudesse exercer as suas outras funções, e tivesse lazer, e pudesse satisfazer a essa cultura teórica, isso não podia se dar com a massa geral das mulheres. Precisa-se, pois, de órgãos especiais para isso. Se uma pessoa não tem capacidade para realizar esses estudos... É o mesmo que se dá nos pontos de vista estético e prático: a Mãe, por ex., ensina a tocar um certo instrumento, mas é preciso depois um mestre para completar esse ensino musical. Se as Mães todas não estão nas mesmas condições, a consequência é a necessidade do ensino teórico, a necessidade de aproveitar a elite teórica.

4. Esse ensino tem que satisfazer a um certo número de condições, simpáticas, sintéticas e sinérgicas.

a) É preciso que seja dado sempre sem prejuízo da cultura afetiva. O meio de conseguir isso, é o culto, pessoal, doméstico e público. É por isso que o sacramento da iniciação é dado na ocasião de começar esse estudo; nele o Sacerdote lembra o destino desse ensino, e recebe do iniciado o compromisso de só transmiti-lo a outrem gratuitamente. O culto público é necessário para dar ao altruísmo a força precisa para vencer a aridez fatal da cultura teórica. E isso é tanto mais necessário quanto tem-se que começar justamente pelos fenômenos mais

afastados do homem, pela ciência mais distante da Moral. É, pois, preciso manter o culto. A influência materna se torna indispensável.

b) É preciso que seja sintético – que abranja tudo, que abranja o conjunto da ordem universal, que seja enciclopédico. É preciso que possamos conceber tudo. Não podemos fazer tudo, mas podemos conceber tudo. Mas conhecer tudo não é conhecer todos os seres, todas as plantas, estrelas, etc. Não: em vez de enumerar os entes, consideramos os fenômenos de que eles são sede. Assim, conhecer tudo é ter clarezas, luzes, a respeito de cada um dos fenômenos de que os seres são sede. São os dois pontos de vista, concreto e abstrato, ou prático e teórico. Se quiséssemos conhecer tudo no ponto de vista prático, com os detalhes que esse estudo exige, seria impossível. Esses fenômenos formam só 7 categorias, e cada categoria se subdivide. Suponhamos uma escada em que cada ordem de fenômenos é representada por um degrau, limitado para diante pelo degrau seguinte, mas infinito, ilimitado, para a direita e para a esquerda. Para galgar o degrau seguinte, não precisamos percorrer cada degrau sem limite para um lado e para outro: isto é o que fazem os cientistas metafísicos: estudamos de cada um o indispensável para subir ao seguinte. Sabemos de cada um o que é necessário para a vida humana: a respeito de cada categoria de fenômenos o que é necessário para a felicidade humana. É preciso andar no primeiro só para a frente, sem olhar para os lados. No ápice está o paraíso humano. Se nós, em vez de olharmos para a frente, nos pusermos a olhar para os lados, a fim de nos dar conta de todos os detalhes, vamos ficando onde estamos, aí nos perdemos. Mas se, nesse primeiro degrau, apenas procurarmos conhecer o necessário para chegarmos ao segundo, vamos depressa, de acordo com o passo de cada um. Basta conhecer de cada degrau a reza necessária para chegar ao outro. Sobretudo, é isso. Assim, na aritmética, não se vai, por ex., fazer a soma de todas as maneiras possíveis, etc.: estudamos do número apenas o indispensável para abordar os estudos superiores. Assim procedeu Arquimedes, etc. Na geometria, por ex., temos o bastante para desenvolver a fraternidade universal; na Astronomia, Física, Química, etc.: com elas fazemos os nossos navios que põem em relação os povos, etc. Sabe-se tudo? Não: mas sim o número suficiente de leis para garantir a felicidade humana, o desenvolvimento do altruísmo.

c) É preciso que o ensino positivista seja ao mesmo tempo sinérgico. (Sinergia: convergência das atividades).

É uma preparação que deve terminar aos 21 anos, que nos vai tornar cidadãos, homens: supõe o exercício convergente das atividades. Os resultados intelectuais supõem qualidades de caráter, assim como exigem de sentimento. O culto é indispensável: "Os grandes

pensamentos vêm do coração", dizia Vauvenargues; mas também o são as qualidades de caráter: É preciso coragem, prudência, e, mais que tudo, firmeza: a coragem não se necessita nem se mostra só nos campos de batalha: as concepções de Descartes mostram que ele tinha muita coragem, prudência e firmeza. Para este próprio estudo é preciso ter coragem, prudência e firmeza, para o empreender, manter-se, etc.

Onde o menino vai adquirir essa coragem, essa firmeza? O menino, na oficina; a menina, nos trabalhos de casa. A preparação prática deve acompanhar a preparação teórica. É preciso a convergência de todas as nossas qualidades práticas: coragem, prudência e firmeza. Há mães que julgam que os trabalhos caseiros podem ser dispensados; mas, no entanto, eles são necessários, mesmo para dar precisão à inteligência.

5. O ponto de vista pedantocrático julga que um trabalho continuado pode suprir o gênio. Mas não é assim. Todos nós podemos conseguir fazer o retrato de nossa Mãe; mas não somos por isso Rafael. Há um limite a que todos podemos chegar, e temos que nos conformar com isso. Precisa-se ver o que é acessível, e o que não o é. Muitas vezes, pela preocupação de preparar uma pessoa para a carreira teórica, sacrifica-se o lado prático: não fica coisa nenhuma no fim.

De tudo isso decorre imediatamente a necessidade de uma classe teórica capaz de dar uma cultura que venha completar a cultura materna.

Que condições deve preencher essa classe? É preciso uma corporação ao mesmo tempo simpática, sintética e sinérgica: é preciso o Sacerdócio. As condições precárias, atuais, do ensino público, levam os governos a fazer reformas, sem achar nunca a solução do problema. Por quê? O Sacerdócio tem de preencher as condições morais primeiro, e, depois, as de capacidade teórica. Complemento das Mães, deve ter a dignidade bastante para aceitar uma herança tal. É depois de velho, depois de ter demonstrado as suas qualidades morais, e as mentais nesse ensino enciclopédico, que ele pode exercer convenientemente, entre os seus ex-discípulos, as funções de conselheiro, consagrador, mediador, nas lutas que possam surgir, etc. Para o bom sucesso do ensino, é preciso que o Sacerdócio satisfaça a essas condições.

6. Quando o Sacerdócio falha ao seu papel, o ensino teórico torna-se mais prejudicial do que útil, do que favorável à solução do problema social. No estudo acadêmico, perdem em profundidade o que ganham em superfície. A ignorância que sabe ler é a maioria, e aspira ao prestígio dos maiores pensadores: um diplomado acadêmico fala de um Broussais, quando fala, como de um igual, ou menos; e o mesmo em relação a Hipócrates, etc. O meio de sair disso é a vulgarização do ensino, e a formação do Sacerdócio positivista, do qual fará parte

o médico, etc. O regime humano só pode ser concebido pelo Positivismo. A regeneração humana não pode ser concebida sob um só ponto de vista: "Não há síntese parcial", como disse A. Comte. Se o ensino não for dado assim, e sim como é dado, amesquinha o sentimento, atrofia e estreita a inteligência, e apouca o caráter. Certos espíritos dizem ser isso impossível, que estamos num mundo de quimeras, etc.

7. O ensino positivista será normalmente dado devendo preencher todas essas condições.

Deve ser precedido pela cultura materna, primeiro afetiva e depois estética, dada por uma Mãe que já recebeu uma cultura completa. Deve o menino estar iniciado em todas as artes, a poesia, a música, o desenho, etc.: deve conhecer as línguas.

Além disso, o menino tem, no futuro, o meio social que ajuda. A reação do meio social é grande. Hoje os esforços domésticos são contrariados pela reação do meio. A família é um punhado: é preciso que o menino ou menina tenha qualidades especiais, certas qualidades superiores, para resistir aos embates do meio, da sociedade. No futuro, a sociedade estará de acordo com a Família.

O curso deve ser aberto pelo Decano, e no Templo da Humanidade. Os meninos devem ser acompanhados por suas Mães, que já tiveram essa cultura, e serão as verdadeiras explicadoras dos filhos, sem perder outro tempo senão acompanhar as lições dos filhos, que elas já estudaram.

Agora que acabamos de ver qual o destino do ensino teórico público, ficou bem saliente, pelo contraste, a necessidade do ensino público teórico, e a desnecessidade do ensino público primário... Se toda mulher tivesse a preparação necessária, desaparece a necessidade das escolas primárias: estas deviam desaparecer no dia em que as mulheres de 21 anos satisfizessem a essas condições; um verdadeiro estadista poderia portanto dizer hoje: dentro de 14 anos, não precisamos mais de escolas primárias, porque nesse prazo todas as mulheres poderão aprender o suficiente para fazer esse ensino. Portanto, se esse ensino é provisório, as escolas não deviam ser palácios, e sim barracas, para mostrar ao público que as escolas são transitórias, como os hospitais. Só o ensino primário deve desaparecer como ensino público; o enciclopédico é indispensável. Não se trata de fazer aqui engenheiros, nessa ou naquela especialidade; não, isso é na prática, é praticando que se aprende; trata-se de dar: "luzes a respeito de tudo".

III

1. Qual o plano do ensino positivista? Deve resultar do objeto dele; é preciso recordar ainda uma vez esse objeto: Se tivermos em vista fazer ferreiros, etc.... o que precisa-se? Enumeram-se os conhecimentos precisos... Para ter o plano, é preciso ver o objeto: para fazer um agrimensor, pouca geometria basta; até para saber lógica, é preciso mais.

Nosso objeto é: conhecer, a fim de melhor amar, e melhor servir a Humanidade.

2. Donde se vê, então, que vão se classificar os nossos estudos, conhecimentos, segundo a ligação que tiverem com a Humanidade, com esse destino.

3. Faz-se uma distinção entre as concepções que induzem-nos à resignação, e as que servem para a ação.

Nossa vida se compõe de resignação e de ação. Resignação para sofrer o que não podemos modificar; e ação para modificar o que é modificável. Mas a resignação supõe também a ação, supõe um esforço sobre nós para submetermo-nos, para desenvolver os órgãos de submissão, o altruísmo; é a compressão dos pendores egoístas, que nos levam à revolta.

A distinção entre os conhecimentos que servem para a resignação, que servem para nos fazer submeter-nos, e os que servem para a ação, reduz-se, pois, no fundo, à distinção entre conhecimentos para a ação sobre nós, e conhecimentos para a ação sobre o Mundo.

Ora, o homem é um Mundo em miniatura, é um microcosmo, digo, microcosmo; o estudo das leis relativas ao homem se estende a todos os fenômenos do Mundo, os quais se encontram todos no homem. Nos conhecimentos relativos à ação sobre o homem, se contêm, pois, a maioria das noções necessárias à sistematização da atividade industrial. Mas esta exige ainda uma série de preceitos complementares, no seu conjunto, constituem a segunda categoria das investigações positivas.

Então se percebe que a verdadeira distinção entre conhecimentos teóricos e práticos é a diferença entre a ação sobre o homem, e a ação sobre o Mundo. Foi assim que Dunoyer concebeu, a seu modo, a separação entre os dois poderes.

Conhecimentos teóricos – Sacerdócio
Conhecimentos práticos – Governo

4. Temos, pois: conhecimentos relativos à ação sobre o homem, e à ação sobre a Terra; ou, à ordem natural, e à ordem artificial.

Considerando os conhecimentos relativos à ação sobre nós, somos levados a fazer uma distinção: 1º a atividade cerebral que nos representa o Mundo idealizado afetivamente, de

modo a desenvolver o altruísmo, e quanto à ação só permite agir expressivamente; e, 2º, o trabalho intelectual em que temos em vista conhecer o Mundo de maneira a representar as leis que nos permitem a submissão, e a ação sobre a Terra.

O 1º caso é a Poesia. A Poesia representa a ordem natural, universal, como nós desejaríamos que ela fosse, mas respeitando as suas leis universais, digo, fundamentais; é a idealização, é a representação da ordem natural da maneira mais favorável ao altruísmo, mas respeitando essa ordem. Ela nos prepara afetivamente para a ação. O homem primitivo concebeu a Poesia sem ponderação...; hoje respeita as leis fundamentais. Para isso basta o conhecimento em grosso da Ordem. Mas este conhecimento, que basta para a resignação, a ação sobre nós, não permite a ação sobre o Mundo; precisamos para isso de um conhecimento mais detalhado: é a Filosofia.

O segundo caso é a Filosofia. Filosofia é também idealização: é a idealização intelectual e ativa das fatalidades. Apresenta-se sob dois aspectos:

Mas, em primeiro lugar, devemos reconhecer que não podemos conhecer todos os seres no ponto de vista concreto. Os fenômenos acham-se aqui localizados nos seres, e são apreciados conjuntamente. O ponto de vista abstrato considera os fenômenos separados dos seres. A infinidade dos seres substitui o número limitado dos fenômenos. Pode ser feito de dois modos esse estudo:

Primeiro podemos estudar as leis comuns a todos eles, que nos dão logo conhecimentos gerais do Mundo e do homem. Essas leis são em número de 15. Primeiro temos que apreciar as condições em que vão ser instituídas: isto é o que..... é a teoria da razão abstrata.

Depois descemos ao detalhe, mas numa certa ordem, que nos é indicada por essas 15 leis. O estudo mais detalhado do Mundo é o que A. Comte chamou de Fil. 2ª, satisfazendo, correspondendo a um voto de Bacon. O conhecimento das leis universais é que permite estabelecer o plano da Fil. 2ª.

Assim temos: 1º A Poesia, o conjunto da Poesia... 2º Depois a Filosofia, que se divide em: Fil. 1ª, ou teoria da Fatalidade suprema; e Fil. 2ª, ou teoria das Fatalidades Secundárias, ou leis particulares relativas à Humanidade e à Terra. 3º Ao lado de ambas, que nos dão o conhecimento da ordem universal, junta-se a Fil. 3ª, cujo objeto é a concepção da ação geral da Humanidade sobre o seu Planeta. Precisamos conhecer, conhecer a ação da Humanidade sobre a Terra, completando a ordem fatal. Para isso nós temos que considerar dois casos: 1º Como a Humanidade se organiza para agir sobre a Terra, qual a organização do regime industrial, ou política, dividida em política espiritual ou sacerdotal, e política do poder

temporal, ou governamental. 2º A instituição direta das diversas artes, matemáticas, astronômicas, físicas, químicas e biológicas, isto é, a indústria propriamente dita. A arte moral fica no poder teórico. (É preciso pois que se decomponha em dois...: um é a política propriamente dita, a ação sobre os industriais: do sacerdócio sobre os práticos, e do patriciado sobre o proletariado; e outro a instituição... das artes ligadas a indústrias diversas, a organização industrial especial, a ação direta sobre a Terra.)

5. Temos que estudar, pois, o conjunto da H., da Terra, e do Espaço.

6. Qual a marcha a seguir nesse estudo? A regra lógica fundamental foi formulada por Aristóteles assim: passar do conhecido para o desconhecido.

Isto não quer dizer passar do simples para decomposto: segue-se os dois processos: na educação materna, passamos do composto para o simples: as primeiras regras que aprendemos são as morais (é mais fácil uma criança saber que tem de ser carinhosa, dedicada, para com sua Mãe, do que varrer a casa, por ex.; aí passa-se, pois, do composto para o simples), aprendemos tudo por fé. Mesmo aqui, continuamos a aceitar por fé, mas vamos ver a filiação das doutrinas.

Na educação teórica, porém, não podemos proceder da mesma maneira: temos que abordar o estudo analítico pelo lado mais simples de abordar. Começamos pelos fenômenos mais gerais, que se verificam no Mundo e no homem: temos que começar pela Fil. 1ª porque estuda as leis universais, é acessível a todos nós porque só exige o conhecimento de fatos com que todos estamos familiarizados. A Fil. 1ª. explica todos os fenômenos que se passam na H., mas não detalhadamente. Vamos encontrar a confirmação de toda ela em todo o estudo da Fil. 2ª, para cujo estudo ela é a base. É o ensino mais importante: não a esqueceremos nunca; é o ensino fundamental, o mais precioso. Ela sistematiza o nosso culto.

Chegando à Fil. 2ª, que é o estudo analítico do Dogma, vereis que não podemos começar senão pela Matemática, porque é o único estudo que podemos abordar com os conhecimentos que temos empiricamente e os da Fil. 1ª. Todo estudo que não passar por esse degrau, é feito imperfeitamente, porque o cérebro não é preparado. Toda lógica supõe o concurso dos sentimentos, das imagens, e dos sinais; para nos inspirar as concepções que convêm às nossas necessidades morais, intelectuais e materiais, o culto desenvolve a lógica dos sentimentos; a cultura estática, a lógica das imagens; mas a lógica dos sinais fica muito pouco desenvolvida. A Matemática, que A. Comte chamou Lógica, vem completar a nossa cultura lógica, desenvolvendo a lógica dos sinais. Depois, é preciso como exemplo. O estudo do método é inseparável do da doutrina. O nosso cérebro trabalha de vários modos, e só

vendo-o trabalhar nos casos simples é que podemos fazer uma ideia desse trabalho; e vamos depois seguindo os casos mais complicados até abordar o estudo da Moral. A ciência, pois, mesmo no ponto de vista lógico, pela qual devemos começar, é a Matemática. É ela que, com a Fil. 1ª, constitui o estudo do Espaço.

7. Na cultura empírica, doméstica, subistes do Amor à Fé; aqui, na cultura teórica, é o contrário: subireis da Fé ao Amor; isto é, a cultura teórica consolida a educação anterior.

O ensino teórico vai, pois, confirmar os nossos conhecimentos empíricos. Hoje, o ensino público vem desmantelar as nossas crenças anteriores: o menino entra católico, crente fervoroso, e sai do colégio cético. No Positivismo não: o menino vai achar a confirmação: As noções que ele recebeu da Mãe, são as que o Sacerdote vai sistematizar. Este ensino, em vez de desenvolver no menino o desrespeito, etc., só dará o resultado contrário.

Devemos, pois, abordar o estudo da Fil. 1ª. Antes, porém, na 1ª lição, caracterizaremos o que se chama abstração, a instituição da razão teórica. Terminaremos hoje com esta fórmula com que costumamos terminar o Sacr. da Inic.: "Vossas Mães vos fiz. descer até hoje pelo A. à F.; na fase episódica que ides atrav., o N. M. vos fará subir novamente pela F. ao A. onde deveis para sempre perman., no serv. da F., da P., e da H."

ENSINO ENCICLOPÉDICO

FILOSOFIA PRIMEIRA

INICIAÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

2ª Lição

Instituição da abstração teórica.

Papel da abstração teórica no conjunto da existência humana.

I. (1 César 120 – 22 Abril 1908)

A nossa lição de hoje é consagrada à apreciação da instituição da abstração teórica. Para isto, temos, em primeiro lugar, de considerar o papel da abstração teórica no conjunto da existência humana; depois o quadro geral da ordem abstrata, donde resultará a sistematização científica da concepção do Destino; e, em terceiro lugar, daremos a constituição religiosa dessa ordem abstrata, que vem a ser a sistematização da adoração do Destino.

Nós temos, portanto, que considerar em primeiro lugar o papel da abstração teórica no conjunto da existência humana.

Para isto, cumpre-nos, antes de tudo, fazer algumas observações preliminares sobre a maneira por que o ensino positivista é dado, isto é, acerca da fé.

Tínhamos visto, na primeira lição, que a educação tem por fim, na situação moderna, preparar-nos para uma existência pacífica; e tínhamos reconhecido que esse destino não pode ser satisfeito senão mediante o ascendente da Religião da Humanidade, da religião definitiva. Isto nos levou a mostrar a necessidade do ensino dogmático, como um dos elementos da educação; a mostrar que, em resumo, o ensino tem por objeto sistematizar os princípios inculcados durante a primeira e a segunda infância.

Na lição de hoje, temos de examinar justamente a natureza e as condições desse ensino, para mostrar que ele é constituído essencialmente pelos conhecimentos da razão abstrata. Mas, como vos dizia, para poder julgar exatamente do alcance do estudo abstrato, para ver o modo por que é feito, as condições, portanto, em que ele deve ser adquirido, precisamos fazer algumas reflexões acerca da necessidade de subordinar a razão individual à fé coletiva.

Tínhamos dito que o ensino dogmático visava o estabelecimento de convicções inabaláveis, a fim de constituir a consciência individual, e, por outro lado, a opinião pública. Sem a realização de semelhante desiderato, nós não poderemos libertar o nosso sentimento da inconstância, nem a nossa inteligência do ceticismo, da dúvida, da hesitação, nem a nossa

atividade da irresolução. Somente a formação da nossa consciência, isto é, de convicções superiores a todas as flutuações afetivas e a todas as hesitações intelectuais, permite-nos assegurar a nossa felicidade, e, portanto, a felicidade universal. Para compreender o alcance dessas convicções inabaláveis no conjunto da nossa existência, basta ter presente o verso em que o nosso Mestre resumiu as condições dela. Ele dizia que na nossa vida tudo se resumia em: "agir por afeição, e pensar para agir." "Agir por afeição", indica que todos os nossos movimentos e, portanto, todos os nossos atos são consequência imediata de nossas emoções, quer egoístas, quer altruístas. Mas esta ação imediatamente ligada ao sentimento é naturalmente cega, e, pois, só em circunstâncias muito excepcionais ela pode satisfazer às condições mesmas de nossos desejos; é preciso que depois desse ensaio empírico venha a reflexão para nos esclarecer sobre a necessidade de manter ou modificar os primeiros atos, assim espontâneos. De sorte que nesse primeiro hemistíquio – agir por afeição, vemos a condição da espontaneidade; e na segunda parte – pensar para agir, vemos a condição da continuidade da ação. – São Paulo, (que foi o fundador do Catolicismo, segundo a demonstração de nosso Mestre, hoje cada vez mais aceita), S. Paulo já sentia a seu modo essa importância das convicções inabaláveis, porque, em uma de suas epístolas, enaltecendo a sua fé, ele dizia, que "mesmo quando um anjo descido do Céu proferisse o contrário daquilo que Ele tinha pregado, que esse anjo fosse anatematizado." Vendo em torno de nós flutuarem tantas almas boas, não podemos deixar de sentir praticamente quanto importam para a nossa existência as crenças firmes e superiores a todas as solicitações de cada instante. Propondo-se, portanto, o desiderato de alcançar tais convicções, o ensino dogmático visa justamente sistematizar aquilo que se alcançou na 1ª e na 2ª infância, e apenas faz prevalecer sistematicamente aquilo que antes fora espontaneamente obtido. O grande número de resultados, quer dizer, de conhecimentos adquiridos naquele período da vida; a importância desses resultados, como dissemos na nossa última reunião; a rapidez com que eles são alcançados; a estabilidade das convicções adquiridas então – tudo isto mostra o valor de semelhante método. Por consequência, nada mais natural do que mostrar, do que examinar em que consiste esse processo, para ver se ele é o próprio para servir no fim do ensino, que é justamente sistematizar, como já disse, as primeiras convicções. Ora, examinando o modo pelo qual essas convicções são obtidas, na 1ª e na 2ª infância, reconhece-se logo que o processo se resume na subordinação, cada vez maior, da razão à fé.

Que é razão? Que é fé?

Razão é a aptidão que têm os animais de apanhar as relações em que se acham com os diversos seres que os rodeiam, e, portanto, as relações em que esses seres estão entre si,

ligando cada vez mais cada resultado ao conjunto dos resultados anteriores. É em virtude dessa aptidão intelectual que nós podemos até certo ponto sentir a ligação das coisas que existem fora de nós. – Mas nós podemos apanhar de duas maneiras essa ligação: Ou nós apanhamos as relações que existem entre os seres diretamente, e, neste caso, temos o que se chama razão prática, razão concreta, sendo exatamente nisto que consistem os primeiros apanhados, porque nós tratamos é com seres, diretamente; ou então apanhamos as relações entre os atributos comuns aos diversos seres, e é nisto que consiste a razão abstrata. – Na parte superior da escala animal, pelo menos a partir das aves, essa dupla aptidão se encontra, já se vê, em um estado que só foi desenvolvido na nossa espécie. – Convém notar que as duas aptidões, já para apanhar as relações concretas, já para apanhar as relações abstratas, – isto é, as relações entre os seres, e as relações entre os fenômenos de que entes são a sede –, coexistem; elas, porém, se desenvolvem sucessivamente no animal: o animal, como a espécie humana, começa pelo desenvolvimento da razão concreta, e o surto da razão abstrata vem depois, mas em breve as duas se combinam, sendo justamente desta combinação que resulta aquilo que se chama harmonia mental, equilíbrio intelectual. – Esse atributo – razão, é o mais individual de todos os nossos atributos. Como todas as outras funções, ele depende do conjunto do organismo, e, portanto, do meio também em que o organismo está mergulhado. Mas as influências do organismo sobre a inteligência são muito mais consideráveis do que as influências da inteligência sobre o conjunto do organismo. De sorte que a nossa opinião própria, isto é, a nossa razão, (depende da capacidade intrínseca da nossa inteligência; da capacidade intrínseca dos nossos pendores todos cerebrais, digo), depende da capacidade intrínseca da nossa inteligência, da capacidade intrínseca do conjunto de nossos pendores todos cerebrais, quer dos órgãos do sentimento, quer dos órgãos do caráter; do conjunto do nosso estado vegetativo; do conjunto do meio social em que estamos. De sorte que já se vê que o estado de razão muda com a idade, com a situação do indivíduo, e não só com as suas situações normais, mas mesmo com as anormais.

Fé é a aptidão dos animais superiores, dos animais simpáticos portanto, de identificarem seu estado cerebral com o estado cerebral dos entes que eles amam, e sobretudo que eles veneram, e que veneram com bondade; de maneira que é a convicção ligada intimamente ao amor na sua mais alta expressão. – Ora, o amor se compõe do apego, isto é, do amor entre iguais; da veneração, isto é, do amor para com os superiores; e da bondade, isto é, do amor para com os inferiores. A plenitude do amor supõe a combinação destes três aspectos, digo, afetos. Se bem que a veneração tenda a prevalecer, todavia o amor adquire sua mais alta expressão justamente quando a bondade domina. Assim, no amor para com o Passado, para

com o Futuro, e para com o Presente, sentimos o predomínio da bondade. Nós não podemos deixar de amar o Passado, o Futuro, mesmo o Presente, sem sentir uma exaltação da veneração; basta, porém, refletir que o Passado não pode agir mais sobre nós senão mediante nossa dedicação, que o Futuro depende cada vez mais da nossa dedicação, que o concurso para com os contemporâneos exige da nossa parte uma dedicação também continuada, para não admitirmos dúvida quanto à preponderância cada vez maior que a bondade deve ter no conjunto da nossa existência. – É desta constituição altruísta que resulta justamente a fé; e por isso o nosso Mestre dizia: fé coletiva; porque, afinal de contas, essa identificação do nosso cérebro com o cérebro dos entes que amamos, faz com que possamos identificar a nossa mesquinha inteligência com a inteligência colossal, por assim dizer, que representa o Passado, na nossa espécie, com toda a imensa evolução dela. Basta dizer que é só em consequência dessa fé que, em poucos anos, a criança se identifica com o conjunto da civilização em cujo meio surgiu.

Semelhante fenômeno, é apenas uma manifestação de uma lei geral, que vamos ter aqui ocasião de indicar no estudo da Fil. 1ª, que é a que se chama lei da imitação: é esta lei aplicada aos fenômenos superiores.

Pois bem, o início individual da instrução da criança, começa pela razão, especialmente pela razão concreta, pelo exercício espontâneo dos seus órgãos intelectuais. – Mas, notai como essa razão se exerce na criança (e tudo quanto dissermos da criança diremos dos animais superiores que não podem prover aos meios de sua subsistência sem o auxílio preliminar de seus pais). Sabeis que só na parte inferior da escala animal é que um ser desligado de seu progenitor pode providenciar logo quanto aos meios de sua subsistência; mas, a partir de certo ponto da escala animal, já não é assim: quanto mais elevada é a situação do animal na escala, tanto mais demorado é o tempo em que ele precisa dos cuidados maternos para subsistir. Pois bem, é pelo exercício da razão que o animal começa a formar a sua cultura mental; mas essa cultura mental se faz em condições de uma submissão forçada. A criança não escolhe o seu meio, não tem mesmo liberdade de o escolher: todo mundo sabe as condições precárias em que o animal se desprende do seio materno, ficando, pois, em uma situação criada independentemente de sua vontade, de submissão involuntária, forçada. E, entretanto, é assim nesse estado que ele começa a exercer seus órgãos cerebrais, seus órgãos intelectuais: é pelo exercício de tais órgãos, nessa condição forçada, que ele vai apanhar as relações em que se acha para com os outros seres, a começar pela descoberta de sua Mãe, descoberta a que é levado pelo incitamento do instinto nutritivo, em breve reagindo sobre o da veneração, sobre o altruísmo o mais elevado – bondade, e sobre o apego, mas

especialmente sobre a veneração. A combinação do instinto nutritivo com o da veneração, preside ao desenvolvimento intelectual da criança, chamando a atenção desta para o ente que vela especialmente sobre as condições da sua existência. Em consequência desta cultura, a criança aprende, sempre por um trabalho de imitação, a língua materna, isto é, o conjunto dos sinais que servem para estabelecer uma comunicação cada vez maior entre os sentimentos maternos e os dela, entre os pensamentos maternos e os dela. Feita esta descoberta da linguagem, a criança continua a exercer a sua razão, mas... (Não esqueçais, porém, nunca este ponto, que é capital: trata-se de submissão involuntária, a criança está em condições de submissão involuntária; e, assim, estais vendo aqui como a submissão, mesmo a submissão forçada, é a base do aperfeiçoamento. Não é pela revolta que a criança aprende o que aprende: é pela submissão. Quer queiramos, quer não, é assim. Não é que a criança não tenha na cabeça os órgãos da revolta: como S. Agostinho ponderava nas suas "Confissões", quando ele se revoltava contra a sua ama, e fazia pequenas pirraças, por ex., já era pelo egoísmo: pelo orgulho, pela vaidade, etc. Esses órgãos da revolta, portanto, existem sempre; mas eles são subjugados pela condição forçada, pela subordinação em que a criança está, o que a obriga a tomar justamente o caminho mais conveniente para o seu desenvolvimento). Pois bem, descoberta a linguagem, em breve a criança começa a apanhar o seguinte: que ela aprende mais depressa as coisas, adquire noções mais importantes, aceitando pela linguagem a experiência de sua Mãe, do que recorrendo à experiência dela própria. O resultado é que a criança deixa de exercer a sua razão em fazer novas descobertas, como as que fazia a princípio, quando não podia apreender coisa alguma senão porque a Mãe se lhe apresentava diante e correspondia às suas necessidades. Ela agora, voluntariamente, emprega a sua razão, em regra, não para fazer descobertas; – fará algumas, é certo, não quer dizer que não faça absolutamente: se uma borboleta passa por diante da criança, esta a vê, e não foi a Mãe que lhe trouxe essa descoberta; – salvo nestas condições, porém, a razão é empregada, não para inventar, não para descobrir, mas para desenvolver as consequências do ensino obtido pela fé.

É esta a situação que Tomás de Kempis, na "Imitação", resumiu no verso que nosso Mestre tomou para uma das divisas, uma das epígrafes da sua "Síntese Subjetiva", isto é: "Toda razão e investigação natural devem seguir a fé, não precedê-la nem infringi-la."

E nosso Mestre, em uma outra epígrafe, explicou porque era indispensável que fosse assim. Ele disse: "Entre o Homem e o Mundo, é preciso a Humanidade." – Com efeito, é através da Humanidade que o Mundo nos domina. É assim que ele nos domina fisicamente, porque a Humanidade já constituiu, já preparou a Terra: nenhum de nós encontra a Terra como era;

e, ao mesmo tempo, a Humanidade estabeleceu as condições artificiais em que nos devemos desenvolver: os mais miseráveis, hoje, – e não somente aqueles que se julgam felizes – sofrem essa influência benéfica da Humanidade. É a exaltação do nosso egoísmo que não nos deixa perceber a realidade da nossa situação. Assim, somos levados, simplesmente por esse egoísmo, a exagerar as superioridades exteriores, que de fato existem ou parecem existir, naqueles que julgamos em posição melhor que a nossa; e ele nos leva, por outro lado, a exagerar as durezas, as agruras de nossa própria situação, quando comparada com a daqueles. Tomemos um exemplo concreto. – Todo mundo sabe o que é hoje um transatlântico. Entramos ali e encontramos uma cidade flutuante, reproduzindo a vida real das cidades; quer dizer, vemos no navio os contrastes que há na sociedade. De um lado, todo o conforto, o luxo mesmo: pode-se dizer que cada passageiro de 1ª classe é um príncipe: é a verdade: o navio é feito quase exclusivamente para ele; é uma situação que choca logo. Agora, os passageiros de 3ª classe vão nas condições mais desgraçadas que se pode imaginar. Tudo isto, porém, pode-se considerar como superficial. De fato, encaremos as condições capitais: quem vai com mais segurança, o passageiro de 1ª classe ou o de 3ª? Vão com a mesma segurança. Se o navio se perder, vão todos sofrer o mesmo destino; se o navio joga, se o mar é agitado pelos horrores da tempestade, sofrem todos igualmente. A questão é mais subjetiva do que objetiva. Compreende-se bem, portanto, que, tomadas as coisas como realmente são, as diferenças aparecem relativamente insignificantes. Quem as torna, pois, assim tão grandes? Somos nós. Imaginai S. Francisco de Assis: as vantagens do luxo seriam um ônus para ele, e as agruras da miséria constituiriam para ele coisa simplesmente agradável. E não é só em uma situação artificial, de navegantes, que podemos ver esses benefícios gerais da Humanidade afetando, dominando a todos: mesmo na cidade, nas ruas, observamos isto. Afinal de contas, o mendigo, que anda pelas ruas do Rio de Janeiro, de Paris, de uma grande cidade, em suma, está em piores condições do que aquelas em que se encontra, por ex., o cacique de uma tribo selvagem? Não, de certo. E cumpre observar aqui, ainda, que grande parte dos sofrimentos do mendigo na civilização, resultam da cultura que provêm do conjunto do desenvolvimento social. É, portanto, através da Humanidade, que sofremos essas influências de toda ordem. Nossas opiniões, as aberrações mesmo que temos, são o resultado da cultura por que passamos: assim, não ireis encontrar numa tribo selvagem, por ex., todas as divagações metafísicas de nossos dias, quer dos metafísicos retrógrados, quer dos revolucionários. É através da Humanidade que recebemos todos os benefícios de que gozamos, de qualquer natureza que sejam: as virtudes que temos, a vida, a honra, a riqueza, tudo quanto possuímos, veio da Humanidade. – Compreende-se, assim, por que razão não podemos pretender

cultivar nosso espírito como se houvesse simplesmente – nós de um lado, e o Mundo do outro. Não: entre nós e o Mundo, é preciso a Humanidade; e é o que significa o aforismo: "É necessário subordinar a razão individual à fé coletiva", à fé constituída pela Humanidade, ao saber da Humanidade. – Pois bem, essa fé é que constitui o bom senso vulgar; e é por isso que a verdadeira ciência é simplesmente um prolongamento do bom senso vulgar. – Isto vos mostra, então, como é que a influência exercida sobre nós pela Humanidade se faz sentir através dos indivíduos que ocupam as posições mais humildes, como através dos que se encontram nas posições mais brilhantes. Tomai a criança. Suponde essa criança num palácio de rei, suponde-a num albergue miserável, – e a Mãe dessa criança, rainha ou plebeia, irá transmitir-lhe a civilização em cujo seio a criança surgiu: o essencial, vão receber ambas as crianças. Nestas condições, a subordinação da razão à fé significa, no fundo, a subordinação do nosso individualismo, da nossa inteligência individual, ao saber coletivo, concretizado no bom senso vulgar.

Esse estado de infância continua, apesar de todos os preconceitos revolucionários em contrário, de nossos dias, continua depois que chegamos ao estado adulto. Qualquer de nós, sejam quais forem as pretensões que tenha à superioridade, à supremacia de sua razão, examinando a cada momento o conjunto de noções, de convicções que possui, há de reconhecer que deve mais à fé do que à razão; quer dizer: sabe mais porque aceitou em confiança, do que porque a sua razão se exerceu. Nem podia ser de outra maneira: a vida seria impossível se não vivêssemos de fé. Entramos num edifício: quem nos diz que ele não vai desabar sobre nossas cabeças? Foi a nossa razão? Submetemos o edifício a algum exame, verificamos o estado de suas paredes, de seu madeiramento? Não: entramos nele porque temos confiança. Embarcamos, a bordo de um navio: examinamos o navio, examinamos o comandante? Temos, sequer, capacidade para saber como é que o comandante vai dirigir a navegação? Não: entregamo-nos cegamente a ele, em confiança. Compramos os alimentos que servem para a nossa nutrição: algum de nós anda de retorta – tem mesmo conhecimentos para isso? – a examinar os elementos de que eles se compõem, para saber se são ou não venenos? Não: comemos o pão com toda a confiança, certos de que ele nos vai nutrir. Que é tudo isto senão confiança, senão fé? Repito: a vida humana seria impossível, se não houvesse continuamente a fé. Vivemos da fé, e pela fé, aprendemos pela fé; a razão não serve, não deve servir normalmente, senão para desenvolver as consequências dos princípios; e, se os princípios aceitos são falsos, as consequências denunciam logo essa falsidade. A razão serve para estender, pela aplicação, os resultados da fé; princípios que aprendemos em certas condições, aplicamos depois em outras.

Entretanto, a transição revolucionária, que vem do XIV século, depois da desorganização do sistema católico-feudal, tentou subverter esta ordem, proclamando a supremacia da razão sobre a fé. Assim procedendo, a inteligência individual revoltava-se contra a inteligência coletiva, os vivos insurgiam-se contra os mortos, e isto a pretexto de aspectos secundários, que evidentemente não correspondiam à realidade: quando a massa das concepções, dos conhecimentos, permanecia real, só porque uns quantos conhecimentos, uns quantos princípios, estavam em falta, entendeu-se justo pôr tudo mais em dúvida.

Ora, não há dúvida que isto era indispensável para certos espíritos. Concebe-se, – nem podia ser de outro modo, dada a evolução cega que teve a Humanidade até o advento do Positivismo – concebe-se que fosse preciso que um Descartes, que um Bacon, fizessem tábua rasa de quanto o Passado tinha dito, e se instituíssem árbitros, dando balanço em tudo quanto anteriormente fora acumulado. Mas Descartes, mas Bacon, não eram qualquer de nós: eles representavam as personificações mais elevadas da Espécie; eles estavam justamente no caso de realizar essa subordinação da razão à fé no mais alto grau. A fé, que a Humanidade foi construindo durante períodos inteiros, naturalmente foi se personificando em um certo número de indivíduos; estes indivíduos constituem as autoridades. Compreende-se que, se as autoridades fossem sempre homens de primeira ordem, fossem sempre um S. Paulo, um S. Tomás de Aquino, eles próprios iriam modificando as suas descobertas primitivas. Pois a concepção teológica, católica, que S. Tomás de Aquino desenvolveu, é a concepção primitiva dos Padres da Igreja? Pois não sabemos que foi ele quem incorporou Aristóteles no sistema católico? É certo que a doutrina de S. Paulo filiava-se diretamente à doutrina de Aristóteles; mas, naquele intervalo, foi Platão quem prevaleceu, em consequência do estado geral da massa. Seja como for, porém, se o sacerdócio católico se tivesse composto unicamente de naturezas como S. Bernardo, como S. Tomás de Aquino, era natural que ele fosse continuamente modificando a doutrina, isto é, aperfeiçoando a fé, à medida que novos elementos iam sendo trazidos pela experiência da Humanidade. Mas, infelizmente, não é assim: a maioria dos homens é medíocre, e, mesmo nas funções mais eminentes, é fatal que caiba à mediocridade a maioria dos cargos.

Por outro lado, a fatalidade faz com que as naturezas eminentes muitas vezes não se entreguem ao sacerdócio: era o que se dava com Descartes, com Bacon, com Galileu, com Kepler, etc. Nestas condições, e por uma série de circunstâncias que veremos no correr da exposição, (porque, está claro, não podemos ter a pretensão de querer dar todo o Positivismo em uma lição), nestas condições, e só assim, compreende-se a luta contínua entre a razão individual e a fé. Descartes, tendo resumido o saber de seu tempo, tendo aprendido tudo

quanto era possível aprender, (e o mesmo se deu com Bacon, com Galileu), foi levado a sentir a contradição em que estavam o espírito da Humanidade e aqueles que de fato eram os representantes oficiais da mentalidade humana. Desde então, homens desta ordem se impuseram, como base da regeneração social, fazer tábua rasa de tudo. Eles estavam nas condições de fazer tábua rasa de tudo, mas mantendo provisoriamente aquilo que não podiam substituir. Vede o pensamento de Descartes, que é característico a este propósito; e é o que o torna o principal precursor teórico do Positivismo. Ele teve de fazer, na sua obra, uma parte positiva, e outra parte negativa, outra parte metafísica. Descartes filósofo positivo, retoma a cultura dos antigos, e diz textualmente: "Eu começo onde os antigos ficaram". Ele tinha de fazer a regeneração científica, devia começar pela matemática: toma o último problema que os grandes geômetras da antiguidade não tinham podido resolver, transforma a ciência, como havemos de ver, e resolve esse problema, e a resolução de tal problema é o ponto de partida de sua concepção. Na moral, Descartes diz: "Adoto como regra, os princípios que eu não puder substituir; adoto os princípios da sociedade, do meio em que estiver". Ora, foi esse sentimento de respeito, de veneração pelo Passado, que encontramos sempre em todas as grandes almas; foi este sentimento que susteve Clotilde, a Inspiradora de nosso Mestre, apesar de todas as perturbações a que Ela estava exposta, como estava exposto o Ocidente. Dizia Ela: "Eu respeito as regras supremas da sociedade; as grandes instituições humanas são respeitáveis como o labor dos séculos". As suas desgraças não fizeram d'Ela uma revoltada. Fato idêntico se deu com Descartes: aquilo que ele pôde substituir, substituiu, deixando o que não podia substituir. Vê-se, de fato, que essas grandes almas, parecendo revoltadas contra o Passado, na realidade subordinaram a sua razão à fé coletiva.

O vulgo das naturezas, porém, não é assim; o vulgo das naturezas, em virtude de sua inferioridade moral, isto é, da energia dos seus instintos egoístas, da insuficiência dos seus instintos altruístas, da fraqueza de sua inteligência, não sabem duvidar e esperar, e, enquanto duvidam esperam, não sabem deixar de "derramar em torno de si as perturbações que sofrem". A consequência é que, por um lado, elas, as naturezas vulgares, se degradam, e, por outro, arrastam os mais à degradação, ou, pelo menos, perturbam o conjunto da existência social. E o espetáculo a que assistimos em nossos dias, é o espetáculo a que a Humanidade teve de assistir, cada vez mais anarquizada a sociedade, a partir do XIV século, isto é, depois da ruptura do laço católico-feudal.

Vós compreendeis, pois, que, se as doutrinas são criadas pela Humanidade, em certas condições, nenhum de nós pode assimilar essas doutrinas, nenhum de nós pode compreendê-las, sem que se coloque nas condições em que a Humanidade estava quando as

criou. E, se a Humanidade cria essas doutrinas justamente personificando-se nos grandes tipos, como é que pretendemos que a nossa fraca inteligência possa se identificar, porque a tanto equivale aprender, com a inteligência de um A. Comte, de um Descartes, de um Gall, de um Bichat, sem que nos coloquemos previamente nas condições em que eles realizaram as suas descobertas?

A arte, por este lado, oferece exemplo mais edificante do que a ciência; porque todo mundo sempre sentiu que não é possível apreciar a obra de um artista sem se colocar no ponto de vista do mesmo artista. Isto não é apenas verdade quando vemos um quadro; se nos colocarmos diante de uma tela em qualquer posição, acabaremos até por não ver coisa alguma; temos de nos colocar no ponto de vista em que ela foi feita. Não é menos verdade que, quando lemos uma epopeia, é preciso que nos identifiquemos com o autor. Ninguém se lembra de agarrar, por ex., a "Divina Comédia" e de lhe transpor os cantos. Sim, podíamos começar pelo "Paraíso", ou pelo "Inferno", ou pelo "Purgatório"... Mas, afinal, não teríamos ideia completa do poema de Dante. Se começarmos a ler a "Divina Comédia" baralhando os cantos, ficará tudo estragado. Se agarrarmos um quadro de Rafael, se o retalharmos e colocarmos os pedaços em qualquer ordem, ele nada mais valerá. Os indivíduos, entretanto, entendem que podem agarrar a "Geometria Analítica" de A. Comte, ou a "Geometria" de Descartes, ou o "Tratado dos Princípios" de Newton, e baralhar tudo: acham que a ordem das teorias é indiferente... Todos os que estudamos há alguns anos, sabemos que hoje não se aprende a Física na ordem em que aprendemos. Não quero dizer que como aprendemos fosse o modo conveniente; mas seguia mais de perto a ordem histórica das descobertas, aproximava-se mais da realidade, do que o estudo feito pelo modo caprichoso por que se faz hoje, como teremos ocasião de ver. Porque isso? Porque a ciência não teve, antes de A. Comte, o caráter sintético que teve a arte, justamente porque a ciência está mais apartada do sentimento do que a arte.

A veneração, que é a base da subordinação da razão individual à fé coletiva, não é só indispensável para ensinar: é indispensável para aprender. É indispensável para aprender, como é para ensinar: quem ensina, não faz mais do que transmitir a quem aprende o conjunto das doutrinas criadas pela Humanidade: aquele, portanto, que ensina, ou que pretende ensinar, não pode transmitir convenientemente esse ensino se não venerar o conjunto dos que construíram o saber da Humanidade. Quem aprende, também, não pode aprender convenientemente, por tudo quanto vos acabo de dizer, sem se subordinar, sem essas condições de docilidade. "Docilidade", como sabeis, significa – brandura, pendor para a obediência, mas também – disposição para aprender. Não foi embalde que a linguagem

vulgar reuniu, em uma mesma palavra, coisas que parecem diferentes. Uma criança dócil, uma pessoa dócil – quer dizer não somente uma pessoa ou uma criança obediente, mas também que tem disposição para aprender. Não é, entretanto, só para aprender e ensinar que a veneração é indispensável: é também para inventar. Não há diferença essencial entre inventar e aprender. "Aprender" é apanhar uma certa doutrina nas condições artificiais instituídas pelo preceptor, em vista do conhecimento que este tem do ouvinte, do aluno; "inventar", é apanhar uma certa proposição, uma certa verdade, em suma, servindo-se unicamente das condições que a Humanidade houver instituído espontaneamente, ou que a natureza apresentar. (Foi por isto que, transmitindo a um amigo de Alexandria uma das suas famosas descobertas, Arquimedes disse "que ele não tivera senão o trabalho de ver (apanhar), onde elas estavam, as leis que formulava: não tinha inventado". Agora, todo mundo estava vendo as coisas que ele tinha visto, e ninguém fizera a descoberta que ele realizara. No fundo, porém, é isto. Hoje aprendemos graças a um Arquimedes; e o nosso cérebro vai, quando estudamos, passar pelo mesmo exercício, pela mesma atividade por que passou o cérebro de um Arquimedes; mas nós em condições muito mais fáceis, porque já encontramos reunidos os objetos, os elementos que ele achara esparsos na natureza e que ele juntou, o que pôde fazer em virtude da superioridade de sua inteligência sobre a nossa). – A veneração, portanto, disse eu, é tão indispensável para quem aprende, como para quem ensina, como para quem inventa; e, por isto, Vauvenargues já dizia que "os grandes pensamentos vêm do coração"; e é por virem do coração que não podem ser compreendidos senão nos limites de nossa inteligência guiada pelo coração.

Poderíamos citar muitos exemplos disto, sendo um justamente a conferência passada. Se não fosse essa disposição, teria sido impossível a apreciação, a apresentação da série de noções que eu vos apresentei.

Mas, essas considerações servem também para mostrar os inconvenientes do ensino acadêmico, que está espalhado hoje por toda a parte; porque ele faz prevalecer a razão por tal forma, que quem ouve qualquer dos professores acadêmicos acha-se exposto a pensar que tudo quanto ele está dizendo foi por ele descoberto. Mesmo aqueles que se preocupam com o ponto de vista histórico, pensam que isto consiste em dizer simplesmente que Fulano descobriu tal coisa em tal data. Com isto chega-se ao seguinte resultado: em obras que pretendem trazer a bibliografia do assunto, encontra-se um catálogo tão grande de livros, que muitas vezes pode-se racionalmente provar que era impossível para o autor ter lido tudo aquilo. Todas as coisas, tudo tem o limite do tempo, e que tempo seria necessário, pergunta-se logo, para ler as obras citadas em tais catálogos? O que se pretende mostrar assim, é

contrário à verdadeira filiação da doutrina, filiação que, como tive ocasião de dizer, supõe exatamente os órgãos principais. Não foi todo o mundo que tratou de um assunto, que contribuiu para avançá-lo; nem todos que fizeram observações secundárias a seu respeito, contribuíram para avançá-lo; fazê-las, não serve de nada; as grandes descobertas são as que põem os problemas, mas estas, só os grandes gênios as fazem, para continuarem a ciência, como os grandes artistas para fazerem as epopeias, etc. Esse processo defeituoso, resulta precisamente do predomínio da razão no ensino vulgar, no exercício mental; é daí que vem que se acredite na possibilidade do ensino fragmentário e analítico. – Por tudo quanto vos acabo de dizer, vê-se que o verdadeiro ensino não pode ser dado senão por professores enciclopédicos. Trate-se da questão mais simples: da teoria da numeração, por ex. Parece que a pessoa que sabe escrever um número, saberá dar a teoria da numeração: porque não há de saber? Entretanto, não é assim. A numeração, por quem foi feita? Pela Humanidade. Quantos séculos não levou Ela para organizá-la, e quais as condições em que o fez? Pois bem, é possível resolver tudo isto sem conhecer o histórico da evolução da nossa espécie? O resultado é que o ensino dado vulgarmente é falso, é falseado. O indivíduo pode saber escrever o número, mas isto é saber precisamente o que há de mais fácil, o que há de mais superficial. Mas ele pode ser incapaz de responder a esta simples pergunta: porque os Gregos, tão adiantados, que tiveram um Apolônio, um Arquimedes, que conheciam a numeração decimal, não estabeleceram uma notação mais conveniente? Porque essa notação foi ser tomada nas castas teocráticas da Índia, que não tinham ainda um Apolônio, um Arquimedes, a julgar grosseiramente pelas coisas, porque não tinham a geometria de nenhum desses dois sábios? Pois bem, não encontramos, antes do Positivismo, fora do Positivismo, fora de A. Comte, ninguém que, no meio acadêmico, responda a semelhante pergunta: a resposta só foi dada por A. Comte. Por que razão Kepler, que não era superior intrinsecamente, intelectualmente, a Hiparco, não dispondo de maiores dados do que dispôs Hiparco, formulou o sistema do movimento planetário que ele formulou, e que Hiparco não tinha formulado? Porque o dogma mesmo do movimento da Terra só veio a prevalecer no XVII século, e não prevaleceu desde que os teocratas o pressentiram? Fora de A. Comte, ninguém respondeu a essas perguntas. Não se trata da questão astronômica em si mesma: é da história do pensamento da Humanidade acerca do fenômeno. Antes de tudo, é preciso saber como foi Ela construindo e modificando o seu pensamento, qual a série de condições a que este pensamento obedeceu.

2. Depois de todas estas reflexões, que vos mostram as condições em que o ensino abstrato vai ser dado, digo, feito, podemos mais rapidamente considerar o objeto da nossa lição de hoje.

Como dissemos, devíamos começar, em primeiro lugar, mostrando o papel que representa a abstração teórica no conjunto da existência humana. Mas, notai, antes de tudo, a necessidade da abstração teórica.

Tínhamos visto, na última lição, primeiramente, que os nossos conhecimentos têm todos por objeto dirigir a nossa conduta ativa – a ação, e a nossa conduta passiva – a resignação, a ação sobre nós mesmos. Tínhamos visto igualmente, que a nossa ação baseia-se na nossa resignação, porque nós só podemos agir utilmente depois de conhecermos as condições a que nos temos de submeter, depois, em uma palavra, de conhecermos as leis naturais dos fenômenos.

Daí é que resulta a distinção dos nossos conhecimentos, em conhecimentos relativos à imutabilidade, à invariabilidade, à fatalidade, em suma, e conhecimentos relativos à modificabilidade.

Mas precisemos o que significa a fatalidade.

Toda a nossa conduta, quer se trate de resignação, de nos conformarmos com aquilo que não podemos mudar, quer se trate de ação, de modificar, portanto, aquilo que é acessível à nossa intervenção, só se pode exercer sobre seres, ou em relação a seres que nos rodeiam. Mas, como dizia há pouco, estes seres nos afetam pelo conjunto dos atributos, quer dizer, pelas manifestações, pelo modo por que eles se põem em contato conosco. Compreende-se que quanto mais influência tenham sobre nós, ou quanto mais seus atributos influam sobre nós, tanto mais facilmente eles poderão ser apanhados.

Estes atributos, ou estas relações, porém, dos seres para conosco, podem ser apanhadas de dois modos. De fato, ou nós damo-nos conta do conjunto de fenômenos que definem cada ser, e é isto que se chama razão concreta, como dizia há pouco; ou nós procuramos apanhar as influências, as relações de cada atributo para conosco e para com tudo, abstraindo dos diversos seres, e considerando os mesmos atributos em todas as coisas, não só realizadas, mas até imagináveis, e é isto o que se chama razão abstrata.

Como vos disse também há pouco, estes dois modos de raciocinar coexistem, mas seus surtos são sucessivos; quer dizer, nós começamos exercendo a nossa razão concreta, e só posteriormente é que desenvolvemos a nossa razão abstrata. Entretanto, ambas, isto é, o

conhecimento dos seres, e o conhecimento dos fenômenos em separado dos seres, têm suas vantagens, e têm seus inconvenientes.

Vamos ver a explicação destas vantagens e destes inconvenientes.

A nossa conduta não pode ser regulada sem que sejamos capazes de prever os acontecimentos, isto é, saber o que vai acontecer, antes que o acontecimento tenha se dado. Esta necessidade de previsão é indispensável, tanto para a resignação como para a ação. De outra maneira, sem previsão, não pode haver regulamentação da nossa vida; e toda a nossa ciência tem essencialmente por fim esta regulamentação, e, portanto, esta previsão. – É a esta circunstância que está sujeita a nossa capacidade de ação, conforme um aforismo formulado por Bacon em uma combinação. Dizia ele: saber é poder. Mas, não explicava como é que o saber era poder. Foi A. Comte que tornou claro o termo médio que liga o saber ao poder, dizendo: saber para prever, prever para prover; de sorte que saber é poder, porque saber nos habilita a prever.

Essa previsão, porém, torna-se impossível sem que nós estabeleçamos regras invariáveis para todos os casos. – Entretanto, a sabedoria vulgar proclama a impossibilidade de regras invariáveis, porque conhecemos todos o anexim popular: "não há regra sem exceção", o que equivale a dizer que não há regra invariável. – Notai bem esta situação fatal: a nossa conduta não pode ser sistematizada sem a previsão, que não é possível conseguir sem regras invariáveis; mas estas não podem existir, desde que não há regra sem exceção.

Como sairmos desta colisão? É justamente pelo concurso da razão abstrata com a razão concreta.

3. A grande missão da razão abstrata, é a instituição de regras gerais, que, depois, a razão concreta adapta à multiplicidade dos casos particulares.

Mas, como é que a Humanidade instituiu essas regras gerais? Da seguinte maneira.

Em vez de estudar o fenômeno reunido a todos aqueles que concorrem, em um mesmo momento, em cada corpo, a Humanidade considerou o fenômeno em separado do corpo. É daí que vem a palavra abstração: abstrair, arrancar.

Considerado o fenômeno em separado de todos os outros com que ele se apresenta no mesmo corpo, procurou a Humanidade compará-lo com todos os fenômenos análogos, onde quer que eles se achassem. É isto que se chama abstração teórica; abstração para ver, para comparar, contrastando, como havemos de observar daqui a pouco, com aquilo que se chama abstração afetiva, estética, e com aquilo que se chama abstração prática.

Mas, depois de apanhar esse fenômeno, de considerá-lo em separado, a Humanidade estuda as relações entre ele e outros. – Ora, os fenômenos que nos oferecem os seres todos acessíveis à nossa contemplação, são em número limitado. A multiplicidade dos seres se nos apresenta desde então como sendo apenas o resultado da combinação destes fenômenos em número muito limitado, dois a dois, três a três, quatro a quatro; e isto por modo diferente, e em graus de intensidade diferentes.

Separados esses fenômenos, a Humanidade apanha as relações entre eles, relações que, portanto, dominam todos os casos particulares; a Humanidade combina os fenômenos da maneira mais conveniente, e forma então os tipos abstratos, quer dizer, tipos constituídos pela concepção abstrata dos fenômenos. – Tipo, quer dizer modelo. A Humanidade forma os modelos, que têm dois destinos: por um lado, eles servem para nos fazer compreender os corpos que existem: a nossa Astronomia abstrata, que é? uma construção destinada a representar o espetáculo celeste com o grau de aproximação exigido pelo conjunto de nossas necessidades: foi para atender a elas que se criou, por assim dizer, um Céu ideal; é a este Céu, a este sistema planetário ideal, que tratamos de adaptar os conhecimentos do sistema planetário real. – Mas não é só para isso que servem os tipos abstratos: criados esses, a Humanidade constrói seres artificiais, seres que não existem fora de nós, como, por ex., as nossas diversas máquinas: onde existe a máquina a vapor? onde existe o navio? onde existem os tecidos? a natureza não oferece nada disto, apenas oferece elementos para fazer isto; a Humanidade concebe, constrói esses tipos na sua cabeça, e depois passa a realizá-los praticamente.

Ora, sabeis também que há sempre uma diferença entre o tipo concebido e o tipo executado, realizado. Não é só tomando as coisas complicadas como as máquinas: tomai um elemento simples, um retângulo, por ex.: a Humanidade o imagina, mas onde existe ele? onde existe mesmo uma linha reta? só existem na cabeça dos geômetras, isto é, da Humanidade: fora de nós, tudo quanto pudermos fazer, tudo são coisas dando ideia de uma linha reta, não são linhas retas. O círculo: onde pode existir um círculo perfeito, ou, simplesmente, um círculo (porque, se não é perfeito, não é círculo)? só na cabeça dos geômetras: fora de nós não existe, ou só pode existir uma figura mais ou menos parecida, mas círculo não é. – Notai, entretanto, o seguinte: na prática, não precisamos que a figura seja exatamente circular. Precisamos, por ex., de um cilindro, aproximadamente circular, embora não o seja geometricamente. O ouro puro, o oxigênio puro, não existem: só existem na cabeça dos químicos. – É a prática que vai graduar essa assimilação dos corpos, reais ou artificiais, aos tipos abstratos criados pela

Humanidade. Pois bem, é a isto que A. Comte chama – passagem do abstrato para o concreto, e passagem do concreto para o abstrato.

Tomemos para ex. um ser qualquer. Graças ao conjunto do saber humano, vamos dizer logo, por ex, se é animal... Bem entendido, se estiver dentro dos limites em que o podemos afirmar; porque é preciso não esquecer que a Humanidade só pode saber as coisas relativamente a uns dados limites. Assim, o que é infinitamente pequeno não pode ser conhecido, nem o infinitamente grande: além de certos limites, para nós é como se não existisse. Tomar, pois, um ente microscópico, e querer decidir se é planta ou se é animal, constitui problema, pode-se dizer, insolúvel; e é o que explica as discussões todas do mundo acadêmico. O fato é que não temos necessidade de saber disto: o nosso interesse circunscreve-se a certos limites, e, daí por diante, para nós, é indiferente. – Voltemos, porém, ao caso que figurei. Diante daquele ser, não nos limitamos a dizer que é um animal: só pelo exame do seu exterior, e graças à classificação de Blainville, vamos dizer qual o ponto da escala animal em que ele está, e dizer, ainda, como é ele constituído por dentro, naquilo que não vemos. Podemos dizer qual o seu sistema vegetativo, qual a sua constituição cerebral; isto sem precisar destruir o animal, e unicamente pela inspeção dos atributos exteriores. – E porque o podemos? Porque a Humanidade construiu os tipos abstratos dos diversos seres que a afetam. Ora, na hip. figurada, se tomamos um animal e queremos saber o que ele é, passamos do concreto para o abstrato, isto é, procuramos, na escala abstrata dos seres, o ente que se assimila àquele. Agora, se tomamos o caso abstrato e queremos realizá-lo, aí é a passagem do abstrato para o concreto. – E é nisto que consiste toda a dificuldade da harmonia mental, e da harmonia prática.

O ideal dos teóricos abstratos, isto é, dos teóricos que não atendem às condições da teoria, às condições reais, religiosas, da teoria, é tornar quase que dispensável a prática. Vemos isto nas pretensões relativas à engenharia, e mesmo a outras artes que se estão desenvolvendo: pretende-se, por exemplo, formar um engenheiro, simplesmente na escola. Não, é impossível, porque a questão mais simples da engenharia é uma questão prática, que a ciência não pode prever. – Vou tomar um ex. muito simples: trata-se de saber qual a quantidade de terra que existe em uma montanha, supondo que toda ela seja formada de terra. É um problema que a geometria não resolve, e cuja solução depende do critério do engenheiro. A geometria não trata de montanhas, trata de corpos definidos: prismas, cilindros, cones, paralelepípedos, etc.; e o indivíduo, para avaliar a quantidade de terra da montanha, precisa assimilar esta a um conjunto de corpos (porque não pode assimilar a um único) daqueles que a geometria ensinou a medir, porquanto ela só ensinou a medir esses corpos determinados.

Do critério do engenheiro, ao assimilar a montanha a esses corpos ideais que a geometria definiu, vai depender a avaliação mais perfeita ou mais grosseira. Também já se sabe que, na prática, a avaliação não precisa ter a exatidão que tem a geometria; que, mesmo quando a avaliação não pode ser exata, fornece meios para levarmos tão longe quanto queiramos a sua aproximação, relativamente aos tipos abstratos. Na prática, não é preciso tanto; em todo caso, a melhor ou pior avaliação depende, como dissemos, do critério de quem a faz. – Por isto, dizia A. Comte que nenhuma arte, nem mesmo as artes matemáticas, pode deixar de ser empírica. E o que se dá com a medicina, a mais complicada de todas as artes porque considera o homem no caso mais complicado de todos: a perturbação humana. Supondo todos os aperfeiçoamentos da medicina, será sempre impossível, diante de um doente, afirmar exatamente qual o estado dele. O médico, diante de um enfermo, que vai fazer? Assimilar o estado deste, o caso particular que está vendo, aos diversos tipos abstratos que constituem o que chamam – moléstias. Diz, por ex., que o doente tem febre amarela; mas, o que é a febre amarela? É um tipo abstrato, criado simplesmente pela patologia. O médico não encontrará, talvez, no correr de sua vida, um caso reproduzindo tal tipo precisamente como foi descrito, mesmo porque muitos dos sintomas não podem ser apanhados. Efetivamente, a nossa linguagem é toda ela simpática, nós só podemos comunicar aos outros aquilo que eles são capazes de sentir, e na moléstia há coisas inteiramente individuais. Nestas condições, só cada um pode ser seu verdadeiro médico. E como? Tratando de aprender tudo quanto a Humanidade instituiu, de maneira a poder subordinar a sua razão, digo, de maneira a subordinar a sua razão, enquanto esta puder funcionar, aos seus conhecimentos, ao conjunto desses dados. – Seja como for, na passagem do abstrato para o concreto é que reside toda a dificuldade, a qual se apresenta, por ex., quanto à educação. – É muito vulgar ouvirmos dizer: filhos do mesmo Pai e da mesma Mãe, educados da mesma maneira, e qual o resultado que se teve? um disparate: um prestou e o outro não prestou. Mas isto está errado: filhos do mesmo Pai e da mesma Mãe não são os mesmos, portanto é preciso que se dirija a educação conforme o caso, conforme a natureza das duas crianças, vendo o que convém fazer de modo diferente para obter o resultado mais aproximado, e conseguir de cada um aquilo que ele pode dar. – Uma Mãe que se mete na cabeça, só porque gosta de pintar, transformar o filho em um Rafael, quando ele não dá para pintor, vai perder o tempo, torná-lo prejudicial à sociedade, quando podia torná-lo muito útil se se contentasse em fazê-lo pedreiro, carpinteiro, ferreiro; e assim por diante.

4. Em tudo isto, de que se trata? De, como vos disse, passar do ponto de vista abstrato para o ponto de vista concreto. As duas coisas são indispensáveis: há necessidade da razão

abstrata, e resulta daí, da necessidade de instituir regras gerais; mas a razão concreta é indispensável, porque é ela que trata com os seres, e afinal nós agimos em relação aos seres, é ela que pode adaptar os diversos tipos abstratos aos vários casos concretos, examinando as circunstâncias particulares de cada caso.

Qual o valor, então, da concepção abstrata? Limitar os nossos tateamentos, o nosso empirismo. E só assim este se combina com o dogmatismo: se não fosse o ensino da razão abstrata, andávamos às cegas, ficávamos ora aquém, ora além da realidade. O tipo abstrato nos dá logo um limite aos nossos ensaios: ficamos sabendo que temos de agir dentro de certos dados.

É isto, repito, que mostra a necessidade de combinar o ponto de vista da razão abstrata com o ponto de vista da razão concreta.

Vê-se então em que consiste a verdadeira diferença entre teóricos e práticos. – Muita gente pensa que teoria é fantasia. Sim; há teorias que o são, mas estas deixamos de lado; as científicas, entretanto, são indispensáveis, trate-se do que se tratar: de geometria, como de política ou de moral. – Os nossos democratas, os nossos políticos, pensam que é estadista aquele que dispõe do tesouro nacional e da força pública, e que quem se acha de fora, não tem nada disto, está divagando. Foi sempre a história até aqui; no futuro não há de ser assim, porque a Humanidade vai acumulando esses conhecimentos, que se derramam, e invadem cada vez maior número de cérebros. Dizia-vos, porém, que, quando a razão teórica é científica, tem eficácia considerável. Basta ver o que a indústria está fazendo. Seria possível a nossa indústria moderna, sem o auxílio da ciência? Pois bem, as maravilhas que obtivemos na indústria, se obterão na política e na moral, quando os estadistas se servirem da moral científica, da sociologia científica, como os industriais se servem da astronomia, da física, da química, da biologia. – Vemos, pois, que a verdadeira diferença que existe entre teóricos e práticos, não é que uns tratem da razão abstrata e outros da razão concreta. A diferença entre uns e outros, é que aqueles se preocupam com a concepção, e estes com a ação; quer dizer, uns se preocupam com a ação sobre o homem, e outros com a ação sobre as coisas e sobre o homem também, mas por meios materiais. Os verdadeiros teoristas agem sobre o homem, o fenômeno humano, unicamente com os recursos privativos da Humanidade: os práticos atuam sobre a natureza inorgânica e sobre o homem, não só pelos meios privativos da natureza humana, como pelos meios materiais também. Por ex., o sacerdócio aconselha, convence, persuade. Ora, o conselho, a convicção, a persuasão, são privativos da natureza humana, quer dizer, dos animais superiores. Todo o mundo vê que o cachorro, que nós podemos adestrar, obedece, sem medo, por amor, por veneração. Podemos, pois, agir por

este meio. Agora, isto não basta para dirigir todas as naturezas; basta para a quase totalidade; mas há naturezas perversas, os que se chamam criminosos: para estes não basta o conselho, a convicção, são necessários meios violentos, é preciso com eles o emprego da força bruta, agir sobre eles como se age sobre uma pedra. Se uma pessoa está dentro do tipo humano, e é necessário que vá daqui para ali, para acolá, ela vai; mas se está fora, se está aberrada do tipo humano, a fim de ir de um lugar para outro, é preciso prendê-la para a levar, e alguém acompanhá-la, fazer-se como se faz com uma pedra, porque não obedece de outra maneira.

Vemos, pois, a distinção verdadeira entre o ponto de vista teórico e o prático.

5. A fim de sistematizar a passagem da teoria para a prática, a Humanidade instituiu um certo número de doutrinas, tanto no domínio superior, como no inferior. Basta citar algumas.

No domínio inferior, existe o que se chama geometria descritiva, que não é ciência nova, é apenas a aplicação dos conhecimentos geométricos. – É fácil de conceber como é isto. – Suponha-se que se quer representar um quadro, que um pintor trata de fazer um quadro, em uma superfície plana. Sabeis que a propriedade desse quadro é olharmos para ele e termos a ilusão do relevo, vermos tudo como se estivesse em relevo. Pois bem, isto obedece a um certo número de regras geométricas. Podemos determinar quais as condições em que as figuras devem ser deformadas a fim de que, olhando para elas, vejamo-las como se de fato estivessem destacadas do quadro. Estas condições variam conforme a natureza das telas. Em geral, são planas; as leis para construir figuras em tais circunstâncias, são umas. Mas imagine-se que queremos fazê-las cilíndricas, ou cônicas: já as leis não são as mesmas; quer dizer, as leis geométricas são as mesmas, mas a aplicação é diferente. – Suponha-se que queremos construir uma certa abóbada, de determinado feitio. Hoje temos recursos muito maiores para fazer isto; mas antigamente não podia ser feito senão dividindo a abóbada em pedaços, construindo cada um em separado, e depois arrumando-os. Ora, as pedras, quando tiradas da pedreiras, não têm a forma precisa; é necessário, por ex., reduzi-las a paralelepípedos, depois cortá-las de modo adequado, de acordo com a figura imaginada. Pois bem, os meios de realizar isto constituem uma nova geometria; há processos práticos para realizá-lo, que foram construídos, ou pelo menos sistematizados, por Monge. – Assim também com as máquinas; por ex.: quanto à transformação dos movimentos. Os movimentos que obtemos, são geralmente ou circulares, ou de vaivém retilíneos. Combinando estas duas espécies, de diversas maneiras, podemos ter de resolver uma porção de problemas. De antemão, podemos elaborar uma teoria da transformação dos movimentos retilíneos em curvilíneos, etc. É o que se chama teoria dos mecanismos. Conhecido isto, podemos em um momento

dado, se temos algum movimento para transformar em outro, rapidamente achar os órgãos precisos para isto, sem novo trabalho.

No mesmo sentido podíamos apresentar outras considerações quanto à moral, à política, ao governo, e à sociedade. Uma coisa é sociologia, outra coisa é política; uma coisa é moral teórica, e outra coisa é moral prática. A sociologia estuda as leis naturais do desenvolvimento e da organização da sociedade; a política, segundo estas leis, estuda os meios de governar a sociedade, isto é, de dirigi-la para a realização do bem comum. Pois bem, essa política equivale, no domínio superior, a um meio de passar do ponto de vista teórico para o ponto de vista prático, isto é, da razão abstrata para a razão concreta. – Na educação, a mesma coisa. Temos a Moral, que é o estudo abstrato da natureza humana; quando muito, distinguimos a diferença entre os sexos: comparamos o feminino com o masculino, etc. Mas a educação, que é? É um meio de preparar a natureza humana, de maneira a realizar o mais possível o tipo geral descrito pela moral teórica. Então, decompomos a existência humana. Na moral teórica, por ex., não consideramos as idades; tomamos o tipo característico do homem, descrevemos-lhe as funções; damos o quadro cerebral da sua natureza: o homem tem sentimento, tem inteligência, tem atividade; vemos quais os órgãos do egoísmo e quais os do altruísmo, sem nos importar se se trata de uma criança, de um velho, de um gênio, de um idiota; todos têm as mesmas coisas na cabeça, e as variedades todas significam variações na intensidade; descrevemos a harmonia cerebral, sem tratar de saber de quem, se da mulher, se do homem; todas elas obedecem às mesmas leis. Mas, trate-se de aplicar esses conhecimentos à educação, quer dizer, ao desenvolvimento da natureza humana. Então, não: temos de tomar diversos casos. Começamos dividindo a vida do homem em uma série de idades; vemos qual o limite máximo de idade a que o homem pode atingir, e dividimos a sua existência em primeira infância, segunda infância, adolescência, virilidade, e vamos por diante. Durante a primeira infância, indagamos como a natureza humana deve ser desenvolvida, etc. Tudo isto constitui a moral prática. Ora, essa moral prática não dispensa, depois, a sagacidade, a solicitude materna, não dispensa o critério sacerdotal, não dispensa depois a ação da mulher, do irmão, de uns homens em relação aos outros. Dá um certo número de regras gerais, que ainda são abstratas, porque não temos de tratar com um menino de 7 anos, mas sim com Pedro, com Sancho, com Martinho, com um menino particular, determinado, e dentro de certa idade, ao qual temos de aplicar aquelas regras. Já se vê que é preciso o critério de cada um para o fazer. Em todo o caso, esses diversos exemplos já nos permitem ver o que é a passagem do abstrato para o concreto.

6. Isto posto, podemos considerar agora os diversos graus de abstração.

Toda abstração tem sempre por fim, repito, uma criação de tipos abstratos, ideais; de sorte que todo pensamento, todo exercício mental, começa por uma imagem concreta, e deve acabar por uma imagem também. Todas as vezes que a nossa inteligência não toma por ponto de partida uma imagem, funciona errado, o trabalho mental é incompleto. Partimos da contemplação dos seres, que é uma contemplação de imagens concretas, e passamos à contemplação dos fenômenos que se apresentam, abstraindo dos seres. Feito este estudo, construímos de novo outros seres, tipos, modelos, mas estes em condições diferentes.

Temos assim a abstração estética, como vos dizia, tendo por objeto criar tipos e modelos destinados sobretudo a satisfazer nossas tendências altruístas, nossa aspiração ao aperfeiçoamento: é o que constitui o ideal do belo.

Temos depois a abstração teórica, propriamente dita, a abstração científica, que tem por fim instituir tipos capazes de nos representarem a realidade, de modo a dirigir melhor a nossa ação sobre ela: é o ponto de vista da verdade. – Em um caso, como no outro, é um tipo ideal. É engano supor que a verdade é muito distinta da idealidade. A verdade é idealização, como a idealização é verdade, e em ambos os casos temos apenas a representação abstrata da realidade. Apenas o processo é que muda, obrigando a maiores ou menores abstrações. – Suponhamos que estamos na nossa raça, na raça portuguesa, que foi que abriu à Humanidade os horizontes da grande navegação: imaginemos que se trata de entusiasmar um homem pelas grandes navegações: o meio é entregar-lhe um tratado de navegação? Em primeiro lugar, ele não o poderia ler, não tendo naturalmente os conhecimentos precisos para entender aquele livro. Mas entregai-lhe os "Lusíadas", obra que está ao alcance de todo o mundo que sabe ler português; o indivíduo lê a descrição da viagem de Vasco da Gama, por ex., fica naturalmente com o seu sentimento exaltado: se tem já uma certa inclinação para semelhante vida, acha-se com disposição de ler, de estudar um tratado de navegação, de aprender a realizá-la, porque com os "Lusíadas" ninguém vai realizar uma navegação. – Compreendeis bem que em ambos os casos o que se pinta é a realidade apenas o modo de a pintar, de a representar é que varia; a questão é simplesmente do grau.

Temos depois a abstração prática, que pode ser: ou técnica, a que se refere à indústria propriamente dita, abstração que a criou, pois, a indústria moderna é abstrata, feita pela ciência, as nossas máquinas não existem fora de nós, isto é, existem fora de nós depois de criadas pela Humanidade; ou religiosa, quer dizer, abstração prática, mas com destino religioso, com destino moral, tendo por fim instituir os tipos ideais da moralidade. O objeto dessa abstração prática é justamente a bondade, ideal do qual tendemos a nos aproximar; é o bom industrial, o bom das manifestações da natureza terrestre, e o bom da nossa própria

natureza. – Neste ponto de vista prático, há duas coisas a distinguir: há o bom que pode desde agora ser realizado; e o bom, quer industrial, quer moral, que é apenas uma aspiração. – Aquele que pode ser realizado desde já, em relação ao qual já possuímos todos os elementos, conduz ao que se chama o plano. Por ex., pode-se hoje preparar o plano para uma máquina a vapor. Mas ninguém pode, por assim dizer, preparar o plano para um aeróstato, porque a navegação aérea ainda não chegou a este ponto; e houve tempo em que não se podia ter plano de espécie alguma a respeito, porque a aerostação não fora realizada nem dirigida. – Quando, na passagem do abstrato para o concreto, a diferença é pequena entre o que concebemos e o que vamos realizar, diz-se que temos um plano. – Quando não podemos saber ainda tudo a respeito da execução, quando nos faltam certos dados, mas podemos manter uma aspiração que será um projeto bom, quer vise satisfazer nossa aspiração de bondade, quer nossa aspiração de utilidade, temos então o que se chama uma utopia. Assim, por ex., podemos considerar uma utopia fazer com que amanhã a espécie humana não viva senão de vegetais, e não sacrifique animal algum: é a utopia vegetarista.

A. Comte resumiu todo o conjunto da religiosidade de nossa espécie em uma utopia: a da Virgem-Mãe. O que se tinha considerado antigamente um mistério, Ele passou a considerar uma utopia: coisa que o Futuro realizará ou não, mas da qual podemos dizer, com o conjunto de dados que possuímos, que a Humanidade será capaz de realizá-la, desde que crescer suficientemente em moralidade, quer dizer, em altruísmo, em pureza, e, ao mesmo tempo, em inteligência, em manifestação de saber, mesmo no ponto de vista prático.

Já vedes, pois, toda a importância da abstração teórica, da razão abstrata, no conjunto da existência: afinal, quer se trate da abstração afetiva, da abstração estética, que é a mesma coisa, quer da abstração prática, todas elas se baseiam na abstração teórica. Nós precisamos conceber primeiro as condições fundamentais, precisamos, em uma palavra, conceber primeiro a verdade (realidade), para conceber a verdadeira idealidade. O verdadeiro, o bom, e o belo estão ligados.

Neste ponto de vista, não há distinção entre os teóricos e os práticos, ou antes, a distinção única é que o sacerdote, a Mulher, os que, em suma, tratam com a natureza humana, são os que têm competência para instituir os tipos da utopia, quando estas se referem à natureza humana; e os práticos, os que tratam diretamente com o Mundo, é que estão em condições de decidir quais são os tipos correspondentes às suas ocupações, ao objeto da sua atividade.

7. A conclusão de tudo isto que acabei de recordar, é que a abstração teórica tendo por objeto o estabelecimento de regras gerais para dirigir a nossa conduta, deve instituir o regime mediante a combinação permanente da poesia com a ciência.

II

1. Agora, vamos considerar o quadro geral da ordem abstrata.

Por tudo quanto dissemos, vimos que a Humanidade concebe (conseguiu decompor) o conjunto dos seres, a que está ligada, em dois domínios, um que é abstrato, outro que é concreto.

O abstrato, é constituído por uma representação ideal das relações invariáveis que os fenômenos têm entre si, por toda a parte; e essas relações é que constituem as leis naturais. – Tais leis, porém, não são a expressão de relações absolutas: exprimem relações constantes, no grau de aproximação exigido pelo conjunto de nossas necessidades morais, intelectuais e físicas; porque a Humanidade não pode apanhar coisa alguma em absoluto, como havemos de ver na nossa prédica futura.

Quanto ao domínio concreto, ele é constituído pelo conjunto de seres, naturais e artificiais, que de fato interessam a nossa existência. Naturais e artificiais, porque sabeis que não vivemos unicamente rodeados por seres alheios à intervenção humana: mesmo os que são fornecidos pela Terra espontaneamente, como as plantas, os animais, sofrem a influência da Humanidade, são transformados por Ela; e, ao lado deles, existem outros criados propriamente pela Humanidade. Para compreender isto, basta considerar não só as máquinas industriais, mas as nossas próprias provisões: quanto alimento existe que não é tirado imediatamente do seio da Terra, que é o resultado das transformações da nossa química? – Quando, portanto, se trata da ordem concreta, da ordem dos seres, é preciso considerar não só os naturais como os artificiais; mas, quer se trate de uns ou de outros, a ordem concreta não é de fato constituída, no ponto de vista religioso, senão pelos seres concretos que nos interessam; o resto, é como se não existisse para nós. – Por ex.: na ordem astronômica, sabeis que o número de planetas pode se dizer indefinido, cada dia descobrem-se mais. Não quer dizer que lendo um anuário astronômico vamos encontrar uma quantidade infinita desses astros. Não é isto: mas, pelos planetas que já se descobriram, somos levados a concluir que é indeterminado, de fato, o número deles; não sabemos quantos são. Ora, deste número, só nos interessam a nós, habitantes da Terra, os planetas conhecidos desde a mais remota antiguidade, e, entre os satélites, por ex., só nos interessa o nosso, a Lua; o resto é, para nós, como se não existisse. Por isso também, devo desde já dizer que um certo número de

fenômenos existe que o Positivismo baniu, e o bom senso vulgar deve banir, porque não nos interessam. Essa sentença de A. Comte, tem dado ocasião a muitas declamações acadêmicas. – Nós todos sabemos que o astro mais próximo de nós é a Lua, que nos interessa, por um lado poeticamente, pois todo o mundo conhece a influência enorme que ela tem nas nossas noites; e nos interessa também praticamente, porque, uma noite de luar torna desnecessária qualquer luz artificial; e, ainda no ponto de vista prático, conhecemos a ligação que existe entre o movimento das marés e o da Lua (os da Lua), a influência que ela tem sobre a vegetação, (sem dúvida pela sua luz, e não pela gravitação propriamente); em suma, é uma série de fenômenos; sem falar nos fantásticos, que até hoje a astrologia foi levada a criar, e o bom senso vulgar, a razão popular, sem cultura, é também levada a atribuir à sua influência. Esse astro, que está tão perto de nós, (é para isto que quero chamar a vossa atenção), volta-nos sempre a mesma face, de sorte que não sabemos o que é o seu outro lado. Girando sobre si mesma e em torno da Terra, faz as duas revoluções no mesmo período, e o resultado é que lhe vemos sempre a mesma face. Assim, é claro, não há meio de saber o que está do outro lado. O Sol está muito mais longe, e as estrelas ainda mais distantes, porque das estrelas nem sabemos a que distância ficam de nós. E, nestas condições, pergunto, nós, que não podemos saber sequer o que se passa do outro lado da Lua, que necessidade temos de saber se no Sol há ouro ou se não há, se há platina ou não, se lá em Sírio existe hidrogênio ou oxigênio? E mesmo, quando haja um processo para averiguar isso, e que a análise espectral na verdade dê esse resultado, pergunto, que necessidade há disto, que vantagem apresenta isto? – Esses homens estão procurando saber qual a composição do Sol e das estrelas, somente pelo gosto de dizerem que a matéria por toda a parte é a mesma... Como a massa geral não tem ainda o preciso critério filosófico, enquanto a anarquia reinar, enquanto o Positivismo não vencer, o mundo acadêmico poder-se-á dar a esse luxo, de pretender saber o que se passa no Sol, quando muitas vezes não sabe o que se passa na Terra. Eu que o trabalho de um desses homens que se preocupam com tais coisas, vale mais que o de uma criança que chegasse à praia, enchesse a mão de areia, e contasse todos os grãos dessa areia? A criança que começa a aprender a numeração quer contar tudo: é natural; e, quando chegasse ao fim, a um resultado muito real, quando pudesse dizer que na sua mão havia tantos bilhões, tantos milhões, tantos milhares, e tantos grãos de areia, teria dito uma coisa muito verdadeira, incontestável. Mas, pergunto, que utilidade teria isto? E tem mais utilidade saber o que existe no Sol ou nos outros astros? saber mesmo se eles são habitados? Podemos poeticamente imaginar que eles são habitados: mas, se existem esses habitantes, não podem nos trazer luz alguma. Se um dia pudermos estabelecer comunicação entre os astros, será

aproveitável, talvez, o conhecimento disto; mas estando nós ainda muito longe de tal, tratemos, com a ciência que possuímos, de obter resultados desde já aproveitáveis para a nossa Terra, nossa sociedade, para a Humanidade, e, à medida que esta se for desenvolvendo, fará outras descobertas. – É o caso de repetir uma frase de Descartes, porque nós devemos imitar os grandes homens. Depois de instituir a geometria geral, e de mostrar os recursos que ela fornecia, ele citou uns tantos problemas, que podia resolver, mas disse: "que não queria privar seus netos (ele disse "seus sobrinhos") do prazer de fazerem a descoberta daquelas soluções"; a eles portanto as deixava. Precisamos imitar a sabedoria de Descartes, e deixar aos nossos sucessores alguma coisa para fazerem; isto supondo que pudéssemos fazer tudo. Há um prazer intelectual. Sim: ir ao fundo das minas, trabalhar debaixo da pressão da miséria, como trabalhamos hoje, tudo isto é desagradável; mas trabalhar, mesmo correndo riscos, trabalhar pelo prazer de servir à Humanidade, é muito agradável. Não estamos vendo homens que dispõem de fortuna, de todos os confortos, correndo os maiores riscos para fazerem descobertas? Não vimos um Lavoisier tratando com substâncias explosivas, expondo-se a ser vítima delas, sendo mesmo, em parte, vítima das suas experiências? Não estamos vendo outros que se aventuram sobre os mares, à descoberta de terras desconhecidas? Não vimos um Colombo fazer uma tentativa destas, quando podia ter ficado em sua casa, cuidando de outra coisa, entregando-se a trabalho mais cômodo? Compreendeis, portanto, que há também um certo prazer nisto, mas que só pode realmente existir quando for derivado dos instintos altruístas. Deixemos, repito, aos nossos descendentes, alguma coisa para fazerem; supondo que pudéssemos fazer tudo. Não há, pois, justificativa para não querermos disciplinar a nossa inteligência.

Constituído, porém, como disse, esse domínio abstrato, e esse domínio concreto, por tudo quanto expus se vê logo que a razão, a ciência abstrata, domina os conhecimentos concretos. Porque? Porque os conhecimentos abstratos, isto é, a ciência abstrata, apanha as leis gerais dos diversos fenômenos que constituem os diferentes seres. – A ciência abstrata portanto, é geral, abarca tudo; ao passo que cada ser é um sistema particular; mas a ciência abstrata deve ser instituída tendo em vista os conhecimentos concretos. Temos que constituí-la; mas é preciso não esquecer que não vivemos de abstrações, vivemos de realidade. Ela deve, portanto, ser construída quanto baste para compreender a ordem concreta. – É por isto que o domínio (o conjunto) da ordem abstrata tem, de fato, de ser elaborado e estudado tendo em vista o destino prático.

2. Isto posto, vejamos qual a concepção da ordem abstrata.

Já vos disse que ela era a representação, quanto o exigiam nossas necessidades, das relações que existem entre os fenômenos, considerados em todos os casos possíveis, abstraindo dos diversos seres em que eles se apresentam realizados. – Neste ponto de vista, as leis científicas é que constituem o que se chama Fatalidade, porque elas nos definem o que é imutabilidade, aquilo que sabemos ser imutável no conjunto de todo o universo. Os seres são variáveis por toda a parte; o que sabemos imutável é a relação constante que os fenômenos apresentam entre si; essa relação constante é que constitui a lei natural. Como vos disse, havemos de estudar isto na nossa próxima conferência, e, portanto, é inútil insistir. – Devo, entretanto, chamar a vossa atenção para este ponto. As relações invariáveis constituem para nós a Fatalidade; e, ao mesmo tempo, pode-se dizer que indicam as condições de modificabilidade: é graças a elas que podemos saber quando nos devemos resignar, e em que condições devemos agir, que é que podemos modificar. Assim, não nos perdemos em tateamentos, nem em queixas vãs, e em súplicas inúteis.

No conjunto dessas leis, porém, nosso Mestre foi levado a estabelecer uma distinção.

Há leis: a) verdadeiramente universais, assim denominadas, como a palavra está dizendo, porque se estendem a tudo – tudo quanto está debaixo de nossa investigação; mas se estendem por motivos diferentes, como havemos de ver: ou porque de fato rejam tudo, ou porque só por intermédio delas possamos conceber as coisas; são, em todo caso, universais; é nelas que consiste verdadeiramente a racionalidade: estão todas ligadas entre si; havemos de ver que o seu sistema é imutável, que não concebemos que seja aumentado, como que possa ser diminuído: quando tratarmos dessas leis, que constituem a Filosofia Primeira, quando tiverdes terminado o seu estudo, reconhecereis que nada mais falta, porque A. Comte nos deixou acabada esta construção, baseado, já se vê, no conjunto dos trabalhos de seus predecessores; b) Ao lado, porém, destas leis, que são gerais, e que formam a Filosofia Primeira, existem as leis particulares a cada grupo, a cada categoria de fenômenos, leis que se acham representadas mais ou menos nos diversos corpos, ou nos diversos estados dos corpos. Assim, por ex., as leis da natureza viva não se encontram por toda parte. Os seres vivos, as plantas, os animais, oferecem todas as leis que os corpos inferiores nos oferecem: vamos encontrar em uma planta, em um animal, as leis que encontramos em uma pedra; mas a pedra não apresenta as leis vitais. Compreendemos, pois, categorias especiais: leis dos corpos inorgânicos, e leis vitais. – Ainda mais: eu vos disse "nos diversos corpos, ou nos diversos estados dos corpos". Tomemos, por ex., a água. Sabeis que ela é suscetível de se apresentar como se fosse uma pedra, e é o que se chama o gelo; e que se pode apresentar também como um gás, como o nosso ar, e é o que se chama o vapor d'água. Pode, portanto,

passar, desde o estado sólido, para o líquido, que é aquele em que habitualmente se encontra em nossos climas, até o gasoso. Em um estado, como sabeis, está condensada; em outro, tende a ocupar todos os espaços, o que é a propriedade dos gases, a dilatação continuada. Ora, conforme o estado em que se achar a água, iremos encontrar fenômenos diferentes. Mais ainda: este estado em que a água se encontra como gás, não nos apresenta tudo de que ela é suscetível: se elevarmos suficientemente a temperatura, o calor, que fez com que ela passasse de pedra para água propriamente dita, para líquido, e depois para gás, fará ainda com que se desdobre: e, em vez de água, iremos encontrar dois outros corpos, gasosos também, mas que aparentemente nada mais têm de comum com a água, corpos que chamamos hidrogênio e oxigênio. Vemos, portanto, o mesmo fato, – o calor, produzindo coisas diferentes: o primeiro grau de calor produz apenas um aumento do corpo; um grau maior faz com que ele passe de sólido para líquido; um grau maior produz a passagem de líquido para gás; e um grau ainda maior faz com que o corpo se decomponha: desapareça como era, e fiquem aparecendo outras coisas que não existiam dantes. E, depois, podemos retrogradar: tomar estes elementos, reuni-los, obter o corpo em estado de gás, passar para o de líquido, e para o de sólido, sucessivamente. Assim, não só encontramos os diversos seres apresentando condições, leis diferentes, mas vemos que estas diferenças se acham em estados diversos do mesmo ser. Se o corpo se decompõe, temos o que se chama fenômeno químico; se não muda de natureza, mas apenas de aparência, é o fenômeno físico.

Ora, desta maneira, obtemos um certo número de leis, quer dizer, de relações constantes entre os fenômenos; mas estas leis não têm a racionalidade das de Fil. Primeira. – A racionalidade consiste nisto: na aptidão de ligar cada novo conhecimento àqueles que já temos em nosso cérebro, de sorte que, até certo ponto, prevemos uma coisa pelas outras, forma-se uma verdadeira cadeia, com os elos todos conhecidos por nós. – As leis, porém, a que me acabo de referir, e que formam a Fil. Segunda, são entre si, pela maior parte, desconexas: há umas quantas ligadas, depois um intervalo, depois outras ligadas, e assim por diante. Não vemos a sua necessidade: aceitamo-las porque os fatos nos indicam que devemos aceitar. Havemos de ver que, quanto às leis de Fil. Primeira, sentimos a necessidade delas, o que não se dá com as de Fil. Segunda. Vemos, por ex., que um corpo cai segundo uma linha que chamamos vertical, que é uma perpendicular à superfície das águas tranquilas; mas porque cai assim, e não de outra maneira? Não sabemos. Para nós é indiferente: tanto fazia que caísse segundo uma vertical, como segundo uma certa oblíqua. – Os astros gravitam na razão direta das massas e na inversa do quadrado das distâncias; mas porque gravitam nestas condições? Também ignoramos. Apanhai bem o pensamento: sabemos que, dadas as

condições do movimento planetário, as leis da gravitação não podiam ser senão as que aí estão; mas, o que ignoramos é porque os fatos se realizam assim, e não de outro modo. Admitida a lei da gravitação planetária, sabemos que ela permite que os astros descrevam elipses, hipérboles ou parábolas: porque a Terra descreve uma elipse, e não uma hipérbole ou uma parábola? Aqui, ainda, sabemos as condições em que o astro tem de descrever cada uma das curvas; mas o que ignoramos é: porque a Terra ficou exatamente nas condições em que se apresenta o caso da elipse. É certo que a este respeito há fantasias; mas, repito, ponho de parte as fantasias, hipóteses desta natureza; coloco-me estritamente no ponto de vista de Newton. Precisamos de hipóteses de outra natureza; não destas que pretendem penetrar a produção íntima dos fenômenos. – Assim, as leis que formam a Fil. Segunda são verdadeiros casos empíricos: correspondem, por assim dizer, a uma série de pedaços de corrente, permiti-me a imagem. Temos, como vos dizia, um certo número de leis ligadas entre si; depois outro certo número com idêntica ligação; mas a ligação entre as duas séries não podemos ver: a ligação, aqui mais do que em qualquer outro lugar, é puramente subjetiva. A Fil. Segunda, no fundo, consta de conhecimentos empíricos, e o melhor destes, digo, o melhor tipo destes, é a lei da gravitação planetária, que permite coordenar, até certo ponto, os fenômenos astronômicos; mas, quando estudardes astronomia, haveis de ver que a lei da gravitação não coordena (explica?) todos esses fenômenos, como se repete muito superficialmente: basta dizer que não nos dá lei alguma quanto às rotações dos corpos: liga as translações, mas não explica a rotação, não dá lei alguma quanto ao número de dias de rotação de cada planeta.

Vemos assim que a nossa ordem abstrata é que constitui aquilo que vulgarmente se chama Fatalidade; mas a diferença é que, no sentido habitual, vulgar, a Fatalidade é apenas a expressão de uma certa ordem, de uma certa disposição, superior à nossa intervenção; ao passo que para nós a Fatalidade é uma coisa definida, é um arranjo definido, e este é que é superior à nossa intervenção. – Vemos, pois, que a ordem abstrata, é o que define a Fatalidade, o Destino: se compõe de uma Fatalidade Suprema, constituída pelo conjunto destas quinzes leis universais, e de uma série de Fatalidades Subalternas, constituídas pelas leis correspondentes às diversas categorias de fenômenos particulares.

3. Agora, algumas palavras rápidas sobre a marcha da Espécie Humana que conduziu a esta constituição (instituição?).

Nossa espécie começou pelo fetichismo: assim também nós, adultos, começamos (quando éramos?) crianças. A espécie humana começou pelo estado em que vemos agora as grandes tribos animais; mas disso não existe vestígio na Humanidade, quer dizer, não há povo guardando esta lembrança: os tipos (povos?) mais atrasados que encontramos, já representam

um abismo de distância em relação às grandes tribos animais. Seja como for, o fetichismo é o estado em que se encontram os animais superiores.

Esse fetichismo, porém, desenvolve-se até o grau mais adiantado em que encontramos hoje o povo chinês e o povo japonês, que é o fetichismo astrolátrico. Neste período, o que predomina é o desenvolvimento da razão concreta: o defeito da civilização chinesa e da japonesa, quer dizer, o que lhes falta, é o desenvolvimento da razão abstrata. Eles têm a constituição da razão concreta, o conhecimento dos seres; não se elevaram, entretanto, à consideração abstrata dos fenômenos, de maneira a constituir tipos ideais, capazes de representar a ordem real. O resultado é que eles também não têm poesia abstrata: a poesia deles é concreta, é poesia de imitação; é o ponto de vista da arte plástica chinesa e japonesa. Têm já artistas (como os) ocidentais, é certo; mas, ou é influência do Ocidente, ou do budismo, que é uma doutrina teocrática: como civilização própria, eles só possuem a razão concreta. – A Fatalidade para eles, portanto, é representada, como no princípio da espécie humana, por esse sentimento de uma certa ordem imutável, superior à nossa intervenção; mas, como tal apreciação foi até o espetáculo celeste, e este se apresentou exatamente como tipo da imutabilidade, para eles o Destino ficou coincidindo com o Céu. O Céu é essa abóbada, que sabemos que é ideal, mas que, na infância de nossa espécie é considerada como se de fato fosse real, e na qual os astros estivessem engastados; depois, essa ideia foi substituída pela de outras abóbadas, à medida que a Humanidade imaginou os astros colocados a distâncias diferentes. Enfim, este culto do Céu foi que esboçou a concepção sistemática da Fatalidade.

4. Em breve, ao fetichismo sucedeu o teologismo.

Este, à atividade geral da matéria, que o fetichismo imaginara dando aos corpos atributos análogos aos do homem, substituiu a inércia da matéria, imaginando, em consequência do desenvolvimento da razão abstrata, que o Mundo era povoado por tipos ideais, tipos sobrenaturais, como se diz ainda hoje: estes tipos sobrenaturais eram os deuses, os gênios, as fadas, uma série de nomes caracterizando justamente as fantasias criadas pelo espírito humano para representar a causa de toda atividade. Nesta disposição, o sentimento da Fatalidade ficou de fato comprometido; seu culto não se impôs (pôs?): aqueles diversos seres se tornaram até caprichosos, o homem não sentiu a necessidade de conceber a submissão, e a obediência foi até considerada como uma contrariedade. O tipo que os deuses ofereciam era o de entes capazes de satisfazer todos os seus caprichos; e o homem considerou sua própria felicidade como consistindo em dispor arbitrariamente de tudo. A evolução teórica, entretanto, não parou na criação dos deuses: foi por diante. A primeira fase foi a confusão

politeísta, deuses completamente desconexos; depois, o advento do sacerdócio, a cultura sacerdotal, levou a estabelecer hierarquia entre esses deuses, fazendo surgir o monoteísmo, sob a forma teocrática, de que encontramos o tipo histórico no judaísmo, que representa o monoteísmo das classes sacerdotais do Egito e da Caldeia, porque resultou da combinação de uma imigração caldaica com uma egípcia, a primeira conduzida por Abraão, e a segunda conduzida por Moisés. Enfim mais tarde havemos de entrar em detalhes a este respeito; estamos apenas insistindo aqui no que parece bastante para dar uma ideia do como foi que a Humanidade criou de fato essa razão abstrata, essa ciência abstrata. O monoteísmo imaginou o Mundo regido pela vontade divina, embora a massa popular sempre sentisse mais ou menos o domínio do fetichismo primitivo, isto é, o predomínio do Céu. – Continuando a cultura teórica, à civilização teocrática sucedeu, como sabeis, a civilização greco-romana, especialmente a grega. Foi esta que tomou a ciência teocrática e deu-lhe tão grande impulso que abriu uma era nova: pode-se dizer que a elaboração científica consciente começou com os gregos. Desde então, a ordem abstrata tomou um novo tipo: o das leis naturais. Estas leis foram descobertas por Tales; e, tendo a Humanidade consciência delas, a ideia de que o Mundo era regido por vontades foi substituída, desde então, pelo princípio de que era regido por uma ordem imutável. Esta, entretanto, não podia ser logo apanhada em todos os fenômenos; Tales, e seus sucessores, quando muito, puderam apanhá-la na geometria, na astronomia – nas leis mais gerais da astronomia, na mecânica – isto mesmo na estática, pois os antigos desconheceram qualquer lei dinâmica: nem a lei da queda dos corpos pôde ser encontrada por homens como um Aristóteles, que aliás lançou as bases de todos os estudos da Ordem, das leis naturais. – Assim, em seguida à concepção teocrática do Mundo regido por vontades sobrenaturais, surge a noção científica do Mundo regido por leis naturais, da Fatalidade sistemática, representada pelo conjunto das leis naturais; mas, nestas condições, a ciência ainda não se achava em estado de coordenar a vida social.

5. O declínio do politeísmo, a impossibilidade do triunfo do monoteísmo teocrático judaico, fez com que surgissem as aspirações por uma nova religião, que não podia deixar de ser teológica. Esta aspiração foi, afinal, satisfeita pela tentativa de S. Paulo fundando o catolicismo. Esta tentativa, porém, surgiu depois da elaboração da filosofia, da ciência e da poesia grega, depois da ciência grega especialmente. Quando surgiu S. Paulo, já haviam aparecido Arquimedes, Apolônio, Hiparco: portanto, a nova concepção teológica teve de combinar a noção de lei natural com a de vontade sobrenatural, isto é, com o tipo da divindade. Foi então que se introduziu no ponto de vista teológico religioso a noção de milagre. Para os judeus não havia milagre; para o teologismo primitivo não havia milagre: o

milagre supõe a noção de lei natural, o milagre é a suspensão momentânea da lei natural. E essa noção de milagre preparou, sob o teologismo, a continuação do desenvolvimento da razão abstrata, da constituição do Destino. Compreendeis, então, como o teologismo católico realizou a combinação do Destino, da Fatalidade, com a vontade, mas subordinando a lei à vontade. Deus fez a lei, Deus poderá revogá-la ou suspendê-la. Ora, a ordem natural não é esta. – O teologismo católico não satisfez completamente às condições (exigidas por?) todos os povos que os romanos agremiaram: a parte oriental exigia um novo monoteísmo, e este foi o islamismo, que também incorporou os resultados da filosofia grega e, até certo ponto, os da experiência católica. O islamismo, então, desenvolveu a concepção fatalista em grau muito maior do que aquele em que ela entrara no ponto de vista católico, e por tal forma que vós sabeis que o fatalismo foi considerado como um dos caracteres distintivos do islamismo. Isto se explica: porque ele veio depois, pôde melhor sentir a importância das leis naturais, da imutabilidade, no conjunto do destino humano. Foi, portanto, sob a influência deste novo monoteísmo (destes dois últimos monoteísmos?) que a evolução da espécie humana continuou.

6. Quando se chegou ao ponto de reconhecer a impossibilidade de estabelecer uma religião universal, como se pretendia, entraram em decomposição as sociedades ocidentais, especialmente as que vinham do catolicismo; deu-se a revolução moderna, e esta, urgida pela necessidade, exatamente, de estabelecer a harmonia social, de tornar a fraternidade humana uma coisa real, deu em resultado o desenvolvimento da ciência. Esta não se podia fazer senão aos poucos: a Humanidade foi conquistando um por um os conhecimentos, as leis naturais, nos diversos domínios, até que A. Comte conseguiu demonstrar a existência de leis naturais na Sociologia e na Moral. Desde então, o sistema ficou completo: o teologismo tinha concebido uma ordem abstrata toda composta de vontades; a evolução científica descobriu uma ordem imutável, toda composta de fatalidades: uma Fatalidade Suprema, constituída pelas leis naturais da Fil. Primeira, e uma série de Fatalidades Secundárias. A noção de Destino, desde então, deixou de ser uma coisa vaga, tornou-se precisa. – Não nos iludamos, porém: este Destino, cujos termos (cujos decretos?) conhecemos, é uma instituição da Humanidade, instituição relativa, para a Humanidade, que a criou como (cria?) uma máquina, como a que serve para representar, mais ou menos, o espetáculo do movimento celeste. Todos conheceis, todos deveis ter visto, esses aparelhos que representam os movimentos planetários em torno do Sol; pois a Humanidade criou um mundo inteiro para representar os fenômenos exteriores, desde a ordem matemática, desde os fenômenos astronômicos, até os mais elevados da Moral. – Esse Mundo abstrato é que representa para nós a Fatalidade.

Sabemos que essa representação tem apenas o grau de aproximação exigido pelas nossas necessidades; mas, para nós, isto que constitui a Fatalidade, o Destino. Que o Destino fosse absoluto, entretanto não o conheceríamos de outra maneira (?). Supomos que é relativo, mas é o único que podemos conhecer. E, desde então, a nossa adoração do Destino, a nossa subordinação a ele, não é mais cega: não vamos começar a atirar-nos a tudo quanto for ocorrendo (?). Não: (o que for acontecerá, mas) vamos seguir certa rota, determinada linha de conduta, certos de que o caminho pode ser mais largo ou mais estreito do que o que seguimos, não, porém, muito mais largo ou muito mais estreito. A ordem abstrata, assim constituída, digo, instituída, é que veio a constituir, como dizia, a noção do Destino.

7. Por tudo quanto acabo de mostrar, vedes que a instituição dessa ordem foi insuficiente até nosso Mestre: porque antes dele apenas se tinham descoberto leis naturais até a biologia; foi A. Comte quem estendeu o conhecimento ao estudo da Sociologia, quer dizer, da sociedade humana. Desde então, compreendeis porque a sociedade está em anarquia, em desordem. Pois se não é possível governar coisa alguma sem o conhecimento das leis naturais; se a massa popular, a massa feminina, a grande massa da sociedade, não conhece essas leis, acredita que o Mundo é regido por vontades; se os estadistas, os legisladores, levam a nos propor como o tipo da sabedoria social, o mundo governado pela massa popular: o regime eleitoral, e outras coisas assim; se se julga que um homem, alheio completamente ao regime industrial, um homem que nada conhece da ciência, pode ser chefe, governador de um estado, banqueiro, e tudo quanto há: que podemos esperar? Não é o mesmo que entregar a direção de um navio ao primeiro indivíduo encontrado na rua, sem sabermos se ele aprendeu astronomia, se conhece náutica ou não? Se há tanto cuidado para escolher um agrimensor, perguntando-se que foi que ele aprendeu, examinando-o: como é que se coloca à testa de um estado – chefe, imperador, presidente de república, o que seja – um indivíduo que nada entende da situação moderna, que nem sequer sabe rudimentos de geometria e de mecânica?... E mesmo, para saber governar um povo, não basta saber geometria e mecânica; mas o caso é que nem isto ele sabe... Assim, damo-nos conta da situação moderna quando examinamos estes fatos, e ficamos conhecendo as condições para dirigir a nossa conduta. Então, não nos revoltamos: sabemos que isto não pode ser mudado de um dia para outro, embora possa ser mudado em pouco tempo: A. Comte mostrou que, se tivesse discípulos ao nível da situação, em 21 anos a transformação podia ser feita, tal como um arquiteto diz que em tal prazo constrói um templo, e um engenheiro afirma que em tal período constrói um navio – mas é tendo operários: sem operários, nada é possível fazer. Os povos se sublevam, cometem-se crimes de toda ordem, continuam a correr rios de sangue, as lágrimas a inundar

o Planeta. Vai se transformar assim a sociedade? Tão impossível é transformá-la por estes processos, como lutarem dois exércitos à margem de um rio, à espera de que seu sangue seja capaz de produzir uma ponte para atravessá-lo. Se precisamos da matemática, da física, da química, da biologia, para conseguir os prodígios de nossa indústria, – precisamos da ciência social, ciência positiva, do conhecimento real das fatalidades que dominam a evolução e a ordem social, para podermos garantir a felicidade humana. Isto não depende da vontade de ninguém.

Agora, este conhecimento há de triunfar. Como a Humanidade pôde fazer penetrar os conhecimentos de ordem inferior, há de fazer penetrar os de ordem superior. Pois não vimos que tudo quanto havia de poder se levantou contra um octogenário, obrigando-o a que, de joelhos, fosse jurar que a Terra estava parada, e se comprometer a denunciar, dentre aqueles que ele conhecesse, quem fosse capaz de sustentar a doutrina herética e inverdadeira do movimento da Terra? E esse homem não jurou? E que aconteceu? A Terra parou por isto? Todo o mundo conhece a história: afirmam que ele, ao se levantar, dissera: "E, entretanto, ela se move...". Pode ser que não tenha dito, mas sentiu dentro de si: e, fosse como fosse, o fato é que a Terra continuou a se mover, e, menos de cinquenta anos depois, o clero católico, como todo o ocidente, aceitava o movimento da Terra. E hoje mesmo, quantos homens são capazes de conceber que a Terra gira? Quantos sabem a razão disto? Aceitam por pura fé, levados por essa fatalidade da subordinação da razão à fé.

III

1. 2. Tudo isto, entretanto, não basta para constituir a razão abstrata. Nossa vida é uma vida, antes de tudo, de amor: vivemos de amor; é preciso, portanto, que todas as nossas concepções tragam este cunho; é preciso que a nossa concepção da ordem universal seja capaz de nos inspirar o sentimento.

3. Isto não pode ser conseguido sem o que A. Comte chamou a "combinação do fetichismo com o Positivismo", eliminando o teologismo, que desde então representa apenas uma transição, um meio de passar do fetichismo para o Positivismo.

Em que consiste o espírito do fetichismo? Consiste em identificar a ordem universal com entes de ordem concreta (?). No fetichismo não há preocupações abstratas: a abstração surge no teologismo – foi o seu grande papel – e domina. – Vedes o que há de fatal na evolução humana: como todos nós havemos de passar por aquilo que essencialmente constitui o espírito teológico, que é o ascendente da abstração: o teologismo não foi senão a fetichização da razão abstrata, sob forma absoluta. – Consiste o fetichismo, portanto, em identificar todos

os seres com a natureza do homem, mas do homem individual, imaginando que todos os seres têm os atributos do homem: pensam, querem, etc. – Ora, o teologismo imaginou que os seres eram completamente inertes.

O Positivismo, isto é, a ciência nos seus princípios de nova forma, o desenvolvimento do espírito científico, foi levado a restabelecer a atividade dos corpos. "Todos os corpos são ativos", proclamou a ciência, em contraposição ao espírito teológico, que dizia que eles eram inertes e que toda a atividade vinha dos atributos exteriores, primeiro, e, depois, para os espíritos metafísicos, das forças. Essa restituição, porém, como dizia Augusto Comte, não foi completa, definitiva, senão depois que ele, isto é, o Positivismo, afastou os fluidos metafísicos com que a anarquia acadêmica tentou disfarçar a atividade dos corpos. Estes estão ainda hoje no mundo acadêmico, mas já se acham por tal forma, podemos dizer, insubsistentes, que muito acadêmico diz que o éter, por ex., serve apenas como um artifício. Se eles fossem coerentes, aliás, não haveria inconveniente nisto, porque não fariam consistir a ciência sobretudo nas propriedades fantásticas do tal éter. Seja como for, a ciência restabeleceu a atividade dos corpos, mas ficaram ainda sem sentimento e sem inteligência.

Pois bem, quanto à natureza concreta, A. Comte observou o seguinte: que não podemos provar que os corpos não sentem as impressões que recebem, e não querem as manifestações que dão. Não podemos saber isto, e, portanto, somos livres de imaginar que eles sentem, e pensam, o que é tanto mais fácil de imaginar quanto sabeis que não há distinção, quanto aos elementos constitutivos, entre a matéria viva e a matéria morta. – Esses elementos são os mesmos por toda parte: o mesmo oxigênio, o mesmo hidrogênio, o mesmo carbono, o mesmo azoto, que entram na constituição dos seres vivos, concorrem para a formação dos corpos mortos. Como, pois, havemos de imaginar que o oxigênio que existe no nosso cérebro, que é parte integrante dele, e que, pela decomposição orgânica, sai daí para pertencer a uma flor, por ex., como havemos de imaginar que esse oxigênio, que fazia parte de um organismo que pensava, que amava, que agia, depois, na flor, deixa de pensar, deixa de amar, deixa de agir? – Podemos dizer que os corpos não têm meios de manifestar que têm inteligência; porque o principal, embora não único, atributo da inteligência, consiste em adaptar a sua conduta à sua situação. Eu me explico. Se vós colocardes um anteparo diante de uma formiga em movimento, ela examinará o obstáculo, e, no fim de algum tempo, tomará uma resolução, que sois incapazes de prever qual seja: não podeis conhecer de antemão o caminho que ela vai seguir, e no qual em breve a acompanharão as outras. A formiga procede aí como um de nós procederia: adapta a sua conduta à sua situação. Se, porém, tomardes uma bola de marfim, esta irá de encontro ao obstáculo, e antecipadamente podereis prever a

direção que ela seguirá depois do choque: podeis tomar o giz, e marcar no chão o caminho que ela vai seguir depois de encontrar o obstáculo. Se a bola tem inteligência, é como se não a tivesse, pois não pode adaptar a sua conduta à sua situação. O certo é, porém, que podemos dizer também de um de nós, que cai de certa altura, que vem para baixo como uma pedra, segue a lei da gravidade, sem poder modificar o modo porque cai, por melhores que sejam seus raciocínios, se tiver coragem de os fazer durante a queda.... Assim, também não pode adaptar a sua conduta à sua situação. – Quanto a sentir, ainda com maioria de razão se aplicam estas considerações, porque é um fato interno. – Nestas condições, se nos é agradável imaginar que a flor pensa e sente, podemos imaginar. – Esta apreciação, aliás, seria por assim dizer irrefletida. A natureza inorgânica é, como sabeis, poderosíssima, as suas forças são colossais. Ora, por ex., se a nossa Terra tivesse de fato inteligência, e se devemos supor que ela é animada de simpatia por nós (e devemos julgar que é assim: porque nos dá tudo de que carecemos, e nossa ação é apenas de aperfeiçoamento do que ela dá voluntariamente, de modo que não seria possível imaginar que a Terra não tem altruísmo, bondade, benevolência para conosco. /Não está em harmonia conosco/): se a Terra tivesse de fato inteligência, já não poderíamos fazer a hipótese da mesma maneira: pois com o poder colossal que possui, amando-nos e tendo inteligência, a Terra não faria o que faz, e sim realizaria o que nós realizamos. Nós, sem o seu poder, estamos regendo as forças que ela possui, aplicamos a nossa inteligência a dirigir as forças de que ela é dotada; e a Terra, se tivesse inteligência e nos amasse, deveria nos proporcionar maior quantidade de bem-estar. – Assim, para conciliar a nossa concepção fetíchica da Terra com a situação real em que nos encontramos, é preciso imaginar que, pelo menos, ela não tem mais inteligência. – Se, porém, a Terra não tem agora inteligência, podemos imaginar, como dizia A. Comte, que a teve em outro tempo, quando ainda não existiam os animais. Podemos imaginar que os astros eram dotados de inteligência, eram sede de atividade e de sentimento; podemos imaginar que, prevendo, pela sua inteligência e em vista das transformações que se operavam em sua superfície, que ali deviam surgir as espécies animais, prepararam-se para que as condições fossem as mais favoráveis à existência; combinaram seus movimentos, sua atividade, no sentido de tornar as órbitas mais circulares, respeitando sempre a lei da gravitação, que impunha que elas permanecessem elípticas; no sentido de endireitar seus eixos, de modo que fossem o menos inclinados que fosse possível sobre o plano das órbitas; atenuando as influências das variações de temperatura, no sentido ainda de se contraírem, tornando-se o mais possível redondos, etc. – Estas considerações se encontram na introdução da Síntese Subjetiva, e nós as reunimos em opúsculo, sob o título "As últimas concepções de A. Comte":

de modo que é inútil insistir: o ensino positivista não pretende dispensar ninguém de ler; apenas tem por fim dirigir a leitura e a meditação.

4. 5. A ordem concreta está, portanto, fetichizada, graças ao ensino científico; mas falta a ordem abstrata. A concreta é representada diretamente pelos corpos; mas a abstrata, que representa as leis independentemente dos corpos? – As fatalidades secundárias, podem ser idealizadas diretamente na sede de suas manifestações. Assim, as astronômicas podem ser idealizadas nos diversos astros, porque cada um nos representa o conjunto das leis astronômicas: considerando a Terra, o Sol, Júpiter, Saturno, Marte, a Lua, temos logo ideia do conjunto das leis astronômicas. Se consideramos um corpo na superfície da Terra, uma pedra, por ex., lembramo-nos logo do conjunto das leis físicas: da gravidade, do som, da eletricidade, etc. Se vemos os corpos na atividade química, podemos também pensar logo no conjunto das leis químicas. – As leis universais, porém, que existem em todos os seres, não são caracterizadas por nenhum deles: se tomarmos um corpo qualquer, poderemos nos recordar dessas leis todas, mas de envolta com as leis particulares que ele oferece. Ao mesmo tempo, compreendeis que não podemos pensar numa lei particular, independentemente de outras da ordem abstrata.

6. Estas precisam, portanto, de uma sede especial, que vem a ser justamente encontrada na concepção do Espaço, precedida pela concepção do Céu. Havemos de ter ocasião de insistir no que vem a ser o Espaço. Bastará que eu vos diga agora que foi pela relativização da concepção do Espaço que A. Comte começou sua evolução. Até A. Comte, era o Espaço constituído por uma série de invenções metafísicas; Ele mostrou que era uma instituição (invenção) da nossa espécie, que, não podendo saber o que existe entre a Terra e o resto do Universo, e não podendo, por outro lado, pensar nas propriedades dos corpos sem uma substância que fosse sede desses fenômenos, foi levada a imaginar um meio análogo àquele em que Ela está mergulhada, o seu ar, um meio gasoso, portanto, no qual localizou todas as propriedades da forma, na geometria, as propriedades luminosas, acústicas, físicas, enfim, etc. Não insistimos sobre isto, porque havemos de voltar depois ao assunto. Pois bem, essa substância, que foi uma criação de nossa espécie, deve ser considerada como dotada de sentimento, mas sem inteligência e sem atividade, ou antes, só tendo o grau de atividade preciso para guardar todas as impressões, todos os fenômenos abstratos que quisermos. Eis o que vem a ser o Espaço. Representa para nós o Destino; evoca para nós, como teremos ocasião de demonstrar, o conjunto das leis universais, e mesmo dessas fatalidades secundárias que constituem a Fil. Segunda.

7. Desde então, podemos instituir um verdadeiro culto do Destino. O culto do Destino não pôde ser instituído antes do Positivismo. O fetichismo não pôde estabelecê-lo convenientemente, porque ele tomava para tipo o tipo humano; e o culto humano (primitivo) do Destino é antes um culto de medo. O fetichismo não podia ter sentido a vantagem da submissão voluntária. – O espetáculo da evolução científica encerra isto de verdadeiramente sublime: que ele demonstra que nossa grandeza toda está na submissão voluntária. Desde então, abençoamos o Destino, porque a submissão involuntária é a base da submissão voluntária. A evolução da Humanidade fez com que o homem se sujeitasse, involuntariamente a princípio, e depois voluntariamente; mas, acabada a evolução, concebemos o Destino, a Fatalidade, como a base de toda a grandeza da nossa espécie; e, desde então, somos levados a amar essas leis, voluntariamente mesmo, quer dizer, em vista da eficácia que elas têm para a supremacia do altruísmo em relação ao egoísmo.

Eis, portanto, como nosso Mestre instituiu a idealização final da razão abstrata.

A conclusão de tudo isto, de toda esta exposição, é que, se é verdade, por um lado, que a nossa vida seria impossível, a coordenação da existência humana seria impossível, a realização das aspirações as mais elevadas da nossa espécie seria impossível, sem a instituição da razão abstrata, instituição que significa ao mesmo tempo o estabelecimento da conexão, da relação entre esta razão abstrata e o conjunto da nossa existência; se tudo isto é impossível, não é menos verdade que, de toda esta apreciação o que resulta é o seguinte: que, para as almas verdadeiramente emancipadas, o espetáculo que acabamos de apreciar nos demonstra que a submissão voluntária é a base de toda a grandeza humana. – Portanto, devemos amar a obediência involuntária, como base da obediência voluntária: tal é o resumo de toda a exposição que acabamos de fazer.

Isto posto, estamos preparados para sentir toda a importância do estudo em que vamos entrar: a apreciação das leis verdadeiramente universais, isto é, daquelas que dominam todos os fenômenos.

A apreciação da primeira lei dessa categoria é que vai ser o objeto da nossa prédica futura.

FIM.

Rio, 9 César 120 (29 Abril 1908) — 3ª aula — 1ª lei de Filosofia Primeira

1. Devemos entrar hoje na apreciação da 1ª das leis de Fil. 1ª. — N.M. denomina essa lei a lei-mãe, porque ela é que domina o conjunto do sistema científico.

Tínhamos visto na última lição que a harmonia mental repousa na combinação da razão abstrata com a concreta. Mas para isso era preciso tornar tanto uma como outra suficientemente simpáticas e estéticas. Isto foi conseguido imaginando para sede de toda a ordem abstrata o Espaço, instituição da Humanidade, surgida desde a... intelectual. Esta sede deve ser imaginada tendo sentimento, e destituída de atividade e de inteligência. Por outro lado, para a sistematização religiosa da ordem concreta, isto é, da Terra e, portanto, do sistema planetário a que ela se acha ligada, exigiu que se restituísse a eles o sentimento, além da atividade que a ciência já tinha restituído aos corpos: o nosso Planeta deve ser concebido como dotado de sentimento e de atividade. Remontando mesmo pela poesia às épocas que precederam ao advento da espécie humana, podemos imaginar que ela, a Terra, teve também inteligência e concertou com os outros astros tornar-se uma sede mais apropriada para a existência da Humanidade: pôde tornar a sua órbita menos excêntrica, menor a inclinação do seu eixo, etc.

Na lição de hoje vamos apreciar o fundamento sistemático destas concepções. Na última lição, apesar da sua duração excepcional, não pudemos tratar convenientemente de certos pontos. Hoje procuraremos reparar essa falta, sem passar além dos limites de tempo de que dispomos. Seja como for, podeis encontrar todos os trechos do nosso Mestre sobre este assunto nas "Últimas Concepções": aí reunimos os assuntos desde a sua concepção inicial até o estado definitivo, dando os trechos DELE e os comentários, que apenas reproduzimos aqui, esclarecendo com um ou outro exemplo.

A principal lacuna da nossa lição última, refere-se ao não termos assinalado a evolução de Augusto Comte sobre tal assunto. É por aí que devemos começar hoje.

2. Tínhamos visto que para coordenar a ordem abstrata Ele distinguiu 2 seções: uma do conjunto das 15 leis universais, constituindo a Fil. 1ª; outra do conjunto das leis particulares às diversas categorias de fenômenos que os seres apresentam, e que chamou Fil. 2ª. Quanto à Fil. 3ª, é formada pela apreciação do conjunto da ação da Humanidade sobre o seu Planeta.

Não foi senão no fim de sua carreira, depois de ter construído a Religião da Humanidade, que nosso Mestre chegou a essa classificação. No princípio Ele distinguiu em conhecimentos

de especulação, relativos à concepção, e conhecimentos de ação. Nos 1ºs (concepção), Ele distinguiu o que chamou a ciência abstrata e a ciência concreta: a 1ª, conhecimento das leis que regem os fenômenos em separado dos seres; a 2ª, conhecimento das leis relativas aos seres ou corpos. Num caso como no outro, a ciência supõe a lei, que é a relação constante de sucessão e de semelhança permitindo a previsão. Todo conhecimento que não nos leva à previsão não é ciência, é erudição. O botânico que descreve as árvores de uma floresta, não faz ciência, faz erudição; um biologista que apanha as leis gerais, abstratas, da nutrição das plantas, faz ciência: ele nos dá conhecimentos gerais sobre todas as plantas, etc. A ciência não se preocupa com os seres em particular, mas com o que é comum a todos, único meio de realizar a previsão: é este que permite sistematizar a nossa ação.

N.M. nessa época admitiu, aceitando os dados da evolução empírica, a possibilidade de uma ciência concreta, que só podia ser realizada depois da sistematização da ciência abstrata. Portanto Ele decompôs, repito, em conhecimentos relativos à concepção, e relativos à ação.

A concepção Ele decompôs em: ciência abstrata e concreta. Quanto ao domínio prático, Ele dividiu em: artes que atuam sobre o homem (poesia, moral, política), e artes relativas ao mundo (indústria). Mas, quer num caso quer noutro, Ele distinguiu a teoria abstrata das artes, permitindo a passagem do abstrato para o concreto, e vice-versa, como vimos da vez passada, e a teoria concreta ou prática das artes. Encontra-se o desenvolvimento dessa exposição na 1ª lição do Sistema de Fil. Pos.

Porém a elaboração direta da Sociologia, mesmo a partir da Biologia, já produziu certo aperfeiçoamento na concepção de nosso Mestre, consistindo especialmente em aproximar as concepções poéticas das filosóficas, separando-as das concepções práticas, do ponto de vista da ação, mas ainda deixou a Poesia em plano inferior à Filosofia.

Segundo este novo passo, nosso Mestre distinguiu entre especulação e ação. Na 1ª, o domínio da razão (Filosofia), e o do sentimento (Poesia): na Filosofia distinguiu entre a abstrata e a concreta. No domínio da ação Ele distinguiu a ação sobre o homem (Política, e Moral), e a ação sobre a Terra (Indústria), e, em ambas, a teoria abstrata das artes e a prática propriamente dita. Em qualquer destas constituições, Ele foi levado a considerar a Fil. 1ª como consistindo nas 6 ciências abstratas que então existiam: a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia, e a Sociologia (pois que Ele inda não tinha criado a Moral, inda não a tinha separado da Biologia). Essas 6 ciências Ele dizia corresponderem ao voto de Bacon por uma Fil. 1ª.

Mesmo então Ele deu outro passo: foi apanhar um certo número de leis universais, generalizando certas leis que são os princípios fundamentais da Mecânica. Ao mesmo tempo Ele desenvolveu as noções que apresentara no seu opúsculo de 1822, e que prepararam o advento, a concepção da Lei-Mãe da Fil. Pos., que constitui no sistema definitivo a primeira lei de Filosofia 1ª.

Depois de sua regeneração religiosa, Ele deu dois passos: 1º eliminou a ciência concreta, mostrando que não era acessível nem necessária, isto é, fez ver que cada ser supondo um conjunto de circunstâncias e nós nunca podendo tomar em conta todas as que sobre ele influem e cada instante, não se podia achar leis entre os seres, e sim só leis entre os fenômenos: os conhecimentos dos seres não podem ser senão empíricos, completando os apanhados da ciência abstrata; toda ciência é abstrata. O 2º passo foi classificar as leis abstratas em 3 grupos, conforme a constituição de nossa natureza, porque no ponto de vista religioso toda ciência consistindo em amar, conhecer e servir a Humanidade, como a Humanidade... Essas 3 categorias de leis são: as leis físicas, intelectuais e morais.

As 1ªs, que nos formulam os meios de atuar sobre a natureza, são o objeto predominante da meditação dos homens práticos. As 3ªs, apanágio do sexo feminino, que nos permitam a ação sobre o homem, é que interessam à Mulher. Por meio delas é que podemos governar a nós mesmos: e, se a ação sobre a Terra interessa mais o homem, a ação sobre o homem é que interessa a mulher. Quanto às 2ªs, só se tornam um objeto de meditação quando os velhos puderam ser mantidos, surgindo o sacerdócio. Vimos esta classificação servir de base à explicação do Catecismo.

Mas desde então se reconhece a necessidade de estudar as leis intelectuais primeiro que tudo; porque todos os nossos conhecimentos sendo apanhados pela inteligência, as leis que regem esta afetam a todos eles. Mas essas leis intelectuais sofrem por sua vez a influência das leis afetivas e práticas (do sentimento e da atividade). A inteligência não funciona sem sofrer a influência do resto do organismo. Por estas considerações se vê que elas, conquanto sejam particulares à nossa organização, são universais porque dominam tudo: todos os conhecimentos são apanhados através da inteligência, logo se não conhecêssemos as leis da inteligência não podíamos apreciar, interpretar lei nenhuma. Temos um exemplo: se colocarmos diante dos olhos um vidro colorido, a cor deste vai emprestar a sua nuança a todos os objetos. Com a nossa inteligência dá-se a mesma coisa.

Mas, quais são as leis mentais? Como coordenar as leis mentais? Foi assim como temos que A. Comte apresentou no Catecismo o conjunto do Dogma. Mas aí e no 2º vol. da Política,

ainda a teoria da inteligência não ficou completamente estabelecida; pois precisamos considerar as leis intelectuais propriamente ditas, que regem diretamente a inteligência, depois as que representam as reações do resto do cérebro (e, portanto, do resto do organismo) sobre a inteligência (e são as leis de sentimento e da atividade, que se tornam assim também leis da inteligência), além disso as universais, que, afetando tudo, afetam, portanto, a inteligência.

Para dar a teoria completa da inteligência. Mas então esse conjunto de leis torna-se um grupo de leis universais, pois que afetam tudo. Mas somos levados a fazer uma distinção conforme as relações para com a Humanidade. Umas são universais porque nos dominam a nós e é por intermédio delas que conhecemos tudo; se a Humanidade não existisse, ou uma espécie análoga à nossa, elas não subsistiriam. Ao passo que as outras universais subsistiriam mesmo que a Humanidade não existisse. Essas leis, pois, dominam tudo, mas subjetivamente ou objetivamente.

Somos, pois, levados a distinguir duas categorias nas leis de Fil. 1ª: uma subjetiva, e outra objetiva.

Este conjunto de leis não pode ser convenientemente apreciado sem ser dada a concepção que o domina, isto é, a natureza abstrata do Dogma, a teoria da abstração. Por outro lado, essas leis vão nos dar a hierarquia das ciências, vão nos conduzir à instituição da hierarquia teórica que é formada pelo conjunto das leis particulares. Conclusão: A Fil. 1ª fica formada pelas 15 leis universais, precedidas da teoria da abstração, e seguidas da instituição da hierarquia teórica. Vamos dar agora a parte média desse estudo, o conjunto das 15 leis.

Sendo assim se compreende que A. Comte só conseguiu essa hierarquia (coordenação) graças à influência feminina. Foi essa instituição das leis do entendimento que levou a criar a Fil. 1ª. Então procurando apanhar essas leis mentais, dar a teoria da inteligência, é que Ele foi levado a formar esse grupo de 15 leis universais, que passaram a ser a Fil. 1ª; e as 7 categorias de leis particulares relativas às 7 categorias de fenômenos passaram a ser a Fil. 2ª (porque Ele fora levado a destacar a Moral como ciência distinta). Isso ele conseguiu graças à influência feminina. Vemos completamente justificado o seu projeto de dedicar a Clotilde (sem cujo devotamento Ele não se teria regenerado) o seu Tratado de Fil. 1ª. Ele dedicara a Política a Clotilde, o 1º vol. da Síntese a Daniel Encontre; o Tratado de Moral teórica e prática seria dedicado à sua Mãe Rozalia Boyer, o de Indústria positiva a Ternaux, e o de Fil. 1ª de novo a Clotilde.

3. Agora vamos entrar no estudo sumário das 15 leis universais: portanto nos encaminhamos para a apreciação direta da 1ª lei. Nós vimos que temos que distinguir dois grupos: um mais subjetivo, e outro mais objetivo. No 1º grupo temos dois subgrupos: um tanto subjetivo como objetivo, e outro essencialmente subjetivo. No 1º subgrupo temos 3 termos; é uma série: o tipo normal da série é de 3 termos. Essas 3 primeiras leis formam a base de todo o sistema, e definem a harmonia fundamental entre a Humanidade e o Mundo. Delas resulta imediatamente a instituição do relativismo; elas nos mostram logo a impossibilidade de toda síntese absoluta, porque não podemos fazer entrar as leis umas nas outras. Não podemos tomar um fenômeno único que resuma todos os outros. Só podemos estabelecer leis múltiplas. A nossa síntese só pode ser feita subjetivamente, referida à Humanidade.

Dessas 3 leis vou dar o enunciado: esse enunciado dá logo noção completa de cada uma delas.

A 1ª lei é a lei-mãe de Fil. 1ª: Formar a hipótese mais simples, mais simpática, e mais estética que comporta o conjunto dos documentos a representar. Chamo a vossa atenção para o enunciado dessa lei: é ao mesmo tempo uma regra e um princípio. Como regra de conduta, ela seria enunciada assim: Devemos fazer a hipótese, etc. Como princípio: A tendência da nossa inteligência é fazer, etc... A 2ª parte dessa lei mostra que ela depende dos materiais objetivos. Parece no 1º enunciado que a lei é só subjetiva; mas completando de acordo com os dados vê-se a sua objetividade. Se não houvesse essa harmonia entre a tendência do nosso espírito e a ordem universal, todo raciocínio seria impossível.

A 2ª é: Conceber como imutáveis as leis quaisquer que regem os seres através dos acontecimentos, posto que só a ordem abstrata permita apreciá-las. O ensino que tiramos dessa lei consiste no seguinte: não conseguimos apanhar leis entre os seres, mas só entre os fenômenos. Mas se os fenômenos estão ligados, os seres que são a sede deles também estão: por isso se diz: através dos acontecimentos.

A 3ª lei formula a modificabilidade: (As modificações) A modificabilidade diz respeito só à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo persiste inalterável.

O outro grupo de leis essencialmente subjetivas é formado de duas séries de leis: as 3 primeiras dão a teoria estática, e as 3 outras a teoria dinâmica do entendimento.

A 1ª: Subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos. (Devemos considerar como exterior à Inteligência, tanto o mundo exterior como o nosso corpo).

A 2ª: As imagens internas são menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores.

A 3ª: A imagem normal prepondera sobre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir. — Temos sempre a respeito de um ente qualquer muitas imagens correspondentes a idades diversas, situações diferentes, etc., mas há uma que prepondera a cada momento, quando não todo raciocínio seria impossível.

Depois as 3 dinâmicas nos dão a marcha da Inteligência.

A 1ª: Todas as nossas concepções passam por 3 estados: teológico, metafísico e positivo.

A 2ª: A atividade passa por 3 estados: Militar conquistadora, militar defensiva, e industrial.

A 3ª: A sociabilidade é a princípio doméstica, depois cívica, e por fim planetária.

Depois vem o último grupo, que é o mais objetivo: são as leis que existiriam mesmo que a Humanidade não existisse. Compõe-se de 2 séries, separadas historicamente. O 1º grupo foi conhecido antes de A. Comte, e constitui uma generalização das leis básicas da mecânica.

A 1ª lei: Por toda parte um fenômeno qualquer tende a manter-se vencendo as resistências exteriores. As instituições políticas tendem a manter-se, as virtudes tendem a manter-se, etc. A essa lei A. Comte chama lei de Kepler.

A 2ª lei: Um sistema qualquer mantém a sua constituição, etc. A. Comte chama lei de Galileu.

A 3ª lei: A reação é sempre igual e contrária à ação, contanto que sejam avaliadas conforme a natureza de cada conflito. Ligada aos nomes de Newton e Huygens.

A. Comte as denomina assim porque as leis instituídas por eles para fundar a mecânica constituem os germens científicos dessas leis.

A última série:

A 1ª foi pressentida também na mecânica: é uma generalização do princípio conhecido em mecânica com o nome de princípio de D'Alembert (correspondente na política a: o progresso é o desenvolvimento da ordem). Nosso Mestre apanhou primeiro esse princípio no caso social; depois foi que Ele viu que esse princípio era a generalização à política do princípio de D'Alembert apanhado em mecânica.

A 2ª, lei da classificação: Toda classificação procede, etc.

A 3ª, última, lei do caso intermédio: todo intermédio deve ser concebido depois dos extremos.

4. Esse conjunto de leis permite logo sistematizar o culto positivista: dá-nos um primeiro conhecimento de todo o universo; e permite instituir a Fil. 2ª, constituição analítica do

Dogma, indispensável para instituir ao Regime. Se nós não tivéssemos necessidades práticas bastava a Fil. 1ª. Se a nossa inteligência fosse capaz de deduzir dessas leis todas as outras, bastava conhecer essas. A Fil. 2ª supre essa deficiência da nossa inteligência: é uma série de regras empíricas, para suprir a nossa falta de dedução e indução. Pela racionalidade ligamos tudo; pelo empirismo nos contentamos com um certo número de regras práticas... Pois bem, a Fil. 2ª...

Como é que a Fil. 1ª sistematiza logo o culto? Vimos que o ensino teórico tem por objeto sistematizar os resultados da cultura doméstica. Pois bem, o culto é instituído na cultura doméstica, é justamente um dos seus resultados mais preciosos.

Dados os perigos da iniciação teórica, devidos à fraqueza da nossa inteligência, e que excita o orgulho, a vaidade, etc., compreende-se que é de toda importância que na entrada do edifício teórico tenhamos um pórtico abstrato bastante vasto sistematizando o culto. Tomá-lo-íamos à Fil. 1ª. O culto consiste em desenvolver o amor da Humanidade, em voltar tudo para a Humanidade; a Fil. 1ª nos conduz logo a isso, nos justifica logo isso, porque nos dá logo o conjunto das leis da inteligência, da atividade e do sentimento, e nos dá as leis gerais que regem a harmonia entre a Humanidade e o Mundo.

Basta dizer que o 1º grupo de leis de Fil. 1ª define as condições do relativismo, nos demonstra que todas as nossas concepções são relativas. Tudo é relativo, eis o único princípio absoluto. As leis estáticas do entendimento nos mostram que a harmonia humana resulta da unidade cerebral: as dinâmicas mostram que essa unidade desenvolvida dá o progresso, todo o progresso é o desenvolvimento da ordem. Nós tornamos cada vez mais simpáticos, mais sintéticos e mais sinérgicos. Finalmente, o último grupo de leis explica as leis, relações gerais entre a Humanidade e o Mundo.

Isto basta para patentear a importância desse estudo teórico. Pode-se dizer que desse estudo todo a Fil. 1ª sendo sintética (e a Moral também, a Moral que é o último grau da ordem abstrata), são o que nunca mais se esquece, o que temos que guardar eternamente: tudo o mais é provisório. Quando se estuda, sabe-se resolver equações, etc.; depois não se sabe mais. As leis de Fil. 1ª não: quem uma vez as ouviu, as conheceu, nunca mais as esquecerá. São leis que estão se aplicando por toda parte.

5. Agora, para compreender a 1ª lei, comecemos por notar que o 1º grupo define o caráter fundamental das nossas concepções normais, quer reais, quer ideais. (Diz-se que a concepção é real, quando a concepção se verifica fora de nós).

A 1ª consiste em mostrar a ligação da razão concreta à abstrata, e assim define o atributo geral das concepções normais.

A 2ª serve para nos mostrar em que consiste a Fatalidade e a vontade; e caracteriza a diferença entre a realidade e a idealidade mostrando em que consiste uma e outra.

A 3ª define qual o domínio da vontade, mostrando a subordinação da idealidade à realidade, ou da vontade à Fatalidade. Lei é a expressão da constância no meio da variedade. A 3ª lei mostra que não podemos pretender modificar o arranjo, a ordem, a lei, e só a intensidade dos fenômenos.

Do conjunto dessas leis resulta a instituição do relativismo.

6. Vamos agora explicar diretamente a 1ª lei: Formar a hipótese mais simples, etc.

Todas as nossas concepções, tudo quanto o nosso cérebro pode conceber, imaginar, é uma hipótese, ou uma suposição (1ª origem grega; 2ª origem latina). Exemplo: Vemos diante de nós um homem; não sabemos donde surgiu, nem quem é, mas imediatamente devemos fazer a hipótese mais simples, etc., de acordo com os dados. Não devemos imaginar que temos diante de nós um criminoso: pode isto acontecer, mas é a exceção; não vamos imaginar também que é um santo, isto seria uma complicação: pode ser; mas não vamos imaginar, nem que seja um santo nem um perverso: fazemos uma hipótese favorável.

A respeito de um caso qualquer, nós temos, pois, sempre que fazer a hipótese mais simples, etc., de acordo com os dados; e não devemos complicar a hipótese senão à medida que os dados vierem surgindo; e essa complicação deve ser a mais simples possível. Essa é a tendência da nossa inteligência, essa é a lei do nosso dever; por isso nosso Mestre a formula ora como regra de conduta ora como resultado abstrato. Se formulamos como regra, dizemos: Formar a hipótese, etc.; se formulamos como lei da inteligência, diremos: A nossa inteligência tende a, etc.

Todas as nossas concepções são hipóteses, baseadas nos dados conhecidos; mas entre elas é preciso distinguir as concepções que são normais e as anormais.

O que é uma concepção normal? É a que nos permite adaptar a nossa conduta à nossa situação; assim, a concepção de um doido não é normal, porque não lhe permite adaptar a sua conduta à sua situação. Se ele se imagina rei, vai proceder como rei, embora esteja em situação real muito diferente. Mas se nos colocarmos na situação em que ele se imagina, vê-se que raciocina e procede de acordo com ela. Ex.: D. Quixote.

Mas como a nossa situação varia, as nossas concepções vão variar. Variam as concepções com os tempos e os lugares, etc. A loucura é, pois, muito relativa; a teoria da loucura não pode ser dada só pelas condições cerebrais; é preciso ver as condições sociais, etc. O que num selvagem não é concepção de doido, ou numa criança, em nós é.

Toda concepção normal, deve apresentar esse caráter: ser a hipótese mais simples, etc.

Daqui a pouco citarei exemplos: a primeira coisa que temos a fazer é explicar o significado da lei; depois darei os exemplos que demonstram.

É preciso distinguir as duas fases que há em todo trabalho mental: 1ª. Concebemos, imaginamos um tipo, constituímos um tipo na inteligência, destinado a representar o que percebemos pelas impressões recebidas: é a 1ª fase, a da concepção; 2ª. Depois tratamos de decidir qual é a conformidade ou não conformidade que existe entre esse tipo do cérebro e o exterior: é a 2ª fase, a objetivação das concepções.

Porque, uma coisa é imaginar um tipo, e outra é decidir se existe ainda fora de nós.

Suponhamos: um indivíduo entra numa sala escura e vê uma sombra, imagina que é um homem; resta saber se o que ele imaginou corresponde à realidade, e temos então a 2ª fase.

Temos pois: 1º construção do tipo; 2º objetivação do tipo. É desta objetivação que resulta a distinção entre a realidade e a ficção.

Diz-se que a concepção é real, quando a concepção se verifica fora de nós, quando existe, ou pode existir alguma coisa fora de nós que corresponda à nossa concepção. Se recebemos uma impressão do exterior, e imaginamos que é um homem, se for mesmo um homem nossa concepção é real. Inventamos uma máquina, conseguimos fazê-la fora de nós: é uma realidade. Agora, imaginamos uma sereia, uma fada: não existem fora de nós, não podemos fazer: dizemos que é uma ficção, uma fantasia, uma invenção.

Essa distinção só veio muito tardiamente. A tendência primitiva é acreditar que tudo o que existe no cérebro existe fora. A criança e o selvagem não conseguem distinguir entre a ficção e a realidade. Conquanto a aptidão para a razão abstrata e a concreta coexistam, só se desenvolvem sucessivamente. A razão concreta predomina no selvagem e na criança: eles só conseguem representar no cérebro o que de fato veem no exterior, seres exteriores; disto resulta pensarem que toda imagem surgida no cérebro é real; fazem a hipótese mais simples, admitem que existe fora, tudo depende de saber onde está. A criança ou o selvagem que sonham, no dia seguinte vão procurar o brinquedo ou o guerreiro morto que surgiu ao seu lado no sonho: ele não imagina que é a alma, ele não tem noção de alma; é o selvagem em

carne e osso; ele imagina que o selvagem veio de qualquer modo, não sabe como, mas veio no sonho, e como não o encontra pensa que fugiu; e a criança pensa que lhe tiraram o brinquedo.

Só mais tarde que o homem e a Humanidade começaram a reconhecer, por experiência, que nem tudo o que está na cabeça é realidade, é objetivável. Pôs-se então o problema de distinguir entre a realidade e a ficção. O que levou a princípio a essa distinção foi o desenvolvimento da atividade guerreira, foram os ardis: assim como eles enganavam... surgiu assim na cabeça alguma coisa que evidentemente não era real. Na educação atual, a influência materna acelera esta evolução. As crianças sonham e a Mãe vai ao encontro delas, logo explica, faz ver que aquilo não existe, e elas vão aceitando, por veneração, da Mãe, que certas concepções suas são ficções.

Então começa um grande trabalho para a Humanidade, para fazer essa distinção entre a realidade e a ficção.

A lei-mãe da Fil. Primeira rege e preside às duas fases do trabalho mental: 1º a nossa inteligência tende a fazer, etc.; 2º para decidir entre a realidade e a ficção, deve-se fazer a hipótese mais simples, etc.

Essa separação foi se desenvolvendo através da evolução humana, até A. Comte. No princípio, antes de A. Comte, todas as nossas concepções foram dominadas pela ideia do absoluto, e a ficção era tida como coisa inteiramente distinta da realidade. Quando surgiu a razão abstrata, quando a ordem teórica surgiu, foi que surgiu também o teologismo, 1º o politeísmo: os entes fictícios, a quem deram os atributos humanos, vícios e virtudes, tornaram-se os deuses, a princípio desconexos. Depois que foi-se apanhando as leis entre os fenômenos, passou-se a estabelecer uma hierarquia entre os deuses, e, predominando um, surgiu o monoteísmo. Depois, tendo a ciência apanhado leis independentes das vontades, acabaram-se os deuses: vieram as entidades metafísicas, o úmido, a força, etc. Que é a força? é um deus, um anjo, mas que não tem mais os atributos humanos, tendo todo o poder, mas sem vontade, etc.

Permaneceram as concepções assim, até que chegou A. Comte e iniciou a sua carreira mental proclamando que tudo é relativo: pôde mostrar que a realidade como as ficções são regidas pelas mesmas leis, são feitas com os mesmos elementos. A inteligência só constrói com materiais que recebe do exterior: todas as concepções da Humanidade são feitas com materiais exteriores. Um doido, como uma inteligência normal, está obrigado a sujeitar-se aos materiais objetivos. Basta citar a divindade. Segundo as crenças teológicas, Deus é um

ente onisciente, de bondade infinita, inteligência infinita e poder infinito. Não o vemos nem reconhecemos pelos processos habituais: dizem que é por uma intuição especial. Ora, os seus atributos são conhecidos, são fornecidos pela observação: a bondade é um atributo que nós encontramos na espécie humana como em outros animais, em grau maior ou menor, embora não infinito; a inteligência também; e a atividade também. Como se fez Deus? A Humanidade tomou esses 3 atributos da natureza e elevou-os ao grau infinito, sem que até A. Comte ninguém tivesse notado a contradição desses atributos em grau infinito. Um ente que tem poder infinito, para que precisa, para que carece de inteligência, de bondade? Esses atributos encontram-se reunidos nos animais; mas desde que os supomos em grau infinito eles são inconciliáveis. Um ser nestas condições veria tudo por intuição; não podia ter bondade, mas só caprichos. Supondo um desses atributos em grau infinito, os outros se anulariam. Outros exemplos: uma montanha de ouro. Ouro existe, e montanha também; mas não montanha de ouro. Tudo quanto existe na nossa inteligência é à custa dos materiais exteriores. Um doido raciocina com materiais vindos de fora. Se ele imagina que é rei — ele não é rei, mas o tipo de rei existe fora de nós, há muitos homens que são reis. Ele vai proceder como rei; daí o fato de vermos um doido raciocinar muito bem sobre outros assuntos, e só naquele particular desvairar, só quando se toca na tecla; mas aceitando a mania vai tudo bem: o ponto de partida é que está errado. Mudemos o ponto de partida...

Tudo, pois, quanto na nossa inteligência existe, é feito com os materiais exteriores, tudo pois é relativo. Não há uma diferença absoluta entre a idealidade que representa seres sem correspondência objetiva, e a idealidade que se aproxima suficientemente das condições exteriores. A ficção é o tipo criado sem correspondência objetiva; a idealização é o tipo criado que se aproxima suficientemente da realidade. Uma coisa pode ser ficção até um certo tempo, e depois deixar de ser: há muita coisa que a Humanidade objetivou, e passou-se da ficção para a realidade. Assim, para os antigos, muita coisa era ficção que para nós é realidade. Fossem dizer a César que um dia em Roma se saberia o que se passava no mesmo instante em Paris, pelo telégrafo. Imagina-se um engenheiro que constrói no cérebro uma máquina e depois a concretiza.

Portanto as concepções normais são as que permitem adaptar a nossa conduta à nossa situação: podem ser tanto realidades como ficções. Há muita realidade inútil, e até nociva, mental ou praticamente, e muita ficção que é útil, necessária mesmo. As concepções teológicas, as metafísicas, são puras ficções, mas foram úteis no seu tempo. Hoje mesmo, há uma série de concepções fictícias que são úteis.

Para saber quais as concepções normais e quais as anormais, é preciso atender ao conjunto, às condições da nossa natureza, aos nossos atributos, intelectuais, práticos e afetivos. As primeiras não funcionam sem a reação dos outros pendores. Há concepções fictícias que não têm utilidade prática, mas podem ter utilidade afetiva e intelectual, e daí, indiretamente, ter utilidade prática (ficções poéticas): nenhuma ação pode ser dar sem um impulso afetivo.

Pois bem, a 1ª lei, que nos manda fazer a hipótese mais simples, etc., é indispensável para a concepção, para a objetivação da concepção, e para a instituição das concepções normais. Para formar um tipo, é graças à 1ª lei; para decidir se existe fora de nós, é aplicando a 1ª lei; e também para decidir se é normal ou não: de sorte que todo o trabalho mental é dominado por essa lei.

É uma lei subjetiva porque se formula assim: a tendência da nossa inteligência é, etc.; mas ao mesmo tempo ela comporta um enunciado objetivo (uma objetivação). De fato, a nossa inteligência permite adaptar a nossa conduta à nossa situação, porque a ordem natural representa a hipótese mais simples, a mais simpática, e mais estética. A tendência não valeria de nada se o Mundo não fosse feito de modo a corresponder a ela, se fosse antipático a nós, antiestético, complicado; o Mundo, porém é suficientemente simpático, é de modo que assim nos aproximamos da realidade. Foi esse fato que conduziu ao que se chama o otimismo, teológico e metafísico. Forma teológica: tudo quanto Deus faz é para melhor; é o apanhado teológico da lei. Leibniz introduziu uma modificação — é o apanhado metafísico: estamos no melhor dos mundos possíveis. Há ainda uma série de proposições: a natureza vai sempre pelo caminho mais curto; tudo o que a natureza faz é simples; está tudo ligado; e muitos outros apanhados metafísicos. Nem tudo é simples, nem tudo o que acontece é bom. Estamos por isto sujeitos a mistificações; mas a mistificação é maior se complicamos a hipótese do que fazendo-a simples. Quando nós formamos uma hipótese mais simples, etc., temos a certeza de que estamos fazendo uma hipótese verdadeira, normal, mais próxima da realidade.

7. Desde então se compreende que esta lei sistematiza, formula sistematicamente o relativismo, nos dá a regra de conduta, conscientes de que estamos construindo concepções relativas.

Por isso também é em virtude dessa lei que podemos fazer certas deduções: por ex., o que se chama fora do Positivismo as condições da existência. Assim, se um ente não pode existir sem certas condições, sem ser dotado de certos atributos, estes atributos existem. Assim: o animal precisa de seres vivos para se nutrir, logo deve ter órgãos que permitam distinguir os

corpos mortos dos vivos (sensibilidade), e órgãos para apanhar os seres vivos (contratilidade). Mesmo que não pudéssemos descobrir o órgão, devíamos concluir que ele existia, porque a função existia e não há função sem órgão. Se um ente não pode existir sem certas condições de altruísmo, esse altruísmo deve existir. Essas conclusões todas são aplicações desta lei.

Agora que compreendemos a Lei, poderia apresentar uma série de fatos para mostrar que a lei é verdadeira: mas reservarei estes exemplos para quando der as aplicações da lei.

II

1, 2, 3. Vamos agora dar a teoria positiva das Hipóteses.

Todas as nossas concepções são hipóteses; mas, de ordinário reserva-se o nome de hipótese para as que não são suscetíveis de objetivação.

Somos levados a distinguir as hipóteses úteis e as que não o são; entre as úteis: 1º as que comportam objetivação; 2º as que não comportam objetivação. As últimas são: hipóteses teóricas, hipóteses lógicas e estéticas, etc. Sabemos serem ficções, mas são destinadas a permitir que a nossa inteligência medite melhor, a auxiliar a nossa meditação. A noção de força em Mecânica, e a de inércia; a concepção corpuscular; a do Espaço, etc., são hipóteses lógicas. Ao lado destas, há as hipóteses estéticas, afetivas, poéticas.

Entre as que comportam objetivação, há as teóricas (as científicas). As hipóteses científicas são como que leis em preparação. As hipóteses práticas são: planos, quando suscetíveis de realização imediata; e utopias, quando realizáveis em tempo indefinido.

As utopias positivas não são fantasias.

Há utopia teológica: o mistério.

Há utopias metafísicas: a transmutação dos metais, por exemplo. É uma fantasia, porque vai de encontro aos princípios da química: A princípio, apenas consideram-se 4 elementos simples: a terra, o ar, a água e o fogo; com o desenvolvimento da química, o número dos corpos simples vai cada dia aumentando mais; querer, pois, reduzir tudo a uma só substância é um absurdo.

A utopia da Virgem-Mãe é uma verdadeira utopia, é uma utopia positiva: porque a ciência, a evolução da Humanidade vai cada vez tendendo mais a mostrar que ela é suscetível de realização num futuro indefinido. Se o fosse já, seria um plano.

4. Quanto às hipóteses lógicas, servem para instituir o estudo dos fenômenos, permitindo a sua melhor representação mental, e, portanto, a sua coordenação. Ex.: o Espaço. É a

concepção duma substância ideal, análoga ao nosso ar, que nos permite pensar nos fenômenos em separado dos corpos. Queremos, por ex., pensar na forma de um corpo: a forma dos corpos não existe em separado deles, não existe uma esfera que não seja duma certa substância. Quando queremos pensar numa esfera, ides pensar numa esfera qualquer, de ferro, de vidro, etc.? Se for de vidro, as outras propriedades do vidro complicam o nosso estudo, a meditação das propriedades da forma da esfera, que é só o que nos interessa no momento, fica complicada com as outras propriedades de vidro.

Então, para pensar na forma em separado dos corpos, a Humanidade imaginou um fluido, o Espaço, que não é o nosso ar que tem propriedades químicas, está em movimento, etc.; imaginou que tomou uma esfera, mergulhou-a no Espaço, e depois tirou-a, e o Espaço conserva a forma da esfera, como se ficasse uma película revestindo a forma; imaginou-a duma certa tensão, uma certa cor: imaginou-se o Espaço branco, e para representar o corpo imaginou-se a cor mais simpática, o verde. O branco é o emblema da paz, do amor, da pureza, da abstração: pela tenuidade: toda cor diluída parece branca. A esfera vai ser verde: é o símbolo da esperança.

Temos também que imaginar os movimentos no Espaço. Quando dizemos: um corpo que cai, o geômetra imagina uma porção verde do Espaço caindo.

Outra instituição abstrata, destinada a...: Os estados dos corpos. Diz-se: todos os corpos são sucessivamente sólidos, líquidos e gasosos; isto é devido a Lavoisier. É uma hipótese. Porque nem todos os corpos podem passar por esses três estados: ou porque de fato não possam, ou porque nós não tenhamos meios de o conseguir. Mas verificamos para um grande número de corpos: conclui-se para todos os outros. Como nós queremos generalizar os nossos conhecimentos, tenho mais generalidade supondo todos podendo passar por esses três estados. Sabemos que para passar por esses três estados depende da pressão que sofrem, da temperatura deles, etc.: imaginamos que se não conseguimos fazer passar é porque não podemos, não temos meios, mas se tivéssemos conseguiríamos.

Mas o que é um corpo sólido? É uma abstração. O sólido em geometria não é o sólido em física. O do geômetra é rijo, indeformável, inflexível, não muda de volume: não existe em parte alguma; a física nos diz que todos os corpos são mais ou menos elásticos, compressíveis, etc.

Para o matemático, o líquido é um corpo cujas moléculas rolam umas sobre as outras sem nenhuma adesão; na física temos de passar para o concreto: todas têm adesão: aderem aos vasos, etc.

A concepção do gás matemático (é outra hipótese lógica) é diferente da concepção física do gás.

A teoria corpuscular (é outra hipótese lógica): considera todos os corpos agregados de corpúsculos. Qual a vantagem dessa hipótese? A física estuda as propriedades gerais dos corpos; tem necessidade de abstrair. A física, a física abstrata (é verdade) diz que aquecendo um corpo ele vai aumentar de volume. (Isto na física abstrata: assim como a lei da passagem do corpo aquecido pelos três estados: física abstrata, porque o corpo pode destruir-se antes de mudar de estado.) Pois bem, a física quer estudar as leis da temperatura: quer-se estudar o que há de constante a todos os corpos à medida que o corpo vai se aquecendo. Ora, então, abstraio da natureza do corpo, mas devo examinar nas menores partículas. A física supõe que identificamos todos os corpos. A física imagina que os corpos todos são feitos de uma matéria só, formados de corpúsculos. Sabemos que isso é uma hipótese lógica: não sabemos se existem ou não os corpúsculos.

Mas vem a química e mostra corpos de diferentes substâncias, e mostra que a matéria varia em cada corpo, prova que as partículas têm pesos diferentes, ao passo que a física as supõe do mesmo peso: não há nela mais necessidade da hipótese corpuscular. Tanto na física como na química é artifício lógico.

Outro ex.: o transformismo, o que Lamarck introduziu. Para estudar as leis gerais da vida... Se considerarmos a planta, notamos que em todas existe uma igualdade: as leis da vegetalidade são as mesmas para todas as plantas. Os animais não, oferecem diversos tipos. Da biologia abstrata, queremos conhecer as leis da vida do homem... Lamarck comparou os seres todos da série biológica, examinou os animais todos, sobretudo os da série inferior: ficou tão impressionado com as semelhanças que havia, que imaginou, que os animais eram todos transformações uns dos outros, e teve mesmo a ousadia de pensar que os seres vivos eram transformações de entes inanimados sob certas condições de luz, de calor, umidade, etc. Essa era a concepção de Lamarck, que foi depois explorada por Darwin, Haeckel, etc., e hoje aceita no mundo acadêmico: é o evolucionismo. Quando A. Comte escreveu, Lamarck estava esquecido: Ele classificou-o entre os grandes biologistas, mas mostrou que a sua concepção era metafísica, inverificável, pois não temos meio nenhum de provar que os animais transformam-se uns nos outros; o termo exigido para a transformação não nos é acessível: muitos animais se perderam, e não sabemos quais foram os que desapareceram; portanto não é uma hipótese científica, é uma hipótese lógica, é uma hipótese inverificável. Nós hoje devemos fazer essa hipótese: na massa dos vegetais e dos animais, tiramos uns quantos tipos. Fazemos de cada grupo de animais um certo tipo de animal (tipos esses ligados

entre si), e formamos uma série linear. Entre alguns a distância era muito grande: A. Comte introduziu tipos artificiais para preencher as lacunas. Esta série é uma instituição lógica: porque ela tem por fim estudar os fenômenos da vida no caso mais simples, para subir depois aos mais complicados. Para estudar as condições gerais da vida, não vamos escolher o homem, mas sim os animais mais simples, e daí deduzir para o homem.

Estes exemplos bastam para compreender o que é uma hipótese lógica.

5. Quanto às estéticas, poéticas, têm por objeto exaltar o sentimento, representando tudo como suscetível de despertar a simpatia.

6. As hipóteses científicas têm por fim a descoberta das leis dos fenômenos. Em 1º lugar, uma hipótese científica não pode dizer respeito à causa nem ao princípio último, mas sim às relações entre os fenômenos; em 2º lugar, têm que ser verificáveis. Ex.: a lei da queda dos corpos. Temos nesta lei dois elementos: o tempo e a altura da queda, que se medem. Representando o tempo por um número, a altura por outro, apanho a relação entre eles, e acho a lei que Galileu descobriu: o espaço é proporcional ao quadrado do tempo. Ora, isso se verifica mediante..., de sorte que... Agora a concepção metafísica da queda dos corpos: imaginam que o corpo que cai sofre pressões diferentes: as laterais anulam-se e fica só a diferença de pressão das duas colunas verticais (explicação do 18º século).

A gravitação dos astros é a mesma coisa. Newton formulou: os corpos caem uns para os outros na razão direta das massas e na inversa dos quadrados das distâncias. Ora, isto verifica-se, é questão de comparar números. Agora, porque isso? os acadêmicos respondem: é porque o Sol tem um poder atrativo. Mas isto não diz nada: é dizer a mesma coisa por outras palavras. Faz lembrar Molière: como dizer que o ópio faz dormir porque tem a virtude dormitiva.

7. Quanto às hipóteses práticas, já falamos das utopias.

III

1. Vamos citar as consequências capitais desta 1ª lei de Fil. 1ª.

1º. Essa lei institui a lógica humana normal, que consiste no concurso dos sentimentos, das imagens e dos sinais, a fim de nos inspirar as concepções que convêm às nossas necessidades morais, intelectuais e físicas. Essa lei nos indica como esse concurso se opera, nos ensina a fazer essa combinação.

Recebemos as impressões, construímos um certo tipo: qual a marcha?: Induzimos e deduzimos, a fim de construirmos. Induzir é apanhar o que há de constante no meio do que varia. Deduzir é apanhar a ligação entre os princípios. Construir é reunir os materiais

fornecidos pela indução e pela dedução, e formar com eles um tipo. É ainda a 1ª lei que permite induzir, deduzir e construir: porque induzir consiste em fazer a hipótese mais simples, etc.: é a lei da invenção. Até A. Comte sabia-se as regras da demonstração, da dedução, mas ninguém tinha apanhado as leis da invenção, da descoberta, da indução. Como se inventa? Foi A. Comte que disse que era fazendo a hipótese mais simples, a mais simpática, etc. Cada descoberta científica foi feita, fazendo a cada momento a hipótese mais simples, etc. Assim se induziu, se deduziu e se construiu.

2. Outra verificação dessa lei é na evolução dos pensamentos humanos, das concepções humanas. A inteligência humana passou por 3 estados: fetichista, teológico e positivo. Na 1ª fase, o homem não tinha dado nenhum sobre o Mundo; conhecia melhor a si mesmo: o que havia de mais natural, de mais simples do que imaginar que tudo era semelhante ao tipo humano? Se ele empurra uma pedra, supõe que ela lhe resiste como resistiria um guerreiro; se uma fruta cai da árvore, é porque quis cair. A concepção fetíchica representa, pois, a hipótese mais simples. Enquanto só se considerou os seres concretos... Depois vêm os seres fantásticos, quando a razão abstrata desperta. O que havia de mais simples era dar aos Deuses os atributos humanos. Os Deuses surgem separados; depois começa-se a apanhar leis entre os fenômenos, começa-se a hierarquizar os Deuses. Depois vem o monoteísmo. Depois a Humanidade descobre que há certas coisas que se dão independentemente da vontade dos Deuses ou de Deus. — Hoje qualquer menino, no ensino acadêmico, repete maquinalmente que — a soma dos 3 ângulos de um triângulo é igual a dois retos. Pois bem, no dia em que Tales descobriu esta lei, a 1ª lei natural, ele pôs por terra todo o teologismo: quer Zeus quisesse quer não, a soma havia de ser igual a 2 retos: Zeus podia tudo, menos impedir isso. Desde esse momento, ele foi descobrindo as outras leis. Ele é o primeiro tipo emancipado do teologismo. Mas ele não podia chegar ao Positivismo, não podia suprir a construção dele, não podia fazer, por si só, toda a ciência que a Humanidade havia de elaborar desde ele até A. Comte. Então imaginou uma fantasia: imaginou o Mundo formado por uma matéria — a teoria atômica e o úmido, essência da água. Criou assim uma fantasia que serviu para o desenvolvimento da razão abstrata até quase os nossos dias. A metafísica substitui assim o teologismo: fez a hipótese mais simples.

3. Tomemos mais um exemplo nas construções científicas para mostrar a tendência do nosso espírito a fazer a hipótese mais simples. Todos os povos consideraram a Terra como plana, o Céu uma abóbada, encontrando a Terra: é a hipótese mais simples. Enquanto o indivíduo não se afasta de um certo ponto. Mas depois começa-se a andar: à medida que nos deslocamos para o norte ou sul o céu apresenta um aspecto vário, vê-se outros astros, etc.

Descobre-se que essa hipótese não corresponde à realidade: faz-se de novo a hipótese mais simples de acordo com os novos dados: imagina-se que ela é esférica. A esfera é a figura mais simples depois do plano. Mas é uma figura goza de certas propriedades: assim, a ângulos iguais correspondem arcos iguais. Ora, medindo a Terra, viu-se que isto não se dava. Tomou-se então a forma de esferoide, do elipsoide de revolução: é a forma abstrata da Terra. Concretamente a Terra não é redonda: há os vales, as montanhas, etc.: para conceber a Terra, simplifica-se tudo.

Ainda um exemplo característico: a curva que a Terra descreve. Essa curva é complicadíssima. Todavia supõe-se que a curva que a Terra descreve em torno do Sol é uma elipse: a ciência demonstra que não é assim: a Terra descreve uma curva complicadíssima. Não é só a Terra a cair para o Sol e o Sol para a Terra, é uma série de quedas, proporcionais às massas e ao quadrado das distâncias, da Terra para Júpiter, de Júpiter para a Terra, de Júpiter para Marte, de Marte para a Terra... Mas os grandes astrônomos simplificaram o espetáculo, abstraindo de todos os outros astros para só considerarem o Sol e a Terra: nestas condições, a Terra descreveria uma elipse. Depois vamos introduzindo os diversos astros um a um. Eles vão perturbando o sistema, alongando a elipse, inclinando o seu plano, fazendo-a balançar no espaço, etc.; enfim, não é mais uma elipse, mas nós continuamos a fazer a hipótese de que é uma elipse, a hipótese mais simples. Se os planetas tivessem massas muito maiores, e estivessem mais perto, já não poderíamos fazer essa hipótese.

4. Um outro exemplo da verificação dessa lei é nos estados individuais de loucura e idiotismo. O louco tem diante de si um animal, mas imagina que é outro ente muito diverso; mas uma pessoa prova que é um animal: pois bem, o doido complica a hipótese, e imagina que foi o tal ente que se transformou em animal. Se uma pessoa sã entra num quarto escuro, e vê uma toalha, e esta lhe parece uma pessoa que já morreu, se se ilumina o quarto ela reconhece que era uma toalha, e faz a hipótese mais simples, que é que foi uma ilusão. Este estudo da loucura foi feito antes de A. Comte pelos grandes poetas. Em D. Quixote, Rei Lear e Hamlet, verifica-se o que acabamos de dizer: D. Quixote vê moinhos, e diz que são gigantes, e quando verifica que são mesmo moinhos complica a hipótese, e imagina que foram os mágicos que transformaram os gigantes em moinhos. O espiritismo: ... Se estamos no nosso juízo, e vemos um fantasma, e ninguém mais vê, se temos humildade, dizemos que temos uma alucinação. Mas se o orgulho está exaltado, ou o estado cerebral atrasado, substitui o seu ponto de vista ao ponto de vista geral. Com os homens de ciência dá-se o mesmo que com o público: a ciência não está divulgada, só conhecem as inferiores: que admira que um físico que admite o éter venha com espiritismo e outras fantasias?

5. As concepções teológicas são complicadas, mas representam a hipótese mais simples daquele momento.

6. Resta mostrar a aptidão do Espaço para representar esta lei.

É como um corpo qualquer que lembra a lei da queda dos corpos. O Espaço nos lembra logo essa tendência da nossa inteligência, pois que o Espaço é a concepção mais simples. Depois o Espaço é uma concepção elaborada pela Humanidade. A ciência é o estudo das propriedades que a Humanidade localizou no Espaço.

Olhando para a amplidão, dizemos que vemos a abóbada celeste: mas de fato não vemos: é um fenômeno que se passa internamente em nós: a ilusão não é dos olhos, é da inteligência. Nós vemos a abóbada com a inteligência. O que os olhos veem são os corpos. É análogo ao que se dá nos sonhos: quem vê então ou ouve não são os olhos nem os ouvidos, são os gânglios sensitivos ou o aparelho da contemplação. Vemos esfera porque é a forma mais simples; não é porque vemos os pontos sempre à mesma distância, como pensam alguns.

A simples contemplação do Espaço nos lembra logo essa Fatalidade 1ª. Agora vemos que essa lei devia ser estudada em 1º lugar, pois que todas as outras são obtidas fazendo a hipótese mais simples.

7. Conclusão.

É nos emanciparmos de todas as concepções de todas as preocupações absolutas. Tudo é relativo. Conclusão: devemos subordinar tudo ao altruísmo. Uma vez que tudo é relativo, que não podemos saber nada em absoluto, que sempre há de haver alguma coisa de vago, uma vez que temos que obedecer aos nossos sentimentos, é que nos resta é recorrer ao altruísmo. Necessitamos de subordinar ao altruísmo o conjunto da nossa vida, e conseguintemente o conjunto do nosso dogma.

Devemos agora passar para a 2ª lei, que será o objeto da lição de amanhã.

Extratos de várias notas, tomadas em aula por diversas pessoas, e reunidas por **Armando Esteves.**

ENSINO POSITIVISTA

INICIAÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

Preâmbulo Sintético

FILOSOFIA PRIMEIRA (ou Lógica)

4ª Lição

Apreciação da 2ª lei: Conceber como imutáveis as leis quaisquer que regem os seres pelos acontecimentos, posto que só a ordem abstrata permita apreciá-las.

1. Rio, 3 de César de 120 (24-4-08) — 2ª lei de Filosofia 1ª: lei da imutabilidade.

Devemos hoje apreciar a 2ª lei de Filosofia 1ª. Como vos disse, consiste em que devemos conceber como imutáveis as leis quaisquer que regem os seres pelos acontecimentos, posto que só a ordem abstrata permita apreciá-las.

Esta fórmula corresponde ao que se diz de ordinário: o Mundo é regido por leis naturais. Mas A. Comte preferiu o outro enunciado, porque este não exprime exatamente e suficientemente a realidade (posto que só a ordem abstrata permita relação entre fenômenos).

Devemos começar fazendo umas observações sobre a noção de lei a respeito desta lei. Mas, antes de tudo, o que é uma lei natural? Esta concepção de lei deve estar..., prende-se à da 1ª lei. Devemos começar fazendo observações a respeito da concepção dela. Implica a noção mesma de lei, e esta concepção prende-se à noção da 1ª lei. De fato, nós vimos que a 1ª lei institui a lógica positiva, caracterizando o exercício normal da nossa inteligência: consiste em formar a hipótese mais simples.

Segundo a 1ª lei, todas as nossas concepções são hipóteses, isto é, tipos destinados a permitir que nós representemos a ordem exterior com o grau de aproximação exigido pelas nossas necessidades físicas, intelectuais e morais. Mas esses tipos não nos habilitam todos do mesmo modo a adaptar a nossa conduta à nossa situação. É dessa maior ou menor aptidão que resulta a distinção entre realidade e ficção.

De fato, vimos que uma concepção era considerada como uma realidade quando tinha a aptidão de permitir-nos adaptar a nossa conduta à nossa situação, permitindo-nos estabelecer relações eficazes entre nós e os seres que nos rodeiam, capazes de atender ao conjunto de nossas necessidades.

Mas, não basta que as concepções atendam à ação objetiva: a nossa conduta depende dos nossos instintos e dos nossos atributos intelectuais. É preciso que as concepções sejam tais que estimulem o altruísmo diretamente, e de modo que a inteligência as possa formar e reter com facilidade. Ao lado das realidades (concepções reais), tornam-se não menos indispensáveis existem as ficções, destinadas a estimular os nossos sentimentos e permitir que a inteligência se exerça com facilidade, como, por exemplo: quanto às belas-artes, as ficções poéticas, e, quanto às segundas, as ficções lógicas, como a instituição do Espaço em Geometria, e da inércia em Mecânica, a teoria corpuscular em Física, que sabemos serem meros artifícios lógicos. Comparando profundamente uns com os outros, reconhece-se que a distinção é: ficção é a concepção visando a ação subjetiva, sobre nós, e realidade é a concepção visando a ação objetiva, sobre o Mundo. Há, pois, duas realidades, uma objetiva e outra subjetiva.

As ficções, pela reação que têm sobre nós, podem ser mesmo muito eficazes até; elas não existem fora de nós, mas, subjetivamente falando, representam uma coisa muito real, pois que têm influência decisiva, real, sobre nós. Assim, as concepções teológicas eram ficções, mas tinham uma utilidade de primeira ordem sobre os que nelas acreditavam como realidades. Não têm mais para nós que nos emancipamos delas: para nós têm a eficácia de uma ficção. Mas a eficácia das ficções não está ligada só à crença na realidade objetiva delas: a Poesia está aí toda para mostrar a eficácia das ficções reconhecidas como tais. E também as hipóteses lógicas (científicas, puros artifícios lógicos) que todos sabemos são fictícios, e não continuamos a usá-las e com vantagem? E até a eficácia das hipóteses lógicas é tanto maior quanto mais consciência temos do seu caráter fictício, isto é, quando o subjetivismo é consciente: isto impede as divagações metafísicas; e se pensamos que é objetivo, somos levados a extravios: ninguém manda hoje uma pessoa para a fogueira por não acreditar na ciência, e, entretanto, mandava-se por não crer em Deus.

A 1ª lei nos mostra que, em qualquer caso, as concepções normais representam a hipótese mais simples, etc. Isto posto, a nossa lição de hoje tem por objeto mostrar o caráter geral das nossas concepções reais, e a relação normal delas com as ideais. Ela define, pois, a parte da razão e da imaginação nas nossas construções mentais, limitando os campos respectivos da Filosofia e da Poesia, de modo tal que no estado normal a Filosofia se combina (confunde?) com a Poesia, mas sabendo nós a cada momento até onde vai uma e outra, isto é, sem se confundirem: todo pensamento normal é filosófico e poético ao mesmo tempo.

2. Vejamos o que é uma lei ou regra.

Para definir lei ou regra, cumpre lembrar que as concepções reais, objetiváveis (objetivadas?), representam as relações entre os fenômenos, e têm por objeto fazer uma previsão: de modo a prever uns por meio dos outros. Esse é o caráter de toda lei.

Essas ligações tomam denominações diversas conforme nos colocamos no ponto de vista prático, concreto, ou no ponto de vista abstrato, teórico: no 2º dizemos uma lei natural; no 1º uma regra. A diferença é, pois, apenas de pontos de vista, mas uma equivale à outra: no fundo uma lei equivale a uma regra de conduta, e vice-versa. A 1ª lei de Filosofia 1ª está formulada como uma regra de conduta; poderíamos dar um enunciado objetivo, representando um resultado abstrato, e então diríamos: a nossa inteligência tende a formar a hipótese mais simples, etc.

Examinando agora qual o caráter geral dessas concepções que permitem prever uns fenômenos por meio dos outros, vemos que lei é a expressão da relação constante entre elementos que variam. Isto é, a lei representa uma hipótese destinada a representar da maneira mais aproximada possível o que há de constante no meio da variação dos elementos que comparamos, de modo a permitir-nos prever uns fenômenos por meio dos outros. Prever para prover. É, pois, uma hipótese que nos habilita a adaptar nossa conduta à nossa situação; é, pois, uma hipótese normal... está pois de acordo com a Lei Mãe da...

Há na lei duas coisas a considerar: a constância e a variedade. Há uma coisa fixa, constante, e elementos que variam. Vamos dar alguns exemplos para esclarecer melhor, porque não se pode compreender o método em separado da doutrina.

- **1º Exemplo:** Tomemos a 1ª lei de Filosofia 1ª. Ela nos dá o que há de constante no meio do número imenso, da grande variedade das nossas concepções normais; o que há de constante é que cada concepção representa o que há de mais simples, etc., de acordo com os dados a representar.
- **2º Exemplo:** Na lei da queda dos corpos. Um corpo que cai... depende da massa, da distância, do peso, do meio... Há aí elementos que variam: a altura, o lugar, o ter sido entregue a si mesmo ou recebido um impulso, etc. Mas nós simplificamos tudo, afastamos todas as perturbações do fenômeno, eliminamos a resistência do meio, etc.; deixamos o corpo livre — ele vai cair sozinho, por si, e descobrimos que, sempre e em cada lugar da Terra, todo corpo quando cai descreve uma linha reta, e, ainda mais, que essa reta representa sempre a perpendicular à superfície das águas tranquilas, determinada pois, assim, de forma e de posição — é o que se chama vertical. Mas isso ainda não basta para definir a queda — depende da altura: quanto

mais alto, tanto maior a velocidade com que cai; e o tempo varia também: tanto mais tempo dura a queda. A lei representa o que há de constante entre o tempo e a distância (altura).

- **3º Exemplo:** Tomemos um exemplo em Sociologia. Tomemos a lei formulada por A. Comte: o homem se torna cada vez mais religioso. Tomemos o homem desde o estado selvagem até o estado ocidental. Vemos que passou por diversas fases muito diferentes. O que há de comum nelas? Qual a lei que formula essa evolução? É que o homem se torna cada vez mais religioso, isto é, se torna cada vez mais simpático, mais sintético e mais sinérgico. Mais simpático: seus sentimentos tendem cada vez mais para o predomínio do altruísmo, sente-se cada vez mais ligado, mais afeiçoado, mais solidário com o conjunto dos seus semelhantes. Mais sintético: suas opiniões se tornam cada vez mais comuns, os seus pensamentos cada vez mais harmonizados. Mais sinérgico: seus esforços cada vez mais convergentes, cada vez tendendo mais para a vida industrial, o que um homem faz tem relação com tudo o que os outros estão fazendo. Ela, essa lei, nos explica o que há de comum na evolução.
- **4º Exemplo:** Tomamos em Biologia, nos seres vivos (a composição material dos seres vivos): A variedade dos corpos vivos é imensa, mas podemos determinar o que há de constante nessa imensa variedade dos corpos vivos, vegetais e animais, quanto à composição deles — são as substâncias elementares de que eles são formados.

Comparando esses exemplos, se reconhece entre esses diversos casos uma distinção. Precisão quer dizer necessidade, e exatidão, porque precisamos muitas vezes da exatidão. Umas leis são enunciadas com precisão, a fórmula é exata, precisa. Ex.: os corpos quando caem descrevem uma linha reta perpendicular à superfície das águas tranquilas, e com uma velocidade proporcional ao... Mas, quando dizemos: a composição dos corpos vivos é tal..., e enunciamos os corpos simples que os compõem, é vago, há alguma coisa de vago, pois vamos encontrar nos corpos vivos essas substâncias em graus variados: não precisamos o grau, o modo por que se combinam.

Além disso, é preciso não confundir exatidão, precisão — com certeza. Todas as leis são igualmente certas, mas não são igualmente precisas. Estas, as precisas, são as que têm uma fórmula matemática.

Vamos ver agora em que condições as leis podem tomar esse caráter preciso. Para isso é necessário que os fenômenos comparados possam ser avaliados exatamente, medidos. Quando podemos medi-los, podemos apanhar uma relação precisa entre eles. Se os

fenômenos não podem ser medidos, as relações entre eles não podem ser precisas. As relações entre os fenômenos do peso, temperatura, etc., serão precisas, porque podemos avaliar o peso, a temperatura, etc., podemos comparar dois pesos, duas temperaturas, duas linhas, e saber se são iguais; mas não podemos reconhecer a igualdade nos fenômenos sociais e humanos, não podemos comparar as bondades, as inteligências, etc.; portanto, aí não podemos obter leis com esse caráter preciso, numérico. Podemos dizer que uma inteligência é maior que outra, mas não podemos dizer que é exatamente, igual a outra, ou, portanto, dupla, tríplice da outra. Mas há casos em que se pode constatar, ou pelo menos conceber (que se possa constatar), a perfeita igualdade dos fenômenos: nos de número, extensão, forma, etc. À medida que os fenômenos se complicam, apanhar a lei, a relação numérica precisa, vai se tornando mais difícil.

Vamos tomar alguns exemplos, para caracterizar esse estudo, o caso exato das leis. Tratemos das, vejamos as duas leis descobertas por Tales, que marcam o início do surto científico e filosófico. Tales é o pai ao mesmo tempo da Filosofia Grega e da Ciência Grega. Filosofia é a concepção geral do Universo; Ciência é a concepção de uma parte do Universo. Tales foi filósofo e cientista ao mesmo tempo: quando ele fundou a Filosofia Grega, ele foi também cientista. Mas, depois dele, a partir de Eudóxio de Cnido, os filósofos gregos deixaram de ser cientistas, a Filosofia tornou-se o domínio dos espíritos secundários-discutidores, surgiram os sofistas — e começou a ciência pura a distinguir-se da Filosofia, começou a ser positiva; Arquimedes foi o maior dos cientistas. Ele não foi filósofo, mas tinha cabeça de filósofo; os dados que ele tinha não chegavam para ter uma concepção positiva do Mundo, senão a que já havia desde Aristóteles; ele então procurou elaborar a Ciência, o detalhe. Foi a cabeça mais sintética que surgiu depois de Aristóteles: no cálculo chegou a pressentir a instituição dos logaritmos; em Geometria, resolveu as questões capitais; lançou os fundamentos do cálculo infinitesimal, desenvolvido por Leibniz; em Mecânica, tratou do equilíbrio dos sólidos e dos fluidos: Lagrange (coordenador definitivo da Mecânica) dizia que à teoria dos corpos fluidos de Arquimedes pouca coisa se acrescentara; foi um grande patriota: foi o verdadeiro general dos siracusanos contra os romanos. A relação entre a esfera e o cilindro foi a grande descoberta de Arquimedes, que foi posta na sua sepultura; os siracusanos perderam a memória desse túmulo, Cícero achou-o. Depois vem Apolônio, que tratou da Geometria unicamente, e aí mesmo só se ocupou com as propriedades das figuras — (A Geometria estuda as propriedades das figuras, e a medida das figuras). Depois vem o maior astrônomo da antiguidade: Hiparco...

Assim vedes como a Filosofia se destacou da Ciência, e daí até Augusto Comte continuaram destacadas. Tales fundou a Geometria abstrata antiga; Descartes, a Geometria moderna; Galileu, a Física; Lavoisier, a Química; Gall, Bichat, a Biologia; A. Comte, a Sociologia, e a Moral. Fundadas assim todas as ciências, temos uma concepção positiva do Mundo — Filosofia.

As duas leis de Tales foram as que inauguraram o surto sistemático da Ciência.

A 1ª dessas leis: num triângulo retilíneo, a soma dos 3 ângulos é constante e igual a 2 retos. Um triângulo retilíneo é uma figura formada por três linhas retas que se encontram duas a duas. Notai o seguinte: parece uma coisa inteiramente arbitrária — juntemos como quisermos três linhas retas, duas a duas (pintemos três linhas retas, e pintemo-las de modo a se cortarem duas a duas): parece que tudo é arbitrário aqui: formemos os ângulos: parece que os três são independentes, parece que se pode fazer um triângulo dando os três ângulos que quisermos: pois bem, só se pode dispor de dois ângulos, o terceiro não depende mais de nós — porque vem Tales e apanha que a soma desses três ângulos é constante, que tudo não é arbitrário.

Mas, apanhar que a soma dos 3 ângulos é constante, não basta para guiar a nossa conduta. Era preciso dizer — igual a que constante. Tales achou que era — igual a 2 retos.

Suponhamos que cortamos um triângulo de papel, recortamos um ângulo igual a...; enfim, cortamos os três ângulos, e colocamos sobre uma mesa, com os vértices reunidos. Pois bem, a lei diz que o último lado do 3º ângulo vai ficar no prolongamento do 1º lado do 1º ângulo. Pode-se fazer o triângulo de todas as formas, mas sempre o último lado do 3º ângulo vai ficar no prolongamento do 1º lado do 1º ângulo. Aí está o enunciado preciso, e não é numérico. Está aí a lei: não tem assim enunciado numérico, entretanto é precisa. Mas podemos dar-lhe um enunciado numérico, se representarmos os ângulos por números. O que varia são os ângulos. Os ângulos são grandezas que podemos medir, comparar, ver um quantas vezes cabe no outro: se não couber exatamente uma, será um certo número de partes do outro, essa parte sendo a unidade — toma-se um ângulo para tipo: tomou-se o ângulo reto.

Tales enunciou assim: a soma dos três ângulos de um triângulo, é igual a 2 retos. A unidade aí é o ângulo reto: Tales comparou a soma dos ângulos com o ângulo reto. Dados 2, eu determino o 3º: se avaliarmos em números, sabemos o que falta para o terceiro, dada a soma dos outros 2: vejo quanto falta dessa soma para 2 retos, e isso será o valor do 3º ângulo.

Temos na lei três fenômenos que variam: são os três ângulos: a constante é a soma dos ângulos; e a lei especifica a constante: diz — é igual a 2 retos.

A lei da queda dos corpos nos diz a relação que existe entre o espaço e o tempo: o espaço é proporcional ao quadrado do tempo; mas nós não sabemos a relação precisa se não soubermos qual o coeficiente para cada ponto da Terra por que temos que multiplicar o quadrado do tempo (precisamos saber qual é o fator constante que em cada lugar da Terra multiplica o quadrado).

Vejamos o outro tipo de lei descoberta também por Tales. Antes dele, os teocratas tinham descoberto que quando dois triângulos são semelhantes são equiângulos — a cada ângulo de um, corresponde um ângulo no outro. Pois bem, Tales fez a seguinte descoberta: que quando os ângulos eram iguais, isto é, quando os triângulos eram semelhantes entre si, os lados correspondentes eram proporcionais, isto é, quando o triângulo maior for afastado, ele o pode ser de modo que os dois pareçam iguais.

Pela 1ª lei de Tales, já vimos que bastava medir dois ângulos, pois o 3º depende dos outros dois; os teocratas mediriam três ângulos. Dois triângulos semelhantes têm os três ângulos iguais, diziam os teocratas. Aqui comparamos quatro coisas, quatro lados: o 1º lado da 1ª figura está para o primeiro da segunda, como o 2º da 1ª está para o segundo da segunda.

Na 1ª lei de Tales, dizemos: a soma dos ângulos etc., é igual a 2 retos: formulamos uma igualdade. De um lado temos uma combinação numérica das grandezas consideradas, uma soma — é a relação mais simples, porque podia ser o produto, etc.: do outro, um número. Podíamos dizer: a soma de dois ângulos de um triângulo é igual à diferença entre dois retos e o outro ângulo.

Quando temos em Matemática uma combinação de fenômenos igual a uma outra combinação de fenômenos, essa igualdade é o que se chama uma equação. A 2ª lei é uma proporção. (Temos quatro coisas comparadas: a 1ª: a 2ª :: a 3ª: a 4ª. É uma proporção. São quatro coisas, esta é simples. Mas em vez de um lado podíamos ter — uma 1ª combinação: uma 2ª comb. 1: uma 3ª: uma 4ª). A proporção pode se transformar em uma equação. Posso dizer: o quociente entre os dois primeiros lados, é igual ao quociente entre os dois 2ºs lados. Pois bem, quando a lei é precisa, tem a forma de uma equação, ou de proporção.

A ciência grega — a dos Arquimedes, Apolônio, Hiparco — preferiu a forma da proporção. Mas, a partir da cultura, do impulso muçulmano, que representa o intermediário entre a cultura grega e a ocidental, prevaleceu o tipo de equação. Quando as leis são precisas, devem sistematicamente tomar a forma de equação.

Isto posto, vos disse há pouco que a lei só pode tomar esse caráter numérico quando os termos, as relações podem ser reduzidas a números, quando os fenômenos podem ser avaliados. Praticamente, não é possível medir todos os fenômenos; mas podemos conceber essa avaliação, podemos conceber, imaginar, todo fenômeno como suscetível de avaliação. Nós não podemos dizer que uma inteligência é dupla de outra; assim, não podemos avaliar a inteligência de Newton e de Descartes; mas são suscetíveis de confronto: uma é maior do que a outra. Mas a inteligência pode ser medida — não podemos apanhar a relação exata de igualdade, porque a nossa inteligência não é bastante forte para fazer essa avaliação; mas o fenômeno é avaliável em si mesmo.

Portanto, toda lei pode, deve ser concebida como podendo ser numérica, suscetível de forma matemática. Porque não podemos dizer: o altruísmo deste homem é o dobro do daquele? Não é porque o fenômeno não seja avaliável em si mesmo. Mas veremos que as leis matemáticas só se estendem ao número, à forma, ao movimento, e à Física. Daí por diante é muito raro, daí por diante, as leis numéricas são uma exceção. Uma coisa é conceber, e outra é poder. Quanto mais elevado é o fenômeno, e tanto menos suscetível de forma matemática. Isso é apenas um ideal. Daí vedes a refutação do materialismo algébrico, que pretende estender a todos os domínios as leis matemáticas, pretende que tudo é regido por leis numéricas e quer dar forma numérica às leis dos fenômenos superiores. Por isso é que nos domínios superiores as leis são mais empíricas: por toda parte, as leis vão ficando cada vez mais empíricas.

3. Vejamos, para precisar mais, agora o número de fenômenos que entram em cada lei.

Na 1ª lei de Tales, temos três fenômenos (três ângulos), na 2ª, quatro (quatro lados). Quanto mais subimos na série das ciências, tanto maior vai se tornando o número de fenômenos que temos que comparar, dependentes uns dos outros; e as leis teriam um grande número de variáveis. Em regra geral, a lei consiste só entre dois fenômenos, conforme a lei da queda dos corpos: altura da queda, e tempo. A lei, pois, é formada pela expressão da relação, ligação constante entre dois fenômenos ligados pela constante. Não só a relação é constante, mas é preciso que haja uma constante determinada que especifique a relação. A constante é um número. Se disséssemos só: a soma dos ângulos dos triângulos é constante, mas não disséssemos em que, não poderíamos saber o valor da 3ª parcela.

E quando o fenômeno depende de muitas variáveis? Todo mundo sabe que o som de uma corda, a intensidade, depende do comprimento da corda, do diâmetro, da substância, da

tensão: temos um fenômeno, a intensidade do som, dependendo de muitas variáveis. Como se faz? Compara-se a intensidade com cada uma das variáveis isoladas: abstrai-se de todas mais, para considerar só uma; por ex.: comparam-se os diâmetros abstraindo de tudo mais, quer dizer, tomando duas cordas da mesma substância, do mesmo tamanho, aplicando a mesma tensão, e vamos apanhar como é que a intensidade do som varia quando variam os diâmetros; e assim por diante. Depois de obtidas essas leis particulares, combinamos essas leis todas entre si duas a duas, de sorte que: Toda lei é concebida como binária. Quando há maior número, fazemos cair por artifício nesse caso fundamental.

4. Vejamos agora a demonstração desta lei (2ª), como A. Comte foi levado à descoberta.

A. Comte observava na sua Política (pg 259 Últ. Conc.) que "o 2º princípio ordinariamente considera-se como superior ao 1º (Lei Mãe)" e supõe-se que tem um caráter objetivo. Mas ela é inferior em dignidade, em racionalidade mesmo, à 1ª. A racionalidade consiste no fato de podermos ligar as nossas concepções novas às antigas. A 1ª lei se nos apresenta como uma necessidade da nossa inteligência. Recebemos mil impressões: como sair disso fazendo hipóteses complicadas? Fazendo-as, caímos no vago, portanto sentimos a conveniência de tornar a hipótese mais simples. Devemos ter em vista, não só os elementos exteriores, mas também o nosso interior, os nossos sentimentos, e, portanto, a hipótese tem de ser também estética. Isto nos mostra a conveniência da lei, mas não é o apanhado da lei; só a experiência mostra que isso corresponde à ordem exterior: que cedendo ao nosso instinto vamos seguir a ordem natural, que cedendo a isso, que aliás é o nosso interesse, vamos corresponder melhor ao que se passa fora de nós.

Mas, com o 2º princípio (a lei da invariabilidade das leis naturais) não é assim: tanto ele não se impõe, que muita gente não aceita as leis sociológicas e morais: dizem que as leis naturais são para os fenômenos de ordem exterior, e não para os interiores; dizem que na política, e na moral, os fenômenos a lei depende só da vontade de Deus ou dos homens: é o que se diz lei política — representa a vontade de um homem ou de uma assembleia de homens.

Notai que esta lei, concepção tem uma origem subjetiva. Antes de saber se fora de si havia leis, ou não, a H. sentiu a necessidade de regras para a sua conduta.

Antes de apanhar, de saber se existiam as leis naturais, a H. já era dominada por elas. Uma coisa é existirem as leis, e outra saber que existem. Basta citar a lei do hábito. Mas, em virtude da complicação dos fenômenos humanos, os nossos hábitos podem ser mais ou menos demorados: A respiração obedece a uma lei: mas é um fenômeno que é muito livre —

podemos demorar por algum tempo. Quanto à nutrição, é o mesmo: precisamos renovar os alimentos dentro de certo tempo, mas isso pode ser demorado; entretanto isso não é ilimitado. A respeito do sono é a mesma coisa: não podemos estar sempre acordados; também não podemos dormir eternamente, nem agir continuamente, etc.; mas há sempre uma amplitude. Em virtude dessa variabilidade, a H. não teve logo consciência do que se passava, não sentiu, não percebeu o caráter fatal do que se passava.

Mas foi sentindo cada vez mais a conveniência e a necessidade de estabelecer regras para a sua conduta. (Origem subjetiva da lei). Mas, como essas normas eram estabelecidas por sua vontade, ela imaginou que tudo era regido por vontades, que as leis eram formuladas pela vontade de entes poderosos. A esses entes poderosos, a H. pedia então que estabelecessem por toda parte regras de que ela carecia: ao Sol, aos rios, etc. De sorte que a noção de lei do nômade era que a lei é a expressão da vontade; e daí a noção de lei coincidiu com a noção de mando; daí a palavra ordem significar mando e arranjo, porque no princípio se pensava que todo arranjo era proveniente de um mando: no princípio, arranjo e mando significavam a mesma coisa.

5. Mas a experiência secular, a exploração suscitada sobretudo pelas necessidades práticas, foi levando a reconhecer que havia um arranjo universal, uma ordem fora de nós. A 1ª lei foi apanhada nas relações dos números e na geometria.

A apreciação dessa ordem (arranjo exterior) (essa noção de ordem) só se tornou distinta depois de Tales. O assombro, o entusiasmo que causou aos filósofos gregos essa descoberta, foi tal que, na sua arrojada visão do futuro, fizeram uma indução atrevida: isso levou-os a uma concepção audaciosa: imaginaram que tudo era regido por leis numéricas. Aristóteles descobriu... Pitágoras chegou a formular o seguinte axioma: os números regem até o fogo.

O Mundo é regido por leis naturais; mas, tanto essa indução não era evidente, que depois das descobertas resumidas nos nomes de Arquimedes, Apolônio, e Hiparco, depois dessas descobertas todas, o monoteísmo católico e islâmico se constituíram, aceitaram a herança, influência, da Grécia, e combinaram a noção de lei com as vontades, subordinando as leis naturais, a fatalidade, às vontades, e essa constituição durou até o 17º século.

A partir dessa época, a Astronomia se desenvolveu, Galileu funda a Física, depois surge a Química, e a Biologia é fundada por Bichat. Afinal de contas, no século 19, A. Comte descobre as leis naturais nos fenômenos políticos, e até no domínio moral. Apesar de tudo isso, a sociedade continua em anarquia, porque ninguém pensa que a Sociologia é uma ciência, que moral é ciência. Há tantas sociologias no meio acadêmico quantas cabeças.

Porque pensam que não estão ensinando ciência. A Geometria é uma só, eles reconhecem, todos ensinam do mesmo modo. Astronomia é uma só, a ciência é uma só. Pode-se desenvolver, mas ciência que se refaz todos os dias não é ciência. A lei da precessão dos equinócios de Hiparco, é sempre verdadeira, apenas a interpretação é que mudou. A Sociologia é o estudo do desenvolvimento do espírito humano. Um professor de Moral que não sabe Fisiologia é possível? Portanto, o dogma das leis naturais não tem nada de intuitivo. O espírito humano concebe que há uma parte do Mundo regida por leis naturais, e outra por vontades. Depois foram se descobrindo leis em Física, Química e Biologia. Depois ficaram só os fenômenos sociais e morais entregues ao domínio da vontade. Os governos pensam que as leis são as vontades deles. Se soubessem que há uma ciência, a Sociologia, que é para os políticos o que a Astronomia é para os navegantes, não tínhamos os governos de hoje, que nada sabem de Sociologia. Se eles soubessem o que é uma lei natural, metia-se-lhes na cabeça de transformar o povo brasileiro em romano, militarizando-o? Portanto, chamo a atenção para isso, o dogma das leis naturais foi, é o resultado de uma indução lenta, empírica. Nós sentimos a necessidade de estabelecer regras para a nossa conduta, mas não sentimos a necessidade de regras para o que existe fora de nós.

O dogma das leis naturais representa em 1º lugar a hipótese mais simples, mais simpática, etc. Porque não descobrimos todas as leis naturais, mas, como já descobrimos em todos os departamentos, pela indução estendemos as leis naturais a tudo: é a hip. mais simples. Mas, por outro lado, admitimos as vontades para completar as leis.

Nota — "Tal certeza, que não pode nunca tornar-se plenamente satisfatória, persiste no entretanto indispensável à instituição do dogma positivo, de outra forma reduzido a contentar o interior sem refletir o exterior. Eis porque o 2º princípio da positividade normal é tão inferior ao 1º em dignidade como em utilidade, o método tendo, sob todos os aspectos, mais valor do que a doutrina... como as vontades comparadas com os atos." (Pol. IV, pg 174 - 175) Últ. Conc. pg 260.

6. Vejamos agora qual a classificação das leis naturais.

- **Quanto à nossa constituição cerebral:**
    - Leis abstratas (Relações entre os fenômenos. Considera os fenômenos separados dos seres)
- **Quanto ao estudo de cada ser:**
    - Leis concretas (Relações entre seres)

        - Leis estáticas (Consideram o que há de comum a todos os tempos e lugares) - Leis de harmonia - Leis de semelhança
        - Leis dinâmicas (Consideram o que há de comum no meio da série de variações com o tempo) - Leis de melodia - Leis de sucessão

- **Quanto ao conjunto da nossa natureza:**
    - Leis morais
    - Leis intelectuais
    - Leis físicas
- **Quanto ao dualismo histórico:**
    - Devemos considerar por um lado o homem, por outro lado a ordem exterior, o Mundo (No Mundo, compreendidos os animais e plantas)
        - Leis objetivas: Relativas ao objeto da contemplação humana, o Mundo
        - Leis subjetivas: Relativas ao apreciador, ao homem
- **Quanto ao dualismo dogmático:**
    - Ao dualismo histórico sucedeu um dualismo mais dogmático, mais doutrinário, mais filosófico, mais científico, que consiste em separar as leis inorgânicas das orgânicas: nele os animais e plantas ficam ligados à H., em vez de ligados à Terra.
        - Leis da natureza viva ou orgânica
        - Leis da natureza morta ou inorgânica

Antes desse dualismo, houve três reinos: minerais, plantas e animais. Mas essa distinção tem um defeito moral, porque exagera muito a diferença que há entre as plantas e os animais. A diferença deve ser entre corpos vivos e corpos mortos, orgânicos e inorgânicos.

A constituição, concepção final supõe a construção de uma progressão de três termos, de modo a harmonizar o ponto de vista fetichista espontâneo, com o filosófico.

- **I. Hierarquia religiosa definitiva:**
    - Leis do Espaço - Lógicas
    - Leis da Terra - Físicas

- Leis da Human. - Morais

7. Para concluir a apreciação da... dessa lei, devemos considerar o problema que resulta de tudo isso.

A experiência da H. acabou por demonstrar que os fenômenos que nos rodeiam se realizam pelo concurso de vontades e de leis fatais.

Uma pedra cai: aí só constatamos uma lei fatal — a da queda dos corpos. Na relação entre o diâmetro e a circunferência, nada tem de voluntário: só vemos a lei fatal. Mas há outros fatos em que vemos a existência da vontade dos homens ou dos animais. Assim: Um homem que anda: vemos as leis fatais, leis mecânicas às quais ele obedece; mas há uma participação da vontade também, há impulsos interiores. Há condições em que o homem não pode andar nem que queira; mas, quando ele anda, entra a vontade; agora, anda segundo as leis mecânicas. Aceito o domínio da lei natural, nos colocamos no chão, ou mesmo na água, vamos poder andar, nos deslocar num certo sentido; mas obedecendo sempre às leis naturais. Agora, no ar não podemos, as aves podem. Os fenômenos se dão, pois, ora com o concurso das leis naturais e das vontades; ora por leis naturais só.

Esse espetáculo fez surgir duas hipóteses, uma anterior a Augusto Comte. A. Comte observa que primeiro tudo parecia arbitrário, e só admitiam vontades regendo o Mundo; depois, vendo que o número de leis aumentava todos os dias, um certo número de espíritos foi levado a achar que não havia vontades, — tudo é fatal, tudo se dá em virtude de leis, que conhecemos ou não. Ainda hoje há alguns que acham que só há leis naturais fatais, e outros que há só vontades.

Um outro ponto de vista: A 2ª hipótese supõe que existem as leis naturais e as vontades, estas para completar aquelas.

Qual das duas devemos adotar? Qual o critério para decidir? O critério é a Lei Mãe de Filosofia 1ª. Devemos aceitar a 2ª pelo que nos ensina a 1ª lei, pois é a hipótese mais simples de acordo com os dados adquiridos.

Examinando as leis naturais descobertas até hoje, vimos que a lei é a expressão das relações constantes no seio da variedade. Devemos conceber leis entre os seres e leis entre os fenômenos. Ora, nós não descobrimos leis entre os seres; e mesmo entre os fenômenos as leis são em número muito limitado. Daí, se as nossas concepções só se podem realizar através dos fenômenos, a nossa ação tem de se exercer sobre os seres. As leis abstratas têm de ser assim completadas pela nossa ação voluntária. Tomemos um exemplo. Para fazer uma

máquina, são precisas as leis da Geometria, da Mecânica, da Física; ora, as leis geométricas, as leis mecânicas são o que há de mais adiantado. Pois bem, só consultando as leis geométricas, mecânicas, físicas, mesmo químicas, o engenheiro não pode construir a sua máquina, pois a lei não dá certos detalhes. Se quisermos nos restringir às leis, não podemos fazer nada; portanto, para nós é como se não existissem leis em certos detalhes porque não as conhecemos. Há alguma coisa em que a mecânica não entra aí por coisa nenhuma; temos que fazer segundo a nossa vontade. Assim, se for um volante, pode dar-lhe várias formas, desde que tenha a massa, etc., necessárias. — O engenheiro combina a lei com a vontade. (Vontade é a expressão última do desejo, quando a inteligência o confirma). Primeiro o engenheiro consulta as leis, não se revolta; e então completa com as vontades. Isto que se dá no caso industrial, se dá na política e na moral.

Por maior que seja o número de leis apanhado, o campo das vontades é enorme. Daí o aforismo de A. Comte: Para completar as leis, são necessárias as vontades. Isto é necessário não só para a ação, mas também no domínio da especulação da concepção, e do sentimento. No ponto de vista prático, consideramos a pedra como não tendo vontade; mas filosoficamente, poeticamente, podemos imaginar que quer.

I. Notai que, não só o número das leis descobertas é limitado, mas ainda não descobrimos leis senão no domínio abstrato, senão entre fenômenos nenhuma entre seres. Mas, se os acontecimentos, os fenômenos são regidos por leis naturais, e os seres não a sede deles, os seres estão envolvidos nessa rede abstrata, formada pelas leis. Por isso é que A. Comte disse: conceber como imutáveis as leis quaisquer que regem os seres pelos acontecimentos. Eis por que razão A. Comte afastou a ciência concreta. Em 1º lugar, ela seria inacessível; em 2º lugar, desnecessária para coordenar a nossa vida: basta a ciência abstrata.

2 a 5. Vamos ver como foi que ficou constituído o... dogma da imutabilidade.

Vimos que as leis podiam ser concebidas como abstratas e concretas. As concretas, devemos conceber como resultando das leis abstratas por dedução. Ex.: as leis meteorológicas dependem das leis astronômicas, matemáticas, mesmo biológicas e sociológicas: o estado da atmosfera devia ser pois um resultado da combinação de todas essas leis. Se conhecêssemos suficientemente todas essas leis, a nossa conduta resultaria das leis abstratas. Mas isso não é possível, porque o número de fatores é inumerável, a enumeração não pode ser senão muito restrita. — Podemos conceber a existência das leis concretas, meteorológicas, geológicas, etc., mas não podemos conhecê-las. Basta que vos cite um exemplo característico. Vos disse que concebemos a órbita da Terra como uma elipse, e depois vamos introduzir as

perturbações do movimento elíptico. Ora, nunca poderíamos entrar com todas as perturbações, com todos os planetas, porque nem sequer conhecemos todos eles, e, portanto, nossas apreciações... feitas dentro de certos limites de espaço e de tempo; mas a influência dos planetas num tempo determinado... é muito pequena. Eis por que, não só toda ciência concreta é impossível, mas é desnecessária.

6. A consequência, no ponto de vista prático, é a redução de todas as nossas distinções a: teóricos de um lado, e práticos de outro: patrões e proletários. (Os engenheiros: classe intermediária destinada a desaparecer, e assim as outras classes intermediárias).

- **Teóricos** (Que atuam diretamente sobre a H. e o homem): a Mulher parece, o Sacerdócio.
- **Práticos** (Que atuam sobre o Mundo, na indústria): Patrões, Proletários.

7. Em resumo, devemos conceber a ordem universal como constituída pela imutabilidade da ordem abstrata, completada pelas vontades dos seres.

III

1 a 3. Para terminar, devemos mostrar a evolução de A. Comte.

A longa evolução intelectual da H. acabou na evolução... de A. Comte. Primeiro damos o estado final das doutrinas... — Mas não foi do primeiro jato que A. Comte chegou a isso.

A. Comte começou concebendo a Filosofia como constituída de: ciência abstrata, ciência concreta, e artes.

4 a 5. Assim ficou até depois de 42, até 48, quando, tendo sofrido a influência regeneradora de Clotilde, passou do ponto de vista filosófico para o ponto de vista religioso da coordenação total da existência humana sob o ascendente do altruísmo — sofreu a influência de Clotilde: até quando passou para o estado religioso.

Reconheceu então a desnecessidade e impossibilidade da ciência concreta, reduzindo, portanto, a imutabilidade à ordem, à ciência abstrata.

O dogma das leis naturais refere-se às leis abstratas, rege a ordem abstrata; é o resultado de uma indução — já se descobriram leis em todas as categorias de fenômenos. Mas a extensão à ordem concreta é uma dedução — se a ordem abstrata domina a concreta, se a ordem abstrata é dominada por leis naturais, a concreta o deve ser também.

Mas essa ciência concreta A. Comte sentiu em 1848 que era desnecessária.

6. E em 1850, quando escreveu a introdução da Política, Ele mostrou mesmo que era inexequível.

Isto posto, uma vez tendo desistido da ciência concreta, A. Comte foi levado a substituir essa aspiração irrealizável, essa instituição pela incorporação do Fetichismo ao Positivismo, tomando para tipo não o homem, mas a H. Concebemos todos os seres com vontade, mas sem inteligência.

Graças a essa incorporação, conseguiu as seguintes vantagens: 1º conseguiu assim realizar a ligação completa e relativa de todos os nossos pensamentos de todas as nossas concepções; 2º conseguiu ligar todas as gerações sucessivas, desde o Fetichismo até agora. Nos identificamos, identificamos a nossa inteligência com as idades, as gerações mais remotas; 3º, mas não é só isso: mesmo no estado presente: a religião da criança é o Fetichismo, se incorporamos o Fetichismo no Positivismo estabelecemos a unidade religiosa. Resultado moral: Além disso, estabelece a ligação entre as fases sucessivas da existência de cada um de nós, a unidade das diversas fases..., estabelecendo a continuidade das diversas fases da H. Assim passamos suavemente do estado inicial da infância para o estado final do adulto.

As necessidades de toda ordem mostram, tudo isso mostra, a necessidade dessa incorporação.

7. Agora notai a aptidão do Espaço para lembrar essa 2ª lei.

Quando contemplamos o Espaço, o que nos impressiona é que ele está completamente tranquilo, inerte, imutável. Nos dá esse sentimento da imutabilidade das leis naturais. Vemos depois nele o Sol, a Lua, os planetas, movendo-se, mas o sentimento da imutabilidade é que domina o da variação.

Mas imaginamos o Espaço como suscetível de se modificar, para representar os nossos tipos, para guardar a impressão dos fenômenos — parece que o atributo da imutabilidade desaparece. Mas é que a noção de lei combina a noção de constância, de imutabilidade, à de variedade; vemos assim que ele ainda simboliza o dogma da imutabilidade, e essa 2ª aptidão do Espaço ainda contribui para esse resultado: Vemos nele a representação da constância fundamental no meio da variedade. Assim o Espaço lembra-nos também o 3º princípio de Filosofia 1ª, a lei da modificabilidade, e isto nos permite entrever a natureza da lição seguinte.

Amanhã consideraremos a terceira lei do primeiro grupo.

ENSINO POSITIVISTA

INICIAÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

Preâmbulo Sintético

FILOSOFIA PRIMEIRA

5ª Lição

Apreciação da 3ª lei: As modificações quaisquer da ordem universal são sempre limitadas à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo persiste inalterável.

I

1. (Dia 4 de César 120 — 25 Abril 1908) — 3ª lei: da modificabilidade.

Vamos concluir a 1ª série, examinando a 3ª lei. Esta lei é a que constitui a teoria da modificabilidade, e se formula assim: as modificações, etc.

Já vos tenho ponderado que não fazemos aqui senão repetir o que disse A. Comte; e a principal utilidade do curso é permitir e determinar aos que nos ouvem ler as obras de A. Comte. Como sabeis, Ele seguiu uma certa evolução, e o único tratado, a única obra de A. Comte escrita no ponto de vista normal, definitivo, de um modo acabado, é a Síntese Subjetiva. Mesmo lendo a Política, não se fica com a sua ideia final. Quem explica uma teoria, deve-se propor a explicar a ideia definitiva. Estas lições não devem dispensar os outros de ler A. Comte. Quanto a esta lei, nós a encontramos quase completa explicada no último capítulo do 2º (último?) volume da Política Positiva; no 3º e 4º volumes da Política, encontram-se explicações concernentes a essa lei. São esses dados que reunimos, e formamos essa lição. A utilidade que este curso pode ter é convidar a ler A. Comte. O primeiro livro é o Catecismo. Ele apresenta a concepção tão acabada do Positivismo, que se uma catástrofe destruísse as outras obras, e só o Catecismo se salvasse, não ficaria desconhecida a Religião da Humanidade, a regeneração social estava garantida.

Entremos agora no assunto direto da nossa conferência. Antes de tudo, devemos examinar essa noção de modificabilidade. Devemos mostrar a ligação entre esta lei e a 2ª e a 1ª lei: a da invariabilidade, e a Lei Mãe, que funda a lógica positiva. (Lógica consiste no exercício normal da inteligência, exercício que é definido pela 1ª lei).

As hipóteses normais têm por objeto permitir adaptar a nossa conduta ativa e passiva à nossa situação. Nossas concepções podem ser reais ou fictícias; e nem todas as reais são úteis, como

nem todas as fictícias inúteis. A realidade tem por objeto a ordem exterior, e as ficções a nós, já estimulando o sentimento, já auxiliando a inteligência, a meditação. Isto posto, vimos que as concepções reais eram as leis naturais. Lei é a expressão do que há de constante no meio do que varia. Portanto, a noção de lei compreende a invariabilidade e a modificabilidade.

Esta concepção mostra a ligação que existe entre o domínio da realidade, fatalidade, e da vontade. Em que consiste a fatalidade? A noção de Fatalidade tem dois aspectos. Um empírico, que consiste no Fatalismo, e esse sentido do Fatalismo não serve para pautar nossa conduta. Mas para nós a Fatalidade é o conjunto das leis naturais, que são regras que a Humanidade institui para representar o Mundo de acordo com as nossas necessidades morais, intelectuais e físicas.

Porém é necessário definir de um modo mais preciso a relação entre a invariabilidade e a variabilidade, entre a constância e a variedade. Porque não bastava que houvesse fixidez, qualquer coisa de fixo, na ordem normal. Se disséssemos que as concepções só podem ser teológicas, metafísicas e positivas, isto não nos habilitava a pautar a nossa conduta, porque não dava a ordem da evolução. Na lei da queda dos corpos, se disséssemos que caem segundo a vertical, não bastava; porque, de quanto mais alto mais tempo leva. Para pautar a nossa ação, é preciso que saibamos exatamente a ligação, relação que existe entre os dois fenômenos: não basta apreciá-los.

A 3ª lei nos explica em que consiste a variabilidade e a constância. Pela definição vimos que a natureza dos fenômenos não muda, o arranjo não muda: só o que muda é a intensidade. Assim: explicamos que as concepções humanas passam por três fases, fictícia, abstrata e positiva; e não há meio de fazer a inteligência passar 1º pela 3ª fase, depois pela 2ª: é indispensável principiar pelo fetichismo, que é inevitável, etc., e chegar ao positivo, que estabelece a noção de lei subordinada às vontades. Tínhamos visto que o arranjo geral se nos apresenta como formado de um fundo imutável, completado por vontades, reais ou fictícias. As fictícias são as da natureza inorgânica, e as reais as da natureza orgânica. Para completar as leis são precisas as vontades; se quisermos representar o Mundo só por meio das leis imutáveis, não poderemos, nem só por vontades.

Ora, esta conciliação entre o ponto de vista da ordem e do progresso, entre a constância e a mudança, a variedade, é uma concepção nova, moderna. A imutabilidade foi a princípio apanhada: A Humanidade contemplou o Céu: Ela foi levada a conceber a imutabilidade. Mas, olhando os fenômenos humanos, foi levada a conceber a variabilidade: e então depois vêm as vontades que governavam tudo. Os teocratas conceberam a ordem como imutável, apesar

deles não terem atingido ao grau mais elevado da evolução da Humanidade (basta dizer que eles adotaram a poligamia). A sabedoria sacerdotal estabeleceu a fixidez na ordem como vontade dos deuses, e ela, a ordem, não podia ser mudada senão por vontade dos deuses. Mas a ordem teocrática foi sofrendo, introduzindo mudanças, alterações, umas espontâneas e outras introduzidas pelo sacerdócio. A ordem não podia ser alterada senão por uma vontade divina. Eles imaginavam cada novo aperfeiçoamento como reprodução de um estado anterior. As teocracias não puderam evitar a desorganização dessa ordem que eles supunham poder manter indefinidamente. Mas ainda assim o espírito humano na ordem social continuou a imaginar a ordem como imutável: não concebia a necessidade de... Essa conciliação da ordem com o progresso é tão nova que o século XVIII não a aceitava, os pensadores do século 18 não a conceberam, inclusive Vico. Vico, apesar da sua superioridade, imaginava que cada uma das fases da sociedade reproduzia uma anterior.

Seja qual for a demora em aceitarem semelhante concepção, o que é fato é que nós concebemos o Mundo regido por leis naturais como fundo, e as vontades: segundo os ensinamentos de A. Comte, a ordem universal resulta do concurso das vontades com a Fatalidade. Tudo o que existe não é fatal, imutável.

2. Para concebermos, percebermos agora o que há de modificável (imutável?) nos fenômenos, precisamos ver quais são as diversas influências modificadoras: devemos examinar as diferentes fontes de variabilidade, modificabilidade.

As variações dos fenômenos são devidas, em 1º lugar, à própria constituição, realização deles. A ordem astronômica se modifica em virtude da própria constituição do fenômeno astronômico. Os fenômenos humanos variam em virtude da própria constituição humana; e assim em qualquer ordem de fenômenos.

Mas, além dessas modificações, existem as modificações resultantes das reações das outras ordens sobre essa, sobre cada uma delas. A ordem astronômica modifica a ordem física. A ordem física, terrena, reage sobre a ordem humana e a modifica. A... sofre, se... 2 modificações: reação dos próprios, ou dos superiores, ou dos inferiores. (Isto é: Uma variação depende de cada ordem, ou da reação de umas sobre outras; e estas vêm dos fenômenos superiores ou dos inferiores).

Assim, a ciência política, A Política, é modificada pela influência política, pela ordem moral, e pelas inferiores. A influência dos grandes homens sobre os povos, é influência de ordem moral sobre a política. As influências políticas modificam as biológicas.

Mesmo apreciando a influência modificadora de uma ordem sobre a outra, é preciso fazer uma distinção. A ordem cosmológica e a ordem vital modificam a ordem social; mas esta modifica a moral; logo a ordem cosmológica exerce modificação na ordem moral.

Há influências astronômicas, físicas e químicas que não têm grande influência sobre os fenômenos biológicos, e têm uma grande influência sobre a ordem social. Não havia, portanto, duplicata em estudar a influência da ordem material astronômica sobre a sociedade, e da ordem vital sobre a sociedade.

Em resumo, quer dizer que para apreciarmos as fontes de modificabilidade temos que atender às que provêm da, às relativas à própria categoria dos fenômenos, e as que provêm das outras ordens. Estas podem ser: Modificação direta; Modificação saltando por cima de uma ordem e indo modificar a ordem imediata.

3. Vejamos agora quais as condições em que se dá a variabilidade.

Podemos considerar os fenômenos estáticos (fenômenos que não mudam com o, não dependem do tempo ou lugar); e os fenômenos dinâmicos (que mudam com o tempo). As leis de Tales são estáticas; a da queda dos corpos é dinâmica: a velocidade muda com o tempo.

Quer se trate de uns quer de outros, a modificação se dá é na intensidade do fenômeno somente.

Assim, considerando as raças humanas, comparando as três raças, encontramos os três atributos cerebrais: sentimento, inteligência e caráter: mas a preta mais afetiva, a amarela mais ativa, a branca mais inteligente. Essas diferenças são estáticas, as diferenças são de intensidade.

Quando se trata dos dinâmicos, a diferença na intensidade é a diferença na velocidade. Em mecânica, intensidade quer dizer velocidade. Assim, tomemos a lei de queda dos corpos. Sabemos que, conforme a latitude, o corpo vai cair de um modo diferente. A constante não é a mesma para cada lugar; é preciso determinar essa constante. Ora, essa constante modifica a intensidade, a velocidade, mas não o arranjo. Assim é no mesmo lugar, pondo num plano inclinado: a velocidade diminui, porque a gravidade não pode atuar do mesmo modo.

Na lei dos três estados. Podemos fazer com que um menino positivista passe, no espaço de 21 anos, pelos três estados: fictício, abstrato e positivo. De sorte que uma evolução que a Humanidade levou para fazer séculos, a criança vai fazer em poucos anos, com muito mais velocidade, mas há de começar pelo fetichismo, depois passar para a fase abstrata, etc. Modificamos a intensidade, mas não alteramos a ordem, o arranjo. Percorreremos em 7 anos

o que a Humanidade levou séculos para percorrer: o que muda é a intensidade, e não o arranjo.

É preciso distinguir dois casos: Há caso das mudanças, modificações bruscas, e casos das mudanças contínuas. Ex.: todo mundo sabe o que é um corpo que se move com o movimento uniforme (percorre espaços iguais em tempos iguais); é o movimento que se obtém sob uma modificação, força brusca, instantânea; numa superfície plana, por ex.

Já no caso da gravidade não podemos assimilar a gravidade a um impulso: a velocidade varia a cada momento, é proporcional ao tempo. Se quisermos nos dar conta como esse movimento se dá, temos de, somos levados a assimilar os movimentos contínuos como resultando de uma série de movimentos bruscos, dando-se todos quase no mesmo momento; temos que assimilar o caso variável a uma série de movimentos uniformes num tempo curto. Assimilamos as variações complicadas às simples. Durante um tempo infinitamente pequeno, tudo parece imutável. Leibniz dizia: o repouso é um movimento infinitamente pequeno.

São essas considerações que mostram a relação do, o que há de relação entre o exterior, com o que está no nosso cérebro e as nossas concepções.

4. Para precisar essa noção de modificabilidade, é preciso apreciar as diversas maneiras por que essa variação se dá.

Há variações compatíveis com a existência do ente. 1ª em que são compatíveis com o estado normal (??)...

Por ex.: nossa temperatura varia para mais ou para menos; mas há uma média: toma-se a média. O estado de atividade cerebral não é sempre o mesmo: mas há uma média: quando estamos acordados, nem sempre estamos em rigor acordados, uns estão mais, outros menos, dentro de certos limites.

1º O estado normal é um estado, é um tipo ideal, é o que mais satisfaz às condições da existência do ser, é o que mais garante a permanência, a existência dele, é o estado normal, digo, médio.

2º Há variações ligadas à própria existência dos seres. Os seres vivos passam por uma série de transformações, transformações normais: por exemplo, o crescimento. Ninguém diz que uma criança que está crescendo está doente. Essas modificações que fazem parte da constituição do ser, chamam-se o desenvolvimento. ...Bichat diz que em geral se morre hoje de morte violenta. Temos que considerar a existência estática, e a existência dinâmica.

3º Mas, além dessas alterações, há variações que se afastam tanto do estado médio estático como do dinâmico. Essas alterações têm diversos nomes, dados pela razão concreta.

- Ordem astronômica - Perturbações
- Ordem vital - Moléstias
- Ordem políticos - Revoluções
- Ordem moral - Crimes e pecados
- Ordem intelectual - Erros, ilusões

Significam variações na intensidade dos fenômenos correspondentes. Não há uma mecânica para a máquina que explode, e outra para a que está funcionando regularmente. O mesmo se dá na ordem biológica. A patologia não difere... da biologia. A dor, por ex., é a percepção, a sensação aumentada de grau. A febre é a temperatura elevada a um certo grau, é uma aceleração — há uma diminuição, estamos doentes...; não há fenômeno novo: a modificação é na intensidade. Na sociedade em revolução, as leis são as mesmas...

É isto que a 3ª lei especifica.

5. Deste fato resulta então que as nossas noções de estado normal e anormal são relativas. Temos que fazer a hipótese mais simples para nos guiarmos.

6. Dessas diferenças de variabilidade, resultam duas ordens de condições, considerações, que são definidas por duas leis: lei de Broussais, e lei que d'Alembert apanhou em mecânica e A. Comte em sociologia.

A. Comte chamou lei de Broussais porque foi ele que formulou o princípio que: as leis do organismo doente, são as do organismo são. Não é só no organismo vivo: isso se dá em qualquer estrutura. Suponhamos uma máquina que arrebenta: as leis são as mesmas... A moléstia resulta da variação na intensidade dos fenômenos, para mais ou para menos. Os modificadores que introduzimos no nosso organismo, não mudam a natureza dele, só a intensidade dos fenômenos. A. Comte, que generalizou a lei, estendeu-a por toda a parte, chamou-a lei de Broussais. Ela ligou o caso anormal ao normal.

Mas, além dos casos anormais, existem as mudanças normais: é o desenvolvimento, o progresso. As modificações que constituem o progresso, também estão nas normais. De sorte que a lei de Broussais designa uma lei em relação ao caso normal.

A outra, essa lei que diz que o progresso é o desenvolvimento da ordem, é a generalização do princípio de d'Alembert em mecânica. A. Comte considera como uma generalização do

princípio de d'Alembert, mas há uma grande diferença entre os dois casos. A. Comte dizia que Broussais era uma cabeça eminentemente sintética, apesar de mal cultivada... Foi graças à sua cabeça sintética que ele descobriu essa lei... Lei que os geômetras podiam ter descoberto. Ao passo que com o princípio de d'Alembert não se deu o mesmo. A. Comte diz que ele era um espírito mais analítico do que sintético. Apanhou o princípio, mas não o generalizou.

A. Comte descobriu diretamente este princípio no espetáculo social, e então sentiu que ele era em relação aos fenômenos políticos o que era o princípio de d'Alembert na mecânica. ...Seria levar muito longe a abnegação... atribuir a d'Alembert o princípio que liga os dois modos de cada...

Esses dois princípios definem desde logo a natureza de qualquer ser. Para a teoria de um ser, temos de estudar as condições estáticas do ser, e depois as condições normais de desenvolvimento do ser (dinâmicas), e depois as perturbações, o desenvolvimento anormal, inclusive as monstruosidades.

Estudar a natureza (Broussais)
a evolução — é o (princípio de A. Comte. ...Contrário às perturbações a que cada ser está exposto).

Comparando os dois, vemos que um recai no outro. Logicamente, podemos conceber que o princípio de Broussais e o de A. Comte ou d'Alembert pode ser o mesmo.

7. Conclusão. — Da variabilidade resulta imediatamente a modificabilidade.

Não podemos mudar o arranjo de coisa alguma: só o que podemos fazer é modificar a intensidade: mas também é só o que precisamos. A nossa existência compõe-se de resignação e ação. Nós nos resignamos às condições imutáveis, à ordem — (resignação); e modificamos a intensidade — (ação).

...A ordem podemos conceber... Muitas vezes nos é impossível fazer essas modificações. O nosso poder é inferior à nossa capacidade intelectual. Concebemos que pudéssemos modificar a direção do eixo da Terra, a órbita...: mas não podemos fazê-lo. Nós conhecemos os meios exigidos para isso, mas não os temos.

II

1. Como vos disse, a 3ª lei... a imutabilidade e a variabilidade.

Vê-se logo no enunciado que esta 3ª confirma a 2ª. É a 3ª que especifica a 2ª: esta não especifica o que há de constante e o que há de variável. E ambas estas leis representam a ordem geral, mas de acordo com a 1ª lei — com a condição de fazer a hip. mais simples, etc.

...Agora podemos citar-vos outro exemplo. Nas leis do entendimento: há leis estáticas e leis dinâmicas: ... todas as nossas concepções, são representações da realidade por meio dos materiais objetivos, têm uma parte subjetiva, e outra objetiva. ... Tomemos as concepções teológicas, metafísicas... Tomemos o caso normal, e o anormal, as anormais: o de loucura, e o de idiotismo. Ambos só formam as concepções com os materiais objetivos, e as relações são estabelecidas pelo interior. Então, qual a diferença entre os dois casos? o normal, e o anormal? É a parte maior de objetivismo ou de subjetivismo. Excesso de subjetivismo, loucura; deficiência, idiotismo. Entre o doido e o idiota, fica o caso normal.

No período teológico, havia excesso de subjetivismo. Uma dose de subjetivismo no XIV século, era compatível com a situação, e não seria hoje. Assim, S. Bernardo, e Sta. Teresa, tinham grande dose de subjetivismo, mas não eram loucos...

...No D. Quixote, vemos o estudo da loucura feito melhor do que em qualquer livro de patologia. Transportai D. Quixote para a Idade Média: seria um cavaleiro. O que há nele, é excesso de subjetivismo... As leis numéricas são as que mais persistem: ele vê três moinhos, pensa que são três guerreiros, gigantes. Quanto mais inferior é o domínio, tanto mais resiste ao fenômeno da loucura.

2. Vos disse na última reunião que umas leis podem tomar forma matemática, e outras não, e que, saindo da geometria e mecânica, é muito difícil.

Mas podemos conceber todas como numéricas. Para conceber bem a lei da modificabilidade, é necessário desenvolver o que é a concepção numérica da lei... E para fazer uma ideia clara da lei da modificabilidade, devemos conceber todas as leis como podendo ser numéricas, como suscetíveis de representação numérica. A lei dos três estados: imaginai que podemos avaliar a intensidade dos nossos órgãos práticos, intelectuais e morais: podemos medir todos os instintos, a nossa inteligência...: cada instinto era representado por uma variável; se pudéssemos medir a capacidade de contemplação abstrata, que pudéssemos reduzir a número, ... Teríamos 18 variáveis: 10 afetivas, 5 intelectuais, e 3 práticas. Essas 18 suponham um certo número de constantes. Essas variáveis, combinaríamos por meio das leis numéricas que conhecemos, ... O estado mental seria a variável dependente: as variáveis independentes eram os 18 órgãos cerebrais. Teríamos: o estado teológico corresponde ao valor de tais e tais

constantes, o metafísico a tais, o positivo a tais... E desde então conceberíamos a mudança dos estados pela mudança das constantes.

Isto pudesse figurar para todos os casos. Evidentemente é uma hipótese, coisa quimérica. Não se pode achar a lei numérica nos fenômenos superiores: mesmo no ponto de vista biológico já não achamos. Mas essa forma matemática, esse exame matemático, tem a vantagem de precisar a concepção da lei.

Vemos que a modificação da intensidade consistiria na mudança de constante. Foi o que Descartes fez para os pensamentos geométricos, construções geométricas, transformando-as em construções numéricas. Nos antigos, cada figura era estudada separadamente. Descobriram o círculo: estudaram a área, o volume, etc.; depois a elipse, ...etc. Veio Descartes, e reduziu a consideração da forma a uma questão de número. A forma de um círculo depende das distâncias mútuas dos pontos que formam a circunferência. A relação entre essas distâncias se torna uma combinação numérica; uma circunferência é representada por uma combinação entre números, por um sinal. De sorte que em geometria isso está realizado.

Isso mostra que não há uma diferença radical como supunha Kant, que pôs o problema da quantidade e da qualidade, em, entre problemas de quantidade e de qualidade... Mas aqui, na concepção de Descartes, o número não é abstrato: quando Descartes representa uma figura por números, cada número representa uma relação entre duas grandezas determinadas, cada número teria uma significação concreta. Não desapareceria, pois, a qualidade dos diversos seres considerados.

3. 4. Vamos ver a verificação desse princípio da modificabilidade.

No curso que vamos fazer, vamos achar a cada momento a verificação dessas leis. No conjunto da vida, vamos encontrar sempre a confirmação dessas leis, e nos verdadeiros artistas, nos romancistas... Aqui tomamos certos exemplos para caracterizar a lei.

Vamos ver nos fenômenos astronômicos. Sabeis que Kepler tinha descoberto as três leis que dirigem o sistema planetário, que regem a ordem astronômica.

1ª. Cada planeta descreve uma elipse, e o Sol está num dos focos da elipse. Depois os estudos fizeram apanhar que essa elipse variava: alongava-se, deslocava-se no (mudava de...) plano, que oscilava, ...; em suma, o movimento elíptico era perturbado. Donde vinham as perturbações? perguntaram.

Newton resumira as concepções de Kepler em uma só lei, a da gravitação, segundo a qual o Sol tendia a cair para os planetas, e estes para o Sol. A forma elíptica era assim mais ou menos explicada.

Os Clairent, os Euler, os Lagrange, conseguiram resolver o problema das perturbações, conseguiram mostrar que elas eram devidas às gravitações mútuas dos outros astros. Se então abstraímos dos outros astros, e consideramos só a Terra e o Sol, obtemos a elipse; mas, se quisermos estudar o movimento da Terra como é, temos que contar com todas as gravitações, e então a curva é muito complicada.

Acabamos de ver que a perturbação é devida à mesma natureza do fenômeno fundamental da gravitação.

No estudo da Geologia, segundo observa A. Comte, os espíritos positivos não explicam mais as modificações terrenas por catástrofes (Política...); tendem-se a explicar todas as mudanças por transformações lentas.

5. Devemos enumerar os diversos modificadores.

Todo fenômeno tem suas leis próprias, estáticas e dinâmicas. Assim, na Política, há as transformações normais próprias, devidas às leis da vida social — (Progresso); e há as transformações anormais, devidas a... que são as revoluções, as moléstias do corpo social.

...A evolução humana é perturbada por influências exteriores, provenientes do meio cosmológico, do meio vital e do meio social, das sociedades umas sobre as outras. As sociedades desenvolvem-se segundo as mesmas leis. A sociedade a cada momento compõe-se dos diversos núcleos de civilização, em estado diferente de civilização; cada um influi sobre os outros. Assim, a civilização fetichista do selvagem sofre hoje perturbações do elemento ocidental mais adiantado. Considerando o desenvolvimento da sociedade, temos que contar com os modificadores também provenientes da ordem social, e da influência dos homens, principalmente dos grandes homens. E a influência moral. Esta pareceu a maior de todas, a mais importante: e eles atribuíram um grande alcance a ela.

Examinando esses diversos modificadores, se reconhece que eles não conseguem modificar senão a intensidade dos fenômenos. A única coisa que pode fazer uma influência qualquer sobre uma sociedade, é modificar a intensidade do fenômeno; mas não pode fazer voltar atrás a sociedade — voltar do período defensivo para o conquistador, do pacífico para o militar.

Há certas condições que influem nas condições sociais: a longevidade. Todos sabem que a vida é muito curta. Sabeis que a mocidade e a velhice se caracterizam por duas tendências que parecem antagônicas. O moço tende a mudar, a renovar, e o velho a conservar. Se imaginarmos a vida humana muito prolongada, não haveria inovação, progresso, os progressos seriam retardados, pois os velhos predominando o ponto de vista da conservação prevaleceria; e vice-versa: se a vida muito curta, teríamos um desenvolvimento..., a sociedade estaria sempre em revolução. Mas era de toda conveniência que o homem vivesse um pouco mais. Pois bem, as condições cósmicas, físicas, químicas, que podem ter uma influência secundária sobre as leis vitais, podem ter uma influência grande na longevidade.

A população também influi. Ela deve ser suficientemente numerosa para haver divisão dos ofícios e convergência dos esforços. Mas, se a população fosse numerosa demais, a divisão dos ofícios seria impossível. Uma população muito condensada... (Último cap. do 4º tomo da Fil.). As condições astronômicas, que seriam insensíveis para a ordem vital, podem ser muito sensíveis na ordem humana, na condensação das populações, e retardar o progresso... Essas influências dos meios cósmicos, é que foi instituída, esboçada na teoria dos climas (Hipócrates). A. Comte diz que nada há melhor sobre isso do que a obra de Hipócrates. Segundo a concepção de Blainville, a diferença das raças é devida ao clima. As condições favoráveis do clima em que a raça preta se desenvolveu, permitiu um exuberante desenvolvimento da sociabilidade; não desenvolveu a atividade nem a inteligência. Para a raça amarela, o meio cósmico levou a desenvolver especialmente a atividade. Para a raça branca, as diferenças resultantes do meio cósmico levaram a desenvolver especialmente a inteligência. A consequência é que a raça preta ficou atrasada na evolução, a amarela também; a branca prevaleceu. Cada uma prepondera por um dos elementos do cérebro. Quando se trata do desenvolvimento industrial, nenhuma raça é tão apta como a amarela: basta ver a perturbação industrial que os Japoneses e os chineses produziram na América do Norte. Enquanto prevaleceu a elaboração intelectual da Humanidade, dos meios, e se trata de sistematizar o estabelecimento dessas forças, a raça mais intelectual pareceu preponderar; sente-se a importância da raça branca criando a ciência. Mas depois que a inteligência construiu a doutrina que terá de prevalecer, o sentimento tende a dominar, vê-se a importância do sentimento, e a raça preta prevalece sobre a branca. Enquanto prevaleceu a elaboração dos meios, ... e se trata de sistematizar o estabelecimento dessas forças, se sente a importância da raça preta. — Era aí na raça preta, se o Positivismo já tivesse vencido, que se podia fazer, ver os maiores prodígios... de altruísmo. A inteligência se cultivou com sacrifício da sociabilidade.

Considerando a influência das populações umas sobre as outras, já Fergusson tinha refletido, notara que um povo não influi na evolução de outro senão fazendo-o realizar mais depressa ou mais devagar do que realizaria por si mesmo. Assim, muitos atribuem a transformação da Idade Média aos bárbaros; mas A. Comte dizia que a única coisa que eles trouxeram foi o duelo: tudo o mais resultou dos antecedentes greco-romanos. Os seus resultados podem se resumir na separação dos dois poderes, e transformação da guerra de conquista em guerra de defesa.

Finalmente devemos considerar a influência dos grandes homens. Os homens influem só de dois modos: ou como grandes homens, ou como perturbadores da sociedade; ou atuam no sentido, na direção da evolução social — um Frederico, um Cromwell; ou contra a evolução — Bonaparte, Juliano o Apóstata, Átila, Felipe II. Quando atuam no sentido da evolução, parecem fazer, ter feito muito mais do que de fato fizeram: e quando atuam no sentido contrário, a influência anula-se em breve. Ex.: a influência de Bonaparte. Ninguém esteve mais em condições de influir sobre a sociedade do que ele. Conseguiu parar a evolução? Apenas a conseguiu retardar de uma geração, como diz nosso Mestre, apesar de ter amalgamado todos os elementos retrógrados... É porque os vivos são governados pelos mortos, ou, o homem se agita e a Humanidade o conduz. Bossuet dizia: o homem se agita e Deus o guia; e A. Comte só teve que substituir Deus pela Humanidade. ... Foi nessa geração... Onde geração sofre o domínio dos mortos... Consequentemente podemos nos revoltar... Basta dizer que a língua representa o concurso de todas as gerações passadas.

7. No culto positivista quando contemplamos os nossos mortos, não fazemos... não juntamos nenhum atributo diferente: representamos os nossos mortos como eles foram em vida, apenas alteramos a intensidade dos seus atributos: representamos mais simpáticos, atenuando as suas lacunas.

Finalmente, vedes a aptidão do Espaço para representar esta lei. O aspecto fundamental do Espaço, é na verdade sempre o mesmo: mas a constância do espetáculo geral, se alia à variabilidade das coisas mais ou menos passageiras, de que ele é teatro. (Últ. Conc.).

III

1. Para concluir, é preciso dar a escala da modificabilidade dos fenômenos.

Nota-se, vimos que um fenômeno é tanto mais modificável quanto mais elevado, superior ele é.

A ordem astronômica é a mais, a única imodificável por nós: os fenômenos morais, os mais modificáveis.

2. Quanto mais modificáveis, mais imperfeitos. Assim, a ordem humana seria a mais imperfeita, se nós não a pudéssemos modificar.

De sorte que espontaneamente a ordem mais imperfeita seria a mais modificável, a mais suscetível de ser aperfeiçoada; mas dada a possibilidade da modificação, a Humanidade foi levada a modificar, melhorando as condições da nossa existência, ou que lhe eram acessíveis; ou então criou meios de se furtar a eles. Assim, os climas:

3. Influências de ordem astronômica. — Climas. — Uma das condições de vida é o calor.

A Humanidade não podendo alterar as condições astronômicas inventou o fogo para levar para as zonas frias a temperatura da tórrida. Assim, na Noruega, podemos ter o calor do Equador.

Noutros casos, a Humanidade modificou as condições cósmicas... os fenômenos exteriores, e a influência dos climas ficou... cada vez mais modificável. Acabou a Humanidade por fazer frio artificial e calor artificial.

Este calor, este frio, é sensível para as condições biológicas; mas poderíamos fazer suficiente para modificar a ordem exterior? Podíamos ter calor ou frio numa floresta inteira? Não podemos, mas também não precisamos.

A ordem exterior não exerce perturbação alguma, influência alguma na ordem humana, podemos dizer. Se hoje ainda exerce, é que ainda não se aplicaram todos os meios para modificar a ação do exterior, ou estes ainda não estão ao alcance de todos. Produzimos calor, e armazenamos pelo vestuário...

4. A questão, a diferença das raças, foi devida a essas desigualdades.

A Humanidade faz desaparecer essas diferenças de raças, indo as raças mais adiantadas influir sobre as atrasadas para o seu desenvolvimento, fornecendo o que elas carecem. Ex. do Japão. ... A Política Positiva traduzida para o japonês... Imaginemos o Ocidente que está em plena anarquia oferecendo o tipo de nações regeneradas: reagiria sobre as nações do Oriente. O Japão estaria em pouco tempo regenerado também. O chinês também, pois está em civilização mais adiantada que o japonês: o fetichismo é astrolátrico na China, e militar no Japão. Os jesuítas quando chegaram na China tratava-se de escolher uma pessoa para um cargo no observatório astronômico: pois os chineses não hesitaram em escolher o jesuíta,

por saberem, verem que ele podia prever o eclipse, que era do que se tratava, com mais precisão. Ele aceitaria, pois, a civilização ocidental, se ela oferecesse o tipo regenerado. Isso se faria com os aborígenes da América e da África. De sorte que as diferenças de raça tendem a desaparecer.

5. Vejamos a influência dos povos entre si.

Vede o que N. M. nos diz a respeito das conquistas da França. A. Comte cita três exemplos de conquistas francesas. A França conquistou a Argélia, Córsega, e Alsácia e Lorena. Apesar de tais conquistas durante tanto tempo, elas não puderam se identificar à civilização francesa, o espírito delas ficou o mesmo que era. A influência de povo para povo tende a desaparecer.

6. A influência dos grandes homens, e dos perturbadores, tende a desaparecer, ou antes, a diminuir.

Assim, um Frederico II não pôde exercer tamanha influência como Carlos Magno, César ou Alexandre. Uma pessoa pode fazer... mais que outra objetivamente, mas não subjetivamente... Se um Frederico aparecesse, influência menor que a de Frederico II, embora fosse subjetivamente mais extraordinário. Para o mal também: um Átila, um Bonaparte, ...

7. O resumo de toda essa apreciação, é que a natureza humana, que espontaneamente sendo é a mais imperfeita, por ser a mais complicada, vai se tornando a mais perfeita, porque a Humanidade vai afastando as perturbações.

Necessidade da submissão. 1º — A indústria. A nossa atividade foi se desenvolvendo tanto mais quanto mais conhecíamos a ordem exterior. No princípio a Humanidade imaginou poder deslocar montanhas, ... Lua que vem à Terra; e os homens eram uns mendigos, porque o homem pensava que a felicidade e o dever estavam na revolta. A evolução humana fez ver que estava na submissão... Se a ordem exterior tende a perturbar essas condições, nós corrigimos essas perturbações; e a nossa indústria está aí... Quando mesmo modificamos o Mundo, é nesse ponto de vista, e não no de satisfazer aos nossos caprichos. 2º — A inteligência e o coração estão também subordinados... O domínio dos mortos sobre os vivos é, torna-se preponderante, porque é irrevogável. Clotilde dizia: não há de irrevogável na vida senão a morte. Fazemos consistir cada vez mais a nossa felicidade em identificar a nossa alma com as gerações passadas. Cada geração... ...consequência da evolução social, a língua tende a ser universal, vencendo a todas as perturbações: no futuro, uma língua única vai ser... Agora podemos sentir o alcance dessas três leis da 1ª série. Nos põem no ponto de vista relativo; nos desprendem do absoluto; nos mostram o caráter objetivo e subjetivo das construções;

nos fazem sentir que a nossa felicidade e o nosso dever consistem em subordinar o egoísmo ao altruísmo. Estamos preparados para abordar o 2º grupo.

Ensino Positivista

INICIAÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

Preâmbulo Sintético

FILOSOFIA PRIMEIRA

6ª Lição

Apreciação da 4ª lei universal: subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos. (Aristóteles, Leibniz, Kant).

Concepção da 4ª lei.

I. 6 de César de 120 / 27 - 4 - 08 — 4ª lei de Filosofia 1ª: 2º grupo

Entramos hoje na apreciação das leis intelectuais propriamente ditas. Como vos tenho ponderado várias vezes, todas essas 15 leis que vamos estudar são indispensáveis para dar a teoria do entendimento: mas estas do 2º grupo são diretamente mentais, porque estas consideram diretamente o trabalho da inteligência... já a inteligência considerada em si mesma, já as reações da atividade e do sentimento sobre a inteligência.

Desse 2º grupo, que forma 2 subgrupos, vamos considerar a 1ª, que é a 4ª lei universal: subordinar as construções, etc.

Considerada assim, a elaboração dessa lei é devida essencialmente a Aristóteles, Leibniz e Kant. Não quer dizer que outros secundários também não interviessem; mas esses predecessores são os essenciais: Depois das elaborações que se condensam nesses três nomes, essa lei não exigia senão a coordenação sistemática positiva.

Notai que a nossa inteligência sofre as influências tanto da ordem cosmológica como da humana. Mas as de ordem interior fazem-se sentir através dos indivíduos, e provêm já do sentimento já da atividade. Em consequência dessas influências, as nossas concepções podem ser perturbadas, não se harmonizar com o espetáculo exterior... Mas por isso que as concepções se perturbam... não podemos descobrir as leis da inteligência observando a inteligência diretamente, e sim através dos trabalhos mentais, na existência individual e coletiva. Então, só podemos descobrir estudando os produtos do trabalho mental.

Considerando a série das concepções humanas, se reconhece que as influências práticas e do sentimento, e, portanto, as reações das vísceras, essas perturbações todas, vão se anulando, porque não são as mesmas em todos e na mesma intensidade nos indivíduos todos, ao passo

que a influência, as reações do Mundo não: são constantes, são comuns, e podemos com..... reconhecer em que consiste...

Para compreender, portanto, a natureza das nossas faculdades intelectuais, temos que examinar as diversas manifestações da inteligência, maneiras da inteligência se exercer, as diversas construções da inteligência, tanto normais como anormais, quer científicas, estéticas ou técnicas, práticas.

Devemos distinguir duas partes no trabalho mental: a concepção e a expressão. Na 1ª há a assimilação dos materiais, e a combinação dos materiais, que se faz no cérebro, na inteligência.

- **Concepção:**
    - Assimilação dos materiais (Contemplação)
    - Combinação dos materiais (Meditação)
- **Expressão**

Todo esse trabalho dá-se no cérebro; mas os materiais são recebidos pelo cérebro através dos sentidos. Esses sentidos, que são aptidões que o animal tem de apanhar as relações dos corpos, do Mundo, com ele, são, existem em número variado conforme a espécie é mais ou menos elevada... concebemos que pudéssemos ter mais.

A enumeração dos nossos sentidos foi só fixada por A. Comte; embora Blainville já tivesse apanhado que eles deviam ser, eram mais numerosos, e Aristóteles já tivesse formulado as bases para a enumeração desses sentidos, apanhado o princípio para o apanhado desse princípio... (?)

Pelo exame do nosso organismo, somos levados a distinguir 8 sentidos: 4 sentidos especiais locais, localizados em partes determinadas da cabeça; e 4 sentidos gerais, que dão percepções por qualquer parte do corpo e se confundem com o do tato: não os do tato propriamente dito ou da forma, o da musculação, o da calorificação, e o da eletrização. Eles nos permitem apreciar as propriedades dos corpos, por meio de órgãos que estão na superfície do corpo, e chama-se superfície de relação ou sensação propriamente dita; e se acham em relação com o aparelho cerebral (A).

Entre esses e os órgãos da contemplação, existem os nervos; e estes não terminam no cérebro, terminam nos gânglios cerebrais, centros da percepção, que levam à contemplação e à meditação. — Somos levados ao exame anatômico pelo exame fisiológico. Somos levados

por considerações dinâmicas a decompor um fenômeno, uma concepção qualquer... O exame anatômico serve para completar ou confirmar o exame dinâmico.

Mas, além destes meios de receber as influências do exterior, o cérebro por sua vez reage sobre o exterior pelos músculos; e o resultado é que as... do exterior vão também reagir sobre o cérebro, pondo em jogo o aparelho sensitivo.

Vedes, portanto, que o que se chama propriamente trabalho intelectual é uma função extremamente complicada, porque para ele concorre todo o organismo e as influências todas do meio.

A razão, o exercício da inteligência, habilita o animal a perceber a relação em que está para com tudo que o rodeia — constitui o atributo mais individual de todos.

2. Isto posto, antes de entrar na apreciação especial da lei, devemos examinar o conjunto do grupo.

Deve ser tal que nos dê a teoria das nossas concepções em qualquer caso, — normal ou anormal, porque a diferença é de intensidade... Assim como não existem duas Mecânicas, uma para as máquinas funcionando bem, e outra para as máquinas explodindo, também as leis da inteligência... As leis devem ser capazes de dar a teoria de ambos os casos.

Consideremos:

1. As concepções gerais, as leis gerais que se verificam em qualquer tempo e lugar, quer nas crianças, quer nos adultos, etc. — estáticas.
2. As leis que nos explicam o desenvolvimento normal da inteligência, as construções da inteligência, — e são as dinâmicas: Construções que têm por objeto... adaptarmo-nos à vida..., aperfeiçoarmos a nossa natureza, e habilitarmo-nos a adaptar a nossa conduta à nossa situação. (...desenvolvimento da inteligência adaptado ao desenvolvimento da sociedade...: aperfeiçoando diretamente a nossa natureza e a nossa situação).

3. Considerando o 1º grupo, é preciso em 1º lugar que nos explique o que há de comum nos casos normais e nos anormais, independentemente das considerações de idade, de lugar, de sexo, etc.

De fato, a 1ª lei diz que as nossas concepções tanto normais como anormais são subordinadas aos materiais objetivos.

Depois é preciso examinar as variações, as mudanças que resultam na, da variação da intensidade dos fenômenos comuns... modificações que resultam na intensidade em que consiste a diferença dos dois casos. Essa intensidade pode, essas diferenças podem provir ou das relações entre o M. e o homem, entre o objetivo e o subjetivo, entre as impressões e as ideias, e temos a 2ª lei: as impressões exteriores são sempre mais vivas e mais nítidas do que as imagens interiores.

Mas, além disso, é preciso considerar as diferenças de intensidade provenientes do, relativas ao próprio fenômeno subjetivo, provenientes das imagens interiores, das ideias — é o objeto da 3ª lei estática do entendimento: a imagem normal tende a... É preciso considerar nesta lei não só as imagens normais de cada objeto, mas ainda a imagem normal que prepondera sobre todas.

Com esses três elementos, compreende-se que tudo o que há de estático no entendimento está compreendido aí. Por isso, vemos que examinando o conjunto das leis universais reconhece-se que é um sistema fixo: elas correspondem a todos os problemas que podemos apresentar a respeito de nossa natureza.

4. Vejamos agora a evolução por que passou essa lei.

Resume-se em três nomes: Aristóteles, Leibniz e Kant.

O primeiro foi quem lançou o fundamento desse estudo, formulando o princípio de que todas as nossas concepções provêm das sensações. Aristóteles disse: nada há na inteligência que não proviesse dos sentidos.

5. Ora, isso deu lugar a uma discussão que veio se prolongando até nossos dias, e atingiu ao seu apogeu na Idade Média, na luta entre os realistas e os nominalistas.

Uma vez formulado o princípio, as escolas filosóficas travaram discussão, a luta para saber entre as concepções humanas quais as reais, quais as quiméricas, quais aquelas portanto que só existiam na nossa cabeça. Examinando a linguagem, vemos que ela é o conjunto dos sinais e das artes, dos meios de expressão, e mais as concepções que correspondem ao que esses sinais traduzem. (A linguagem é formada por concepções, e pelos sinais que a essas concepções correspondem). Examinando esses termos da linguagem, há palavras determinadas: umas determinam um indivíduo, outras definem um tipo (há palavras determinadas que caracterizam um indivíduo, mas outras caracterizam certos tipos). Árvore, mulher, homem — caracterizam certos tipos, mas esses tipos se aplicam a diversos... Fora de nós há uma certa árvore, um certo homem, ... Esses tipos abstratos é que os antigos

chamaram os universais. Perguntavam: eles existem ou não fora de nós? Uns sustentavam que não, que o que existia fora de nós era os indivíduos: um certo homem, uma certa árvore, (que só existiam fora de nós os indivíduos, mas as ideias não): — estes foram os nominalistas. Outros acreditavam que existiam os tipos, os moldes e os casos particulares. (Outros acreditavam que existiam modelos, tipos de que os indivíduos eram particularização: que estas noções gerais eram moldes universais de tudo). E havia outros que só concebiam na realidade os universais, os particulares, os indivíduos sendo manifestações dos universais. (Só existiam de fato os universais, os indivíduos sendo representações, particularizações deles universais).

Semelhante discussão chegou ao apogeu na Idade Média, porque no XIV século (XI?) descobriram-se as obras de Aristóteles quando retomou-se a ciência grega, os teólogos procuraram explicar... (discutiram o dogma da Trindade...). A luta personificou-se em S. Bernardo e Abelardo. Teve a sua fase aguda na Idade Média, porque descobriram-se as obras de Aristóteles... Essas questões filosóficas estavam presas às concepções metafísicas do dogma católico, especialmente da Trindade... Os teólogos até aí saíam-se das dificuldades adiando a compreensão do mistério para quando fossem para o Céu... Dando-se esse despertar da razão humana pela ciência grega, trataram de resolver o problema, e houve concepções para explicar a Trindade que são verdadeiras heresias... abalando o dogma católico. A luta foi especialmente entre S. Bernardo e Abelardo. Este parecia aproximar-se da concepção verdadeira. Ele introduziu uma nova solução, entre os nominalistas e os realistas. Dizia ele: não são nem entes existentes fora de nós, nem são puras quimeras, são conceitos do espírito. Isto para nós pode ter uma certa significação, mas não para ele que estava no período metafísico... No ponto de vista relativo, as concepções verdadeiras são as que mais se adaptam ao estado social. Só com essa consideração é que podemos saber quem estava com a razão. O que era mais importante era sustentar, conservar as concepções que mais se adaptavam aos interesses sociais, à vida social... representada por S. Bernardo.

6. Depois veio o problema, o movimento protestante, prolongamento do espírito crítico que minava o Catolicismo, e só aí a ciência se pôde desenvolver.

Depois a ciência tomou o seu desenvolvimento a partir do dogma do movimento da Terra. Desde o 17º século, Descartes, Locke, Malebranche, ..., e no 18º século Diderot, Hume, ... agitaram essa questão, e sentiram cada vez mais o valor do sentido nas nossas concepções. No, desde o 17º século, as pesquisas científicas fizeram sentir cada vez mais a influência dos nossos sentidos nas nossas concepções a ponto de haver quem, exagerando o princípio de Aristóteles, sustentasse que as nossas concepções não eram senão sensações transformadas.

Leibniz foi levado a completar o aforismo de Aristóteles, separou a parte da inteligência e a parte do exterior. Diz A. Comte que o... de Leibniz consistiu só em tornar explícito o que, uma concepção que já estava implícita no aforismo de Aristóteles: nada existe na inteligência que não venha pelos sentidos, exceto a própria inteligência. Este foi o segundo passo este. O M. fornece os materiais, e a inteligência os combina.

O 3º passo foi nos fins do 18º século, por Kant, precisando, fazendo ver, nas nossas concepções, o que provinha do M., e o que provinha da nossa inteligência, distinguindo o que era realidade objetiva, e realidade subjetiva. (e chamou ao que provinha do M. e ao que provinha da H., as duas realidades: objetiva e subjetiva). O M. fornece os materiais, mas quem dá a forma é a inteligência. Não só é real a influência do M., há uma realidade que resulta da combinação dos materiais.

Para ficar acabada essa... essa análise, essa concepção, só faltava uma coisa: era preciso ter um conhecimento... uma concepção positiva das funções do nosso cérebro, da nossa alma. O cérebro parecia preposto só à inteligência: as paixões humanas ainda eram localizadas nas diversas vísceras. É preciso chegar a Gall, no século 19º, para ver que o cérebro é um organismo, é um aparelho constituído pelo conjunto dos atributos superiores. Ele fez um exame das nossas funções, ... foi um exame empírico... multiplicou as funções... mas chamou a atenção para esse problema que sem isso não chamaria. Gall foi mais longe: dividiu o cérebro em zonas, e assinalou a cada zona as posições relativas dos órgãos. Deu um passo mais, que é, ao contrário do que se diz, um dos sinais mais característicos da capacidade do seu gênio: foi estudando as diversas partes do crânio que tinham relações com aqueles órgãos, procurar deduzir pelo conhecimento externo (por um exame exterior), pela forma do crânio, os nossos atributos internos. Ora, sob qualquer ponto de vista, esse é justamente o ponto de vista, o fim, a aspiração de todo estudo, de toda elaboração científica, não só em fisiologia cerebral: permitir conhecer, prever o interior pelo exame do exterior.

Para completar essa lei, era preciso apenas acabar a teoria cerebral (um exame mais completo do cérebro, que só podia provir da Sociologia). A análise de Gall foi mais deficiente quanto ao trabalho mental. Só depois de criada a Sociologia, era possível dar uma melhor teoria do entendimento... era fácil subordinar o estudo do entendimento ao desenvolvimento social. Se examinarmos no homem diretamente o trabalho mental, não reconheceremos a natureza das meditações; é preciso examinar os produtos, o conjunto das produções de todo gênero. Foi por não ter feito isso, que Gall foi levado a uma análise mais viciosa das funções mentais; mas, mesmo nesta parte, Gall patenteou a grandeza do seu gênio...: A. Comte englobou os órgãos: assim onde A. Comte diz — contemplação concreta, abstrata, vamos encontrar os

órgãos que Gall admitia para a contemplação de diversos seres, para as abstrações diversas; etc.

Nota — Na linha 8ª, em vez de do sentimento, ler dos sentidos.

7. Por outro lado, para que a lei de Aristóteles ficasse, adquirisse o seu verdadeiro caráter, era preciso ligá-la ao conjunto de nossas concepções biológicas, por um lado, e gerais por outro. Foi esse o trabalho de A. Comte.

Augusto Comte começou por chamar a atenção para o seguinte fato. Ela, a lei de Aristóteles, convenientemente examinada, se revela como consistindo de fato em especificar, em relação ao entendimento, o princípio geral que define a relação geral entre o organismo e o meio — a subordinação do ser ao meio. Ao passo que os seres inorgânicos podem existir no vazio, etc., um ser vivo só pode subsistir, viver em um certo meio determinado, apropriado, que Blainville demonstrou ser uma mistura de ar e água... Não só o ente precisa desse meio, mas o ser vivo está continuamente trocando, precisa trocar sempre a sua substância com o seu meio. O meio material fornece para o organismo o alimento, o estimulante, e o regulador. Especificando em relação ao entendimento, — o meio deve ser, fornecer o alimento, o estimulante, e o regulador. Isso no fundo é o que diz a lei de Aristóteles. Porém nela se vê mais a aptidão do M. como alimento e estimulante do que como regulador. Concebe-se... Ligando a lei de Aristóteles ao conjunto do sistema biológico, tem um grande alcance. Mas quando a filiarmos à única lei (?) que se estende a todos os seres, então ela sobe de valor — é o princípio da classificação.

Os fenômenos mais grosseiros dominam os mais nobres, dignos; os mais simples os mais complicados; Um ser quanto mais elevado na escala, quanto mais complicado mais dependente. A ordem da dependência é a da dignidade.

Quando a Biologia nos diz que todo ente vivo precisa de um certo meio para viver, que todo organismo está subordinado ao meio, ela não faz senão formular a relação que existe no dualismo histórico — o fenômeno cosmológico domina o fenômeno biológico. E, por seu turno, essa lei mais geral aplica-se ao caso particular da inteligência — o M. domina a inteligência. A lei torna-se apenas um acidente na concepção (?), e não mais um caso isolado.

Notai agora a importância prática e afetiva dessa lei. Graças a ela, a inteligência pode se tornar um espelho da ordem universal, em vez de ser a fantasia. O ideal da inteligência é tornar-se o espelho do espetáculo exterior. Para isso é preciso que a inteligência não seja passiva, que tenha a maior atividade. Só os gênios descobrem as leis gerais, apanham, pois, as relações gerais. As leis particulares podem ser descobertas por espíritos mais secundários. Hoje a

maioria não pode estudar; essa maioria está fazendo em breve descobertas. Esses indivíduos não valem nada; a instrução hoje é obra do acaso: o meio de reduzir cada um ao seu lugar é generalizar a instrução... Isto depende, porém da vitória do Positivismo: e então quando a ciência se espalhar se sentirá melhor o valor de um Lagrange, um Clairaut, etc.

O ideal da inteligência é, pois, tornar-se o espelho do M., reproduzir fielmente a natureza da H. e do M., a ordem interior e a exterior. Para quê? O cientista moderno não aspira a subordinar o M. a seus caprichos; A. Comte diz que o espetáculo da ciência é o melhor estímulo para nos submetermos; aí ele procura compreender o H. e o M., é para satisfazer às exigências do sentimento e da atividade. Os sentimentos são cegos, tanto o altruísmo como o egoísmo: é preciso serem esclarecidos pela inteligência e auxiliados pela atividade. Assim, considerando o instinto nutritivo, vemos que uma criança tende a levar tudo à boca, e é só a inteligência que diz o que serve ou não. O mesmo se dá com o altruísmo. O animal tem instintos que o levam a subordinar a sua existência à de outrem: mas quem indica quais os seres capazes de satisfazer ao nosso apego, veneração, etc., é a inteligência, tornando o nosso cérebro um espelho do exterior. A inteligência sofre a influência do interior e do exterior: e quanto mais atrasados somos, maior é a influência do interior, domina o interior, e a H. substitui os tipos objetivos por tipos criados subjetivamente, — o medo. É preciso que a inteligência venha trazer as verdadeiras relações entre o H. e o M.

E como sair daí? É nos subordinando ao M. As necessidades da prática fazem com que o homem vá complicando as suas hipóteses. O indivíduo vai crescendo em anos, em experiência. As concepções subjetivas cada vez mais se subordinam às objetivas. Na, considerando a vida do homem, isso é uma insignificância; agora, imaginai isso no conjunto da Espécie... A Espécie vai se aperfeiçoando continuamente. Cada indivíduo nasce mais adiantado que a geração passada; e, ao mesmo tempo, ao lado dos atributos com que ele nasce, o indivíduo vai receber uma cultura especial (que consiste na... evolução da Espécie), que faz com que o indivíduo assimile por intermédio da inteligência o conjunto da evolução da Espécie. À vista da Espécie, não há força nenhuma, não há governo, que possa manter indefinidamente uma ideia errônea. A vida prática nos obrigando a conhecer mais a natureza, a ir conhecendo o exterior, vai nos desiludindo, e a vida social, nos obrigando a estar em relação com os nossos semelhantes, nos obrigam a conhecer melhor a ordem interior e exterior, vão nos, vai nos trazendo desilusões, vão, vai obrigando a corrigir, modificar nossas concepções, tudo em que havia excesso de subjetivismo.

É em vista, virtude desta lei da preponderância do M. no trabalho intelectual, que a inteligência vai correspondendo cada vez melhor ao seu destino, de modo a tornar-se o

instrumento do poder humano, da unidade humana, permitindo, servindo ao sentimento e à atividade a adaptarem a nossa conduta às condições de nossa existência. Mas, ao mesmo tempo se reconhece a supremacia da sociabilidade, vê-se o predomínio do sentimento. A inteligência só se desenvolve graças à influência da sociabilidade. Se não fosse o... social, estaríamos ainda hoje no estado em que estão as das grandes tribos animais.

Esta lei, como todas as outras, há de ser esclarecida e continuamente confirmada pelo conjunto do estudo do dogma positivo.

II

1. Mas desde agora, para que tenhais uma noção clara da lei, é preciso que façamos um exame geral da linguagem humana, pois ela foi o grande instrumento empregado pela H. para exprimir a relação entre o M. e o interior (sistematizar as relações entre o M. e o H.; traduzir justamente essa subordinação do interior ao exterior).

Na palavra linguagem devemos entender o conjunto de meios de comunicação pelos quais o animal pode traduzir o seu estado interior (o conjunto dos seus sentimentos, projetos e concepções).

Neste ponto de vista, a linguagem humana é formada pela língua propriamente dita, e aquilo que se chama as artes — pintura, escultura, arte do som...

A linguagem se formou como? Em 1º lugar vamos ver a formação das concepções. As concepções se formam com os materiais fornecidos pelo M., fazendo a cada momento a hip. mais simples, etc... Essas concepções sob as perturbações, já do interior, já do exterior... Quanto à formação dos sinais, é graças aos sinais que a H. consegue tornar estáveis as suas concepções, sistematizar as reações do exterior sobre o interior...

É preciso começar por lembrar que a linguagem artificial, articulada da H. é apenas o prolongamento da linguagem natural, que é a dos animais superiores e existe mesmo nas inferiores em graus diferentes. Não podemos conceber os animais altruístas sem linguagem. É na Sociologia que este exame da linguagem deve ser feito: vamos só chamar a atenção para uns pontos necessários para as observações que vamos fazer.

A linguagem natural corresponde ao que se chama Linguagem de ação, porque os primeiros sinais são a reprodução dos nossos atos, sugeridos pelos nossos próprios instintos, sentimentos. A linguagem aí é determinada pelas necessidades da inteligência, ela resulta da nossa organização afetiva e das nossas necessidades práticas. Tem por fim a princípio

sobretudo manifestar os desejos. São as nossas emoções que levam a atividade a traduzir os sentimentos...

Tomemos o ato fundamental da nutrição. O animal para se nutrir precisa: apanhar o alimento, e introduzi-lo no organismo; mas o alimento é modificado antes de penetrar mais interiormente, e há mesmo uma parte da preparação da alimentação que podemos perceber — quando mastiga... Cada ato é determinado por uma combinação de instintos... dos outros atos todos... O animal é então levado a empregar, para exprimir os seus desejos, os mesmos gestos, as mesmas contrações musculares que emprega para agir. Ele repete os atos para traduzir o estado interior; e faz isto ou para estimular-se a si mesmo (efusão) ou para implorar o auxílio dos seus semelhantes, ou dos animais da espécie superior. (B) Essa a linguagem natural é percebida, compreendida não só pelos animais semelhantes da mesma espécie, como pelos da espécie superior, e pelos da espécie inferior muito aproximada.

Como vedes, esse sistema de sinais consiste em certos gestos, certos movimentos. Mas esses gestos, movimentos não são só perceptíveis pela visão ou pelo tato. Há certos movimentos que determinam som — assim a voz. Esses sons são voluntários. O resultado desses movimentos todos, é despertar certas sensações, e o animal os emprega ou para reagir sobre si mesmo, ou sobre os outros, como vemos nos animais carniceiros: assim o cão rosna, o gato..., o leão ruge, antes da luta. Vê-se, portanto, que esse sinal é o mesmo ato. A. Comte chama a atenção para isso. Vê-se que o sinal natural é a relação estabelecida entre certos movimentos e uma certa sensação. Sinal é a relação invariável, voluntária ou involuntária, entre uma contração e uma sensação. O sinal desperta a sensação, e vice-versa.

Os sinais artificiais são os meios de ligar as contrações... os movimentos, às sensações. Os movimentos são subjetivos, e as sensações objetivas.

A língua é uma instituição essencialmente social.

Vemos, portanto, que deviam haver tantas espécies de sinais artificiais quantos são os sentidos de que somos dotados. O animal comunica-se por meio dos sentidos dos outros animais. Mas, se, como a língua é essencialmente social, se vê que de fato só podemos instituir 3 linguagens: visual, auditiva, e olfativa, do olfato: linguagem dos odores, das flores no Oriente. Mas esta não se desenvolveu na nossa espécie; e tem um inconveniente essa linguagem: não é facultativa, nós não podemos tirar de nós voluntariamente os odores necessários para traduzir o nosso estado interior, temos que tirar do exterior. — A linguagem que nos é facultativa é a que se dirige à visão e à audição. A primeira (que é a que corresponde às atitudes, aos gestos), — a mímica, é a mais fácil, porque é a reprodução do próprio ato.

— A segunda, a falada, é mais difícil; mas a linguagem falada tem certas vantagens sobre a mímica, por causa da sua ligação maior com o cérebro. (A vantagem principal é sobretudo a ligação que têm os nervos da fonação, o aparelho da fonação, com o cérebro: estão mais próximos do cérebro: o ouvido está mais próximo do cérebro). A linguagem falada é mais afetiva. — Por outro lado, o sentido da visão é o mais filosófico, o mais sintético, é o que nos dá mais noções, mas não é o mais afetivo: a proximidade do ouvido da parte posterior do cérebro, nos mostra isso. Consequência: apesar da maior dificuldade da linguagem fonética sobre a visual, a fonética é que tende a prevalecer. — A linguagem primitiva é, pois, o canto por um lado, e a mímica. Mas esses meios de transmissão do estado individual eram muito fugitivos; era preciso tornar mais fixos. — Da mímica resultou a escultura, e depois o desenho; do canto, da mímica, da música a poesia — palavra independente do canto: (foram as teocracias que desprenderam a poesia do canto). Depois, as necessidades práticas tiraram da poesia a prosa; da pintura (C) o desenho, e daí a escritura hieroglífica (D).... Até aí era o desenvolvimento da linguagem visual, foi o prolongamento direto da mímica..., mas até aí era necessário a H. ter duas categorias de sinais: uns para a vista, e outros para o ouvido. — A mesma necessidade, fez se procurarem os meios de fixar a linguagem fonética...: foi ligar os sons a certos sinais, em vez de representar as concepções. No princípio, representavam as palavras; mas depois o exame sacerdotal chegou a perceber que as palavras eram formadas de sons elementares: em vez de fixar as palavras tomadas no conjunto, o Sacerdócio decompôs os sinais em certas partes... Essa passagem foi desenvolvida pelas populações militares, quando tiveram que simplificar os sinais, por não disporem mais do Sacerdócio. Por esse meio, traduziram as palavras com um pequeno número de sinais. Assim, a criança, que aprende a língua materna durante anos, aprende depois o alfabeto em pouco tempo e sabe ler... A linguagem não consiste unicamente nos sinais. Os sinais têm a vantagem de tornar exterior o que está no interior; mas a língua não consiste só nos sinais exteriores. Assim, o indivíduo que toma um escrito de Kepler, e não conhece a língua, tem, terá tanto trabalho para conhecer as leis que estão nele como de ler, como de as descobrir na natureza. Mas mesmo que ele soubesse a língua, era ainda preciso conhecer a linguagem matemática.

Os sinais da linguagem traduzem as nuanças mais, mui delicadas dos nossos sentimentos, traduzindo os nossos projetos. Por sua natureza, a linguagem não pode deixar de ser simpática. Nós descobrimos o que se passa nos outros animais pelo que se passa em nós, por analogia. Assim: o grito, é a expressão de um sentimento...: vemos pela fisionomia que o animal está com sede, etc., principalmente porque comparamos com o que se passa em nós. Resulta daí que tudo quanto não é suscetível de ser partilhado por todos, tudo quanto não

for geral, é difícil de, não pode ser exprimido, traduzido pela linguagem. A. Comte cita o caso dos doentes: dificuldade dos médicos... só podem conhecer o que é geral a todos; os doentes só podem dizer-lhes ou a outro o que eles podem sentir; no futuro, os médicos serão simples auxiliares, cada doente será o seu médico... Nestas condições, a linguagem... é uma instituição coletiva. O resultado é que os indivíduos, os mais revolucionários que querem exprimir as suas concepções, é, tem de ser por meio dessa linguagem que encontraram feita, que receberam dos Mortos: proferem todas as blasfêmias numa língua que eles não formaram.

Quando os indivíduos inventam coisas novas, só têm necessidade de inventar um pequeno número de sinais. Para construir as concepções científicas, os grandes homens empregam a língua comum, e as próprias descobertas deles são auxiliadas pela ling. vulgar. O fato do indivíduo poder exprimir as suas concepções pelas ling. é que torna possível fazê-las compreender aos outros. Eles inventam um pequeno número de palavras, de outra maneira não podiam vulgarizar os seus trabalhos; em geral modificando, servindo-se do radical de palavras já existentes, ligando radicais, ... Por onde se vê que a razão filosófica é o simples prolongamento do bom-senso vulgar. É por isso que, diz A. Comte, a ling. constitui a mais social das nossas instituições.

Devemos encontrar o gérmen de todos os sinais, examinando os diversos termos da escala biológica.

Tratando da uniformidade da ling. humana, vemos que... Se o tipo humano é um só, se a nossa constituição cerebral é uma só, se os cérebros são idênticos, os radicais devem ser os mesmos por toda a parte... o problema de uma língua só, única será muito mais fácil quando apanharmos todos os radicais... A. Comte propunha que se adotasse o italiano como língua universal.

Examinando a natureza desses sinais, e procurando nessas construções uma confirmação da lei que acabamos de formular, vamos chegar a essa lei... (Examinando a natureza das concepções e dos sinais, nessas construções, ...) (Examinando os sinais que podem representar tudo, procurando examinar essas concepções...

2. (E) As primeiras palavras faladas, inventadas, criadas nessa, na ling., são as ligadas aos, as que representam os entes que mais amamos, e para exprimir o nosso estado afetivo, o estado de nossa alma, depois que surge a necessidade de com. mais af. ...

No princípio, os sinais são inventados para representar, designar os objetos, seres concretos — são os substantivos; e depois não só os subst. mas também as palavras que exprimem o que apanhamos pelos nossos sentidos e o que nos vem dos instintos: os atributos dos seres,

ligados aos nossos sentidos, (palavras que representam as qualidades dos objetos). — os adjetivos. Os verbos que representam ações, que não são puramente abstratos, representando situações manifestadas a nós, que se passam fora de nós, ... são, estes, os primeiros criados.

3. Se considerarmos os substantivos abstratos (beleza), e os adjetivos abstratos (intenso), vemos que essas palavras vêm muito depois.

Exprimem construções feitas com materiais fornecidos pelo M., mas apanhados muito mais tarde. — Isso nas concepções normais; e, do mesmo modo, nas anormais, mesmo as mais fantásticas, os materiais são fornecidos pelo M.; ex.: um rio de leite; rio existe, leite também, mas um tipo nessas condições não existe em parte alguma. As concepções as mais transcendentes que o teologista possa... apresentar — o dogma da Trindade, o que há aí que não seja dado pela contemplação do M.? Os elementos são dados pelo M. Esse dogma não pode ser concebido no conjunto, mas nos detalhes podemos. Chegamos à noção de Deus, combinando os atributos — bondade, inteligência, e poder, imaginando-os no infinito. A noção de infinito vem ainda do exterior... Infinito — aquilo que não vemos o fim... Concebemos negativamente, pela ideia que temos do que é finito. (Intuitivamente não...). Ligamos a ideia de bondade com a de infinito. (Intuição — contemplação imediata). Tomai um doido, — vereis, nas suas concepções, todo o material é fornecido pelo exterior: o Rei Lear, o Hamlet. E notai que a influência do exterior sobre nós é tal que o meio exterior regula a nossa meditação: quando meditamos em assuntos muito difíceis, precisamos do que nos rodeia para regular a nossa meditação. A. Comte chama a atenção para esse fato: quando queremos meditar, furtamo-nos ao exterior, fechamos os olhos e vamos para um lugar silencioso; mas, quando cerrais os olhos por tempo demorado, estais divagando: somos levados por devaneios ligados à nossa situação afetiva, e: é preciso abrir os olhos para nos chamar à realidade: não podemos abandonar a influência do meio. Quando dormimos, o exterior não regula o nosso raciocínio. Eis a razão de....

4, 5, 6, 7. — (7). Finalmente se compreende, em virtude de toda essa evolução, que a linguagem humana deve acabar por se unificar.

Pois se os sentimentos, as opiniões, tendem a ser comuns, a atividade também, — os meios de exprimir esses sentimentos, essas opiniões, devem ser comuns; e precisamos saber, entre as línguas que a H. criou, qual desses diversos idiomas é o que deve prevalecer; examinar quais as qualidades... Augusto Comte diz que é o italiano...

(4). Podíamos fazer um confronto entre as línguas antigas e as modernas, para ver a influência do exterior...

Vemos que no princípio as línguas são empíricas. As palavras representam não só os seres, mas também as relações em que o ser está, relações entre os seres, as condições... (F) Daí resultam as declinações, as conjugações dos verbos, as variações de gênero, ... Segundo uma observação de Adam Smith, nota-se que as declinações muitas vezes não correspondem senão a uma condição estética. Assim, no inglês, o adjetivo não varia como no português, e, mais ainda, no latim; essas variações não ajuntam ideia nova alguma. Um homem bom, uma mulher boa — bom ou boa designam a mesma coisa: é pelo ouvido que somos levados a essa variação. Os adjetivos que representam as qualidades, podem ser invariáveis. — E isso, essa necessidade estética, vai complicando cada vez mais a linguagem.

(5). Assim, as línguas antigas eram mais concretas.

Depois os elementos foram sendo detalhados, separados, — surgiram as preposições, etc. Os gregos tinham uma palavra só para exprimir: pôr exércitos em linha de batalha. (3) — A ling. humana passou de abstração em abstração. Assim, a preposição de é de uso muito mais recente do que outras; representa uma relação, noção muito mais abstrata do que por ex. — sobre, embaixo, acima, abaixo, que foram empregadas muito antes. Se dizemos: o filho do Pai, o Pai do filho, — apartamos (?) a relação conhecendo as palavras Pai e Filho o que exprimem. — Os sinais vão se tornando tanto mais abstratos, quanto mais abstratas vão se tornando as concepções; mas sempre com os, representando a combinação dos materiais fornecidos, oferecidos pelo Mundo.

III

1. Ver os escritos de Hume, e Diderot sobre os cegos. Para terminar, chamarei a atenção para isso:

Nas nossas noções, há noções que recebemos por um sentido só, e há outras que apanhamos por diversos sentidos, e um pode educar o outro. — Um sentido pode fornecer uma noção errada, se não vier outro em auxílio dele: pôr uma régua n'água: parece partida, mas o tato tira a dúvida.

2. Assim entre o tato e a visão.

A extensão nos é dada pelo tato, a impenetrabilidade; a visão também nos dá, mas pode iludir: uma sombra, uma imagem num espelho, podem confundir-se com seres exteriores. O sentido da forma por excelência é o tato; mas educamos a visão pelo tato, o tato pela visão. (A visão também corrige o tato). Quando não podemos apanhar a relação pelo tato, educamos a nossa vista pelo tato, partindo dos casos acessíveis para os inacessíveis. (Como

dissemos, a visão também corrige o tato. Assim, pela Geometria, medimos a distância de dois objetos afastados...: de longe podemos dizer se estão ou não em linha reta...: e podemos fazer isto porque educamos a visão pelo tato, primeiro nos casos acessíveis, e depois nos outros.)

3, 4, 5. Há outras noções resultando de todos os sentidos: a noção de intensidade é obtida...

Essa influência dos sentidos nas nossas concepções, faz-se sentir mesmo nas nossas concepções morais. Diderot observou a importância da visão na noção de pudor; ele dizia: se a nossa espécie fosse de cegos, não teria a noção de pudor. — Outra observação: a influência das dimensões. A insensibilidade com que sacrificamos os animais pequeninos, como pulgas, etc.; imaginamos que o pequeno não sente; mata-se um animal pequeno com muito mais facilidade do que um grande.

Por tudo isso se vê que todas as nossas concepções são feitas com materiais fornecidos pelo M. Ela (a lei) se verifica tanto no estado de loucura como no de idiotismo e de razão; e com esta lei somente não podemos saber quem está no estado de razão, de idiotismo, ou de loucura. — Só as duas outras leis nos distinguem os diversos estados mentais.

Na nossa lição de amanhã explicaremos a 2ª lei que...

ENSINO POSITIVISTA

EXPOSIÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

FILOSOFIA PRIMEIRA

7ª Lição

Apreciação da 5ª lei universal: As imagens interiores são menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores.

I

1. (7-5-120/28-4-08) 5ª lei de Fil. 1ª, 2ª do 2º grupo, essencialmente subjetivo.

Devemos tratar hoje da 5ª lei. Consiste em que as impressões exteriores são mais vivas e mais nítidas do que as imagens interiores.

A respeito desta lei, como das precedentes, devemos começar mostrando a necessidade dela. Apreciando a Fil. 1ª, vos disse que elas, as leis de Fil. 1ª, eram o que propriamente podemos chamar racionais. As da Fil. 2ª, são apanhados, regras empíricas, fragmentos de leis, entre os quais não existe nenhuma ligação objetiva. — Não podemos dizer qual a necessidade dessas leis da Fil. 2ª, podiam ser quaisquer outras. Assim, porque é que os corpos caem na vertical? Podiam cair segundo a oblíqua. Porque é que no princípio, na lei da queda a velocidade é proporcional ao quadrado da distância? Podia ser ao cubo. Não sabemos porque, nem porque não; podemos imaginar que não fosse assim: falta racionalidade: são fatos empíricos. — Mas todas essas leis de Fil. 1ª, são necessidades da nossa inteligência. Desde a 1ª lei, vemos que era preciso que fosse assim: se a nossa inteligência raciocinasse fazendo a hipótese mais complicada, não haveria mais limite na complicação, não saberíamos onde parar. A nossa tendência é fazer a hipótese mais simples, mas depois verificamos que o Mundo é suscetível de nos fornecer essa representação a mais simples... o Mundo é de acordo com ela. — A 2ª lei: conceber como imutáveis as leis... Todo mundo sabe que a vida humana seria impossível se não houvesse regras fixas para a conduta, completando pelas vontades as leis naturais. Por isso, antes de conhecer leis, antes de reconhecer que o Mundo era regido por leis naturais, a Humanidade instituiu regras para Ele. A Humanidade começou a sentir a necessidade de leis antes de perceber que havia leis naturais. Os teocratas tiveram de instituir uma ordem universal, independente da vontade dos deuses, antes de ter apanhado que no arranjo universal havia alguma coisa de fatal. — A 3ª lei, a da modificabilidade, a mesma coisa,

também mostra a necessidade dela; porque a convicção de que o Mundo é regido por leis invariáveis não teria nenhuma eficácia afetiva, alcance prático, se só consistisse em manter a invariabilidade, se não se mantivesse a sucessão, o arranjo, a variação sendo só na intensidade. Era preciso que as diferenças na ordem universal não dissessem respeito senão à intensidade. — Passando às leis mentais diretas, vimos que a 1ª (subordinar, etc.), era também indispensável à harmonia humana, à coerência na vida individual, que seriam impossíveis se não houvesse essa subordinação. É só o predomínio do exterior que regula a nossa inteligência, que sem isso entraria em divagação, determinada pela agitação dos diversos instintos afetivos.

Mas essa lei, que estudamos da vez passada, não basta para dar a teoria estática do entendimento; pois que se verifica em qualquer caso, — tanto no caso normal, como no anormal, todas as construções mentais são feitas com materiais fornecidos pelo Mundo. Então vem a necessidade das duas leis seguintes. Precisamos de um princípio que nos indique em que condições essa subordinação torna-se normal. — Nas nossas concepções, os materiais são fornecidos pelo Mundo, e a combinação é feita pela inteligência. Compreende-se que as nossas concepções fiquem falhas, não correspondam ao destino, que é adaptar a conduta à situação, se não houver uma certa proporção entre as ligações, relações estabelecidas pela nossa inteligência, e o exterior. O que nos dá, donde provém, essa proporção nos casos normais? É o que nos dá essa 2ª lei: a impressão é sempre, etc. São palavras da linguagem corrente: imagem — lembrança, recordação. Imagem é toda impressão que se reproduz independentemente do objeto exterior que primitivamente a produziu. Quando o ser está presente, é uma impressão; quando ausente, imagem. Quando ouvimos uma ária, enquanto o objeto está ressoando temos a percepção, a impressão; depois, se o objeto deixa de ressoar e continuamos a ouvir, recordamos a impressão, temos uma lembrança, uma imagem, sonora aqui, visual, olfativa, gustativa, etc., conforme a impressão. — Esta distinção foi feita a 1ª vez por Hume em seus Ensaios. Ele disse: todas as percepções do espírito humano, se resolvem em dois gêneros distintos, que chamarei impressões e ideias; a diferença entre esses dois gêneros, consiste nos graus de força e vivacidade com os quais elas impressionam o espírito... dessas percepções... — A lei afirma este fato: toda lembrança é menos viva...

Uma vez que o sentido das palavras está dado, precisamos lembrar alguns fatos que concorrem para dar a verificação dessa lei.

2. Mas 1º façamos ver o alcance dessa lei no conjunto da existência humana.

É só ela que permite apanhar o grau de subordinação de nossa inteligência ao Mundo e à Humanidade. É só esse fato que permite subordinar nossa inteligência ao Mundo e à Humanidade. — Se as impressões fossem tão vivas como as imagens, era impossível qualquer ideia, opinião, fixa, porque a contemplação e a meditação seriam constantemente perturbadas pelas imagens surgidas no cérebro, e não poderíamos disciplinar absolutamente a nossa inteligência pelas impressões do Mundo. Embora os materiais fossem dados pelo exterior, as combinações que poderíamos fazer poderiam ser de tal ordem que a meditação tornar-se-ia impossível, a formação dos tipos teria alguma coisa de bastante vago, permitiria a multiplicidade das concepções; e se percebe isso concebendo as imagens interiores mais vivas que as impressões interiores, porque... concorreriam no cérebro, não só várias imagens interiores, como várias imagens exteriores do mesmo objeto. O mesmo objeto nos dá, desperta imagens, impressões diferentes: assim, a esfera é um dos únicos corpos que vistos de diferentes posições nos fornece a mesma imagem; mas, visto um corpo de posições diferentes nos dá diversas impressões: um cubo, por ex. Não poderíamos sequer decidir entre essas impressões diferentes, e ainda mais com a concorrência das imagens interiores; o concurso das influências interiores, e mais a influência da concorrência das imagens recebidas da evolução social. A meditação e a contemplação seriam impossíveis.

Examinando em detalhe o trabalho mental, reconhecemos ainda mais semelhante impossibilidade.

3. Em 1º lugar, — na contemplação — a) é preciso distinguir a influência imediata dos gânglios cerebrais: a atividade dos gânglios faz surgir um certo número de imagens visuais, etc.; além disto, haveria as imagens provenientes da própria contemplação, exteriores; e além disto haveria as reações de os próprios sinais de linguagem. Além disso, temos as reações que sofre a inteligência, dos órgãos afetivos e ativos.

Temos então uma série de reações múltiplas: 1º As sensações isoladas. Surgem no cérebro despertadas pelos gânglios. Um som, uma cor, uma sensação de calor, etc., são sensações isoladas, simples. 2º As complexas, — (De ordinário essas sensações se apresentam a nós associadas, combinadas, formando um todo: a lembrança é quase sempre dos seres, das imagens a imagem é geral sintética) — provenientes da contemplação concreta e abstrata. (Contemplação concreta: dos 5 órgãos, na ordem ascendente, é o 1º assinado à inteligência. Estreitamente ligada aos diversos gânglios especiais, ela recebe de cada um deles as sensações simples, e constrói os seres, que darão lugar às imagens compostas; assim como as sensações simples recebidas nos gânglios, dão as imagens simples). 3º As imagens despertadas pelos sinais. 4º As imagens despertadas pelos sentimentos. Toda sensação afeta ao mesmo tempo

a inteligência e os sentimentos e tanto os egoístas como os altruístas, e eles fazem surgir imagens. 5º Imagens que provêm da ligação dos órgãos da atividade, reagindo sobre os órgãos do sentimento e da inteligência. Os órgãos da atividade estão em relação com os dos sentimentos e dos sinais; e, portanto, reagem sobre a inteligência, fazendo surgir novas imagens concretas. 6º Reação das vísceras.

Essa série de imagens surgindo, e mais as imagens do exterior, todas tendo a mesma intensidade, a construção da hipótese, da imagem a mais conveniente seria inteiramente inexequível.

Em resumo: essa impossibilidade provém das duas necessidades a que a nossa inteligência está sujeita. 1º Por um lado ela tem que representar o Mundo, ser o espelho do Mundo. 2º Por outro lado constrói tipos, com os dados que o recebe, não podemos ter a noção de coisa alguma por mera intuição. A ligação é, tem de ser introduzida por nós, combinando os elementos fornecidos pelo exterior; é preciso que haja uma atividade cerebral, que a inteligência seja ativa. Mas, por outro lado, a inteligência tem que ser passiva, para se submeter ao Mundo. Se não se der esse equilíbrio entre a passividade de um lado, e a atividade de outro, não há harmonia mental. O desequilíbrio por excesso de subordinação ao Mundo, é o estado de idiotismo; o desequilíbrio por causa da atividade cerebral, é a loucura. Esse equilíbrio, essa combinação entre atividade e passividade, seria impossível se a lei não se verificasse. Temos ainda de entrar com a influência dos órgãos viscerais, que reagem sobre o cérebro, e fazem surgir novas imagens.

Por isso, — as impressões sendo mais intensas que as imagens — é que através de todas as influências, de toda a agitação cerebral, e das diferenças individuais, as construções, as concepções, vão tendendo a ser as mesmas, tudo quanto é individual irá desaparecendo, e ficando o que é fundo comum.

4. Examinando quanto à meditação, (que forma propriamente o juízo), também se reconhece a necessidade do predomínio da impressão.

A meditação se exerce sob essas influências todas. Temos que considerar: primeiro, a atividade própria dos órgãos da inteligência; depois as reações dos sentimentos e da atividade; e depois as reações das vísceras, pois estão ligadas aos nossos órgãos egoístas, e reagindo sobre a inteligência fazem surgir novas imagens.

A meditação se exerce sobre as imagens oferecidas pela contemplação concreta ou abstrata.

Ela se faz depois por intermédio também dos sinais. Conquanto os sinais sejam sobretudo para a linguagem, eles servem também para auxiliar a meditação. Pela linguagem, a meditação faz surgir o monólogo: assinalando as vantagens da linguagem fonética sobre a mímica, nos escapou dizer que a maior é a facilidade da instituição do verdadeiro monólogo: falando para nós mesmos como se fosse outra pessoa.

Temos que contar, pois, na meditação, primeiro com as imagens fornecidas pelo aparelho da contemplação; e depois as que temos em virtude do órgão dos sinais.

Além disso, depois temos que contar com a influência de o sentimento. Formam-se imagens despertadas por um sentimento, e somos levados a ligar duas imagens, às vezes muito diferentes, que despertam o mesmo sentimento: esse sentimento as liga. E é isso que constitui a lógica do sentimento. Os sinais também contribuem para essa reação afetiva. O sinal desperta o sentimento: assim, quanta coisa não se faz só com a palavra abstrata honra, Pátria. Todo mundo sabe a ligação que há entre o sinal e o sentimento... As ligações em geral se fazem por uma imagem.

Por outro lado, reações da atividade, já através dos órgãos afetivos, já atuando sobre o órgão dos sinais (os órgãos intelectuais, quer da contemplação, da meditação, ou da expressão). — Já as influências do resto do organismo. Se existe um laço estreito entre todas as partes do cérebro, existem laços não menos estreitos entre o cérebro e o corpo. Sabe-se perfeitamente da influência do estado do estômago, ou de qualquer outra víscera, sobre a construção das imagens: a doença, uma dor física, influindo em nossas disposições morais, reagem sobre o nosso aparelho contemplativo, onde fazem despertar imagens tristes, desoladoras, etc. — Se as impressões exteriores não fossem mais intensas, enérgicas que as imagens interiores, a meditação seria perturbada continuamente pelo número de influências diversas (pela afluência de todas essas imagens, provindas dessas diversas fontes). (Meditação: é indutiva, aproxima as imagens; é dedutiva, julga da conveniência ou não dessas aproximações, e determina a associação e a combinação dos elementos fornecidos pela contemplação e pela indução). — Para dar-se conta dessa agitação, basta notar que se dão reações em graus diversos. Assim: um sentimento desperta uma certa imagem, mas esta está ligada a outros sentimentos; por ex.: a veneração desperta a imagem de uma Mãe, mas o apego é também solicitado por essa imagem, e assim a bondade na velhice dela. (Isto é um ex.; nos outros casos é a mesma coisa): surge uma imagem em o nosso cérebro, despertada por um sentimento exaltado; a imagem desperta outros sentimentos ligados a ela, os quais fazem surgir as imagens mais energicamente ligadas a eles, e assim por diante. Assim, da Pátria, (terra de nossos Pais) fala à veneração; mas depois vem a vaidade, o orgulho; atrás do orgulho

vem o nº 4 (destruidor), (vem o apego que faz surgir imagens mais enérgicas em relação a ele; ligam-se... aos outros órgãos... e em pouco tempo domina; combina-se com o instinto destruidor, com o conservador, e vem a cobiça) etc. Imaginai que nesse turbilhão de imagens entram as imagens provenientes dos órgãos da atividade, e dos sinais; finalmente, há uma agitação enorme no cérebro, ficaríamos num caos; só saímos dele porque a impressão é mais viva do que a imagem. (Ficaríamos alheios à realidade. Só saímos desse caos, pelo predomínio do exterior).

Notai que inda é preciso juntar a todo esse quadro as reações da vida vegetativa, das vísceras, e vemos que toda contemplação, e toda meditação seria impossível se o exterior não predominasse sobre o interior.

5. Vos disse que a codificação dessa lei...

Vos disse, a propósito da 1ª lei deste grupo, que ela é uma generalização da lei que prende o organismo ao meio; a sistematização de A. Comte, consistiu em ligar essa lei ao princípio universal que, em relação a respeito de qualquer função, o Mundo fornece, oferece, ao organismo o alimento, o estimulante, e o regulador.

A 1ª lei não especifica como regulador, mas como alimento e estimulante; esta 2ª nos mostra como o Mundo é ao mesmo tempo o regulador da inteligência.

6. Dissemos também que essa lei da relação, da dependência, entre o meio e o organismo, é apenas um caso particular da lei geral que por toda parte subordina os fenômenos mais nobres aos mais grosseiros.

Aqui também a impressão é um fenômeno mais geral do que a imagem, inferior em dignidade; e, portanto, as leis relativas à impressão deviam dominar as leis da contemplação e da meditação, em suma, a imagem deve ser subordinada à impressão. Essas considerações visam a mostrar a necessidade dessa lei, e já constituem uma demonstração dela: se de fato sem essa lei não podíamos meditar nem contemplar, e contemplamos e meditamos, é porque ela existe.

7. Devo vos indicar sumariamente o histórico dela.

O 1º apanhado dessa lei, encontra-se nos "Ensaios" de por Hume. Mas ela só foi definitivamente sistematizada, formulada, precisada, por A. Comte; e, para mostrar como esse problema era difícil, A. Comte não começou apresentando essas três leis como distintas. A primeira teoria que Augusto Comte fez a respeito do trabalho intelectual, consistiu em dar as três leis estáticas do entendimento englobadamente contidas no princípio de Aristóteles...

Com as suas qualidades generalizadoras, nosso Mestre apanhou logo que ele era um caso da assimilou-o logo à lei biológica que prende, subordina, o organismo ao meio que fornece-lhe o alimento, o estimulante, e o regulador. Vemos que o princípio de Aristóteles fornece isto, mas corresponde aos dois primeiros termos. Nessa época, Ele ainda não tinha formulado a 2ª lei, indispensável à meditação. O trabalho mental se exerce não só sobre imagens do exterior, da ocasião, mas sobre coisas imagens que já estavam estão armazenadas no cérebro; e é preciso daí uma 3ª lei que estabeleça dê uma hierarquia entre elas. Pois só no III t. da Política, Ele separou a 2ª lei da 1ª; só no 4º que separou a 3ª da 2ª. — Daí deve tirar ensinamentos lógicos e morais. É muito vulgar, no mundo acadêmico, contestarem as descobertas, quando se trata de grandes descobertas, feitas por homens eminentes. Começam por negar, contestar a lei; depois que a aceitam começam a dizer que já tinha sido descoberta, já fora apanhada, escavando, eles, algum apanhado. A propósito disso, é por isso que Poinsot costumava dizer que toda descoberta passa por três estados: no 1º se dizia que não era verdade; no 2º que era verdade, mas não era do autor; no 3º que era verdade e era do autor. A própria lei da gravitação foi contestada a Newton. A própria história de A. Comte, os próprios escritos d'Ele, mostram como era difícil fazer essa separação. Encontra-se primeiro no II t.; depois no III t., em que destaca a 2ª lei do princípio de Aristóteles; mas só no IV é que apresenta as três como distintas. Quando é o mesmo pensador que vemos...; entretanto não se hesitaria, se se tratasse de diversos autores, a achar que uns tinham plagiado os outros.

II

1. Vejamos quais são os fatos que demonstram diretamente a existência da nossa 2ª lei estática do entendimento.

C. de 1897 — Duas séries de provas. Primeira série:

1º fato. Consiste no confronto direto que todos podemos fazer entre a impressão e a imagem. Todo mundo sabe que ver um objeto ou recordar a sua imagem não é a mesma coisa: no 2º caso a intensidade é muito menor. Ouvir uma música, tem muito mais intensidade do que se, cessando a música, procurarmos reproduzir mentalmente o que ouvimos.

2º fato. É que a recordação de uma imagem, a imagem de uma impressão, é tanto mais difícil quanto menos enérgica foi a impressão. É mais fácil repetir uma ária que ouvimos nitidamente, do que uma cuja impressão foi fugitiva. É muito mais fácil reter uma imagem que nos impressionou fortemente sob qualquer aspecto, do que uma que nós impressionou levemente. Quanto mais profunda é a impressão, tanto mais fácil é a reprodução da imagem.

C. de 1897. Um verso de que nos lembramos: basta a impressão da sua leitura inicial para nos lembrarmos do resto.

3º fato. A recordação de uma imagem é tanto mais difícil quanto mais o conjunto das impressões do momento, das condições exteriores nos afastam dela. Evocamos a imagem das pessoas mais facilmente nos lugares em que as costumávamos ver. Os objetos que pertenceram a uma pessoa, nos despertam muito mais facilmente a sua imagem... Desde que existe uma impressão ligada à imagem, tanto mais fácil é evocá-la. Quanto mais as impressões atuais se afastam das que determinaram a imagem, tanto mais difícil é evocá-la; quanto mais afastado... é da imagem correspondente a uma (àquela) impressão, tanto mais difícil a evocação dessa impressão. Isso é tão verdade que, se as impressões atuais (no momento que se quer meditar) chegam a uma certa intensidade, toda meditação é impossível. Assim, quem tem uma dor é suscetível de meditar só até um certo ponto. C. de 1897. O meio de esquecer uma imagem é afastar as impressões que lembram a impressão que produziu aquela imagem.

4º fato. Outra verificação: a dificuldade de meditar fora dos objetos ou lugar em que estamos habituados a meditar. Basta qualquer perturbação exterior: estamos acostumados a estudar numa certa mesa; mude-se a mesa de lugar, troque-se por outra, e veja-se a dificuldade de meditar. O hábito de meditar sozinho, etc. Tudo isso provém de que os objetos de que estamos rodeados fazem parte, como sinais, são como sinais, do conjunto de todas as nossas imagens interiores...: fazem parte dos sinais ligados às nossas imagens.

2. Outra série de provas.

1º. A dificuldade de meditar quando o meio exterior está perturbado. Assim, um terremoto, uma revolução, a bordo, etc. Aí a perturbação é as perturbações são de diversas naturezas: a) As impressões múltiplas que afetam o cérebro: a perturbação desperta uma porção de imagens que é difícil coordenar; b) Os instintos afetivos, os sentimentos, exaltados, as apreensões que surgem, etc.; c) A atividade, o caráter, também mais ou menos fulminada; o órgão dos sinais...: nessas condições é difícil meditar. Vemos, pois, a influência da impressão sobre as imagens... Se, porém, o indivíduo está louco ou idiota, essas perturbações pouco o afetam: ele continua na sua mania, a raciocinar segundo o seu tema: o doido tem lógica, (porque as imagens interiores nele são mais fortes do que as impressões exteriores).

2º. Outro ex. é a dificuldade de meditar quando subtraímos, por tempo demorado, a nossa inteligência à influência dos objetos exteriores. Estes não são, de ordinário, o assunto, o objeto, da meditação: a meditação se faz, em geral, sobre imagens armazenadas no nosso cérebro; mas eles nos lembram o destino dela, nos impedem a incoerência: se tapamos os

ouvidos, ou fechamos os olhos, logo caímos na divagação, e somos levados a abri-los para sofrer a influência de o exterior que nos chama à realidade.

3º. Outra circunstância, que A. Comte só descobriu pelo exercício do seu culto íntimo: a meditação e a contemplação são tanto mais fáceis quanto mais nos aproximamos das condições em que a impressão exterior se dava, das condições da meditação ordinária: a meditação é feita habitualmente com os olhos abertos, etc. Assim, na oração positivista, A. Comte primeiro aconselhou fechar os olhos; depois viu que isso perturbava: vemos com os olhos abertos, e é mais fácil recordar, evocar, a imagem de uma Mãe, por ex., conservando os olhos abertos; então, Ele aconselhou que evocássemos pensássemos com os olhos abertos; o meio de conseguir então que o exterior não perturbe o interior é meditar numa meia treva: todo o espetáculo exterior fica confuso, não vemos nada nitidamente, e... A explicação desse fato é: que nos colocamos, ficamos, nas condições em que se deu recebemos, a impressão. Tudo isso, mostra a energia maior da impressão exterior.

4º. Outro fato. Um fenômeno é tanto mais fácil de evocar quanto mais se aproxima do mundo inorgânico, do domínio inferior. — É muito mais fácil evocar uma imagem geométrica, (a forma dos corpos geométricos), do que uma imagem humana, pela sua menor fixidez... (O mundo é mais fixo do que a natureza humana): a impressão dos corpos inanimados não muda a cada instante. — Assim, para evocar a imagem d'uma pessoa, devemos começar refazendo na nossa mente o meio exterior que a rodeava: o aposento em que a cena se deu, o leito em que expirou, o vestuário, a atitude da pessoa, etc., gradativamente subindo à imagem pessoal, que então surge mais nítida. Tudo isso porque a imagem interior é menos enérgica do que a impressão, pois precisamos, para ter a imagem pessoal, evocar o exterior; e também é mais fácil contemplar os objetos inertes do que os vivos, porque estes têm mobilidade...

3. Vos disse que a impressão não afeta só a inteligência, afeta também o sentimento e a atividade.

A evocação da imagem vai ser tanto mais enérgico quanto mais interessado estiver o quanto mais viva tiver sido a impressão sobre o sentimento. Se não estamos interessados no assunto, não há meio de ferir a atenção; é preciso que o sentimento seja solicitado pelo exterior... Isto mostra a inferioridade da imagem sobre, digo, em relação à impressão. A imagem interior surge no nosso cérebro tanto mais facilmente quanto mais nítidas tiverem sido as impressões. — É desse fato que resulta também uma circunstância descoberta por A. Comte no seu culto íntimo: é mais fácil evocar a imagem de um morto do que a de um vivo. À primeira vista

parece que é porque sabemos que para ver a viva basta nos deslocarmos, temos sempre esperança de vê-la, portanto não precisamos fazer os mesmos esforços. Isso contribui para que a inteligência não se esforce; mas não é só isso: é também por causa da intensidade maior da impressão: não há impressão mais forte do que a da última cena, a da morte, de um ente que amamos.

4. Outro fato: a influência do Público sobre cada entendimento.

Todo mundo sabe a dificuldade com que nos subtraímos às opiniões do meio, às doutrinas da maioria.

Para sentir essa apreciação, devemos chamar a vossa atenção para a maneira pela qual a Humanidade se compõe decompõe em relação ao tempo. É constituída por três elementos: Passado ou Prioridade, Presente ou Público, e Futuro ou Posteridade. Esta é a ordem cronológica. A ordem filosófica não é essa. Sabemos o que é o Passado, e também o Futuro; mas o Público é uma massa movediça, é uma parte que está variando a cada momento, não pode ser concebida diretamente. A ordem filosófica é, pois: o Passado, o Futuro, e o Presente: que representa o meio, depois dos extremos que ele é destinado a ligar.

Antes de prosseguir, farei uma observação que devia ter feito da vez passada. O que é tempo? Tempo é uma das noções abstratas: essa noção resulta da contemplação de objetos que se sucedem; tempo, é a sucessão, concebida em abstrato dos objetos que se sucedem. — Considerando dois objetos, se não apanhamos nenhuma mudança entre os dois, se não há sucessão, não há ideia de tempo, é a ideia de eternidade: assim, a imagem de dois trens que se movem paralelamente, com a mesma velocidade, e nós dentro de um deles: parece que ambos estão parados. Temos essa ideia de tempo, quando recebemos a impressão simultânea de dois seres, e a impressão de um deles, uma impressão, persiste, e a outra cessa (quando a outra cessou). O que há aí? São fenômenos, sensações, que se sucedem. A sucessão, considerada abstraindo dos objetos que se sucedem, é o tempo. — Quando queremos medir o tempo, temos que escolher, considerar, um fenômeno suficientemente prolongado e com o qual comparamos os outros. Em geral, a medida do tempo é a relação entre a persistência de um fenômeno qualquer e a duração... Terra percorre a sua órbita... (É a coexistência de um fenômeno qualquer com um certo trecho do movimento... — É a coexistência de um fenômeno em relação ao movimento do nosso Planeta, ou sobre seu eixo ou na sua órbita). — Uma vela que se queima... — A duração de uma impressão fornecida por um certo fenômeno..., comparado com outro que dura mais ou menos, ... Um que sirva de confronto:

dia ou ano... Tomamos para termo de comparação o nosso Planeta. — É uma concepção abstrata, proveniente, como todas, de materiais do exterior.

Considerando assim as gerações que vão passando, distinguimos a Humanidade nessas três partes: Passado, Futuro e Presente. — Ora, o Público tende a prevalecer sobre o P. e o F. Nas épocas de anarquia se sente melhor isto: todo o mundo é arrastado por essa tendência a esquecer o influxo do P. (arrastado pelas solicitações, preocupações, do Pr., por falta de preponderância do P. e do F. E), se de fato a Humanidade nos domina apesar disso, sobretudo pelos Mortos, é porque o predomínio do P. provém da ação contínua comum que se que a Humanidade exerce sobre nós todos do Púb., graças às obras que Ela acumulou e que se traduzem como outras tantas impressões sobre nós, daqueles que já morreram. — Sem o P., não poderíamos dar um passo. Assim, numa cidade: tudo aí quase que é feito pelos antepassados. Sem eles, o que seria por ex. da cidade do Rio de Janeiro? eles que destruíram as florestas, as feras, e, desgraçadamente também as tribos selvagens? Se hoje é possível abrirem-se avenidas de um momento para outro, como por encanto, é porque já tudo estava preparado, é graças aos trabalhos feitos, e com os instrumentos fornecidos pela Humanidade. — Se de fato sofremos a ação do P., é porque essa influência da Humanidade se faz sentir uniformemente sobre os contemporâneos, é apenas uma questão de grau.

Essa influência do meio faz-se sentir, não só na dificuldade de mudar das opiniões correntes, mas mesmo nos casos anormais. Assim, todos sabem a influência dos loucos sobre os que lidam com eles. Nós cá fora, a massa do Público nos domina; mas, num hospital de loucos, no fim de algum tempo não se sabe, quem entra tem esta impressão: não sabe quem é louco e quem é bom lá dentro. É muito dolorosa essa influência, impressão, mesmo sobre os médicos: à força de contemplar esse espetáculo, ficam na dúvida qual será o estado normal. No próprio D. Quixote, encontram-se exemplos dessa natureza: fica-se na dúvida onde estará a que separação há entre os estados de razão e a loucura. Tudo isso devido à influência das impressões exteriores, mesmo nas imaginações mais normais.

5. Essa influência se faz sentir mesmo sobre os regeneradores.

É muito comum ver os grandes homens, os gênios, serem no princípio considerados loucos. Às vezes eles têm tido crises de loucura, como sucedeu com A. Comte. (Intervenção de Rozália). Mas o homem não é acusado de louco só nesse caso, só por esse estado, mas pelas suas concepções. Por elas, Galileu, Kepler, Colombo, etc., foram julgados loucos. Há mesmo pessoas, aliás medíocres, que dizem que no gênio há alguma coisa de doido. Porque isso? Porque o modo empírico pelo qual formulam o estado de loucura é: um homem que não

pensa como os outros está doido. Está muito direito quando se volta para trás: quando uma pessoa não pensa como as outras porque voltou para trás: assim, um homem de ciência que fica espírita, ou mesmo católico, etc., dizemos que enlouqueceu; agora, em loucura há diversos graus. Se andou para trás, está doido, diz o Público, e acerta. E os que vão para diante? Se, porém, andou para diante? Os que estão no Futuro? Porque todos os homens que vivem na mesma época não são contemporâneos: comparados com a massa, alguns estão no P., outros no Pr., e outros no F. Estes, primeiro, passam por loucos, e, quando chega a época em que são aceitas as ideias deles, são considerados gênios. Assim, A. Comte foi considerado doido, pela fundação do Poz. Todos os grandes reformadores passam por loucos. É preciso neles uma certa dose de altruísmo, de ardor social, de coragem, de firmeza, chegados a certa posição, para resistir à onda, para manter o seu papel.

Então se sente toda a nobreza da inteligência, porque é só a inteligência superior que permite apanhar, através das perturbações do Pr., e mesmo do P., a ordem normal. É só o gênio que apanha, mesmo nas épocas (anteriores?)... a confirmação das leis que... acaba de descobrir em qualquer caso. É preciso um gênio para mostrar que a lei é a mesma nos casos perturbados e nos normais. (Se o fenômeno perturbado está nos mesmos casos que o normal, vai o gênio encontrar ali a confirmação da lei). — No meio da sociedade atual em anarquia, A. Comte apanhou as leis sociais, continuou a ver confirmadas... Assim, Ele viu que em qualquer sociedade é preciso a direção espiritual... Hoje não existe mais esse poder diretor católico, o sacerdócio católico não é mais capaz de dirigir a opinião pública. No Congresso da Paz, o Papa, que devia justamente..., não teve representante lá; o Brasil declarou guerra ao Paraguai, quatro nações católicas, e os cleros respectivos pedem cada um a Deus para a sua Pátria vencer. Mas, quer dizer que a sociedade hoje não tem um poder diretor? Tem: quem faz o papel de sacerdócio hoje, e nas condições as mais tristes, é o Jornalismo: não profanemos a palavra, mas desgraçadamente, é o poder espiritual desta sociedade: raras pessoas não têm medo do jornal, da letra redonda, não acreditam na letra redonda. Isso, porém, o que prova? Prova que nenhuma sociedade pode passar sem conselheiros, bons ou maus: podem não ser dignos. Os cientistas representam uma parte desse poder espiritual. — Os únicos que pregam a separação do poder espiritual do prático, o único capaz... é o Poz.: e o poder espiritual que A. Comte vem restaurar... O Pajé é o gérmen, é o poder espiritual no período fetichista.

Pois bem, à vista de tudo isso, vê-se quanto se torna difícil a missão dos grandes reformadores; mas quanto eles devem se sentir sustentados... Lede o Prometeu de Ésquilo: ele pinta a situação inexequível dos Buda, dos Confúcio, dos A. Comte, que são os órgãos

da Humanidade, que parecem estar revoltados contra tudo, e não é assim: eles só se revoltam...

6. Agora devemos considerar os estados, casos, patológicos.

É no estado normal que a impressão é mais nítida e mais vive que a imagem; mas há casos patológicos, e há casos, (reações desses casos) de diminuição da intensidade em relação à imagem, que se tornam de fato casos normais porque representam fases transitórias.

Há dois fenômenos resultantes da diminuição da intensidade... dessa lei: ilusão, quando existe uma impressão fora de nós que serve de pretexto que suscita a imagem: (consiste na construção de um tipo que não corresponde à realidade, mas que corresponde a uma impressão); alucinação, quando não há imagem nenhuma exterior.

Assim: vemos uma pessoa ao longe, e tomamos por outra, mas, estando em juízo, fazemos a hip. mais simples e ratificamos a impressão; mas, um louco: vê um amigo e imagina que é um inimigo, transforma em demônio se está no período teológico, ou num animal, etc.: aí é uma ilusão; entrando numa sala escura, vemos um vulto qualquer, uma toalha, etc., e supomos ser um homem: é a mesma coisa que se dá no primeiro ex. Um louco... É o mesmo que se dá com um ente no estado de razão, é uma diferença de grau: se estamos no nosso juízo, fazemos a hip. mais simples e retificamos tudo;... É o aparelho da meditação que retifica o da contemplação.

Mas no caso de alucinação não há nada de exterior. C. de 1897. Podemos ouvir um som, ver algo que não existe, etc. Ex.: o indivíduo sente-se arrebatado, tem a impressão de que está sendo erguido, ou deprimido aprofundado, etc.: é uma alucinação do sentido da musculação; os outros sentidos dão o contrário, a realidade, mostram que não há nada, e, se está em juízo, a meditação corrige... — Os sonhos são estados de verdadeira alucinação. A criança acorda, pensa que se passou aquilo. Quando, o que se dá muitas vezes no próprio sonho dizemos que estamos sonhando, é porque o aparelho da meditação já está acordado acordou primeiro que o da contemplação. Os grandes homens podem continuar a fazer descobertas mesmo dormindo. Por isso, Ésquilo diz que quando dormimos o nosso espírito vela.

Em graus diversos, são esses estados que produzem as visões e os êxtases.

7. Esses estados podem se dar em condições, situações em que o conjunto das opiniões, das crenças, se harmonizam com esse estado mental.

Então, essas pessoas, longe de serem casos doentios, são as pessoas as mais equilibradas do tempo. Assim, quando certos médicos nos dizem que Sta. Tereza, Sta. Catarina de Siena, etc.,

tinham alguma coisa de doentias, eles é que são os doentes, pois os êxtases de Sta. Tereza eram perfeitamente normais. O que não é normal é um professor de química que nos ensina que há muitos corpos simples, que o número deles aumenta todos os dias, e depois faz uma exposição sobre a unidade da matéria. Ele considera-se no estado normal, mas está doido: há uma incoerência. Agora Lavoisier dizia: os corpos simples (simples para nós...): isso é positivo. Assim também os físicos. Admiram-se de um físico, que admite o éter, ficar espírita. Que diferença há em admitir o éter, ou Deus, fadas, etc. Os algebristas... Isso tudo é porque o ensino positivista não está desenvolvido. Importância do ensino positivista. Hoje, de v. acadêmico, em que a cultura é se faz, fragmentada, uns sabem matemática, outros...: não há cultura lógica completa. Mas no dia em que o homem mais humilde puder ler as obras dos grandes gênios, de Lavoisier, etc.; quando todos tiverem cultura enciclopédica; no dia em que a matemática não for apanágio de um punhado; no dia que o mesmo sacerdote positivista ensinar todo o curso, tudo, desde a aritmética até a Moral: quando ele o disser - matemática não entra aqui - ele não é suspeito... o aluno, que já estudou matemática... Esses homens perderão todo o prestígio.

É preciso transportar-nos para as épocas, em que o grau de subjetivismo individual (neste o nível das crenças da situação geral, não há loucura; essas pessoas não são loucas. Mas é preciso tomar o meio próprio da razão... (o meio de cada indivíduo). Assim, essas visões de N. Sra. de Lourdes, etc., não são anormais nem doentias: são pessoas que estão em meios que comportam aquilo: a Bernadette não é louca, porque está no p. de v. católico, ao ap. no meio social próprio. — Daí se vê que no conjunto da espécie humana esse acesso de subjetivismo caracterizou fases sociais, (gerais). O teologismo: se adaptava ao conjunto da situação; foi uma fase de predomínio das concepções abstratas; Deus era tido por inspiração imediata, visto por todos. — A metafísica também foi admitida por admissível num, certo tempo: foi o meio de passar do estudo das causas do domínio das vontades, para o estudo domínio, das leis. O estado só se torna irracional quando se descobre a lei.

Entre as aberrações contemporâneas, devo assinalar a pior forma que existe hoje: é a combinação da metafísica com o catolicismo, é o espiritismo, que resulta da ignorância das leis mentais. Já não falo do charlatanismo. Assim, acreditam em fatos que vão de encontro às leis naturais. Dizem que um discípulo de S. Tomás de Aquino foi chamá-lo, para ver um burro voando: o santo foi: o discípulo perguntou: mas o Sr. acredita que um boi possa voar? Ele respondeu: que achava mais fácil um boi voar do que ele pregar uma mentira. Ele só fez aproveitar o pretexto para dar uma lição ao aluno. Se sabemos que o Mundo é regido por leis naturais, não podemos crer em coisas, nas concepções, que vão de encontro a essas leis.

Se nos vêm mostrar um projeto de máquina de moto-contínuo: não podemos examinar; porque querer achar o moto-contínuo está em desacordo com as leis da mecânica: era preciso que a mecânica estivesse errada... Mas foi talvez uma lei nova? Se essa lei é verdadeira, ela só pode vir confirmar as outras. Agora, certas coisas, aparentemente, são contra as leis... Descartes fez tábua rasa da metafísica, mas em geometria disse: começo onde os antigos ficaram... Há corpos sem alma, dizia A. Comte, mas os inorgânicos, mas almas sem corpo não. — Agora, como havemos de refutar essas coisas? discutindo com essas pessoas, querendo provar? Não. As concepções metafísicas e teológicas não são suscetíveis de demonstração, sim ou não: caem por desuso. Assim: os deuses politeístas, não podemos provar que existem, mas também nunca se pôde demonstrar que eles não existiam, os deuses, e nem as entidades metafísicas. O monoteísmo católico sucedeu ao politeísmo foi pelo desuso deste: quando os homens viram que não precisavam mais dos deuses, os abandonaram. Hoje, quantos comandantes de navio continuam a invocar Deus, nas ocasiões de perigo? Recorrem à sua astronomia, mecânica, e resignam-se... — O catolicismo, substituindo o politeísmo, substituiu os deuses por santos. Sabeis que nas lendas católicas havia santos especiais, e isso foi um grande passo, preparando o advento da Humanidade, prepostos a cada ofício; havia uns quantos prepostos à função de afastar o raio: isso já era uma incoerência, pois Deus deve por si mesmo afastar o raio. Depois veio Franklin, descobriu o para-raio. Isto é, a Humanidade descobriu o meio de governar, manejar, o raio. Pois bem, não há hoje igreja que não ateste, sustente, a superioridade da ciência sobre o teologismo, pondo o para-raios acima da Cruz. Nas igrejas há o SS. Sacramento, não precisava de para-raios. O nosso problema, o da ciência, é instituir a vida na Terra, é tornar a fraternidade uma realidade, e conseguimos tudo isso com a ciência, não precisamos da divindade. Desde então, a nossa gratidão se volta para a Humanidade, que foi quem nos ensinou tudo isso, e não nenhum deus. Os deuses nossos são os grandes tipos, em que a Humanidade se encarna para fazer tudo o que Ela carece. O único meio de refutar essas coisas é esperar que elas caiam em desuso, é ir substituindo as crenças teológicas pelas positivas. Quando as críticas de S. Agostinho afastaram o politeísmo, e as de Voltaire o catolicismo, é porque eles já estavam mortos: o ridículo só mata o que já está morto. A fonte de todas essas substituições é a preocupação social, o ardor social. Pergunta-se: para que servem essas crenças do espiritismo, etc.? Só de interesse individual: o interesse da Humanidade não entra aí. Quem não tiver preocupação nenhuma social, quem não sentir a necessidade de princípios fixos para coordenar a sociedade, quem estiver no ponto de v. individualista, então continue como espírita.

III

1. Isso nos conduz, naturalmente às consequências práticas dessas leis, que é o destino dos nossos conhecimentos.

A Humanidade procura conhecer as consequências a fim de modificar... Vamos encontrar nesta lei a justificação de uma série de instituições humanas, contra as quais se levanta o espírito revolucionário.

Assim, em 1º lugar, o conjunto da existência humana, individual ou coletiva, depende de fazer predominar cada vez mais a continuidade sobre a solidariedade. (Continuidade: ligação do Pr. para com o P., e do P. para com o Pr.). — A nobreza da existência humana supõe que a continuidade, a ligação entre as gerações, vai prevalecendo cada vez mais sobre a solidariedade, a ligação dos contemporâneos, dos elementos da mesma geração. Essa influência se faz mediante o ascendente d as obras dos gênios, não só as estéticas, práticas, etc., mas as teóricas, as científicas... guardadas pelas linguagens? Ora, a linguagem é representada é tornada estável pelos, por um sistema de sinais. Tudo isso redunda em substituir as imagens que recebemos do P. por um certo número de sinais, de elementos, que influem sobre nós, que nos causam verdadeiras impressões. Assim, um livro de Newton, entregue a uma pessoa a que não aprendeu a linguagem matemática em que ele o escreveu: não entende. ... Aquele material (o livro de Newton) é que mostre... que vai servir permanentemente... As gerações tomam o livro e vão fazer correções ao que aquele homem disse: um professor aprende as construções de N. ...: ele nos ensinou quanto basta para compreender os livros de Newton; e depois quer corrigir Newton: mas os alunos podem ler N., e não aceitam. Não há poder na Terra que possa impedir que esse livro predomine. Que meios há de destruir o Poz. hoje? era preciso destruir todos os livros de Augusto Comte. Ele dizia, referindo-se a Napoleão III: "há alguns anos atrás, ele podia ter criado grandes estorvos à regeneração social; mas hoje, depois dos livros dele estarem publicados, não. — É assim que a Humanidade vai dominando, graças a esses sinais que vão traduzindo as grandes concepções: que Ela vai sistematizando a influência do meio sobre o homem...: entre o Mundo e o homem, está a Humanidade; é através das gerações...

2. Aqui é que se vê a necessidade da fixidez do domicílio, etc.

Todo mundo vive acampado, e essa instabilidade reage sobre a harmonia cerebral. Não é impunemente que os indivíduos andam nessa instabilidade...: o não pé à toa que... O resultado é o que se vê: a inconstância nos sentimentos, a versatilidade nas opiniões e atos... A imagem do Planeta não tem a vivacidade da imagem da nossa casa... A tendência

vagabunda... sede de mudança... A situação moderna é caracterizada por uma espécie de delírio crônico, diz A. Comte.

3. Isso também nos mostra a importância, a necessidade, da fixidez da Pátria.

Precisamos conceber o Planeta inteiro; mas, a imagem desse pequeno meio: a cidade, é muito mais nítida do que a do Planeta inteiro. Esta concepção nunca poderá deixar de ser abstrata. Sabemos a forma da Terra, como? por uma verdadeira abstração. Nunca poderemos ver a Terra como vemos a Lua; não vemos a Terra por intuição... Já a nossa cidade, não: podemos ver: subimos ao Corcovado, temos o conjunto do Rio de Janeiro. — (A Pátria é a porção do solo em que está a nossa família colaborando com o conjunto de outras famílias, em que as nossas famílias estão elaborando os materiais necessários às outras Pátrias, ao bem geral da Humanidade. Agora, é preciso não confundir "governo" com "Pátria": muitas vezes o Governo está em contradição com a Pátria. — O amor da Família é mais forte do que o amor da Pátria, e este maior do que o da Humanidade, na relação da intensidade das impressões: porque as impressões são mais fortes do que as imagens...

4. Agora, os instintos altruístas facilitam naturalmente essas instituições, essa sistematização, porque estão justamente ligados a essas concepções mais gerais...

O melhor elo que nos liga ao P. e ao F. são os nossos sentimentos. Pela veneração, nos ligamos ao P., pelo apego, ao Pr., e pela bondade ao F.

Vê-se aqui a importância de certas instituições morais, sociais, da Humanidade. A instituição da monogamia é exigida pela harmonia mental e moral. Porque os sentimentos humanos exigem confiança... A base do conhecimento do futuro é o passado. Se o indivíduo anda mudando de opiniões, de simpatias, que confiança merece? E que estabilidade cerebral pode existir nesse indivíduo cujas impressões exteriores estão variando? Aí se vê como todas essas instituições morais têm raízes, estão ligadas a...

5. Outra consequência é a instituição dos símbolos, para representar as concepções abstratas.

A imagem de um homem basta para representar? a impressão de um homem; a imagem de uma águia, de uma pomba, etc. Mas, para representar uma concepção abstrata, uma ideia abstrata? Para representar a Poesia? Já temos um símbolo: é escrevendo a palavra poesia, pois o símbolo desperta já a imagem. (Já o sinal serve, fixa a concepção: ... mas a lógica exige a imagem, e o sentimento é despertado pela imagem). Mas, muitas vezes esses sinais são fracos. Virtude, honra, etc., ...: é preciso um símbolo... Os antigos instituíram os símbolos.

Escolheram o tipo humano. Os antigos representavam a Fatalidade pelo Céu(?). Os gregos e romanos como representavam a Fatalidade? Sob a forma de uma mulher cega, vendada, com um livro... Ora, esse símbolo não serve; porque ele nos lembra, desperta, logo os atributos humanos: inteligência, etc. Ora, a Fatalidade não tem isso, é cega. É por isso que a Fatalidade é deve ser representada naturalmente pelo Espaço. — Mas a indústria moderna? À imitação do politeísmo, e como a palavra é feminina, tomam em geral uma mulher. Ora, a grande indústria não pode ser representada senão pelo homem. A indústria primitiva, sim, que ela criou: podiam botar uma mulher com um tear, para representá-la. Mas, o que quer dizer botar, representar, uma roda dentada ao lado de uma mulher? A indústria moderna, que supõe a domesticação das grandes forças da Terra, é uma criação do homem: logo deve ser um homem. E não deve se tomar um homem qualquer, mas um que represente uma das grandes inovações industriais. Qual é a maior? É o livro. É a máquina por excelência: para a construção do livro, contribui toda a indústria, e nos modifica a nós mesmos. Daí Augusto Comte ter escolhido para representar a indústria Guttemberg, o fundador da indústria que já não serve só para modificar o Mundo, e sim o próprio homem; esse homem que ligou o conjunto da indústria humana à indústria suprema: a moral. — É assim a respeito da Poesia, representada por Dante; da ciência, representada por Bichat; e de tudo o mais. — Mas, não bastam esses tipos, símbolos, assim; muitas vezes é preciso ter outro tipo, símbolo. Assim, a Pátria: se o nome do país é masculino, representam por um homem, e vice-versa. Deve ser sempre representado pela mulher. Pátria... a tendência é: a Mátria. Mas precisamos de símbolos mais fáceis de formar. A bandeira serve para todo mundo; tem uns certos emblemas, certo colorido, que nos despertam os diversos sentimentos ligados à Pátria. A bandeira do Império foi instituída por José Bonifácio...

6. Daí resulta também a importância de outras instituições a que não se costuma dar importância. O vestuário...

Ele já tende a ser fixo nas funções superiores: assim, o Sacerdócio. Hoje ele está entregue aos caprichos, anda à mercê do que se chama a moda. Há um belo que fala aos sentidos, e outro que fala à inteligência. Se a cabeça está vazia, então o belo está... Já Diderot dizia que uma concepção é tanto mais bela quanto maior é o número de relações que desperta. O vestuário mais belo é o que despertar maior número de relações. Não é mais natural que uma menina se penteie de certa maneira porque era assim que sua Mãe se penteava? O mesmo quanto ao vestido. Em vez de se guiarem por figurinos. Essas coisas, que parecem não ter utilidade nenhuma, como são levianamente consideradas, pelos nossos contemporâneos, quanto importam, entretanto, à harmonia mental.

7. Terminaremos vendo que essas leis nos dão logo a sistematização da parte mais importante da Religião, mostrando como sistematizar o culto.

As três primeiras leis, do 1º grupo de Fil. Primeira, dão como resultado o seguinte: tudo é relativo; donde a necessidade de subordinar tudo ao amor. — Em 2º lugar, as duas últimas nos demonstram, nos dão a justificação de todas as nossas regras de culto, nos mostram com devemos instituir a representação do (a ligação do?) P., do F., e mesmo do Pr.

A que examinamos hoje nos permite resolver uma questão que a nós nos deve ser muito grata, pela nossa origem católica. É o culto das imagens, o culto público. Os protestantes dizem que os católicos fazem de um pedaço de pau um deus... Há católicos fetichistas, é verdade; mas outros não. O culto das imagens, o altar, o vestuário sagrado, baseiam-se nesta lei: é o meio único de darmos maior intensidade às nossas imagens interiores, ao exterior que nos despertará o interior. Assim, um pedaço de pedra transformado numa estátua nos desperta a veneração, não o calcamos mais. Um retrato: sabemos que é um pedaço de papel e um pouco de tinta, mas não vamos rompê-lo; porque? É porque os sentimentos estão ligados às imagens, e estas às impressões exteriores. Eis aí o segredo das práticas do culto externo; não há nada de misterioso. E, no fundo, ninguém pode dispensar..., todos têm o culto das imagens.

Já vedes que essa Fil. Primeira nos dá logo a sistematização das instituições relativas ao culto, isto é, à cultura da nossa sociabilidade. ... É preciso ainda estabelecer uma hierarquia entre as imagens interiores...

Agora, se é verdade que a impressão prevalece sobre a imagem, nós podemos também querer cientificamente fazer a imagem interior prevalecer passageiramente sobre a impressão exterior. — A. Comte conseguiu isto, verdadeiros estados de êxtase: cultivou por tal forma a imagem de Clotilde, que conseguiu vê-la com a intensidade com que a imagem pode se apresentar em sonho. — A pessoa tem diante de si a outra como se estivesse viva. Se a pessoa está louca, toma pela realidade; mas, os que têm ciência disto, os positivistas, sabem que é um fenômeno cerebral.

O Espaço concretiza essas leis.

ENSINO POSITIVISTA

EXPOSIÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

FILOSOFIA PRIMEIRA

8ª Lição

Apreciação da 6ª lei universal: a imagem normal prepondera sobre aquelas que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.

I

Concepção geral da agitação cerebral.

1. Insuficiência das duas leis anteriores para definirem a harmonia mental.

Rio, 8 de César de 120 / 29 de Abril de 1908. 6ª lei de Fil. Primeira. 3ª lei estática do entendimento. — Vamos hoje considerar a 6ª das leis universais, que, como deveis estar lembrados, é a terceira e última das leis estáticas do entendimento. Consiste em que a imagem normal prepondera, etc.

Precisamos, para compreender essa lei, primeiro reconhecer a sua necessidade. — Ainda uma vez devo lembrar-vos que só estas, de Fil. Prim., são racionais, são indispensáveis, porque sentimos a necessidade delas, lamentaríamos a sua falta: ao passo que com as de Fil. Seg. não é assim: só as aceitamos porque a observação e a experiência no-las dão, mas não vemos porque; nossa inteligência de antemão não nos indica nada a respeito, não as requer.

Antes de citar os fatos e diversas considerações particulares que tendem a mostrar que a lei é verdadeira, que é a generalização de uma série de fatos particulares..., devemos primeiro mostrar a necessidade dela; e isto equivale a chamar a atenção para os termos... — O enunciado da lei nos mostra que a atividade cerebral constitui uma verdadeira agitação de todas essas imagens que tumultuam no nosso cérebro; e que há imagens normais. — O que é a imagem normal? É a que corresponde à hip. mais simples, etc. — O mesmo objeto pode nos apresentar diversas imagens; destas, deve preponderar a normal, isto é, a que representa a hip. mais simples, etc. Nós temos, por ex., de A. Comte, a imagem na Escola Politécnica, na fase filosófica, etc., mas a que domina é a d'Ele no estado normal. — Além disso, há as imagens excepcionais, que representam circunstâncias determinadas: moléstia, morte, etc., que não são mórbidas, patológicas, doentias; e as que são mórbidas. Imagem fixa é a preponderante sob certo ponto de vista.

O trabalho mental não se poderia realizar sem que houvesse a preponderância dessa imagem normal. É esse fato cuja necessidade devemos mostrar.

Para isso, devemos mostrar a deficiência das duas primeiras leis para constituírem uma teoria completa do entendimento. — A 1ª nos dá o caráter comum a todas as construções mentais, imagens, — normais ou anormais: as do doido, do que delira, do que sonha, do selvagem, do homem de ciência, a realidade, a fantasia, — todas são feitas com materiais fornecidos pelo Mundo... — A 2ª lei, apesar de já permitir uma certa separação entre o estado de razão e os de loucura e idiotismo, não é bastante... nem para a contemplação nem para a meditação. — O espírito concebe pela contemplação e meditação. A contemplação é: concreta, isto é, relativa aos seres, sintética; ou abstrata, relativa aos acontecimentos, analítica. A meditação é: indutiva, por comparação, donde generalização; ou dedutiva, donde coordenação, sistematização.

Quanto à contemplação, se todas as imagens internas tivessem a mesma intensidade, entre si, a contemplação tornava-se impossível. — Porque a contemplação deve nos habilitar a representar-nos o espetáculo exterior, permitir que o concebamos: mesmo quando o animal contempla, (porque isso não é apanágio de nossa espécie), não é especial ao homem: nas cartas de G. Leroy temos muitos exemplos disto, tem por fim conceber o espetáculo exterior. A inteligência, mesmo aí na contemplação, nunca é, não é completamente, passiva. Só a podemos figurar como passiva na 1ª contemplação; mas a 1ª contemplação já deixa no cérebro imagens; a 2ª contempl. que fizermos já é auxiliada por, já combina, essas primeiras imagens. O próprio cérebro de uma criança não nos dá a tábua rasa de Descartes. Na contemplação, a impressão uma vez causada, a imagem tende a surgir espontaneamente, pela lei do hábito, e com todo o cortejo que tinha na ocasião, e temos imagens diferentes que surgem quando contemplamos, e essas imagens se combinam e formam tipos que se combinam com as impressões exteriores. — Para contemplar, é preciso uma certa atividade da inteligência, por um lado, e, por outro são precisos novos materiais. Para contemplar, é preciso hipóteses. — Nessas condições, se todas as imagens tivessem a mesma intensidade, não era possível... escolha alguma, fazer uma seleção, apanhar relações.

Quanto à meditação, esta é um prolongamento da contemplação. É o aparelho da meditação que intervém, e julga da conveniência dessas combinações: a contemplação é mais passiva. Notai mesmo que a contemplação jamais é completamente passiva. Ela recebe as reações das vísceras, através dos nervos... Mesmo a primeira vez que contemplamos, por qualquer dos sentidos, um objeto que contemplamos, que nunca vimos, impressão combinando a sua

imagem com as internas que já há, tem a sua imagem perturbada pelas outras imagens já guardadas no cérebro, e pelas reações do sentimento...

É raríssimo que na meditação só se tomem em conta as imagens imediatas: mesmo nas observações puramente físicas ou químicas, o operador faz entrar na combinação imagens já fixadas anteriormente no cérebro. — No trabalho mental, nós combinamos a imagem que nos é fornecida pela contemplação concreta com a imagem sistemática que já temos no cérebro, e então construímos o tipo: assim um homem, combinamos a imagem da sua contemplação com a sistemática que já temos no cérebro... Esta, aliás, varia com o estado da civilização: a ideia que um selvagem faz do Sol não é a que um ocidental faz.

A meditação exercita-se sobre as imagens oferecidas fornecidas pela contemplação. — Nessas condições, se cada objeto nos fornece oferece diversas imagens, e não há nenhuma preponderante, o trabalho mental seria impossível.

2. Examinando com mais detalhe, veremos confirmar-se essa necessidade.

No trabalho mental, devemos distinguir a análise, (separação), e a síntese. Na primeira, a inteligência separa os objetos que na natureza estão reunidos, a fim de melhor apreciá-los, e essa tendência analítica parece não ter limites...; mas então vamos nós afastando continuamente, cada vez mais, do p. de v. da realidade, e sobretudo da realidade subjetiva, porque não precisamos conhecer nada em detalhe. A síntese consiste na preocupação de reunir os elementos que a análise separou, de modo a nos oferecer um aspecto espetáculo coordenado. Vejamos o contraste entre o M. e nós: o M. nos representa o espetáculo do caos, fora de nós não vemos motivos de ordem, quem coordena as coisas são as nossas necessidades intelectuais e afetivas. A síntese resulta das nossas necessidades, das nossas tendências à coordenação do M. O M. tem uma certa coordenação, é verdade; mas nem tudo nele está ligado: é insuficiente. No princípio, a astronomia apanhou tudo como reunido, formando um só todo; depois a H. vê que a maioria das estrelas nada têm de reunidas, não têm ligações, podem até estar muito separadas: o nosso sistema planetário forma um mundo à parte; basta isto para ver como no M. tudo não está ligado. Dentro de nós, porém, não é assim: tudo está ligado, (tende a estar ligado): não é a natureza que não faz saltos, nós é que não fazemos saltos, a nossa inteligência; e quem liga tudo é a inteligência, pela dedução especialmente; mas não a inteligência só: porque para isso ou lhe faltam materiais ou não tem capacidade bastante para isso; ela é auxiliada pelos instintos afetivos, que nos prendem a tudo que nos interessa, abrindo mão do mais. O p. de v. do sentimento é nos prender logo a tudo. A veneração, o apego, a bondade: é o est. do amor universal. Este órgão nos faz procurar

por toda parte ligações; é ele que mantém a nossa inteligência nessas disposições, nesse p. de v. sintético. Por isso, toda síntese não pode deixar de ser religiosa, digo, subjetiva. É preciso ainda contar com o seguinte: os instintos altruístas recebem as reações dos egoístas, que lhes dão uma energia que eles não tinham espontaneamente. Ambos os trabalhos são indispensáveis, de análise e síntese: mas o trabalho só é final na síntese... Começamos por uma síntese concreta, (uma contemplação que tende a ser sintética, pelo menos parcialmente); depois, separamos, decompomos, por abstração. Quando separamos os fenômenos dos seres, já começamos a analisar. Os sentidos são analíticos, nos dão de cada corpo um certo aspecto, e o conjunto desses aspectos dá a noção sintética do ser. De todas as impressões, a que serve de coordenadora é a da visão, para os animais que dela são dotados: nós podemos reconhecer um homem ou um animal pela voz, mas substituímos logo pela imagem visual. E devemos terminar por uma coordenação sintética, que é a ligação... A meditação não pode ser nem só sintética nem só analítica. O ponto de partida da inteligência é do conjunto, diz respeito a tudo que o ser apresenta: a imagem final é sintética também; entre as duas há então a análise. O espírito decompõe nos elementos, depois reúne-os e reconstrói a imagem.

Considerando as diversas espécies de imagens, temos:

- as da contemplação: ideias, imagens (imagem — termo latino: corresponde a ideia, grego)
- as da meditação: juízos, noções ou pensamentos.

Imagem não é a noção, o juízo: que são formados no órgão da meditação.

A contemplação forma imagens especiais, simples: são as fornecidas pelos sentidos: cor, elasticidade, etc.

As imagens complexas são formadas reunindo a série das impressões que recebemos a cada instante; ao mesmo tempo, a impressão dos objetos que nos rodeiam, e combinam-se, e formamos uma imagem empírica, diretamente recebida do M. Mas, uma vez chegada a imagem lá, aos gânglios cerebrais, a atividade própria deles faz com que surjam imagens diferentes da que a observação d o objeto nos despertou. Assim: contemplamos um peixe e uma ave; temos uma imagem empírica. Separamos a cabeça do peixe, e combinamos a cabeça do peixe com o corpo da ave. Essa segunda imagem não é mais empírica: é uma produção cerebral, e pode ser suscetível de objetivação ou não: a máquina a vapor surgiu assim, e foi suscetível de objetivação, pudemos fazer. — Seja como for, distinguimos esses dois casos: empirismo que é o reflexo brutal (?) do que o M. nos dá; imagem teórica é a construção de

tipos que podem ser reais ou não. — Em virtude da lei do exercício, tendemos a reproduzir o modo de exercício de um órgão; sendo assim, há uma agitação na contemplação, produzindo, já as imagens empíricas, já as combinações dessas imagens, mais ou menos empíricas, mais ou menos fantásticas. — Essas imagens complexas representam sempre grupos de fenômenos. — Pela contemplação temos, apanhamos, ou, grupos de fenômenos em um mesmo ser, ou grupos de fenômenos em diversos seres. — Como se faz essa aproximação? Pelo conjunto do espetáculo exterior, sem a meditação: a meditação não entra. Estamos fazendo aqui uma análise do trabalho cerebral mental...: mas isso é por abstração, porque quem pensa é o animal inteiro, por meio daquele órgão; mas, quando fazemos o exame das diversas funções, abstraímos do resto do animal, imaginamos a função como se estivesse isolada, mas tudo é solidário no organismo humano. Quando dizemos — o cérebro adora — a sinergia se faz pelo órgão que adora, e tudo é solidário. — Órgão é palavra de origem grega, que corresponde à latina instrumento.

Nestas condições, imaginemos que vemos vários grupos de animais que correm todos para um certo mesmo ponto, e que se reúnem todos num grupo (grupo que o exterior nos fornece): é o que se chama soma, na linguagem matemática. — Se vemos que de um grupo se destacam certos seres..., temos ainda um resultado na numeração... — Multiplicação — Se vemos uma árvore que se esgalha, um rio que se bifurca, etc., temos a noção do que se chama divisão. — Essas relações todas, a contemplação concreta nos fornece, ao mesmo tempo que nos dá a ideia dos seres.

Além disso, o mesmo objeto em posições diferentes nos dá imagens, impressões, diferentes.

Em todos esses casos, sempre partimos de várias imagens, e o resultado final são também imagens.

A contemplação, pois, não, nunca, é completamente passiva: ela combina as impressões, o conjunto de imagens, exteriores, com as imagens que já temos dentro de nós.

Portanto se vê que, combinando essas imagens, o órgão da contemplação pode formar seres que não correspondam fora de nós a coisa nenhuma.

Entre essa parte, o estado extremo da contemplação, e a meditação, vai haver só uma questão de grau: porque a medit. só combina imagens fornecidas pela contemp., vai apenas combinar essas imagens, vai escolher: a medit. pode julgar da conveniência ou não desses tipos, ao passo que a cont. os reúne a ermo.

3. Das imagens construídas pela meditação.

Vejamos como a med. reúne as diversas imagens oferecidas pela cont., para formar os verdadeiros juízos.

É preciso, antes de prosseguir, recordar que essas combinações que a cont. faz podem ser resultado já da própria atividade da cont., ou das imagens resultantes do sentimento. O indivíduo que está com medo vê os maiores fantasmas...

Além disso, temos que contar com a reação dos órgãos da linguagem, que estão ligados aos órgãos da atividade. Sem a atividade de todo o cérebro, não podemos imaginar a inteligência...

Consideremos o aparelho da medit. Como se exerce? Como reúne as imagens? apanha as relações entre as imagens, e forma novas imagens?

Há dois processos fundamentais, caracterizados pelos nomes: indução e dedução. — Pela indução, o animal reúne as diversas imagens, e apanha o que há de constante no meio do que varia. Pela dedução, o animal apanha a ligação que existe entre dois conceitos, ou duas imagens: não só entre imagens, mas também leis; apanha que essas diversas imagens, casos particulares se tiram, procedem, de uma outra imagem geral, entram todas no caso geral. — Pela indução, apanhamos as leis, estabelecemos os princípios fundamentais, generalizamos; pela dedução, tiramos um princípio de um outro, tiramos as consequências, coordenamos. 1º comparação, 2º hierarquização. A indução é fatalmente analítica; a dedução pode ser analítica e sintética. — Tomemos dois exemplos, um em matemática, de ind. e ded., para esclarecer. — Todo mundo sabe que o caminho mais curto entre dois pontos é a linha reta. É pela experiência que sabemos isto, é um fato de indução: comparamos as linhas, e vemos que a menor é a l. r. (Linha reta: todo corpo tem uma certa grossura...: um fio distendido, menor que uma teia de aranha, temos ideia de uma linha reta.) Outro: sabemos que se considerarmos uma l. r., e imaginarmos um ponto fora da l.r., o caminho mais curto do ponto à l.r. é a perpendicular. (Perpendicular: forma ângulos iguais, não cai para um lado nem para outro. Por indução poderíamos saber, por que tirando várias linhas podemos compará-las e reconhecer...). Agora, o trabalho de ded. consistiria em mostrar que a segunda propriedade é uma consequência apenas da primeira: quem souber a 1ª não precisa consultar o exterior para saber a 2ª. Como se consegue? Fazendo uma construção: imaginando a l. perpend. fazendo parte de uma figura tal que faça recair o 2º fato no 1º. Imaginemos uma l.r. horizontal. Tiremos do p. uma perp., e prolonguemos para baixo, de igual porção, e unamos as extremidades a um p. da horiz.: é fácil de ver que os dois triângulos formados são iguais: reconhece-se isto dobrando os triângulos. Se a fig. se desdobrasse, eles... Ora, abstraindo da horiz., temos um triang. só, no qual... Pois a ac é igual a a'c, e ab é igual a a'b... O caminho

mais curto de ponto a ponto entre dois pontos é a l.r.: logo, a perp. e o seu prolongamento, que é reta, é mais curta do que a quebrada formada pela oblíqua e seu prolongamento; logo, a metade desta será maior do que a metade da outra, isto é, da perpendicular... Não precisamos mais consultar o exterior: é um ex., trabalho, de dedução. Mas isto é um caso fácil. A ded. nem sempre é tão fácil; mas, em todos os casos consiste em fazer entrar uma lei noutra, de um princípio tirar outro. É vendo a série de deduções que a H. tem feito, que podemos apanhar o que é ded. Assim, Kepler descobriu três leis; Newton tirou delas uma, que as explica: fez uma ded. A ded. em matemática também se faz por absurdo...: foi assim que Arquimedes achou a relação entre a área da esfera e o círculo máximo. ...Consiste em sentir que há contradição no contrário: demonstração por absurdo... Na ded. por absurdo, a razão fica como que esmagada: vê-se que não podia ser outra coisa, mas não apanhamos a filiação. Essa argumentação por absurdo pode ser exata, precisa, em matemática, porque lá só comparamos a extensão, grandezas: e enumeração dos casos possíveis é pequena...: uma só pode ser igual, maior ou menor que a outra; mas, à medida que os fenômenos se complicam, é difícil, porque não podemos enumerar todos os casos. Ex.: vêm nos dizer que um amigo nosso, que conhecemos, e sabemos que é honesto, roubou, e dizemos - não roubou -: é uma ded. que fazemos. Não é só em ciência que a ded. se faz: o artista que pinta um tipo, se tem conhecimento da natureza humana ele respeita a harmonia (?), ele não vai pintar um homem honesto por um ladrão. Hoje, na arte moderna, é que vemos uma ação generosa praticada por um avarento, etc. Quanto mais ponderada é a situação da inteligência, tanto mais... Temos um ex. histórico: Danton. Foi vítima de muitas calúnias; pois bem, A. Comte, antes dos estudos serem feitos sobre ele, antes dessas calúnias terem sido destruídas com documentos, já as tinha repelido... pela própria frase decisiva de Danton no tribunal revolucionário: um homem igual a mim não se vende. Eu sou um homem impagável.

Pela ind., a inteligência estabelece os princípios; e pela ded. estabelece as consequências. A ind. forma grupos; a ded. forma hierarquias. A ind. e a ded. são tão diferentes que A. Comte deu no cérebro dois órgãos, sendo o mais eminente o da ded.

Mas há ainda uma terceira forma do trabalho mental, que Augusto Comte destacou mais tarde: é a construção - dizendo: induzir para deduzir, a fim de construir. A ind. põe os princípios; a ded. coordena; a constr. cria. — A constr. consiste na instituição dos tipos destinados a representar a realidade. Não é uma operação distinta da ded. — Ora é a ind., ora a ded. que prevalece. — Nos domínios inferiores, a ded. fica subordinada à ind. ... Na situação definitiva, a inteligência deve construir um mundo ideal, baseado na realidade, e com o grau de aproximação de acordo com as necessidades... Isto obriga a entrar num certo

número de detalhes, que exigem diversas construções, conhecimentos. Assim, na arquitetura, na escultura: um Miguel Angelo projeta um templo: há a imagem total, mas essa imagem total exige uma série de deduções para formar as diversas imagens parciais: a cúpula, etc. ele imagina uma certa cúpula, e tem de ver as diversas partes, mas todas convergindo para um fim comum: era preciso fazer em pedaços, mas cada aduela é uma certa peça, ... Pois bem, para qualquer dessas construções, entra a ind. como a ded. transcendente. Para isto, é preciso reunir todos os materiais fornecidos pelas ciências. A ciência é um mundo ideal, destinado a representar... Outro ex.: na lei da queda dos corpos. Como Galileu descobriu isso? Foi uma ded. Ele não descobriu logo como o enunciado...: fez uma série de deduções... Deixou o corpo cair num plano inclinado, e viu os tempos. formou uma série representando os tempos 1, 2, 3, 4, 5, ... O espaço percorrido era representado por uma série de números ímpares 1,3,5, etc. e tinha uma progressão... A ind. de física ficou reduzida a uma ded. da matemática.

Portanto, a constr. não corresponde a um órgão cerebral distinto: consiste na combinação do órgão da bondade com o da a ded., pois o tipo não pode ser nunca construído sem a intervenção do sentimento.

Portanto, o que distingue a meditação, indutiva ou dedutiva, da contemplação, é que a cont. pode formar, forma, imagens complexas, mas ou formadas a ermo, ou representa as fornecidas pelo exterior: ou pela simultaneidade das impressões; mas a medit. é quem decide da conveniência ou inconveniência dos agrupamentos, dos tipos, das imagens, fornecidas pela cont. — Não temos tempo agora para mostrar a análise metafísica feita antes de Gall e A. Comte. — A imaginação... A idealização é a representação da realidade de maneira a corresponder aos nossos instintos de aperfeiçoamento. A situação histórica é quem decide se o grande homem vai ser filósofo, poeta, ou cientista. Se a situação é idealizável, surge um Dante. Se a síntese está esboroada, não podemos idealizá-la, surge a necessidade de preparar os elementos para uma nova síntese, novas hipóteses: é filosófico, temos os Aristóteles: um podia ser o outro. Outras vezes trata-se de...: foi o destino de um Arquimedes, de um Apolônio.

Quantos às faculdades metafísicas de juízo, memória, imaginação, resultam da combinação da contempl. com a medit.: são verdadeiros raciocínios.

4. Da eficácia lógica do sentimento. Teoria da associação das ideias.

Para fazer essas construções, essas ligações, quer por ind., por ded., ou constr., a inteligência emprega três meios...

Toda impressão produz sensação, emoção e movimento. — Um mesmo sentimento desperta uma série de imagens: cada imagem vai despertar uma série de sentimentos, e assim por diante; além disso há as impressões exteriores: é uma balbúrdia imensa, e tanto maior quanto mais egoísta for o ente. — É preciso o sentimento para ligar imagens: se duas imagens estão ligadas ao mesmo sentimento, este tende a reuni-las; mas é a medit. que aprecia a conveniência ou não dessa ligação. A. Comte dizia: a inteligência deve ser o ministro do coração, mas não o seu escravo.

O trabalho intelectual não é aquele para que o cérebro está mais votado: mesmo aqueles que têm uma grande força de medit., aptidão especial, precisam de uma solicitação do sentimento: toda med. é impossível sem a atenção; e atenção quer dizer convergência da inteligência para um certo ponto; para isso é preciso um estímulo, que é fornecido pelo sentimento: e é preciso que o caráter venha apoiá-lo: de maneira que em todo trabalho intelectual é necessário todo o cérebro: a medit. e a cont. entregues a si nada fariam.

Cumpre decompor a lógica dos sentimentos em lógica altruísta e egoísta. — O egoísmo estimula o altruísmo; mas fazendo sair da realidade, abandonar os outros, ou afastar-se deles: o altruísmo nos aproxima mais das condições reais.

Essa combinação das imagens pelo sentimento, essa lógica do sentimento, é a lógica fundamental, popular: o que fez Vauvenargues dizer que os grandes pensamentos vêm do coração. E, se para apanhar os pensamentos é preciso coração, para compreendê-los também é preciso coração. Se o indivíduo não tem ardor social, não pode sentir a verdade das... demonstrações que vão de encontro ao seu egoísmo.

Essa lógica é a lógica feminina; é a ela que se devem as maiores descobertas morais; a ela se devem não só os primeiros apanhados das inteligências vulgares, mas ainda as grandes, digo, os dos grandes gênios.

Mas não é facultativa: não estamos alegres quando queremos, etc.; e não tem uma variedade satisfatória. — O número de noções é muito maior do que o número de sentimentos. Para cada sentimento há muitas imagens, correspondem muitas imagens. — É preciso, pois, um meio complementar: é a lógica das imagens...

5. Da eficácia lógica das imagens.

As imagens tendem a combinar-se espontaneamente. Toda imagem, espontânea ou artificial, está ligada a outras imagens... Em virtude disso, as imagens que uma vez entraram no cérebro simultaneamente tendem a surgir simultaneamente.

Mas a essas estão ligadas outras, ... elas despertam o sentimento, e estes despertam outras imagens a eles ligadas... Como as imagens estão ligadas aos sentimentos, a combinação das imagens...

Combinando a lógica dos sentimentos com a das imagens, daremos àquela o que lhe falta: fica mais facultativa: a imagem é mais facultativa do que o sentimento: assim: se estamos tristes, podemos modificar esse estado vendo um quadro alegre, etc.: por outro lado, as imagens são mais numerosas. E, quando se trata de indução, é o que se precisa, é o que convém: a lógica das imagens. — Mas ela não basta suficientemente para satisfazer as exigências do espírito: não é ainda suficientemente rápida, nem numerosa.

6. Da eficácia lógica do sinal.

Recorremos ao terceiro meio lógico, o sinal artificial: é a lógica dos sinais.

normalmente pela imagem que o sinal se liga no sentimento.

A combinação deles se faz rapidamente. Na ded., eles prevalecem. Quando se precisa ser mais rápido, serve-se do sinal: é a imagem reduzida.

Pela... a inteligência se serve da ind.; pelas... serve-se da atividade. A medit. se serve do órgão da expressão, por meio dos movimentos .... o caráter. De sorte que na medit. há uma verdadeira sinergia cerebral. Na medit. não nos servimos só dos órgãos da inteligência. As concepções trazem o cunho das qualidades pessoais: vendo as obras dos grandes homens, julgamos das suas qualidades afetivas e de caráter. A. Comte dizia que as qualidades práticas tinham influído muito nas descobertas de um Kepler, de um Gall, de um Broussais, etc.

7. Pois bem, vamos tratar agora -da imagem normal.

Pois bem, com todos estes elementos de que a medit. lança mão, é que ela consegue instituir as imagens complexas, de modo a nos representar o M. com o grau de aproximação exigido pelas nossas necessidades...

Essa construção seria impossível se todas as imagens tivessem a mesma intensidade, se não houvesse uma certa hierarquia na agitação cerebral. — Agora, cada imagem...

Imagem normal é a que corresponde à hip. mais simples... Ela pode se reconhecer empiricamente: assim, se temos vários retratos de nossa Mãe, damos preferência a um, que então é o normal, e decidimos da objetivação delas graças a essa lei...

Graças a essa lei-Mãe, podemos introduzir uma hierarquia entre as imagens....

A H. introduziu um sinal para representar esse estado normal. O sinal dá fixidez à imagem móvel, ao fenômeno. Assim: o verde: o sinal é um só, mas há muitas nuanças, há imagens variadas de verde: verde claro, verde primavera, etc. A nossa medit. se faz por meio de imagens descontínuas; quem estabelece a ligação é o pensamento: um bordado é descontínuo, não há meio de passar de uma nuança para outra sem descontinuidade, sem que se percebe, o nosso pensamento é que faz a gradação. — Essa imagem normal é que fica gravada no nosso cérebro (verde). — Quando vemos um retrato, uns acham muito parecido, outros dizem que não: é que a impressão que recolhe é diferente da que tem na cabeça: para ele não é a imagem normal, que representa a hip. mais simples, etc. — Esse tipo normal é que se... na nossa cabeça, e se torna o rep. da nossa linguagem. — Quando se diz: minha Mãe- não pensamos na nossa Mãe..., é uma imagem habitual, ...: ou nos lembramos da imagem d'Ela no dia em que estamos falando...: em geral guardamos a última, a da morte: se morreu moça, é moça sempre, se velha, é velha sempre. Se pensamos na nossa infância, então vemos a nossa Mãe mais moça, mas não é a imagem normal, é acessória...

Para cada objeto, cada relação, a H. dá um só sinal. Um discurso, segundo Hobbes, é uma série de marcos colocados pelo caminho: o pensamento é que estabelece a ligação.

As imagens, ideias, normais, não são formuladas pela coletividade, mas por um certo tipo eminente.

II
CONCEPÇÃO DA 6ª LEI UNIVERSAL

1. Alcance da lei. Sua verificação.

Vejamos alguns fatos que mostram a necessidade desta lei.

É só ela quem acaba de definir a subordinação do homem ao M., do interior ao exterior. Para compreender como essa subordinação se opera, precisamos ver ainda o alcance completo da lei.

(I, 7, 2º) Para que haja harmonia mental, não basta que prepondere a imagem normal de cada objeto, que cada objeto seja representado pela imagem normal, que a rep. (respeito) de cada... ente prepondere o tipo instituído pela lei-Mãe, isto é... uma imagem normal; é preciso ainda que haja no cérebro uma imagem preponderante, em torno da qual tudo, todas as outras, se coordenem. Quando isso não se dá, há o estado de incoerência, que é também um dos pródromos da loucura. A. Comte diz que desde o XIV século a sociedade está.... que a revolução moderna representa um estado de delírio crônico: Uma das coisas mais comuns é

a incoerência nas opiniões dos indivíduos, e isso porque não há uma imagem normal preponderante. — O problema da harmonia mental seria impossível, ficaria sem solução, se não houvesse: 1º a preponderância da imagem normal de cada tipo; 2º a preponderância da que tem de coordenar todas as outras.

O Espaço é apto para nos representar essas duas circunstâncias. Representa a 1ª lei porque ele é semelhante ao nosso ar: se fôssemos peixes...: porém, a imagem... que temos do Espaço é mais tênue que a impressão do nosso ar, e as imagens vistas no Espaço são mais tênues do que as dos corpos. — Mas o que domina é a imagem normal, é a ideia de fixidez, da placidez do Espaço. — Os tipos que nele surgem tendem a desaparecer... a apagar-se em nossa mente. Antes ele apresentava certas imagens: os deuses, etc. Agora nos evoca a da H. e da Terra.

2. Confirmação da lei.

Para mostrar como ela tende a prevalecer, (a imagem normal). Vejamos:

As imagens instituídas pela H. cada vez mais se aproximam da realidade, a hip. mais simples... tende a prevalecer, apesar de todas as resistências. — Foi assim que a H. passou do Fetichismo ao Politeísmo, ao Catolicismo, à Metaf., e, enfim, às construções, concepções, positivas, que tendem a prevalecer afinal, e sem nenhuma discussão, por substituição: as outras são afastadas desde... A imagem normal é sempre a mais simples, etc.: ela varia, portanto, com a idade do indivíduo e da Espécie, segundo os dados... A imagem normal da Terra para Hiparco não era a mesma que para Kepler ou Copérnico. — Mesmo as imagens normais que nos dizem respeito, mais particularmente, variam também: as ideias que as senhoras antigas, e os próprios poetas, tinham das relações que ligam uma Mãe a seu filho, não são as que um selvagem tem, uma romana, etc., nem as que hoje uma Mãe tem; as afeições de uma mulher de hoje não são as de uma espartana, etc.: os sentimentos são sempre os mesmos três, mas a combinação é que muda...

3. Outra confirmação.

A tendência da medit. a corrigir a ilusão e a alucinação, que se dão na contemplação ou nos gânglios, órgãos de percepção. — Enquanto a medit. pode corrigir, estamos em estado de equilíbrio cerebral, de razão; no caso de loucura não podemos.

4. Outro ex. que mostra a tendência da imagem normal a preponderar.

Os reformadores, que personificam a H., que os institui para resolverem os grandes problemas que Ela põe, para construírem as imagens normais, acabam por prevalecer, isto é, as ideias que eles representam. Assim, o dogma do movimento da Terra acabou por

prevalecer, porque ele é que representa a imagem normal, de acordo com os dados que a H. acabou fatalmente por adquirir.

5. Outra confirmação.

Isto se dá também no delírio e no sonho: quando sonhamos, sabemos que há verdadeiras surpresas quando as imagens normais sofrem alterações morais ou físicas, se se dá uma incoerência física ou moral. Assim, se em sonho vemos uma pessoa cega, quando ela não o é, sofremos uma surpresa, e esse abalo pode nos fazer acordar. A imagem normal que temos de um indivíduo bom, corajoso, etc., faz que mesmo no sonho tenhamos emoção análoga à que teríamos se estivéssemos acordados e víssemos essa pessoa praticando covardia ou vileza.

6. Enfim, uma outra circunstância patenteada pelas perturbações cerebrais.

Nos casos de loucura, as imagens normais são afetadas mais ou menos, conforme... Quanto mais se referem ao M., tanto menos depressa se alteram. No D. Quixote, vemos que as ideias numéricas são as últimas a serem alteradas. As concepções geométricas só se perturbam depois das mecânicas, etc. Enquanto o indivíduo tem essas perversões..., desde que o aparelho da medit. pode retificar os desvios, ele não está doido...

7. Aberrações patológicas: incoerência; reações sociais da incoerência mental: materialismo e espiritualismo.

Por último, devo assinalar, como uma manifestação de aberração patológica, as duas tendências da metafísica moderna: materialismo e espiritualismo, as duas reações sociais da incoerência.

Considerado filosoficamente, o materialismo consiste, não é no fato de admitir que não haja propriedade sem substância: isso não caracteriza: e sim é admitir que as propriedades de todos os corpos, substâncias, são as propriedades das substâncias inferiores, são as de ordem inferior: da mesma forma que não basta não acreditar em Deus para ser positivista. O materialismo cartesiano reduziu tudo a número e...: "com extensão e movimento, dizia ele, faremos o M.". A observação científica fez entrar novos elementos. Depois que a descoberta de Newton fez entrar com a noção de massa, a tendência moderna é explicar todas as propriedades, fenômenos, pelas inferiores: extensão, movimento e massa: assim, o calor é movimento, a luz, a eletricidade, é o resultado das vibrações do éter. (O éter é um artifício lógico que absorve mais tratados do que as ciências reais). — Desta maneira, o materialismo tende a explicar os fenômenos de ordem superior pelos de ordem inferior: na física, reduz

tudo a movimento... Entretanto, cada vez mais se sente a tendência a prestar atenção, a necessidade de atender, aos fenômenos próprios, por não termos meio de reconhecer senão pelos sentidos se é calor ou luz...: Devemos nos cingir aos fenômenos como eles são, nos cingir à observação deles..., conforme as suas leis próprias. Na química, os fenômenos de composição e decomp. eram explicados pela gravitação planetária. Bertholet começa dizendo... Os fenômenos da biologia... Na biologia vão até a formular esta frase: o pensamento é para o cérebro o que a bílis é para o fígado. — Num cérebro que está trabalhando, há composições e decomp.: mas as propriedades do trabalho variam com as propriedades especiais do organismo: é preciso entrar com os fatos e as leis próprias. — O materialismo consiste, pois, na pretensão de explicar os fenômenos de ordem superior pelos de ordem inferior. Isto dá em resultado a incoerência. Todos os químicos metafísicos continuam a sustentar que a matéria é uma só: e, entretanto, a ciência química verifica, se descobrem, cada dia corpos diferentes, novos corpos simples.

— O espiritualista é o inverso: pretendem que os fenômenos de ordem superior são independentes dos de ordem inferior. Pretendem reduzir os fenômenos superiores aos inferiores...: consideram os fenômenos superiores separados dos inferiores. Admitem leis naturais no domínio inorgânico, e mesmo até biologia; mas os pensamentos, os fenômenos morais, não estão sujeitos a elas. Para mostrar aos metafísicos que isto não é verdade, para provar que há subordinação dos superiores aos inferiores, bastava mandá-lo continuar de cabeça para baixo o raciocínio anterior.

A realidade é a combinação dos dois. O materialismo é o exagero de uma proposição verdadeira: pois os fenômenos superiores repousam de fato são subordinados aos inferiores. E o espiritualismo também é uma exageração de uma observação verdadeira: é que cada categoria de fenômenos tem suas leis próprias. Foi o que o Poz. fez, instituindo a hierarquia dos fenômenos.

III

Esboço da teoria da harmonia mental.

1. Duplo ponto de vista, estático e dinâmico, da harmonia mental — unidade, continuidade.

2. O conjunto das três leis define as condições estáticas da unidade mental.

Sendo assim, estas três leis definem as condições estáticas do entendimento: são bastantes, porque explicam todas as condições do equilíbrio mental, cerebral.

A 1ª subordina todos os estados mentais, o organismo, ao meio. — A 2ª distingue o caso normal do anormal, quanto ao meio de empregar os materiais fornecidos pelo meio. Dá a proporção do objetivo e do subjetivo. O exterior predomina sobre o interior no estado normal. — A 3ª acaba de especificar esta dependência, estabelecendo a hierarquia das imagens, dando a preponderância à imagem normal, isto é, ... a hierarquização das imagens interiores. No § 3 vamos ver a impossib. da unidade mental fora da unid. relig.

3. Cada ser, cada fenômeno, tem um certo tipo..., e depois vemos a relação constante entre esses tipos... Forma-se a unidade mental.

Mas a unidade só pode existir no p. de v. religioso. (Religião quer dizer coordenação total da existência humana: pensamentos, sentimentos e atos). — No trabalho mental existe uma verdadeira sinergia cerebral: influem os aparelhos intelectuais, as nossas afeições, e o caráter. — É a unidade cerebral toda... É o equilíbrio de todas as funções...

4. Insuficiência do p. de v. estático para constituir a harmonia mental: continuidade religiosa.

Essa unidade religiosa não pode ser concebida só no p. de v. estático, e só pode ser concebida completamente quando nos pusermos no p. de v. dinâmico. — É como S. Paulo dizia: quando eu era criança, pensava como criança, depois... Quando uma criança raciocina, é com o raciocínio próprio dela: na criança há excesso de subjetivismo, mas é a hip. mais simples de acordo com a sua situação. Vai depois recebendo novos dados, ela vai complicando as suas hipóteses. A educação deve acompanhar esse desenvolvimento, sem procurar ir mais depressa do que ela, nem mudar o arranjo: não deve acelerar a marcha da inteligência infantil. — Conseguido o equilíbrio cerebral, ele é suscetível de desenvolvimento. A harmonia cerebral exige a harmonia estática e o desenvolvimento... A construção dinâmica, segundo a formula o Poz., é o desenvolvimento da ordem, e.... Para conceber esse desenvolvimento, precisamos voltar para trás. Inverter a posição... A ordem está adiante de nós, o estado normal é o Futuro, a ideia de ordem é o F.; este F. não podia ser previsto, pressentido, sem ter visto um certo número de casos anteriores: é o mesmo que se dá em astronomia... — O estado normal do indivíduo só pode ser previsto depois de estudarmos... A unidade não pode ser definida no p. de v. individual: só pode ser concebida no estado coletivo. — Segundo Pascal, a H. é um homem que aprende sempre. Dizem que nós somos novos: é um engano, os velhos somos nós, em relação ao Passado, a infância da H. ficou atrás. — A unidade tem que ser social... — É preciso que (haja imagens normais predominantes?), é preciso uma imagem coordenadora de tudo; mas essas imagens, quem (define?) são as positivistas... A

imagem que vai prevalecer é a da H., da T., e do E. — A criança começa vendo a H. na sua Família, sob a forma de sua Mãe; a T. na Casa; e o E. no Céu. — A H. não concebeu esses casos, a si mesma, a T, e o E., desde o princípio, definitivamente: foi à medida que os dados foram aumentando. Para que Ela chegasse às imagens finais, foi preciso todo o desenvolvimento do sentimento, da inteligência, e da atividade. — Porque Hiparco não fez as descobertas que Kepler fez? A sociologia, porque só pôde surgir depois da Rev. Francesa? — Vemos que depende da evolução afetiva e prática, de um acúmulo de materiais. — O estudo, a teoria, mental, não pode ser considerado, julgado, só no p. de v. estático, sem as considerações dinâmicas, necessárias no p. de v. social e no individual.

5. A verdade social, a Fé, é uma coisa relativa...

As concepções teriam, até chegarmos à fé definitiva, que só será... Desde que a Fé positiva seja aceita, ela terá só que se desenvolver...

6. Em relação ao indivíduo, a razão humana, a razão individual, enfim, pode apresentar três casos: ou normal ou de razão, a loucura, e o idiotismo.

Quem decide é a situação social: em certas condições, o indivíduo não pode dizer que o outro está doido... Fato no tempo da monarquia: um doutor em matemática, depois de ter chegado ao estado metafísico, ficou protestante, acreditou que tinha tido uma revelação. Oficialmente, para o Estado, não estava doido..., mas para os outros estava. Nós, positivistas, sustentamos que o Governo não pode intervir senão quando o indivíduo pratica um ato reputado crime: vai ser julgado para se ver se tem responsabilidade ou não, e ser mandado para o hospício ou para a cadeia... Deus, a Constituição aceitava: nos assuntos matemáticos, ele raciocinava perfeitamente: o médico que o examinou saiu dali sem poder dizer se ele estava doido ou não. Um Lutero, era então um doido, porque foi protestante? Não, porque ele estava na mentalidade do seu tempo. — Se tomarmos um africano, encontramos o fetichismo: direi que o africano, que acredita nos feitiços, está doido? Não, está de acordo com a sua situação, época. — O que caracterizava a loucura, no caso do Doutor, era o fato do indivíduo já ter transposto o período teológico, ser metafísico, e passar para o teológico. — Sem o p. de v. relativo, não podemos nos dar conta dessas... estados. — O relativismo... Tanto na Fé social, como na razão individual, devemos atender à época... — O critério para julgar da razão é julgar do indivíduo pela Espécie, e esta pelas condições em que a Sociedade se acha, isto é, pela Fé coletiva...

7. Conclusão: subordinação da razão individual à Fé coletiva. Unidade e continuidade.

O resumo de tudo isto é que o estado de harmonia cerebral, o equilíbrio social, ... supõem a subordinação contínua da nossa razão à Fé coletiva; agora, a Fé coletiva passou por diversos estados: e isso nos dá a ligação desta lição com a futura, das leis estáticas com as dinâmicas.

ENSINO POSITIVISTA

EXPOSIÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

FILOSOFIA PRIMEIRA

9ª LIÇÃO

Apreciação da 7ª lei universal: todas as nossas concepções passam por três estados, fictício, abstrato, e positivo, com uma velocidade proporcionada à generalidade, tanto objetiva como subjetiva dos fenômenos correspondentes.

I

Concepção geral das leis dinâmicas da inteligência.

1. Relação das leis dinâmicas para com as leis estáticas.

(9 de César de 120 - 30 de Abril de 1908). 1ª lei dinâmica do entendimento: 7ª lei universal.

Entramos hoje no estudo das leis dinâmicas do entendimento. Elas são três, e formam o 2º subgrupo do 2º grupo. — Só a 1ª diz respeito diretamente à inteligência; as outras se referem à atividade e ao sentimento; mas, como todo trabalho mental exige o concurso da atividade e do sentimento, a sinergia cerebral, não podemos dar a teoria da inteligência sem dar, sem ter, as reações deles: daí uma progressão das três leis.

O conjunto dos nossos estudos estáticos, das leis estáticas, da inteligência, que definiram as condições da unidade pessoal, e mostraram a sua relação com a unidade geral ou religiosa, conduzem a reconhecer que o estado normal é caracterizado pela convergência de todos os órgãos cerebrais para a instituição e preponderância de uma imagem normal. De sorte que o estado normal é definido pela unidade mental, que não se pode obter sem a unidade, o concurso das unidades, de sentimento e de atividade..., que é, enfim, a unidade religiosa. ... Não há síntese parcial. — O estado normal estático define assim o estado de unidade. — Esse estado constitui o que se chama limite ou tipo. — É o termo do qual os indivíduos, como a Espécie nas suas fases, estados, de desenvolvimento, se aproximam mais ou menos sem nunca o atingirem completamente. — À medida que o indivíduo cresce ou a Espécie, a unidade vai ficando mais complexa, mas também mais completa, se aproximando cada vez mais do limite.

As leis dinâmicas vão nos dar a série de transformações por que passa o equilíbrio cerebral de maneira a aproximar-se cada vez mais desse estado final de unidade: dão a série das aproximações: é o que se chama evolução. — Essa unidade não representa um estado fixo, absoluto...: pelo contrário, supõe uma série de gradações, de modificações. — Tomando a evolução peculiar do indivíduo ou da Espécie, temos uma verdadeira série de tipos de unidades, se aproximando cada vez mais do limite, do estado final...

Essa apreciação mostra que os casos humanos são um prolongamento da série biológica...

A apreciação desses diversos casos animais? mostra que os diversos estados de unidade são casos cada vez mais complexos, mas cada vez mais perfeitos... (Nos animais encontramos diversos estados, cada vez mais complexos...). — Na sociedade também. Quanto mais adiantada é a fase da evolução da Espécie ou do indivíduo, tanto mais complicada, e tanto mais completa se torna, é a unidade. A perfeição do tipo da unidade acompanha a complexidade.

A série social nos apresenta uma série de unidades sucessivas, cada vez mais próximas da unidade positiva; e a série biológica é uma série de unidades simultâneas, (na série biológica as unidades são cada vez mais complexas, porém simultâneas). A série social é, como dissemos, um prolongamento da biológica.

A teoria toda se resume em uma única lei que se traduz nesta fórmula: o homem se torna cada vez mais religioso.

Esse enunciado dá a lei sob todos os aspectos. É um resumo histórico, que supõe diversos aspectos parciais. Ela é apenas o resumo de uma série de esforços convergentes e particulares. — Mas não basta. É preciso tirar dela as consequências imediatas decompor essa lei nos três aspectos principais.

À vista da nossa natureza, são: evolução própria da inteligência; evolução da atividade; evolução própria do sentimento. — A unidade total religiosa, a lei de desenvolvimento religioso, desenvolve-se nestes três termos: o homem se torna cada vez mais sintético, mais sinérgico, e mais simpático, que se resumem na palavra religioso. — Essa coordenação mental, afetiva, e prática, é cada vez mais completa; se faz em torno da imagem normal da H., repousando na Terra, e envolvidas ambas pelo Espaço.

2. Número das leis dinâmicas (1ª redução do estudo dinâmico).

Isto posto, os elementos superiores da nossa natureza sendo três, parece que as leis que explicam a evolução da nossa espécie são, devem ser, em número de três; entretanto vê-se que não.

Examinando melhor, vê-se que o sentimento não tem comunicação direta com o exterior: só se comunica com o exterior através, por meio, da inteligência e da atividade; por isso, não oferece nenhuma lei própria. As modificações sociais do sentimento só se dão pelas reações da inteligência e da atividade.

Assim, a lei, a evolução, do sentimento resulta das reações das leis da inteligência e da atividade, que proporcionam as condições para tornar-se o homem cada vez mais simpático.

Se o estado prático e intelectual fosse inteiramente fixo, não apanharíamos nenhuma lei de evolução do sentimento; só apanharíamos as mudanças irregulares provenientes das reações das vísceras sobre os sentimentos, (e propriamente sobre os mais grosseiros, porque os outros não estão em relação direta com os órgãos viscerais). Os motores afetivos não têm nenhuma relação direta com o exterior...; essas reações das vísceras anulam-se nos diversos indivíduos, e não têm, por isso, nenhuma influência na vida social; portanto o sentimento, essa parte mais enérgica do aparelho cerebral, não apresenta nenhuma lei direta, própria, especial. Mas como o sentimento está ligado ao resto do cérebro, sofre as influências da atividade e da inteligência, havemos de medir a importância dos progressos intelectuais e práticos pelas reações correspondentes no nosso progresso afetivo. Todos os progressos intelectuais e práticos que não redundarem em progresso afetivo ou são ociosos, ou provisórios, ou prejudiciais. — Assim se vê o contraste entre os órgãos cerebrais: a mais poderosa não suscita lei alguma distinta; entre as outras duas, a mais fraca é que exige mais que se aprecie a sua marcha própria.

3. Explicação da preponderância da lei mental, na apreciação da evolução social.

Comparando agora a inteligência e a atividade, ambas têm o mesmo destino, campo, exterior: a ordem universal, que a inteligência se propõe conhecer, e a atividade modificar.

Delas, a inteligência é a mais fraca; a atividade intelectual tem uma certa espontaneidade, todo órgão tem uma certa espontaneidade, precisamos por isso considerá-lo no estado ativo e passivo; mas a dela é muito pequena: ela nunca trabalha sem o estímulo dos pendores, egoístas ou altruístas.

Mas os nossos pendores não influem diretamente sobre a inteligência, influem primeiro sobre a atividade, conforme o verso de A. Comte para traduzir a harmonia cerebral: agir por

afeição, e pensar para agir. — O primeiro hemistíquio exprime a espontaneidade: o sentimento leva a agir, a emoção, o desejo leva ao ato; mas a experiência mostra a necessidade da reflexão, nos leva a refletir antes de prosseguir na ação: precisamos de reflexão para agir, e a segunda parte exprime isso. — A inteligência é ministro da atividade determinada pelo sentimento, mas não o seu escravo.

Todo trabalho mental é suscitado e mantido pelas necessidades práticas, é das necessidades práticas que lhe vem a energia necessária para o seu próprio exercício.

Por isso também nunca a inteligência trabalha no p. de v. proclamado pelo mundo acadêmico: nunca se procurou conhecer nada só por conhecer, ou, pelo lado estético, idealizar por idealizar, etc. A energia intelectual não dá para isso. A inteligência por si só não trabalha; o que não quer dizer que não tenha uma atividade própria, mas é que essa atividade é muito fraca. Conhecemos o M. é para prever, e prever para prover: todo trabalho mental é solicitado pelas necessidades práticas. Quando a inteligência parece agir por si só, se supõe livre dos instintos altruístas, ela obedece ao egoísmo, é um instinto egoísta que está em ação: a vaidade, o orgulho, etc. Por isso, o aforismo da teocracia já dava ao trabalho intelectual uma destinação: para melhorar: conhece-te a fim de melhorar-te: conhecer, ou a nós mesmos, para melhorar, ou a nossa situação, o exterior.

Embora a inteligência sofra as reações da prática, ela reage sobre o exercício da atividade: 1º no p. de v. individual, fornecendo as noções que permitem conhecer as relações em que estamos para com o exterior; 2º no p. de v. social, mostrando que toda cooperação supõe duas condições: a) crenças, opiniões, e disposições, comuns; b) autoridades comuns. Todos sentem a necessidade dessa cooperação, e cooperam, no sentido do sentimento comum; mas é preciso que a inteligência forneça crenças comuns, indispensáveis, não só para a cooperação, mas para fazer surgir um órgão social, uma autoridade, para dirigir, presidir, essa cooperação.

É em virtude desse caráter indispensável que a inteligência parece preponderante no estudo social, toda cooperação se traduzindo afinal pela convergência das crenças. Toda cooperação só pode conseguir seus resultados mediante a instituição de crenças, dirigidas pelas autoridades que dirigem o concurso comum. O papel da inteligência é, pois, permitir conhecer e entender-se uns aos outros. A preponderância social da inteligência é apreciada em virtude dos, resulta da preponderância dos hábitos metafísicos, que fazem consistir a natureza humana no espírito unicamente. Mas essa apreciação transitória reside no papel que a inteligência tem na execução dos nossos desejos e.... Por isso, a marcha da evolução social

foi conduzida pela marcha da inteligência, e foi isso que levou Condorcet a tentar apanhar essa marcha, e dar a seu livro o título "Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano", apesar de tratar de tudo.

Mas, para não haver ilusão aqui, não devemos esquecer nunca que a inteligência não é espontânea, mas obedece ao sentimento e à atividade, às sugestões dos interesses práticos.

4. Objeto preponderante, e verdadeiro princípio da lei mental (2ª redução).

Isto posto, explicada essa preponderância aparente da lei mental, resta determinar qual o objeto próprio dela.

a) Vemos primeiramente que nos nossos pensamentos há a distinguir: pensamentos teóricos, pensamentos práticos.

A lei intelectual rege tudo, mas: a influência sobre os nossos conhecimentos práticos resulta dos conhecimentos teóricos, os práticos resultam das nossas concepções teóricas. Não quer dizer que a situação não tenda a modificar as nossas opiniões; mas quando há harmonia entre os conhecimentos práticos e os teóricos, como no Passado, no estado positivo, a apreciação da lei mental se concentra na apreciação dos pensamentos teóricos, o conhecimento intelectual concentra a lei no que diz respeito à teoria. Mas quando consideramos a evolução, as fases em que esses dois pontos de v. não estão combinados, temos que entrar em conta com as reações da prática sobre a teoria, como se dá no caso atual em que não há harmonia: assim, no período, no p. de v. teológico a teoria nos chama para o Céu e a prática para a Terra. As reações de uma sobre outra tinham de se fazer, de modo a modificar as hipóteses, de modo a pôr de acordo os conhecimentos teóricos com as exigências práticas. Seja como for, essas exigências práticas não podem ter influído senão como modificador da marcha fundamental que a inteligência teria, teve, que seguir. (Para que este acordo se realizasse, bastava só a inteligência seguir a sua marcha fundamental). Se a nossa situação cósmica permitisse que a nossa alimentação sólida fosse tão fácil como a líquida e a gasosa, a inteligência seguiria ainda a mesma marcha: e a apreciação que havemos de fazer então da modificação por que passaria a lei da inteligência, da evolução teórica, nos mostrará, porá em evidência, como as reações da atividade, dos conhecimentos práticos, sobre a inteligência, sobre os teóricos, não fazia senão modificar a marcha própria da inteligência segundo a lei da modificabilidade: a lei intelectual seria a mesma, somente não teria as perturbações que tem na lei que vamos considerar, na história.

Isto posto, consideremos a nossa atividade somente na marcha dos pensamentos teóricos.

b) Ainda aí na lei mental distinguimos três aspectos, indicados pela nossa constituição cerebral: as teorias relativas à inteligência têm de tomar em conta as relações dela com o moral e o físico, isto é, os órgãos do caráter:

teorias mentais propriamente ditas, relativas à inteligência
morais ou relativas ao sentimento
físicas ou práticas: órgãos do caráter: estas referem-se tanto, estão tão ligadas, ao nosso corpo como ao M. exterior.

Parece que a lei mental devia apreciar todas estas teorias..., que deviam haver tantas leis particulares...: mas há apenas uma lei da inteligência, de que as outras são aplicações... Se considerarmos só no p. de v. teórico, temos que considerar a doutrina... mental no que diz respeito à inteligência em si... Na apreciação que vamos fazer, temos que vamos de fato, abstrair das reações práticas, morais, e físicas, porque a lei própria da inteligência deve dominar essas duas. E essa lei propriamente teórica que temos que considerar... sob dois aspectos: 1º. Aprecia a variação por que passa a inteligência...: estuda a marcha necessária de nossas opiniões, qualquer que seja o assunto a que se aplique o nosso entendimento: dá a filiação dos diversos graus de unidade. 2º. Considera a ordem em que essa marcha das nossas concepções afete as diversas categorias de fenômenos; porque, sem esta 2ª parte, a lei ficaria incompleta, porque a passagem não se faz com a mesma facilidade em todas as categorias de fenômenos.

A verdadeira lei mental importa em duas: a 1ª é a lei da filiação; a 2ª é a lei da classificação.

Foram descobertas, (a da filiação), por A. Comte em 1822, aos 24 anos, depois de uma meditação prolongada. Ele descobriu primeiro a da filiação, e depois a da classificação; publicou-as: foram o objeto do opúsculo fundamental, em 1822. Deu em 1824 mais desenvolvimento. — A lei teve um enunciado um pouco diverso, (teológico, metafísico e positivo), do que prevaleceu afinal. Esse enunciado foi se aperfeiçoando. O enunciado que está na Fil. Primeira é o enunciado primitivo. A. Comte descobriu a lei indutivamente; mas nós vamos demonstrá-la dedutivamente.

A lei da evolução mental consiste em determinar como os modos, meios, de ligação dos fenômenos abs. se sucederão uns aos outros. Ela se refere especialmente à evolução dos pensamentos teóricos, como já dissemos.

O ponto de partida de A. Comte foi transportar para os, para o estudo dos fenômenos sociais, políticos, as mesmas disposições, o mesmo espírito científico, que havia para, com que se abordaram, os outros fenômenos. Nos fenômenos físicos, químicos, etc. já havia leis

naturais: já Bichat fundara a biologia, Gall a teoria positiva do cérebro, Broussais estendera até a moléstia...; a teologia e a metafísica apenas dominavam nos fenômenos políticos e morais: já se tinha substituído naquelas a noção de vontade, regendo o M., pela de lei; já havia penetrado por toda parte o estado positivo. Já se admitia que tudo quanto existia era em virtude de leis, regido por disposições imutáveis, que não se podiam explicar, mas que se aceitavam, cuja descoberta consistira em apanhar a constância no seio da variedade. A. Comte transportou esse espírito para o exame da evolução social; disse: a evolução histórica deve ter sido o resultado também de leis naturais, fatais; é nesse p. de v. que a história deve ser estudada; a vontade humana não deve ter intervindo aí como nos outros, senão como poder modificador, só pode ter afetado a intensidade, mudado os aspectos secundários: portanto devia ter leis... Considerando desde o berço o que há de comum, a história deixa de ser um caos. Examinando principalmente a transformação das opiniões através de toda a evolução social, o domínio da a história, Ele apanhou essa 7ª lei, que chamou lei dos três estados: todas as nossas concepções passam por três estados: fictício, abstrato e positivo. Segundo o primeiro enunciado, a lei convém à marcha histórica, mas não é sistemática: não precisamos de teologia nem de metafísica, mas da soma das duas. A 1ª forma explicava a marcha na história, mas não no Futuro nos indivíduos. — Mas ao mesmo tempo Ele viu que os três estados coexistiam na mesma geração e no mesmo indivíduo...: em vez de sucessivos, pareciam simultâneos: raciocinava-se teologicamente sobre uma categoria de fenômenos, e já positivamente noutra. Foi refletindo nisso que Ele descobriu a 2ª parte, a lei da classificação. A velocidade de passagem era tanto maior quanto mais simples os fenômenos, quanto mais gerais. E então Ele completou o enunciado da lei, dizendo: com uma velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes. — Esses três estados merecem ser examinados, para compreensão da lei, para se conhecer o caráter de cada um deles.

5. Apreciação da lei mental, quanto à participação que ela assegura aos métodos subjetivo e objetivo.

Mas, antes disso, devo chamar a vossa atenção para a apreciação dessa lei mental quanto aos aspectos do método positivo que o espírito segue, que ela fez prevalecer sucessivamente. Método é o caminho que o espírito humano segue para estabelecer as suas concepções. O método tem dois aspectos, há duas marchas, que são: 1º. A princípio, o homem explica o M. referindo tudo a si, é modelo para o M., transporta para o M. o que se passa em si — é o método subjetivo, (o sujeito é o ponto de partida). 2º. O homem explica o sujeito por meio dos fenômenos do M., parte da explicação exterior para a interior — é o método objetivo. — No princípio o método foi subjetivo, mas foi gradualmente modificado pelas reações

involuntárias do método objetivo: foram, esta é... as reações do M., do exterior, sobre o conjunto do nosso cérebro. O resultado é que as nossas concepções foram tomando cada vez mais em conta o exterior, foram se tornando cada vez mais objetivas. Assim, sob certo aspecto, o subjetivismo foi sempre diminuindo. Mas, por outro lado, sob outro p. de v., o subjetivismo foi sempre crescendo, e há de crescer na época normal; porque pelas leis mentais temos que construir com dados objetivos, mas pela 1ª lei vemos que o nosso cérebro nunca pode ser passivo, a ligação é estabelecida pelo sujeito, o fim das nossas concepções é determinar... a idealização do M. com o grau de aproximação exigido pelas nossas necessidades; o número de elementos, de dados, é cada vez maior (obj.), mas também a atividade de cerebral vai crescendo (subj.).

Na fase preparatória, como tudo foi às cegas, as transformações mentais, as modificações intelectuais... foram verdadeiras revoluções, que acarretaram crises morais e políticas, mas sem que a inteligência se desse conta. Embora as concepções, construções, fossem subjetivas, a H. pensava que eram objetivas; era tudo absoluto para eles; acreditavam naquelas entidades, julgavam que existiam fora de si, eram independentes de si, mesmo que a H. não existisse elas continuariam a existir (Deuses, etc.). A pessoa não se dá conta: acredita que os entes que ela inventou de fato existem fora de si e independentes de si, que se a H. não existisse eles continuariam a existir. A construção explicação, do fetichista, é subjetiva, mas é absoluta, por ser imaginada como sendo objetiva, e não tendo nada de... ligação com o homem. A criança pensa que a pedra sente e pensa: tem uma concepção absoluta... Na fase politeísta, a H. inventou entes que acreditava existirem fora.

Mas o desenvolvimento final da inteligência humana acaba por mostrar o relativismo das nossas concepções: tudo é relativo, eis o único princípio absoluto. Quer dizer: todas as nossas concepções são relativas a nós, às nossas necessidades morais, intelectuais e físicas.

Elas se tornam cada vez mais subjetivas, mas a H. se dá conta de que as nossas concepções são meras hipóteses, construídas no p. de v. relativo, com o grau de aproximação exigido por nossas necessidades, para representar a realidade, e o subjetivismo, que a princípio fora involuntário, enquanto a H. não tinha consciência disso, torna-se voluntário, sistemático. Em vez de sermos passivos, somos ativos: o homem de ciência torna-se poeta, prático..., afasta voluntariamente as questões inúteis, toma o número de fenômenos de que carece e deixa o mais: o subjetivismo torna-se voluntário, e então a sua preponderância será muito maior do que no começo, e torna-se relativo. Nós regulamos..., e inclusive não aprendemos senão o que precisamos para as nossas necessidades práticas e afetivas.

6. Concepção inicial da lei. 7. Concepção final da lei.

Indicado o concurso dos dois métodos, podemos considerar a lei dos três estados no seu tipo inicial, e depois o final.

No enunciado primitivo: todas as nossas concepções passam por três estados, teológico, metafísico, e positivo... estado fictício... Na fase teológica ou fictícia, no estado fictício, há uma fase espontânea, inevitável, que é essencial na evolução da Espécie e da criança: é a fase fetichista; e outra fase que foi posterior, mas não essencial: foi essencial na evolução, pelas necessidades da prática, em certa época. Estas vêm das necessidades da alimentação. Ainda hoje os esforços maiores do homem são para isso, a massa humana tem de ser agrícola, para poder conservar, para produzir, conservar, e distribuir o alimento. Os outros produtos industriais podem ser conservados quase indefinidamente: as múmias do Egito... Os meios estéticos, idem. Se a situação cósmica fosse outra, se a alimentação sólida fosse tão fácil como a líquida e a gasosa, a fase teológica era dispensável: passaríamos diretamente do fetichismo para o Positivismo, pois a fase abstrata se daria no sentido do Poz.: o fetichismo se prolongaria até a fase abstrata. Isso, que não se deu com a Espécie, pode se dar, quer na evolução das crianças, com a educação positivista, quer com as tribos que ainda hoje estão fetichicas. — Hoje a Terra nos apresenta o concurso dessas três fases... Nesse teologismo, temos que distinguir diversas fases: o politeísmo e o monoteísmo... — Quanto ao estado positivo, Augusto Comte caracterizou a princípio como o estado científico; mas depois Ele viu que não bastava para caracterizar o estado positivo, na situação definitiva. O estado positivo representa o estado relativo de nossas concepções... Ele viu que era necessário considerar, combinar, as duas condições de realidade e utilidade. Uma concepção não é positiva só quando é real: é preciso também a utilidade: e esta não pode ser apreciada só no p. de v. industrial, mas no moral, religioso. De que serviria, por ex., uma estrada de ferro, se só houvesse assassinos para transportar? A realidade só, e a utilidade também só, não caracteriza o espírito positivo: o estado final é caracterizado pela combinação das duas. Desde então se reconhece que o estado científico, a ciência, é um estado preparatório como o teologismo e a metafísica: não fizeram todas senão preparar materiais, para o estado positivo final aproveitar. O estado positivo é então caracterizado por duas fases: científica e filosófica.

(Fase científica / - (Especialista - Analítica -
((preparatória, preliminar) (A lei é considerada no p. de
Estado positivo((v. antigo, absoluto; prelimi-
((nar; é como a pesquisa das
((causas.

(

(Fase filosófica (/Geral/ - Sintética -

((definitiva) (A lei é considerada no p. de

((v. relativo.

II

Apreciação da 7ª lei.

1. Enunciado da lei. Condições de sua demonstração.

Vamos entrar na demonstração expl. da lei.
Para isso, precisamos, vamos, definir cada um dos seus termos.

Mas notemos, em 1º lugar, que os dois extremos são os únicos suscetíveis de ser concebidos diretamente. Só depois de concebidos os dois extremos, podemos conceber o estado médio, abstrato ou metafísico, que os liga.

Devemos passar do conhecido para o desconhecido, e começar, pois, pelo positivo. — Quanto ao final, já podemos fazer uma ideia pelo conjunto de leis que temos dado; todo o estudo que fizemos converge para definir, mostra em que consistem as concepções positivas: e é só esse estado final que nos pode permitir apreciar o que o precedeu. Todos os estados anteriores devem ser considerados aproximações graduais do estado definitivo. A proporção entre o subjetivismo e objetivismo é que foi variando, até chegar ao estado final. (O relativismo resulta da proporcionalidade entre o subjetivismo e o objetivismo... que foram se combinando gradualmente nos estados preparatórios). Isto posto, basta recapitular os sentidos da palavra positivo, o que quer dizer positivo, para que tenhamos feito a apreciação do termo final. Isto posto, examinaremos o termo, o estado, fictício, inicial, e depois o médio.

2. Definição precisa do estado positivo.

Positivo tem, na linguagem vulgar, diversos sinônimos, sem falar do mais vulgar como se referindo só às necessidades as mais grosseiras da nutrição: exprime que as qualidades mais nobres repousam nas mais grosseiras: o cérebro, enfim, repousa nas necessidades vegetativas. Mas, abstraindo desse sentido, para apreciar os mais delicados, que vamos encontrar na Filosofia Positiva, vemos que os caracteres do espírito positivo, do bom senso vulgar, são:

1º. Sinônimo de real, por oposição ao caráter quimérico das concepções anteriores teológicas e metafísicas. É real nesse sentido de que corresponda suficientemente ao conjunto de nossa situação, tanto subjetiva como ou, objetiva. — A nossa poesia... subjetiva... tem por objeto nos modificar a nós; as concepções teóricas, modificar o M. A poesia é tão real como as

concepções científicas. A realidade é julgada por comparação com o tipo humano. A realidade não exclui a pura... ciência...

2º. Útil — é mesmo este o critério: é oposto ao ocioso, ao inútil, ao que vai além do necessário...: é fazendo contrastar a utilidade das concepções positivas com o caráter inútil das meditações metafísicas.... Não exclui, portanto, a teologia, que é útil... — São estes os sinônimos fundamentais; mas temos ainda mais três: clareza ou certeza, precisão, e caráter orgânico.

3º. Clareza, por contraste à falta de clareza das concepções teológicas e metafísicas, mas não exclui as científicas. — Certeza, por contraste com o incerto, o duvidoso, das ditas concepções teológicas e metafísicas.

4º. Precisão, por contraste ao vago da teologia e da met., mas não exclui a ciência. Uma proposição pode ser certa, e não ser precisa: só ter o grau de precisão que os assuntos comportam. Preciso é o que é exato: certo é aquilo sobre que não se pode ter dúvida. Assim: a morte: todos sabemos com certeza que havemos de morrer um dia; mas, nem na agonia, se sabe o momento preciso em que se vai expirar. Preciso é quando podemos reduzir a número, à o que é suscetível de apreciação matemática. Geralmente, para caracterizar a certeza, diz-se: certeza matemática; mas não: a certeza tanto existe em matemática como em biologia, etc.

1. Caráter orgânico: contrasta com a metafísica, mas não com a teologia. Ao passo que a metafísica só produz a desordem, a desmoralização, as concepções positivas têm esse caráter de coordenação. — As concepções científicas têm todos esses caracteres. É verdade que elas têm ação dissolvente, mas indireta: por desuso...: foram se substituindo às teológicas e metafísicas, que foram caindo em desuso, segundo o aforismo: "só se destrói o que se substitui". A nossa inteligência não tem predileção pela teologia ou metafísica: a aspiração da nossa inteligência é para as leis naturais. Os espíritos superiores só procuravam causas, quando pensavam que serviam para prever, só procuram a lei para prever; só pesquisaram as causas quando pela lei não podiam explicar o fenômeno: desde que a explicação pelas leis vem, as outras são esquecidas. As concepções fictícias são inacessíveis...; não podemos demonstrar, não estão ao nosso alcance. E em falta da lei que se propunham conhecer a causa. — Portanto, diretamente as concepções positivas são orgânicas, sistemáticas.

6º. Relativismo. O outro atributo das concepções positivas que veio com A. Comte, é o relativismo, por contraste com as concepções teológicas que eram absolutas. Por isso, quem

não pensava da mesma maneira lançavam no inferno. O Positivismo não: é relativo, aprecia todos, sem nenhum vae ecletismo; explica todo o Passado como graus diversos de aproximando cada vez mais do estado final. Assim, A. Comte diz: perante o sacerdócio positivista, todos os homens são considerados como positivistas em graus diversos da evolução: (quer queiram, quer não: em mim o sangue não deixa de circular conforme Harvey descobriu se eu disser que não circula): isso os tipos que não aberram. É por isso que a sociedade avança todos os dias; porque foi a H. que fez A. Comte, e, portanto, o Poz. ... No tempo de Descartes, Aristóteles seria Descartes: Diderot, Gall, Bichat, fariam o que A. Comte fez. O Poz. é relativo por natureza: as suas concepções são concernentes (relativo quer dizer concernente...) ao conjunto das nossas necessidades, referentes ao conjunto da nossa situação. Tudo é humano: esse é o relativismo introduzido por A. Comte.

7º. Simpatia. Mas nenhum desses atributos é o final; o final, o decisivo, o que caracteriza o Poz., é: simpático. Toda concepção positiva, a mais grosseira como a mais eminente, tende a sujeitar o egoísmo ao altruísmo. Esse atributo só foi sistematizado por A. Comte depois da sua regeneração, depois de chegar ao estado religioso, graça à influência de Clotilde. Então positivo torna-se sinônimo de simpático. Então a palavra altruísmo foi inventada por A. Comte.

A supremacia do altruísmo... Uma mulher eminente, apesar das suas aberrações, Mme. de Stael, já pressentira isso quando disse, de uma forma estética: nada há de real no M. senão amar. Assim, a realidade com a utilidade têm de se combinar com a simpatia. A fórmula parece exagerada, mas não: a inteligência e o caráter são os instrumentos, os meios; o único fim de tudo é a sociabilidade, o amor, o altruísmo. Se a espécie humana não fosse sociável, todo desenvolvimento intelectual e industrial seria impossível, como acontece com as outras espécies animais. Ora, qual é o laço da, que forma a, H.? é a sociabilidade. Examinando a escala biológica, se vê isso: se reconhece que um atributo é tanto mais eminente, digno, elevado, quanto mais tarde se apresenta, quanto mais complicado é o ser que o possui. Ora, não achamos animal nenhum sem um certo grau de atividade e inteligência, porque todos se alimentam de seres que já viveram, e a inteligência é o meio de discernir o que vive do que não vive, e a atividade permite apanhar esse alimento; mas a sociabilidade só aparece na parte superior da escala: só na H. tem o seu pleno desenvolvimento: o sentimento é, pois, o nosso atributo por excelência. E vemos que o critério final das concepções positivas é ser simpático. Se uma concepção é suficientemente simpática, se serve ao altruísmo..., é positiva. Ex.: a teologia não é simpática, por isso que nega o altruísmo. A condição simpática é que rege tudo, é a condição suprema: em qualquer caso, é preciso ver se serve ou não à sociabilidade,

se é moral, se desenvolve o altruísmo. Foi o último apanhado por A. Comte. Por isso também, a 1ª lei de Fil. Primeira consiste em fazer a hip. mais simples, mais simpática, etc.

Esse estado final, de pleno desenvolvimento do altruísmo, supõe a evolução social, sem a qual o indivíduo não o poderia atingir.

3. Distinção entre a existência individual e a vida coletiva, na apreciação do estado inicial.

Vamos agora examinar a situação fictícia... A situação metafísica é também... — Fictício caracteriza o período inicial... a síntese espontânea; o segundo Ele caracterizou com o nome de abstrato... se bem que a positiva seja também abstrata...

A 1ª fase, inicial, devemos considerar ao mesmo tempo no indivíduo e na Espécie; em ambas, os motivos que a determinaram e que a explicam.

4. Apreciação do estado inicial na existência individual.

Quanto ao indivíduo... Devemos para isso chamar a atenção para o duplo sentido que tem a palavra ordem: mando, arranjo, o qual separa o p. de v. inicial e o final. Porque a ideia que se tem no princípio é que todo arranjo teve alguém que o fez assim, que arrumou.

Há duas coisas aí a considerar. Podemos considerar: ou o arranjo em si mesmo, o exame das relações em que os objetos estão, sem se preocupar com quem os arrumou, sem considerar quem colocou as coisas assim, e porque as arranjou assim, qual é o mando. — Isso é que se chama a pesquisa das leis naturais. É o estado final; ou quando indagamos para que fizeram o arranjo assim, porque o fizeram, e quais os autores do arranjo, qual o mando — é o que se chama a pesquisa das causas. — Há então dois caminhos a seguir: 1º. — Quem fez o que está aí: causa primária; para que, porque: causa final, — pesquisa das causas. 2º. Ou nos convencemos de que não podemos saber quem fez o arranjo, e porque fez assim: e nos contentamos em verificar a ordem, tratamos de saber as relações entre os objetos e nós, e deles entre si, procuramos, precisamos, conhecer o arranjo para nos adaptarmos a ele, ou para modificá-lo. — pesquisa das leis. — Suponhamos um indivíduo que se vê diante de uma máquina, e primeiro procura saber quem a fez, porque a fez assim, para que. — é a pesquisa das causas: depois procura conhecer a máquina por si, em si, ver como é que ela está arranjada, como é que funciona, examinando peça por peça, para poder servir-se dela, sem querer saber a causa. — é a pesquisa das leis. — No princípio, a espécie humana imagina que tudo quanto há foi feito por uma vontade, por vontades; e então os homens e os povos

tratam de implorar essa vontade, inclusive para modificar esse arranjo ao sabor dos seus desejos.

Essa concepção primitiva foi inevitável e indispensável.

a) Inevitável porque é o único... espontâneo. Porque o papel de nossa inteligência é conhecer esse arranjo, a fim de podermos adaptar a nossa conduta à nossa situação, e podermos modificar esta quando possível. — Mas não podemos apanhar isso (o conhecimento do M.), as ligações entre os seres, sem um certo número de observações... Naturalmente a H. fez a hip. mais simples, assimilando tudo a si. O homem tem vontade: ele atribui a vontade primeiro, no princípio, aos próprios corpos que o rodeiam. No princípio, o homem quase que só tem razão concreta... estando a abstrata fraca.... O homem julga então que não é só ele que tem inteligência. Se tudo tem vontade, tem inteligência... tudo que o cerca o ama ou o odeia...; ele procura, pois, captar a simpatia de tudo... Esta é a situação da criança e do selvagem... À medida que se vão apanhando relações entre os seres, vai se fazendo uma hierarquia entre eles; quanto mais inacessíveis a nós, tanto mais poderosos, mais influência exercem na imaginação, a adoração e a imploração são maiores. Assim o Sol passou a dominar, domina, tudo; é o mais inacessível, o mais poderoso, tudo fica subordinado a ele... Depois que o homem imaginou o Céu, passou ele a dominar tudo, e o seu culto prevaleceu nessa idade. — Depois, à medida que o espírito humano apanha as relações entre os fenômenos, depois que a razão abstrata foi se desenvolvendo, atribui esses fenômenos a vontades exteriores a eles, aos entes que vê; daí surgem os deuses, fadas, etc.: passam para o teologismo: entes sobrenaturais, extra da natureza. — Caráter inevitável dessa interpretação, concepção: só podíamos, para constituir uma síntese, tirar os laços de nós mesmos, e as imagens se combinam segundo os sentimentos: o homem foi levado a fazer as hipóteses segundo os seus desejos: isto se verifica mesmo nas condições habituais, por pouco que estejamos interessados em dar uma explicação... Esse modo de raciocinar ainda hoje prepondera nos fenômenos políticos e morais. Sabemos que todos os povos hoje se governam admitindo que não há leis naturais, e sim vontades dos homens. Mas Deus está fora, não se consulta mais na vida pública, não entra mais nas questões públicas; assim: tomai a nossa Constituição da República: aí não se consulta mais a Deus; o presidente da República, nesse caráter, não pode mais consultar deuses. Pois bem, nessas condições, ainda se acredita que o M. é regido por vontades, vontades humanas; diz-se: o Brasil é república porque o povo quer. Nós dizemos: o Brasil é república em virtude das leis naturais, quer o povo quisesse, quer não quisesse; ele não podia querer outra coisa, da mesma maneira que não podemos ter hoje as crenças que queremos. Ensinem ciência enciclopédica e ele ficará

positivista... O presidente da República... sem conhecer nada de ciência...: pode-se dizer que não pode governar assim... Pq. porque tudo nele está interessado no contrário... Notai, por outro lado, que tudo converge para o Positivismo: todo mundo hoje está ensinando a ciência positiva: nos colégios de padres, os muçulmanos, etc., ensinam a ciência positiva, portanto é fatal a transformação positivista. De que serve os padres propagarem as suas crenças...? O padre ensina aquilo tudo invocando a Providência Divina, sistematiza tudo em torno do teologismo: o discípulo aceita, mas depois perde a crença em Deus, e o que fica são os resultados da ciência: o aluno dirige os seus conhecimentos no p. de v. positivo... Quem dirige, de fato, é a situação social: na monarquia, todos eram republicanos quando moços, e, chegados ao fim da carreira, liberal ou conservador...; todo mundo era monarquista de rótulo: o próprio Imperador dizia que era republicano, mas que o país não estava preparado para isso; fez-se, pois, a República do dia para a noite... O próprio católico ensina ciência positiva, etc.: resultado: todos estão trabalhando no sentido da evolução social, para o Poz.: estão perturbando a evolução, mas em grau, perturbam a velocidade, mas é só... Outra circunstância que mostra como ainda se raciocina fetichicamente. Como a tendência fetichica nos domina: um indivíduo quer sair, mas está prometendo chuva: ele vê que a chuva é iminente, mas, como os seus sentimentos estão empenhados, ele tem vontade que não chova, fica certo que não chove, diz: não chove; é a tendência fetichista dominando: subordina à sua vontade... Se hoje ainda raciocinamos muitas vezes assim, imaginai na época primitiva, em que não havia dados suficientes a respeito de coisa alguma. — No fundo, portanto, esta tendência, esta instituição dos povos fetichistas consiste em substituir a contemplação pela meditação: em vez de observar, o homem reflete. E é uma tendência natural, é o p. de v. final, o normal. Mas, a diferença entre o Poz. e o Fet. é que nós substituímos a contemplação pela meditação dispondo de, combinando, dados suficientes, muito variados; ao passo que eles não, tinham poucos dados, fazendo então uso dos seus sentimentos para... Considerado na sua origem, o raciocínio fetichista é tão normal como o positivo.

b) Provado que foi inevitável a fase fetichica, vamos mostrar que ela foi indispensável. Porque só assim a inteligência humana podia sair, saía, do seu torpor primitivo.

Toda concepção exige uma hip. anterior. Não temos só necessidade de ligar as nossas concepções para prever, mas mesmo para contemplar: nós precisamos de conceber para prever e para observar. Mas a primeira hip.? Qual a saída? Só havia uma: foi substituir as relações exteriores pelos laços, relações, interiores, instituídas pelo sentimento. — Só assim, a inteligência humana despertou; foi só assim que ela teve vontade de ter interesse em estudar o exterior...

Elas, estas concepções, reagiram sobre a atividade, pela sua influência sobre os sentimentos. — Concebido o M. como regido por vontades, compreende-se que os nossos votos e esperanças tiveram um objeto em que repousar: animou a, deu apoio à, nossa coragem, a nossa firmeza. A. Comte diz: se fosse possível que a espécie humana tivesse começado apanhando as leis naturais, talvez tivesse desanimado, ou a evolução seria muito lenta; mas com as construções fictícias ela se tornou arrojada; quanto mais primitivas as crenças, mais audaz foi o homem nas suas pretensões.

No p. de v. estético também. Só essa situação fetichista tem o caráter poético em grau superior às outras. — A arte supõe a representação da Ordem, de maneira a tornar mais simpáticas as nossas concepções; ... ligar mais conosco. Anima tudo de paixões, boas ou más..., e se estabelece entre o homem e o M. uma relação extraordinária, um comércio, que só se dará igualmente quando o homem for positivista... Vê-se todas as qualidades dessa concepção primitiva.... provêm de que foi a hip. mais simples, simpática, etc.

5. Apreciação do estado inicial quanto à Espécie.

Encaradas no p. de v. social, parece, à primeira vista, que as concepções fetíchicas, deviam ter em resultado a desunião dos homens, que não eram favoráveis ao desenvolvimento social; porque elas são, parece que são, por sua natureza, pessoais: o fetichista inventa as relações do M., em virtude de suas impressões, considerações, pessoais. Se considerarmos por esse lado, parece que deviam dar em resultado a desunião dos indivíduos: tantas cabeças quantas sentenças. Mas não se reflete que a situação moderna não é a primitiva; que o caráter principal, que... a eficácia social da ordem primitiva, das disposições primitivas, das crenças fetíchicas, resulta da espontaneidade delas.

Note-se que a eficácia social das doutrinas resulta, depende, de duas circunstâncias, que podem estar reunidas ou separadas.

1º. Influência moral. As crenças têm eficácia social pelas disposições comuns que geram por toda parte, mesmas aspirações, mesmos sentimentos. Ex.: as Cruzadas... Ora, essas disposições podem pertencer tanto às concepções fictícias como às reais. ... As fictícias não resistem ao embate da prática; mas durante um certo período, até certa fase ó-las, as fictícias conseguem estabelecer a unidade, o congraçamento, pelas disposições comuns que estabelecem. Mas dão o plano...

2º. Influência ativa. A outra eficácia provém da aptidão a modificar o exterior, a dirigir a nossa conduta efetiva. A eficácia depende então da realidade.

As crenças, portanto, têm aptidão social em virtude dessas duas circunstâncias. — Vamos ver, vemos, que foi em virtude da espontaneidade que resultou a eficácia delas.

É necessário insistirmos no caráter individual delas. Foram tão pessoais que: no tipo humano há o modelo individual e o coletivo, o homem e a H.; pois no princípio tomou-se para modelo o homem isolado, e não a H. No princípio, só se tem ideia do homem isolado. A crença primitiva só entra com o homem, e por isso só atribui tudo à vontade, considera o M. regido por vontades. — Na fase final, em que se assimila, liga, tudo à H., considera-se as leis preponderantes, sendo o M. regido por elas e as vontades; a H. está subordinada a leis e às vontades, porque Ela as tem..... No Pozit., se considera o M. como regido por leis; as vontades completam as leis. — O tipo aqui é o coletivo.

Por muito tempo, o domínio das vontades é para explicar as disposições..., a ação, ... do M. e não do homem.

Notai ainda a ligação patente que há entre as concepções fictícias, absolutas, ao egoísmo. — Desde que o homem concebe o M. como regido por vontades, estranhas, independentes dele, arbitrárias, e fazendo-se sentir através de cada um, o resultado é que cada um tende a se isolar dos seus semelhantes, tendem a se separar. Pois se fora deles existe uma vontade a que podem recorrer, até contra seus semelhantes... Essa fatalidade da ligação das crenças teológicas com o egoísmo é tal que quando se tornam mais sistemáticas elas acabam por negar a existência dos instintos simpáticos. A preponderância do altruísmo modifica as concepções todas...

Uma vez que de fato elas tiveram utilidade social, vamos ver qual foi a explicação disto. Resulta de duas circunstâncias.

a) No estado inicial, a sua espontaneidade faz com que imediatamente fiquem estabelecidas, surjam, opiniões comuns. — 1º. Com as abstratas, as positivas, é o contrário, ... Surgem em um homem que personificou a H., no cérebro de um Gall, um Dante, um A. Comte; e ele é que tem que ensinar, que propaga as crenças a que ele chegou. As descobertas assim têm mais fixidez, não mudam; custam a se estender, a ser aceitas; mas, uma vez aceitas, conquistadas, tornam-se eternas. Mas as concepções fictícias surgem espontaneamente em todos; e, como a inteligência, a natureza humana, é mais ou menos a mesma em todos, como todos são mais ou menos iguais, como, por outro lado, o M. exterior é o mesmo, cada um cria as suas hipóteses por sentimentos, tendências, pessoais, idênticas, mas como todos têm a mesma... e as hipót. de um são semelhantes à do vizinho..., estabelece-se a comunhão de ideias... Para isso concorre o próprio caráter fictício dessas crenças e a tendência da

sociedade... Essas crenças, sendo modificáveis, se adaptam melhor ao estado social de então, ainda muito instável... — 2º. Todo mundo sabe que depois de chegar a um estado de emancipação, de sociabilidade, o homem sente a necessidade de consultar os, da opinião dos, seus semelhantes; sente a necessidade de um certo apoio em torno de si. Os espíritos mais elevados sentem essa necessidade da opinião dos seus semelhantes. Nunca podem ir além sem um certo apoio. Nenhum reformador se viu isolado: encontra um certo número de espíritos que vão aceitando as suas concepções; se avançam, vão sendo abandonados, mas vêm outros que apoiam: eles não começam com a mesma segurança, com a mesma convicção, com que acabam; vão tateando no princípio: nos seus primeiros escritos, A. Comte consulta Blainville...; à medida que avançam, vão se sentindo mais apoiados: no fim de sua vida, um A. Comte, um Hume, um Diderot, falam com uma segurança que não têm no princípio. Essa necessidade de simpatia, a influência dos nossos semelhantes, é de tal ordem, esse apoio dos nossos semelhantes é tão necessário, que se faz sentir mesmo nos casos patológicos. Assim, todo mundo sabe que os doidos influem sobre os próprios médicos. Isso explica a influência que um homem tem sobre outro... Em o espiritismo observa-se isto bem: um indivíduo vê, outro pensa. Acaba acreditando, que está vendo também. — 3º. Este ascendente de um indivíduo, de alguns indivíduos, sobre outros, depende mais do predomínio da atividade, das qualidades de caráter do que da superioridade mental; e tanto mais quanto mais remontamos às fases primitivas. No princípio... são os que têm mais caráter que dominam. Assim, o fetichista está disposto a acreditar no que lhe diz o herói que conduz à guerra. Ainda hoje, no mundo acadêmico se sabe o prestígio das posições oficiais, o que resulta das posições mesmo particulares, se o indivíduo é rico, etc. Os indivíduos são levados a aceitar o prestígio desse homem. Assim, na Academia das ciências: vem um Lagrange, um Fourier, um Condorcet, ocupam um lugar, criam nome; morto, os confrades escolhem um outro; pois bem, o substituto de Lagrange, uma vez na sua cadeira, o vulgo vai lhe atribuir o prestígio de Lagrange, e ele inclusive emenda Lagrange. Portanto, não é só no Fetichismo que se sente esse prestígio dos indivíduos pela posição...

São estas condições que explicam como a espontaneidade do Fetichismo... e a... da sociedade, faz estabelecer as crenças comuns.

b) Outro resultado dessas crenças é tornar possível a existência d' as autoridades comuns espirituais.

Elas formam-se sob duas circunstâncias: uma comum a todas as crenças, e outra particular ao caso fictício. — 1º. A autoridade espiritual se adquire pelo ensino, pela propaganda da doutrina. — 2º. A faculdade de receber a doutrina das vontades supremas: pela convivência,

comunicação com elas, o doutrinador é quem está nos casos de receber e fazer-lhes os pedidos dos crentes. De interpretar as ordens dos deuses... Adquire uma autoridade superior. Na doutrina positiva, na ciência, não se dá isso: a lei só pode ser descoberta pelos gênios..., a eficácia da lei é independente dos homens. Mas, por outro lado, se compreende que isso era indispensável...

O caráter vago das crenças fetíchicas, fictícias, favoreceu esse ascendente social, esse prestígio dos chefes: dá margem ao ascendente das autoridades, e permite a satisfação do altruísmo. Esse vago é que explica a existência dos três monoteísmos, que tendo um deus primitivo comum são rivais e tão diferentes. Se só precisasse de doutrinas científicas para isso, tinha-se que esperar até o 18º século: e até aí o que fazer? Mas foi procurando as causas que estudaram os fenômenos... e afinal descobriram as leis. Portanto, essa pesquisa das causas foi uma preparação, indispensável. Mas, essas concepções vagas, prepararam a construção das doutrinas finais adaptadas às necessidades sociais, as concepções positivas. — Tudo mostra a importância dessa fase primitiva... — Notai que a situação real foi modificando continuamente essas concepções. Tomemos a fase última, o Catolicismo. O ideal dos católicos seria ser frade ou freira era o tipo moral; aconselhava o ascetismo. Mas quantos homens foram ser frades? quantas freiras? uma minoria; os outros, a maioria, ficaram na prática, no mundo real. Os católicos sustentaram guerras. No princípio da propaganda católica, antes de Constantino, houve mártires por não quererem pegar em armas para ir para a guerra; mas depois de Constantino a situação prática se impôs, e, pela necessidade de sustentar a fé, o Catolicismo teve de sistematizar a guerra no caráter de defesa. Isso mostra como o p. de v. fictício adapta-se à vida real. Concebe-se que isso é feito num momento dado; mas o próprio progresso da sociedade.... a int., a indústria, tudo vai tornando a prática, a situação real, em contradição com a doutrina teórica, e há um conflito, que se manifesta numa época mais ou menos afastada. Antes de chegar à explosão final, vai produzindo essas mod. ... Os indivíduos, desde que conhecem as leis, vão abandonando as vontades.

6. Necessidade de distinguir as três fases do estado fictício, para compreensão do estado médio.

Precisamos distinguir as diferentes fases do estado fictício. Há duas fases distintas: fetichismo e teologismo.

1º. A fase primitiva, inevitável, única espontânea: o M. é explicado por vontades, mas vontades nos seres reais que nos rodeiam, e que são os fetiches: é o fetichismo, que tem duas fases: a) fetichismo espontâneo, em que os fetiches são isolados; b) depois fetichismo

astrolátrico, em que os fetiches se hierarquizam, e que permite a formação de grandes sociedades, como na China e Japão.

2º. A fase teológica: os corpos são considerados como inertes, e as vontades são atribuídas a seres sobrenaturais, a tipos abstratos, criados pela razão abstrata, fenômenos separados dos seres, e que se supõem existirem acima da esfera celeste, vindo se comunicar com os homens. E tanto mais frequentes essas comunicações quanto mais primitivas essas crenças. — É o que constitui o teologismo. Temos nele duas fases: a) Politeísmo: deuses, tipos desconexos, semelhantes aos homens, com as mesmas paixões e vícios, sendo, porém, imortais, e tendo poder infinito. — Mas depois, à medida que o Politeísmo se desenvolve, vai se estabelecendo uma hierarquia entre os deuses... A passagem do Fetichismo para o Politeísmo consistiu na fetichização da razão abstrata, dando vontades aos seres abstratos, substituindo esses tipos abstratos por concretos... — Esse Politeísmo conservou os resultados do Fetichismo: ele aceitou a preponderância do Destino, do Céu. Havia, pois, a hierarquia... À medida que a espécie humana foi se desenvolvendo, ele ficou insuficiente para explicar o M. e a sociedade, e foi substituído por outra construção que a H. criou, que foi o monoteísmo: b) Monoteísmo, que consiste numa hierarquia mais perfeita das crenças politeístas. Ele tem fases diferentes, conforme a civilização: a) o judaico, mosaísmo, de origem teocrática, anterior ao surto da ciência grega; não havia ideia de milagre, pois não criam em leis naturais...: no 2º não, que foi o b) católico: este já surgiu depois do surto da ciência grega, teve de contar com ela: foi fundado por S. Paulo, que era um discípulo direto da filosofia grega, da escola aristotélica: havia duas correntes: a de Aristóteles, e a de Sócrates e Platão; havia judeus em Alexandria a par da filosofia grega, que viam nas tendências monoteístas, mais ou menos vagas, da filosofia grega, uma confirmação do monoteísmo judaico, e esforçavam-se por...: Filon de Alexandria era da escola de Platão, a ponto de dizerem: "não se sabe se é Platão que Filoniza ou Filon que platoniza"; havia, como vimos, duas correntes, e S. Paulo filiou-se à escola Aristotélica: o monoteísmo de S. Paulo foi forçado a conciliar as leis naturais com as vontades sobrenaturais; depois veio o c) islamismo, para corresponder às necessidades da parte oriental do mundo romano; surgiu depois da experiência católica, e portanto depois do surto da ciência grega: depois das lutas com os católicos, e o seu malogro..., eles retomaram a cultura grega, e se tornaram os intermediários entre a cultura grega e os ocidentais: está no mesmo caso do monoteísmo católico, mas não teve como este que complicar o seu dogma separando os dois poderes espiritual e temporal: o Islamismo teve de os confundir, e simplificou o seu dogma, segundo o tipo das teocratas; tudo isso se deu por serem crenças fictícias: mas a matemática do árabe, a medicina do árabe, foi a mesma do católico: tudo herdaram da ciência

grega: Hipócrates, o pai da medicina grega... — O Fetichismo anima entes reais: está mais próximo do Poz. do que o Teolog., que cria entes sobrenaturais. Predomina nele a razão concreta, mas há certa coexistência entre ela e a abstrata. O Fetich. anima tudo; o Teolog. mata tudo. Quando a contemplação dos fenômenos se generalizou bastante, houve a passagem para o teologismo...

7. Estado metafísico ou ontológico.

Agora, que já vimos as fases inicial e final, podemos saber, imaginemos, o que foi o estado médio, o metafísico.

Consiste em substituir a concepção das vontades pela das entidades. É uma concepção intermediária entre os deuses e os fenômenos abstratos.

Não tem nada de característico, de definido, não tem mais imagem: Júpiter mandava o raio, veio a ciência: é uma manifestação do movimento do éter: éter, força, o que é? não podemos nos figurar. É uma concepção representada por uma palavra, um sinal, mas não tem imagem: "é o agente produtor do movimento"...: a concepção metafísica é um deus atenuado, a quem se tira a vontade; a entidade é um intermediário entre o deus e o fenômeno abstrato; ela tem dois aspectos: é a expressão de um fenômeno geral, ou a concepção geral de um deus; quanto ao método, é absoluto como o teológico.

Serve de transição do teologismo para o estado positivo. Qual o seu papel? Foi dissolver o teologismo. Enquanto foi compatível essa dissolução com o estudo positivo, ele foi útil. — Ele foi o órgão, e não o agente, do advento das crenças positivas: o agente foi o espírito científico... as descobertas científicas.

A doutrina metaf. interveio com um grau de generalidade que o teologismo não tinha.

Essa tendência destruidora foi de tal ordem que quando as crenças.... A... grega imaginou, aspirou, destruir o Politeísmo, e instituiu uma concepção metafísica do M., preparando a fase final. (Considerando a marcha do espírito humano, vemos a influência da metafísica para a passagem do Politeísmo para o Monoteísmo). Quando há excesso de teologismo, a metafísica preenche o seu destino simplificando; depois, quando o teologismo está o mais reduzido possível, a ação metaf. é só dissolvente.

Desde que se introduziu no Monoteísmo, conduziu à dúvida, à desordem, à desmoralização. Reação do espírito metafísico sobre o Monot.: destruidor plenamente: desordem política, dúvida filosófica, corrupção moral. — O espírito metaf. acha-se ligado ao positivo, mas é na ciência dispersiva, e não no estado final devido à sistematização de A. Comte.

(C. de 1897) Desde o princípio, há a corrente analítica e a sintética: esta grupa, aquela aprecia. — Ao lado do fetichismo, encontra-se sempre... o empirismo, o Positivismo latente. — O empirismo transportado para a interpretação dos fenômenos deu o gérmen da ontologia. — A corrente sintética, determinando a fetichização dos fenômenos, deu o Teologismo. — Foi a revolução mais profunda, e, no entanto, pacífica... Os deuses foram criados primeiro para explicar o M.: os que sistematizavam o homem eram a princípio secundários... — O Teologismo comporta o Pol. e o Monot.: a diferença entre eles é menos real que parece...

Agora, devemos chamar a vossa atenção para um ponto. Nosso objetivo é fazer estudar a lei nas obras de A. Comte. Tudo isso está reunido no 1º cap. do III t. da Pol. Poz., mais no I e IV t., e na Sint. Sub.

III

Apreciação do complemento hierárquico.

1 a 6. Reações que exerceria sobre essa lei um meio cósmico mais favorável. Importância dessa consideração — futuro e educação. — Manifesta aliás melhor o caráter próprio da lei da filiação, explicando a influência perturbadora do meio cósmico.

Para completar essa apreciação, devemos chamar a atenção para este fato: todas as concepções não passam ao mesmo tempo...

De fato, as concepções todas passam pelas três fases: mas como é que estas coexistem ao mesmo tempo? A 2ª parte da lei é que explica isto, como há pessoas que raciocinam positivistamente em matemática, metafisicamente em física ou química, e teologicamente em moral: é que a passagem não se dá com a mesma velocidade; quanto mais geral o fenômeno, mais depressa evolui. Os fenômenos se dispõem numa série, que resulta da dependência deles... nesta passagem...: apreciação lógica...: exigem estudo das leis próprias e das anteriores: não podemos apreciar uma categoria sem apreciar as leis anteriores. As deduções não podem ir longe... sem deduções anteriores; a cont. em cada ciência depende da cont. dos fenômenos anteriores. — Em virtude dessa dependência, as nossas concepções passam pelas três fases tanto mais rapidamente quanto mais gerais são os fenômenos. — A generalidade pode ser subjetiva ou objetiva. — Generalidade subj.: o fenômeno é tanto mais geral quanto maior é o número dos fenôm. que a sua concepção supõe. Assim, o fenômeno astronômico é mais geral subjetivamente do que o matemático. — Generalidade objetiva: o fen. é tanto mais geral quanto maior é o número de seres em que reside. Objetivamente, o mais geral é o matemático: número, depois forma, e depois movimento: esses fen. se encontram por toda

parte. Depois físico, químico, etc. Os matemáticos podem ser considerados por si sós...: os químicos supõem a apreciação dos físicos; etc. Subjetivamente, o mais geral é o moral, porque o fen. moral abrange todos os outros: supõe a existência social, etc.

As nossas concepções passam, pois, pelos três estados com uma velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos. Quanto mais geral objetivamente, ou menos geral subj. é o fen., tanto mais depressa chega ao estado positivo. — Mas reparem que nunca se dá o inverso.

Uma última ponderação. — Esta é a lei da evolução como se deu de fato, que se verificou na história. Mas, ela podia não se ter dado assim. O fetichismo primitivo era inevitável; o Pozit. também era fatal, não só na evolução social como no indivíduo daqui por diante, depois que se chegou ao termo da evolução; mas a fase intermediária, teológica e metafísica, essas eram evitáveis: o que tornou inevitável, necessário, que o desenvolvimento da razão abstrata se desse sob estas duas crenças, foi a necessidade de governar a sociedade, da organização social, as necessidades práticas. Quando estudarmos a sociologia, havemos de ver a, essa, necessidade... O que tornou difícil a organização social não foi tanto a energia espontânea do egoísmo, foram as dificuldades do M. exterior. Se fosse mais fácil... se as condições exteriores fossem mais brandas, o egoísmo não seria tão enérgico, a sociabilidade predominaria, o fetichismo se prolongaria, as leis viriam mais depressa substituir as vontades, e o resultado é que na evolução espontânea se daria o que podemos fazer hoje na sistemática, para o indivíduo: passaria diretamente do fet. para o Poz., mediante a fetichização da razão abstrata, que A. Comte instituiu, não tomando para tipo o homem mas a H., e então hoje combinamos a vontade com a lei. Incorporado assim o fet. no Positivismo, ...

7. Conclusão. — Representação pelo Espaço.

À vista disto, compreendemos como o E. nos evoca essa lei. Foi no E. que as concepções abstratas primeiro se viram... Representa o fet. inicial na concepção do Céu... Foi no E. que a H. imaginou os deuses, e as concepções metaf.; podemos imaginar que o E. os criou... Podemos objetivar no E. as concepções metaf., depois as positivas... Ao mesmo tempo podemos imaginar todas as concepções coexistindo no E., e com uma intensidade tanto mais forte quanto mais o sentimento nos dominar: não vemos, mas a impressão é como se estivéssemos vendo, como os teologistas viam: Sta. Teresa, etc. — Os poetas no futuro hão de servir-se dessa aptidão para adaptar essas concepções à intel. dos adolescentes. — Vamos agora ver as modif. q. exerceu sobre esta lei a marcha da ativ. e do sent.: elas só podem dizer resp. à intens., à veloc. Será esse o objeto da lição de amanhã.

ENSINO POSITIVISTA

INICIAÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

FILOSOFIA PRIMEIRA

10ª Lição

Apreciação da 8ª lei universal: a atividade prática é a princípio conquistadora, depois defensiva, enfim industrial. (Hume, Dunoyer, A. Comte).

I

Concepção da 8ª lei.

1. Necessidade de circunscrever previamente o objeto da 8ª lei.

(Dia 10 de César de 120 - 1º de Maio de 1908) - 2ª lei dinâmica do entendimento.

A nossa reunião de hoje é consagrada à apreciação da 8ª lei universal, a que definiu a evolução da atividade prática. Foi formulada assim: a atividade, etc.

Temos que considerar: primeiro a concepção da lei; depois a sua demonstração; e por fim a harmonia dela com a da evolução mental: Lei dos três estados.

Precisamos circunscrever o objeto próprio dela.

Da vez passada, consideramos a evolução intelectual abstraindo das reações que recebe das outras partes do organismo. — Hoje começamos a tomar em conta essas reações, começando pelas provenientes da atividade. Vimos que, em virtude da nossa constituição intelectual, e nossa situação, a lei dos três estados consistia em mostrar a maneira pela qual se veio modificando a proporção entre o objetivismo e o subjet., até chegar ao estado final. Sendo suscetível esta de diversos graus, a 7ª lei nos indica, explica, a série de modificações por que vai passando essa proporção, do período fetich. ao pozit.. — Vamos agora apreciar as reações que a atividade exerce sobre essa marcha, de modo a acelerá-la ou retardá-la, demorá-la, de acordo com a lei da modificabilidade: pois quanto à passagem em si mesma havia de ser sempre na ordem referida... Essa lei só pode modificar a intensidade da evolução... não o arranjo.

Para apreciar esta lei, antes de tudo cumpre circunscrever o objeto dela... porque a atividade é suscetível de diversas manifestações... Em relação ao exercício da atividade, como em

relação ao de qualquer função, qualquer órgão, é preciso considerar, já a sua atividade própria, a sua natureza própria, já as reações que exerce sobre os outros.

Vejamos pois qual é esse destino direto da atividade. — Assim, a primeira distinção a estabelecer é entre a apreciação biológica da atividade, e a sua apreciação sociológica.

2. Uniformidade do caráter biológico da atividade, no exercício social.

No p. de v. biológico, o exercício social da ativ. não acarreta nenhuma modificação. — Toda ativ. qualquer do homem, ou dos outros animais, se reduz afinal a uma certa contração muscular, sob o impulso do caráter, estimulado pelo sentimento, ou para produzir, ou para reter, ou manter, as contrações. Graças a essas contrações, o homem produz, retém ou mantém os movimentos. À medida que o organismo animal se eleva na série, as contrações podem se coordenar cada vez mais, de modo a tender para um fim determinado. O sentimento e a atividade concorrem em tal coordenação. A coragem excita as contrações, a prudência retém, e a firmeza, a perseverança, mantém os movimentos; mas a inteligência é que ensina a coordenar esses movimentos; e o coração é que dá o impulso.

3. Distinção de duas sortes de atividade, no p. de v. social e moral, uma prática e outra teórica.

Mas no p. de v. social não é assim...
De fato, a atividade se manifesta sob dois aspectos:

- ação sobre o homem - atividade teórica
- ação sobre o Mundo - prática.

Porque o exercício muscular pode ser destinado: a) para comunicar ao exterior o estado interno do animal, concepções, projetos, etc.: atividade teórica; b) ou para agir diretamente sobre o exterior, modificá-lo: e esta é a atividade prática, a atividade por excelência. (A palavra grega, significando agir).

No caso teórico, ainda convém distinguir: 1º. os movimentos são empregados como elementos de culto, como meios de efusão, recordação; 2º. como meio de agir sobre os outros aspectos da natureza humana: a) no culto, b) como dogma e como regime: dogma, através da inteligência, e regime sendo uma série de regras naquilo que elas têm de comum a todos, que afetam a existência de todos. — A atividade sobre os homens consiste na série de contrações de toda natureza, pelas quais o homem modifica os outros, traduzindo ao exterior o seu estado cerebral interior. Ex.: as contrações do rosto, as atitudes, os gestos...; as contrações do laringe, produzindo uma série de sons coordenados; pelos quais o homem

traduz não só o seu estado interno mas os seus projetos, etc. — Temos pois: 1º. culto, 2º. dogma e regime.

Isto posto, se compreende, em virtude dessa distinção, que elas estão em correlação com as duas classes oriundas da massa masculina: a prática, que age sobre o M., ... é presidida pelo Patriciado...; e a teórica tendo por diretores a classe especialmente teórica, o Sacerdócio.

Já se vê que a atividade teórica não tem nenhuma lei própria, porque está subordinada à inteligência e ao sentimento: ela é um complemento... ao órgão da expressão.... Porque os sinais são feitos estabelecendo uma relação entre uma sensação e uma contração. A sua teoria entra pois no estudo da linguagem. Ela fica portanto subordinada ao estudo do sentimento e da inteligência.

Mas não acontece o mesmo na atividade prática. Nossa lei da atividade não é relativa à teórica: aplica-se à atividade sobre o exterior. Aí o animal se propõe a modificar o exterior.

4. Distinção, na atividade prática, entre a apreciação dos meios, e a consecução dos fins.

Aí temos que distinguir entre: meios, processos, regras, empregados pela atividade; e a consecução dos fins fim prático.

Os processos para a atividade são fornecidos pela inteligência... Os músculos para a linguagem são os mesmos que para a ação... Os meios são fornecidos pela inteligência... Quanto aos fins práticos, aí é que a atividade vai mudar...

A nossa lei não se refere aos meios, pois eles dependem da inteligência principalmente, e podem servir, o mesmo meio, a fins muito diferentes; o que vamos examinar é: marcha da atividade no destino prático.

5. Dupla influência intelectual dos órgãos do caráter.

Isto posto, vamos apreciar a influência intelectual dos órgãos do caráter. — Temos que distinguir: o p. de v. estático e o dinâmico. No 1º em virtude dos próprios órgãos, ...da natureza deles mesmos..., e das suas relações cerebrais com os da inteligência e do sentimento; no 2º em virtude da marcha da atividade prática segundo o seu destino. — Já vos falei na influência das qualidades práticas nas concepções de um Descartes, um Gall, etc. Muitas vezes, as descobertas dos grandes gênios vieram mais das aptidões práticas do que das intelectuais. Mesmo que se perdessem as suas biografias, um filósofo estudando as obras deles reconheceria as suas qualidades práticas.

6. Distinção entre os vários aspectos da atividade prática.

A nossa lei consiste na determinação dos fins sucessivos da nossa atividade coletiva. — Se não se considerasse senão a atividade individual, quer do homem, quer do animal, nunca se apanharia lei alguma. Todo animal, mesmo o homem, que age individualmente, o fim que tem em vista é a conservação da sua existência, é procurar os meios para esse fim. O que variam são os meios empregados; mas o fim é sempre o mesmo. Ao contrário: quando o homem age coletivamente, há não somente coordenação nos atos do indivíduo, há também coordenação dos movimentos dos diversos indivíduos entre si para atingir um fim assinalado.

Socialmente falando, a atividade prática pode ser: guerreira ou industrial.

Esses dois aspectos são distintos na forma, mas no fundo não... No trabalho, o homem atua sobre o M., de modo a adaptá-lo às suas necessidades; o trabalho é a ação real e útil do homem sobre o Planeta, a natureza. — Na guerra, atua sobre o outro homem, o animal semelhante, a fim de obter pelo trabalho do outro a satisfação das suas necessidades. — Se considerarmos o conjunto da espécie humana, o trabalho seria a única fonte de felicidade... ele é que é o fim da atividade...; mas, se considerarmos o começo da H., as populações em núcleos, a guerra se apresentou como querendo, permitindo, resolver para cada núcleo o problema que todos resolviam pelo trabalho: permitindo um certo grupo viver do trabalho dos outros...

Já vos disse que distinguimos em trabalho e guerra; devemos distinguir ainda:
1º. Guerra: Ofensiva ou de conquista; Defensiva ou de defesa.
2º. Trabalho: útil ou...

Na atividade militar há dois aspectos, que não foram bem apanhados teoricamente antes de A. Comte: conquista e a defesa, esta servindo de transição da guerra para o trabalho.

Desde tempos imemoriais, nos poetas os mais remotos, se encontra a aspiração à paz, essa predileção pela atividade industrial; e todos os grandes guerreiros sempre reconheceram isto: César, Cipião, Trajano; (Homero, o) Virgílio: este cantou que o destino de Roma era "debelar soberbos, poupar os submissos, e impor hábitos de paz". — Parece pois que a atividade industrial devia se seguir logo à guerra de conquista; entretanto historicamente não sucedeu logo o trabalho à guerra. Como devia, houve uma fase intermediária. A. Comte atribui a apreciação dessa passagem da guerra para o trabalho, esse apanhado, primeiro a Hume, depois a Dunoyer; mas nenhum se deu conta da fase média, da defesa, que é a que caracteriza a atividade na Idade Média, o feudalismo. A lei dos três estados levou A. Comte a fazer a verdadeira apreciação da I. Média, a ver com clareza esta fase, que era considerada como uma

fase de trevas. ... O apanhado de De Maistre sobre a I. Média, sob o p. de v. teórico, o catolicismo, mas não sob o prático... — Essa lei da atividade não pertence tanto ao Poz. como a 7ª a dos três estados: naquela, o trabalho foi preparado pelos três: por Hume e Dunoyer, e pelos trabalhos de De Maistre sobre a I. Média; ao contrário do que se deu com a outra, que é exclusivamente devida a A. Comte.

7. Enunciado da lei.

É, pois, a nossa atividade prática é... — Só a circunstância de ser a nossa era de indústria, explica não estarmos em guerras constantes, em virtude da anarquia da inteligência...

II

Demonstração da lei, já mediante o exame da natureza humana, já em resultado da apreciação da evolução histórica.

1. Concepção positiva do problema prático.

Vejamos agora como se chega a sentir a necessidade desta lei, já mediante o exame da natureza humana, já vendo a História. Comecemos por conceber positivamente o problema prático.

O gênero de atividade prática diretamente exigido pelo conjunto de nossa natureza e situação é sem dúvida o trabalho. É exigido, já pelas condições biológicas, já sociológicas.

Biologicamente, nossos atributos superiores repousam na vida vegetativa, na alimentação. A nossa alimentação é sólida, líquida e gasosa. Esta nos é dada gratuitamente pela natureza; a líquida muitas vezes tem exigido esforços industriais, mas em geral pode dispensar, nos núcleos da população que vivem à margem dos rios... Mas a sólida, quer carniceira, quer vegetariana, nunca pôde ser obtida sem esforços excepcionais do homem e dos animais... O homem não é caso excepcional na natureza...: é apenas superior aos outros animais, mas, por alguns aspectos, até os outros são superiores... Diderot nota que há animais que têm os sentidos mais perfeitos... O homem tem mais inteligência e mais sociabilidade; e não tomando isoladamente: é o conjunto: porque alguns têm isoladamente mais do que nós apego, veneração, etc.: alguns se ligam ao homem mais do que aos companheiros, mas ao homem ligam-se muito, como o cão, que tem o apego fraco, não consegue formar família. Não foi pelo apego ou veneração que a espécie humana prevaleceu, nem pela bondade, ou antes, pelo conjunto dos três; a superioridade essencial foi ajudada por outras acessórias: a estação em pé, etc. A nossa mão: somos até inferiores ao macaco, que tem quatro... A nossa superioridade é de conjunto, e não de detalhe. As dificuldades da alimentação, pois, é que

complicam, dificultam, a nossa situação. Não discuto se o homem é carniceiro ou vegetariano; mas o homem é um animal que pode se sujeitar, se adaptar, às duas alimentações: vegetais e animais; e, em qualquer dos dois casos, seja qual for a saída, no começo não podia ser vegetariana..., a aquisição da alimentação sólida é o grande problema da vida... Essa necessidade reage sobre o conjunto dos nossos instintos egoístas, excitando-os a cada instante, e tanto mais quanto mais grosseiros, inferiores são... Podia ser proporcionada sem esforço, e para esse esforço é que chamo a atenção... Começa a superexcitação pelo instinto nutritivo; depois reage sobre o destruidor, que já é por si mesmo mais enérgico que o construtor: na alternativa, entre obter um objeto novo ou consertar o velho, o homem adquire o novo...; e que se excita não só pela necessidade de obter o alimento, como pela facilidade de obter o alimento pelo sacrifício dos animais; depois o orgulho, a vaidade (necessidade de domínio); ... são excitados pela dificuldade da alimentação sólida. Essa excitação do egoísmo traz desde logo a depressão do altruísmo. A alimentação é o que há de mais individual: o que serve para um não serve para mais ninguém... De sorte que a biologia nos define o animal como um ser que tem que viver para si. Os sentidos é verdade que já criam certas relações com o exterior, já têm um destino exterior, superior: assim, todos podemos contemplar no exterior, um objeto qualquer: isso se concilia com a existência de todos...: mas com a alimentação não é assim: a quantidade de água, de ar, etc., que cada um de nós precisa, há de ser ingerida por cada um de nós, a não ser que morramos. — Mas a sociedade exige que o homem viva para outrem... Quando se considera cada rebento, e seus progenitores, vê-se que para que um novo ente viva é preciso a dedicação dos outros, e quanto mais superior o animal mais precisa. ... A existência social baseia-se nessa vida altruísta, mediante a divisão dos ofícios, que exige que sejamos alimentados uns pelos outros, que só uma parte da sociedade produza, conserve, etc., os alimentos; porque todos não podemos fazer a mesma coisa...: e convergência dos esforços. Princípio de Aristóteles.

Se a alimentação sólida não fosse tão difícil, os instintos egoístas não seriam superexcitados, nem o altruísmo deprimido; a subordinação do egoísmo ao altruísmo não era tão difícil como é... Os encantos do altruísmo seriam o fim de toda a nossa vida...; pois apesar de todas as agruras o altruísmo... constitui a sociedade... Se as necessidades da alimentação sólida não viessem perturbar..., a sociabilidade tinha um surto... Entretanto que essas dificuldades tendem a concentrar o animal, primeiro em si, depois na família, depois na tribo, etc. Hoje ainda se vê isso nas famílias...

O trabalho, pois, se impõe como o único meio de resolver, promover, a conciliação entre a vida biológica e a sociológica, dando-nos a alimentação de que carecemos para viver para

outrem. A H. resolveu-a instituindo o capital. O seu nome, derivado do latim, serve para mostrar a sua importância: capital vem de cabeça. Ele tem importância decisiva... Dele depende a organização social, porque ele é que permite que alguns indivíduos se desprendam da faina da produção... Capital é a totalidade das provisões e instrumentos reunidos pela H. a fim de permitir o desenvolvimento da existência, vida, humana. Esse capital tende a tornar realidade a utopia de A. Comte: veio resolver o problema da alimentação sólida tornada tão fácil como a gasosa e a líquida. Quanto à formação do capital, e o critério em que se deve basear... Desde logo vemos que o capital humano, (provisões e instrumentos de trabalho, ligados, já à produção, já à circulação dos alimentos), capital concreto, de que precisamos imediatamente, não satisfaz a todas as condições. À medida que a civilização o capital se desenvolve, ao lado do capital concreto surge, existe, o capital abstrato, a moeda... A palavra capital está hoje mais ligada à moeda do que aos outros...: mas o verdadeiro capital, propriamente dito, são os alimentos, etc. Que valor tem a moeda? Tem valor de representação e mais nada. O papel é fácil de fazer, e mais fácil de estragar que o ouro, por isso é preferido, não é por... O papel como moeda tem desenvolvimento maior que o ouro no... da H. É por isso que os indivíduos, sem refletir, pensam que a moeda é um meio de exploração: há utopias socialistas, anarquistas, que têm a pretensão de acabar com a moeda: são espíritos superficiais, que não sabem que o M. é regido por leis naturais, pensam que não precisamos de moeda; mas, basta ver que a H. começou com moeda, depois a instituiu tomando primeiro substâncias de valor próprio, ou valor de luxo ou diretamente...; depois sempre a foi desenvolvendo... e a moeda passou a representar título... Da moeda veio o crédito: a palavra tem a mesma origem que crença: título de confiança. O crédito, como a crença, está ligado ao desenvolvimento moral de nossa espécie. Por isso que o banqueiro é a função mais aproximada do sacerdócio: gira com pedaços de papel que não têm valor próprio... Basta ver a, esta, evolução por que passou o capital, para ver que a moeda foi uma instituição..., em virtude das leis naturais, que tende a se manter. A H. inventou a moeda assim como um indivíduo está sujeito a respirar. Fundando o método de filiação histórica, A. Comte fez ver que, dada uma instituição humana, social, para sabermos se é definitiva basta, devemos, examinar a evolução histórica, variações e limite para que tende...: se se desenvolve sempre, vemos que é útil... Por essa razão é que A. Comte não hesitou logo em condenar o divórcio. Porque, no princípio há a comunhão das mulheres, depois a poligamia com divórcio, depois a monogamia também com divórcio, e, durante essa evolução, as almas de elite foram tendendo para a viuvez eterna: Penélope, depois a monogamia sem divórcio; o apreço dos casais monogâmicos em Roma era tal que para ser vestal a condição era que os

Pais tivessem casado uma vez só. Enfim, o limite é a união monogâmica indissolúvel, e a viuvez eterna. — Assim a moeda. Basta acompanhar a evolução histórica. Quando mesmo não se tivesse mais nada, para ver o valor da moeda: e o que tende a prevalecer não é a substância metálica, é a de papel: o título fiduciário: o crédito dos banqueiros é o que tende a prevalecer... No futuro, a moeda é o crédito do banqueiro... Um homem sério, tanto vale ao saber que tem em casa ouro como assinar um papel...: não assinaria se não estivesse em condições de... Portanto, na constituição definitiva do capital, temos: o capital propriamente dito, material, e o capital representado pela a moeda.

O uso do capital exige a sua formação, e a sua distribuição.

Formação:

- Produção
- Acúmulo
    - Conservação
    - Transmissão

Distribuição

A formação requer: produção e acúmulo. No acúmulo temos que considerar dois aspectos: a conservação e a transmissão do capital produzido. — E, para qualquer destes capitais, é preciso considerar a distribuição. — A ciência, a poesia, etc., formam o capital teórico: é um capital, mas a diferença é que não se gasta: quanto mais espalhado, quanto mais se usa, consome, mais rico está a sociedade. Ao passo que com o capital material não é assim: exige cautelas, pois tem de ser destruído, e quanto mais for destruído, tanto mais pobre fica a sociedade. Daí a diferença entre as regras da produção e conservação do capital material e do capital teórico. O capital teórico deve ser difundido quanto possível, e só deve ser produzido pelos tipos mais eminentes, (compreendendo?) que a produção do capital teórico não produz capital prático... Deve-se impedir que indivíduos possam enriquecer com o capital teórico... Já Alexandre Herculano, falando contra a propriedade literária, dizia: que se um Newton, um Kepler, tivessem de viver das suas obras, morreriam de fome: ao passo que é o contrário com os produtores de obras medíocres, como os romancistas chamados realistas, etc.: vivem na abundância, fazem fortuna com elas. O Imperador era contra a propriedade literária, dizia-se admirador de A.H. Agora, com a propriedade industrial não é assim, em geral é boa, está garantida por si mesma. É verdade que ela está sujeita à corrupção geral, mas não pode ir além de um certo limite: se produz já muita coisa ruim: álcool, etc.:

mas, em geral, mesmo o indivíduo que se preocupa de produzir essas coisas, preocupa-se... os indivíduos em geral procuram os produtos maus porque estão de acordo com os seus instintos... A distribuição do capital material não pode seguir as mesmas leis que o teórico. Quanto a este, não deve haver nenhuma propriedade. Quem faz os trabalhos científicos, as epopeias, etc. é a H. personificada num indivíduo, apoiado pelos outros homens, que o alimentam, etc.: veja-se na obra de Colombo, um trabalho de Dante, etc. Mas, com o trabalho material, não: é necessária a apropriação. Não é pela consideração de que o trabalho é individual: mas, uma vez produzido o capital, feita a máquina, por exemplo, é preciso que alguém a conserve, confiá-la a alguém que cuide dela, a um que zele, e tenha responsabilidade: do contrário ninguém é responsável... Portanto, por isso, deve haver propriedade material individual. Todos nós somos proprietários, da nossa roupa, etc., e, no futuro, seremos da nossa casa, todos os homens, em graus diversos. Os anarquistas atacam a propriedade... Diga-se que a distribuição está mal feita, que os atuais proprietários são muitas vezes indignos, não cumprem com os seus deveres, e vamos corrigir isso, não segundo as nossas fantasias, mas segundo a evolução humana: procuraremos fazer com que ele cumpra com o seu dever, etc., mas não pode deixar de haver propriedade. Ninguém vai pôr fora uma máquina a vapor porque ela pode arrebentar: é procurar fazer com que não arrebente. Dizem que uma vez um amigo de A. Comte perguntou se Ele não temia que o Sacerdócio abusasse, e Ele respondeu: sim, eu sei que ele há de abusar, porque ele há de existir... Mas é o nosso egoísmo que nos leva a pensar assim, não nos deixa ver as coisas como são: devemos prever que a miséria possa arrebatar...; os maus proprietários mesmo tendem a conservar o capital, mesmo por egoísmo, para não serem mendigos no dia seguinte. — Continuando, é portanto da dificuldade da alimentação humana que resulta a necessidade da formação do capital humano. Todos colaboram nessa formação: mas o primeiro fator do capital humano é a Mulher, que produz o homem, e lhe dá os dotes com que deve agir sobre o M.: quanto mais sóbrio, mais puro, mais delicado, etc., mais produz.... Depois a massa masculina em suas diversas categorias: teóricos: Kepler não trabalhou diretamente na indústria, mas sua descoberta da indústria moderna tem o valor das de Kepler?... o homem que se ocupa de trabalhos teóricos não pode ter ofício prático: só quem nunca meditou pode imaginar essa conciliação... Portanto, a não ser o parasita, todos produzem alguma coisa, contribuem de qualquer modo para o bem social, já influindo...

À vista disso se compreende que o trabalho é o único gênero de atividade prática que se concilia com as exigências da nossa vida biológicas e sociológicas, isto é, individual e coletiva. — Mas isso seria assim se a população humana tivesse formado um só núcleo. Mas não foi

assim; a sociedade começou espalhada em diversos núcleos; e a guerra se apresenta como meio de suprir para cada núcleo o que o trabalho devia fornecer..., de alcançar indiretamente, e imediatamente, o que só o trabalho pode obter diretamente, e lentamente. ... Seria melhor que começassem todos desistindo da luta...; mas cada um julga que está em melhores condições de vencer o outro... O mesmo p. de v. ocorre a todos os núcleos, de modo que estabelece-se a luta entre eles, a guerra. O homem começa lançando mão da guerra, antes de lançar mão do trabalho; mas o trabalho coexiste sempre ao lado da guerra: nunca foi abandonado de todo, mesmo porque os resultados da guerra eram incertos, e o trabalho não.

2. Possibilidade de satisfazer às condições materiais da existência humana sem ser pelo trabalho, quando se consideram grupos parciais da população.

O trabalho direto só é necessário para a produção; o acúmulo depende das transmissões, que podem ser feitas:

- voluntariamente:
    - gratuita - dom /dádiva/
    - interesseira - troca
- involuntariamente:
    - pela lei - herança
    - pela força - conquista

Vê-se por aí que a guerra pode servir para resolver, em relação a um certo povo, o problema da instituição do capital, mediante a conquista e a consequente instituição da escravidão. Necessidade, em todo caso, do trabalho, que fica coexistindo com a guerra, pelas eventualidades incertas desta.

3. Inclinações que nos levam à conquista.

Vejamos agora, para nos dar conta do predomínio da guerra sobre o trabalho, quais os elementos que concorreram para isso. São de várias ordens:
1º. A repugnância instintiva do homem por todo trabalho quotidiano: entretanto, esse hábito é o único que... é a condição indispensável para a eficácia da atividade.... É a tendência para a vida vagabunda; o que não é de admirar, pois que existe ainda hoje.
2º. Exaltação do instinto destruidor. Destruir era mais fácil do que construir... Em vez do trabalho, que era lento, ele preferia lutar para obter, tomar, o que já estava feito pelo trabalho de outro... Essa situação fica mais clara notando que foi a Mulher quem primeiro se adaptou

ao trabalho: no início da H. as artes militares, de coragem, etc. são, conforme os arqueólogos já reconheceram, o apanágio do homem, e as industriais da Mulher, que as iniciou todas: indústria doméstica...; a grande indústria é que é masculina... Hoje mesmo, o homem só constrói quando não pode destruir... Convém ainda juntar:
3º. O instinto destruidor atua não só por si como pelas reações do orgulho e da vaidade... O orgulho que o homem tem em subjugar o outro...
4º. Depois a fraqueza dos nossos instintos altruístas, que faz com que o indivíduo se satisfaça com um círculo muito limitado para o desenvolvimento do apego, da veneração, e da bondade... Ainda hoje, grande número de indivíduos ainda têm em vista, como ideal supremo, a Pátria, e não a H.; subordinam a justiça... à Pátria; destrói-se o vizinho... apesar de se dizerem hoje todos os homens irmãos...
5º. Finalmente, essa possibilidade da nossa alimentação carniceira... Ela reage muito mais energicamente sobre o instinto destruidor do que a vegetariana, arrastando à caça e à pesca....

Isto posto, nos damos conta da preferência que o homem dá à guerra sobre o trabalho... Foi inevitável.

4. Comparação entre a eficácia social e moral da guerra e do trabalho.

Comparemos a eficácia social da guerra com o trabalho, no princípio...
A guerra foi não só inevitável, como indispensável, no início da Espécie, a guerra de conquista, dada a situação do homem primitivo... Hoje, devemos condená-la, amaldiçoá-la; mas, remontando os tempos, naquelas épocas primitivas..., mesmo no tempo dos gregos e romanos..., devemos reconhecer a sua necessidade pelo seguinte:

Primeiro, o trabalho tem no princípio um caráter puramente individual, essencialmente egoísta...: é prover à conservação do indivíduo; o homem trabalha para si, quando muito, acessoriamente, para sua mulher e filhos. ... O trabalho hoje é elemento de convergência; mas, no princípio, tende a dissolver a sociedade, por produzir o isolamento: cada um provê isoladamente às suas necessidades... Quando muito se estendia à Família... Ele vive lutando para obter alimento para si... dê aos outros o sobejo... Comparando a voracidade do homem primitivo com a sobriedade do de hoje... e refletindo que nesta preocupação de conservação da Família estreita o sentimento quando... Então se compreende como o trabalho tendia a ser um elemento dissolvente na sociedade, em vez de ligar... A união das Famílias viria fazer concorrência aos poucos materiais que cada uma tem... Nestas condições, o acúmulo, que tende a se fazer já voluntariamente pela dádiva ou pela troca, ou involuntariamente por

herança ou guerra. ... A troca, que é o meio mais vulgar, dada a situação do homem primitivo, egoísta, parece só substituir a violência pela fraude.

O trabalho só se torna uma fonte moralizadora... quando ele se torna coletivo, quando surge a grande indústria... Mas a grande indústria exigia a ciência, e ela não estava criada, não podia surgir logo. Exigia a formação das grandes associações políticas que permitam que a indústria se torne coletiva, e portanto científica.... Era preciso, antes de tudo, habituar o homem ao trabalho, fazer com que amasse o trabalho... Ora, isso não era possível no início da Espécie.

Com a guerra não é assim: é espontânea, em 1º lugar, e tende, em 2º, a estabelecer logo a sociabilidade...: porque torna-se a mais perigosa das caçadas. Nestas condições, a eficácia da guerra exige a união do maior número de Famílias possível. Essa união é muito restrita a princípio: quem não pertence ao núcleo de associação é como se fosse inimigo, houve até a antropofagia... Dela, até onde está, a H. chegou sem auxílio nenhum estranho: isto deve nos animar... A guerra não pode se dar... sem a união em cada núcleo, de cada núcleo contra os outros, contra os que consideram inimigos....

A guerra não pode, pois, subsistir sem a união das Famílias... Conquista. E não pode satisfazer ao seu destino sem conduzir à conquista, da qual resulta: a) a extensão da sociedade quanto aos vencedores; b) a instituição da vida industrial entre os vencidos, mediante o surto da escravidão.

5. Reações privadas e públicas da guerra.

Ora, essa união reage sobre o sentimento, a inteligência e o caráter, não só no p. de v. individual como coletivo.

a) A nossa inteligência é muito fraca, e a atividade guerreira é um aguilhão maior para a atividade e a inteligência do que a industrial: a inteligência tende a se desenvolver, aumentar, os seus ardis, planos, quer no que ataca, quer no que se defende; porque a guerra é a mais perigosa das caças... Isto é tão verdade, que quando a atividade militar falhou, foi que os homens se entregaram às construções mentais, e se produziram os grandes trabalhos teóricos, surgiram as grandes concepções da H., os grandes filósofos, etc. Ésquilo fora o batalhador, herói de Salamina. A inteligência, que tinha se desenvolvido na atividade militar, empregou-se em destino mais elevado... Esse ex. basta para mostrar que a atividade militar reage sobre a inteligência.

b) As reações sobre o caráter são incontestáveis: sobre a coragem, a prudência, e a firmeza. Mas é preciso remontar à época primitiva: porque, comparando com a guerra de hoje, os

papéis estão invertidos. Para julgar da situação militar, suas reações sobre a inteligência, etc., é preciso remontar àquelas épocas primitivas; então se compreende também, não nos causa tanto horror, mesmo a antropofagia (Vide Cis. Dias, no Y-Juca-Pirama)... É preciso remontar à época primitiva para não ter dúvida sobre a influência... da guerra. ... Nos nossos dias todos se admiram da luz incandescente, etc., e são indiferentes diante do fogo...: mas se tivessem sentido as agruras da situação sem fogo é que veriam os benefícios... e as dificuldades dos primeiros passos... — Influência sobre o sentimento... ...G. Dias na Oceania... Desenvolve extraordinariamente o apego entre os camaradas, a veneração, o amor pelo chefe, a bondade para com os inferiores. Mobiliza as condições de todos, desde que cada um, e principalmente o chefe, é sede de uma confiança enorme, e sente-se dignificado por ela; muitas vezes a sorte de um exército depende da dedicação de um homem: ex., a sentinela perdida... Isso se vê ainda hoje no contraste entre o soldado e o operário: o soldado acha que o serviço dele não é pago, não recebe salário e sim subsídio, ao passo que o operário, que veio da escravidão como classe, aceita isso. O trabalho humano não comporta paga... A. Comte diz que a atividade militar, mesmo reduzida ao banditismo, guerra de ladrões, eles veem-se obrigados a desenvolver o apego, a veneração, e a bondade. E desde que desenvolve o altruísmo, como o sentimento é cego, o amor que se desenvolveu para com a tribo dele vai se aplicar às outras. O mesmo quanto à inteligência e caráter: serve para outros destinos. — As artes primitivas rudimentares... Quanto à disciplina, a necessidade de um chefe se patenteia no regime militar: todos sentem o valor do chefe... Alexandre, César, ... A partilha se fazia de igual para igual...: Clóvis...: generosidade... Portanto, a guerra tende a reagir não só sobre a vida do indivíduo como sobre a vida social... As necessidades da defesa comum levavam a suprimir na Família os elementos de discórdia... a união da sociedade.

c) A reação sobre a vida doméstica é palpável... Dignificou-a pela subordinação à vida pública... O filho passa a ser um cidadão da Pátria; a Mulher é Mãe do futuro cidadão, logo sobe em dignidade...

Fez acabar as desordens no seio das Famílias... A guerra conduz desde logo à conquista, e a massa dos vencidos passa à escravidão. Isso já é, indica, então, um imenso progresso moral; só se dá quando o homem já cresceu em humildade, resignação, por um lado, e em bondade, por outro: o nosso selvagem, que estava mais atrasado que o africano, não pôde ser escravizado, pela exaltação do orgulho e do instinto destruidor... Essa escravidão veio aliviar o trabalho industrial da Mulher. A situação do escravo, por outro lado, não era muito diferente da da Mulher e dos filhos: família vem de fâmulo, reunião de indivíduos em torno de um chefe. — Um dos resultados, desde que a guerra tem o caráter de conquista, é fazer

passar logo da poligamia à monogamia... A atividade militar não permite a devassidão que há hoje: basta citar o caso de Agamêmnon e Briseida... Em todo caso, essa atividade conquistadora, afastando o guerreiro do lar, onde ficavam as Mulheres, os filhos e os escravos, trazia as desordens no seio da Família: por isso tendeu a desenvolver-se um sistema mais favorável à harmonia... daí a passagem das populações militares conquistadoras da poligamia para a monogamia, reação da vida pública sobre a doméstica... e surgem outras instituições para manter a harmonia na Família... A classe sacerdotal... Quem vulgarizou, generalizou, o uso do alfabeto, foi o regime militar... Esse surto só se pode dar depois da dissolução teocrática...

d) Reações políticas.

Uma outra instituição que acompanha o surto, o desenvolvimento, da atividade militar, mas na fase conquistadora, que é só quem assegura... A vida militar conquistadora não podia ter feito desenvolver... A conquista desenvolve as qualidades que a vida militar faz surgir...

No princípio, a guerra é desordenada: o homem é nômade, tem uma vida errante, as lutas não têm saída, o vencedor de hoje é o vencido de amanhã. Mas depois que... passa ao estado sedentário..., quando os guerreiros tendem a subjugar o sacerdócio, lento se forma como emanação da divindade..., a vida militar pode tomar o caráter de conquista. Essa passagem é mesmo condição: porque, para que o povo guerreiro pudesse conter as excursões..., um povo tende a se tornar, ele só, o senhor, só ele guerreiro, e os outros são obrigados a, tendem a, ficar em paz, sujeitos; estes passam a ser trabalhadores, pois é preciso que o povo senhor seja sustentado. ... No princípio a guerra é feita por necessidade...; só depois é por orgulho ou vaidade... — E desde que a guerra tomou esse caráter de conquista, surgiu uma outra instituição. Os guerreiros se formavam pelo seu valor próprio; a destreza, a força física, o valor, tendeu a se mostrar, a sobressair, pelo caráter rudimentar das armas, eram mais fáceis de apreciar: e surgiu o regime eleitoral... O chefe era escolhido pelo valor... O regime eleitoral surgiu para sanção dos chefes..., o apoio dos soldados. A massa dos subordinados, dos guerreiros, escolhia o chefe; e todos tinham capacidade para isso. Esse regime eleitoral que se vem aplicando na sociedade até hoje; foi o que dissolveu a teocracia, e para dissolver a sociedade é muito bom. Na fase militar, o valor dos homens era fácil de apreciar. Um César, um Alexandre... eram fáceis de apreciar, porque se formavam nos campos de batalha... O valor de cada um ficava claro aos olhos dos outros. Quem não tinha atividade bastante... Depois, as qualidades práticas são as mais comuns...: embora às vezes se tome por manifestação de coragem a falta de bondade, a dureza...

Mas, aplicado aos nossos dias: não pode dar senão um, é um disparate, principalmente para as funções mais difíceis, para escolher um Chefe de Estado... Os votos não se pesam, contam-se: o voto de um Condorcet fica anulado pelo de um indivíduo que mal se livrou das malhas do Código... Há formação das academias... pelos governos... é a mesma coisa... Elas é que formam os grandes homens? Mas não surgem por si? Um Gall, por ex., um A. Comte... Quando o Futuro vier, e se disser que havia o regime eleitoral, ... ele é só um elemento desorganizador da sociedade. Qual a solução? O processo é a escolha pelo competente. Assim, o banqueiro escolhe o seu sucessor e lhe entrega o capital, para ele usar e não abusar: não é a herança forçada...; o Sumo Pontífice escolhe o seu sucessor; e assim em todas as posições: é a regra sociocrática. As funções vão passando de competente para competente. É como disse Alexandre no leito de morte, quando lhe perguntaram quem seria o seu sucessor: o mais digno. Os grandes imperadores romanos em geral não escolheram seus sucessores na sua família: Marco Aurélio, Trajano, etc. Hoje mesmo, os chefes industriais caem às vezes na filice contra a vontade destes para... O indivíduo é escolhido, e mostra as suas qualidades durante um certo tempo... O banco tem por fim fomentar o desenvolvimento industrial. O banqueiro para fornecer capitais a um homem que não tem ideia, tem que conhecer os homens...; o verdadeiro banqueiro conhece praças e praças... O banco tem de fomentar o desenvolvimento industrial... Invenção de máquinas... As garantias materiais são suplementares... A. Smith diz que os bancos da Escócia emitiam 10 vezes mais do que tinham... No momento presente, temos que nos sujeitar às condições em que a sociedade está. A ordem social baseada nesse processo, nascido nas épocas as mais primitivas... Quem vai governar o Brasil? A reforma tem que ser feita primeiro nos sentimentos, depois nas opiniões: o ardor leva a procurar a doutrina que mais satisfaça às nossas necessidades e aspirações, a qual é mais de acordo com o bom senso... Sem ardor social não se acredita em nada... Hão de reconhecer que é o Poz.

A guerra facilita da parte do chefe o desenvolvimento da generosidade: a partilha: ele distribui pelos soldados os despojos, aquilo que não custou a produzir, e ele se contenta com uma parte igual, e, muitas vezes, só com o orgulho (como se vê na Ilíada); o perdão, ...

6. Caráter fatalmente provisório do regime militar.

Mas por tudo isso se vê que a atividade guerreira não pode ser senão provisória, preliminar. — Desde que todos os povos conquistáveis estivessem conquistados, e tivessem passado para o, chegado ao, estado pacífico, adquirido hábitos de paz, o problema da substituição da atividade, da defesa, se punha logo.

7. Confirmação da lei pelo conjunto da evolução humana. Histórico da lei, Dunoyer, Augusto Comte.

Entre os gregos, os romanos, os assírios (povo cruel), egípcios, etc. já não se vê a antropofagia... e... já muito remota... A guerra desenvolve em um certo grupo o apego, a veneração, a bondade; os filhos desses guerreiros vão nascendo cada vez mais bem dotados, e no fim de um certo número de gerações, os órgãos do altruísmo estão muito desenvolvidos, e os indivíduos tendem a aumentar as relações entre eles e para com os outros...: ... a própria guerra, conduzindo a formar grupos de população cada vez maiores..., surge a tendência a reunir todos os povos num povo único. Foi o que fez o povo romano. Mas os povos para serem assimilados é preciso que estejam na mesma situação. Os que já estavam na situação pacífica não pod. ser assimilados; daí que os romanos só conquistarem os povos guerreiros, e não terem podido conquistar os povos do Oriente, que estavam na civilização teocrática, que já tinham instituído hábitos de paz... Os gregos quiseram fazer vida conquistadora...; as conquistas de Alexandre são análogas às dos romanos no Oriente: passeio militar... — A atividade guerreira conduz fatalmente para a industrial. Um César, um Trajano, um Cipião, podiam passar, e teriam passado, de chefes guerreiros a industriais, fazer isso. Fariam isso, mas a condição era que a conquista tivesse se feito pelo M. inteiro. Mas isso não aconteceu: por mais longe que a conquista tivesse ido, tinha limite, não pudera abarcar todos os povos... Os romanos estenderam as suas conquistas por toda a bacia do Mediterrâneo: mas, ao passo que os do norte do Med. eram povos análogos a eles, militares, os do Oriente, e do sul, eram povos que a teocracia tinha submetido, não eram povos militares, tinham já a atividade industrial... Para o norte do Império Romano, os povos que já estavam na situação sedentária ficaram foram se...; mas os outros, os nômades, foram recuando para as regiões inóspitas...; os bárbaros do norte, da Germânia e da Rússia, fugiam diante dos exércitos romanos, não eram subjugados. Assim, os romanos conquistaram as Gálias, a Espanha, a Inglaterra, a Alemanha, e o resto da Itália...: os da Rússia, os Pártos, etc., não puderam subjugar porque fugiam... Os romanos desejavam ficar em paz...; mas os povos que viam-se obrigados a passar para a vida sedentária e que estavam no período militar, preferiram lançar-se nas regiões já cultivadas e tendiam a atacar os romanos: estes tiveram que passar da conquista para a defesa, para conservar... as posições, contra as invasões... Ao mesmo tempo, do centro da Ásia vieram hordas imensas de povos ainda no estado conquistador, nômades, que se lançaram sobre a Europa..., tentaram conquistar os estados romanizados...: é a invasão dos bárbaros... Formaram-se novos estados; houve um atraso na civilização, na evolução humana: as populações, que já estavam em disposições pacíficas, que podiam se tornar industriais, que

passariam diretamente para a vida pacífica, tiveram que lutar para defender a Pátria; e as outras foi preciso fazer essa gente toda passar para o estado pacífico. O que atrasou a evolução humana... O politeísmo entrou em decadência; surgiu uma nova religião, adaptada àquele momento, o catolicismo, que no 4º século prevaleceu. ... e como instituição política durou nove séculos... Os católicos formaram certas nacionalidades, e, uma vez fundadas, se congregaram para repelir os povos do norte, submeter os esses nômades, e localizá-los onde estavam. Essa atividade foi capitaneada por Carlos Magno. Ao mesmo tempo, no Oriente dava-se um grande abalo: o Catolicismo tinha conseguido converter todos os povos conquistados pelos romanos...: os povos do sul exigiam, precisavam, que uma nação os dominasse... Os gregos não puderam conter a conquista...; teriam caído sob o jugo de algum retórico, se não viessem os romanos... Roma não podia mais, em virtude das suas crenças católicas...: a necessidade de uma nova religião universal se fez sentir entre os árabes, o incomparável Mahomet instituiu o Islamismo, dando como destino aos árabes a conquista dos outros povos, e vieram os muçulmanos a conquistar tudo, a invadir o Ocidente. O Ocidente, que já fizera passar para o estado pacífico os nômades do norte, teve que lutar com os árabes, e houve três séculos novos de vida militar de conquista. As Cruzadas... Os árabes foram conquistadores muito brandos, respeitaram até certo ponto as crenças dos conquistados: daí a facilidade da expulsão deles: foram expulsos da Espanha pelos bandos que desceram do norte, capitaneados por Pelágio, e apoiados pela população, que tinha ficado católica... As Cruzadas não têm caráter de conquista: são análogas à invasão de Alexandre na Ásia: ele reuniu os gregos e atirou-os contra a Ásia, mas foi para fazer perder às teocracias toda pretensão de conquistar a Grécia... Temístocles em Salamina... As cruzadas também foram um meio de mostrar aos muçulmanos que eles não podiam continuar as suas conquistas para o Ocidente, que tinham de limitar a sua atividade ao Oriente...; mas só a derrota final de Lepanto os fez desistir, e pôs fim à defesa do Ocidente... A atividade tornou-se defensiva... Ela só foi apreciada por A. Comte. É o caráter próprio da Idade Média. — Vedes aí a demonstração da lei, na evolução histórica...

III

Apreciação da concordância entre os três estados mentais e as três fases ativas.

1. Necessidade desta apreciação.

Para terminar a apreciação desta lei, é preciso combiná-la com a lei mental, para compreender a natureza das reações sobre a lei da inteligência, para definir precisamente as reações da atividade sobre a inteligência...; além de contribuir para melhor demonstrar a lei, e fazer

melhor sentir a insuficiência dos apanhados anteriores ao Poz. — Esta conexidade é também só o que permite construir diretamente a filosofia da história...

2. Concordância da guerra com o espírito fictício.

Vimos que a lei da inteligência consiste em: primeiro é fictício.... Pois bem, há uma harmonia entre os três termos da 1ª lei e os da 2ª, e essa coincidência não é fortuita...

Entre a guerra conquistadora e a fase mental fictícia, há concordância. Existe um certo antagonismo entre a situação teocrática e a militar quanto aos representantes, às autoridades correspondentes, das duas: entre o privilégio sacerdotal e o militar; ... isto devido à diversidade de origem (o sacerdócio de origem divina...), e caráter... A civilização militar tende a estabelecer o desenvolvimento da sociedade com elementos reais... O prestígio militar é prático, e o outro... Basta ler na Bíblia as objeções que Samuel faz quando os judeus vêm pedir um rei... Esse antagonismo entre os dois poderes, teórico (autoridade teocrática), e prático (militar), não podia desfazer as qualidades íntimas que ligam a situação fictícia à militar.

De um lado, as crenças fictícias são absolutas, há a preocupação do absoluto..., e indemonstráveis: do outro lado, é a obediência cega, passiva, absoluta dos subordinados, não se pode discutir coisa nenhuma... o p. de v. guerreiro também é absoluto.... o prestígio do chefe vem da divindade...

Além disso, as crenças fictícias são muito favoráveis à conquista, principalmente na fase politeísta, ... multiplicidade dos deuses..., porque o vencido aceita os deuses do vencedor, e este manda para os seus templos os deuses do vencido, embora subordinados aos dele... O primeiro pensa que se venceu é porque os seus deuses e os do vencido assim o quiseram: o segundo pensa que os seus deuses foram vencidos... Assim eles mantêm as crenças... No monoteísmo já não é assim: exige a conversão imediata do vencido... — Há outra analogia: o desprezo pela vida humana: o homem se julga imortal... À medida que o homem vai conhecendo a realidade, que a vida real é somente esta, vai respeitando mais a vida dos outros e a sua própria...

As rivalidades entre as castas, sacerdotal e guerreira, só servirão em geral para facilitar o desenvolvimento da sociedade... Os sacerdotes chamavam o homem para uma situação quimérica, tendiam a afastá-lo da Terra..., o bramanismo e o budismo tendem a desprender o homem da Terra...: ao passo que os guerreiros estavam no p. de v. terreno...: procuravam fora... para a sua atividade...

Esta luta acabou por determinar a confusão dos dois poderes: ou porque os guerreiros acabaram por se subordinar aos teocratas, como na Índia; ou o contrário, como na Grécia, Roma, etc.

(O teologismo consagra os poderes dando-lhes uma origem divina...). Pelo desenvolvimento da Pátria, pela acumulação do capital, resultante da conquista, a atividade militar permite fornecer os meios para a vida de uma classe especulativa, que assim torna-se disponível para os trabalhos intelectuais...

3. Harmonia entre a indústria e o Positivismo.

Consideremos os dois estados extremos: Poz. e Indústria. Aí a harmonia é a mais completa, e os antagonismos só podem resultar das paixões humanas...

Ambas visam a vida na Terra, têm o mesmo domínio exclusivo no Poz.. ... Porém não há atritos, porque há a separação entre a teoria e a prática, que é fatal. A ciência visa conhecer a vida, a indústria a modificar...

Não pode haver luta nenhuma entre os dois. O indivíduo não pode exercer ao mesmo tempo as duas funções teórica e prática: Arquimedes, enquanto estava defendendo Siracusa, não podia trabalhar em Geometria... O resultado é que não se estabelecem atritos entre as diversas funções... O teórico se harmoniza com o prático; a luta só pode resultar do orgulho do prático, ou da vaidade do teórico... O prático pode não aceitar os conselhos do teórico, mas...

Os poderes são todos relativos... O caráter da ciência é convencer, isto é, vencer intimamente: não manda, aconselha... O mesmo no regime industrial, em que é possível a discussão... São conselhos demonstráveis, demonstrações acessíveis a todos... e comandos discutíveis. ... No teológico-militar, não: Mahomet que diz que recebeu inspiração de Allah, no combate, como discutir? É preciso confiança cega...

... Os atritos só podem derivar as das paixões humanas... Mas aí há a consciência individual, combinando o altruísmo com a inteligência; e tem a opinião pública para intervir, a massa feminina, e a massa proletária... pública, para chamar à ordem os dois... Quando o patrão não quer atender, a greve...

Vê-se pois a harmonia completa entre o Poz. e a Indústria...

4. Antipatia de cada elemento espiritual dos pares extremos, para com o outro elemento temporal.

Se compararmos agora os extremos, vemos que a ciência está em antagonismo com a guerra. A ciência precisa do assentimento... A ciência desenvolveu um espírito de liberdade de investigação e de discussão, verdadeiramente incompatível com a subordinação militar. A dominação absoluta repugna tanto ao espírito de livre exame peculiar à ciência, quanto a guerra repele a discussão positiva... A guerra hoje recebe as migalhas da ciência, e é com elas que está perturbando o M.: homens eminentes não se aplicam a fazer máquinas de guerra... Por isso, comparando os recursos dos antigos, se compararmos os seus instrumentos bélicos com os modernos, há grande inferioridade nestes. ...

O espírito teológico está em contradição com a atividade industrial, apesar da conciliação histórica... Se as teologias procuraram sistematizar a vida industrial, era por uma incoerência. Porque o regime industrial admite que o M. é regido por leis naturais, e o teólogo diz que é por vontades... Por isso, o teologismo em nada esclarece a indústria... A indústria sistematiza o trabalho; a teologia o considera o resultado de uma maldição divina: o ideal do Catolicismo, etc., é o acetismo...

Vê-se o antagonismo entre o p. de v. teológico e a atividade industrial... Esse antagonismo não podia deixar de produzir atritos íntimos... Vê-se que a sociedade havia de tender para uma época industrial, comandada, de presidida por uma fé real, mediante a qual a inteligência reflete o M. com o grau de aproximação...

5. Apreciação especial da Idade Média, como marcando o surto mais honroso do ontologismo.

Falta-nos só ver a harmonia entre as fases médias...

O monoteísmo representa de fato a fase orgânica da metafísica... Enquanto o ontolog. correspondeu às necessidades sociais, ele teve um caráter orgânico, porque ele fez consistir tudo, toda a sua aspiração, em coordenar cada vez mais o teolog., em completar a revelação pela demonstração, pondo o teolog. de acordo com os progressos práticos... O surto mais honroso do ontolog., diz A. Comte, foi quando aliou-se com a teologia: na frase de um doutor da Igreja - servindo de criada à teologia...

Ele só se torna corrosivo quando aspira a dominar...

6. Correspondência entre o ontologismo e a defesa.

Caráter equívoco de ambos os poderes então... Aptidão defensiva do monoteísmo... Não pode conquistar porque desiste da violência..., opõe-se a hábitos militares... inclusive no Islamismo cria a atitude de defesa...; ... e porque

não aceita outros deuses. — Não pode ser conquistado porque rejeita os deuses alheios... Caráter intermediário dos senhores feudais, entre os guerreiros e os chefes industriais... — Considerando os chefes feudais, pelas suas tendências eles presidiriam a uma sociedade pacífica..., mas foram militares; eles mostram essa combinação de atividade pacífica e guerreira... — O feudalismo aproximou-se tanto da... do estado final de sociedade, que substituiu as grandes pátrias pelas pequenas, ligadas apenas pelo laço religioso, pelo sentimento, em vez das monstruosidades políticas de hoje, ...

Notai que as disposições viciosas que existem no tipo prático revolucionário, não são senão o desenvolvimento das as qualidades inerentes ao..., dessa situação feudal... — O espírito de revolta dos práticos está de acordo com a tendência à independência absoluta dos chefes feudais... — Os hábitos de discussão que caracterizam nos teóricos a época revolucionária, estão de acordo com o abuso de raciocínio, as disposições à argumentação, por parte dos metafísicos....

O valor da I. Média é passar do período fictício para o final...

7. Conclusão.

O concurso das duas leis consiste em estabelecer a harmonia... fazendo o homem, a inteligência, tornar-se cada vez mais sintético, e a atividade mais sinérgico: os dois movimentos convergem para sistematizar a unidade afetiva...: o homem tende para o regime pacífico, fé demonstrável, e fraternidade universal...

O problema moderno resume-se em: reorganizar sem Deus nem Rei, pelo culto sistemático da Humanidade.

Amanhã apreciaremos a 9ª lei.

ENSINO POSITIVISTA

INICIAÇÃO DOGMÁTICA

(14 a 21 anos)

FILOSOFIA PRIMEIRA

2º grupo de leis universais, essencialmente subjetivo

2ª série: leis dinâmicas do entendimento

11ª Lição

Apreciação da 9ª lei universal: a sociabilidade é a princípio doméstica, depois cívica, enfim universal, segundo a natureza peculiar a cada um dos três instintos simpáticos.

I

Preponderância da sociabilidade no conjunto dos atributos superiores da H.

1. A H. é definida pela sociabilidade.

(10 de César de 120 - 2 de Maio de 1908). - 3ª lei dinâmica do entendimento.

Temos que considerar hoje a 9ª lei universal, a que, embora distinta das duas anteriores, representa, como vos disse, a resultante da evolução teórica e prática.

Ela foi enunciada por N.M. de duas formas, das quais a última é a definitiva. — No 1º apanhado, Ele a formulou como consistindo na passagem da sociabilidade por três fases: cívica (antiguidade), depois coletiva (Idade Média), e por fim universal (I tomo da Política). — No 2º, Ele a formulou passando pelos três estados mesmo, mas mais bem definidos: a nossa sociabilidade é primeiro doméstica, etc.

A apreciação desta lei é a mais importante das considerações a que dá lugar a série de leis da Fil. Primeira; porque é ela que resume o conjunto dos nossos pensamentos... Não é só a síntese das leis mentais, apreciadas... das duas reações também... Não é a síntese das reações práticas sobre a inteligência, mas... apresenta o resumo do que há de mais importante na natureza humana, porque caracteriza a sociabilidade. E essa importância no momento presente sobe de alcance, porque hoje não podemos encontrar outro apoio estável contra as sugestões do presente senão a compenetração contínua de semelhante. Verdade...

Quando se contempla a sociedade, a existência humana, o que nos fere a atenção, o mais importante, é a sociabilidade. Pode-se dizer que sob qualquer outro aspecto a evolução, existência humana, apresenta espetáculos variados: vemos atividades diferentes, indivíduos,

povos separados por princípios e opiniões as mais contrárias...: mas, dominando todas essas diferenças, no espaço como no tempo, em cada geração como em todas as gerações, vemos sempre este fato: o homem vive em sociedade, sociabilidade contínua...

Até A. Comte, a apreciação de tal fato foi muito imperfeita para permitir apanhar, sistematizar... as perturbações que a sociabilidade oferece: pois a situação é perturbada ou acelerada pelas reações que recebe do conjunto da situação cósmica.... e... Isso foi a ponto que sabeis que, durante a evolução teórica, chegou-se ao ponto de negar a existência dos instintos simpáticos... De sorte que a sociedade, (a sociabilidade), ficou inexplicável... Uns a explicavam como o resultado de vontades divinas, de inspirações divinas; outros a supuseram devida a um cálculo egoísta, de puro interesse. Entretanto o empirismo vulgar sempre procedeu como se tudo que nos rodeia fosse dominado por propensões simpáticas... (Para mostrar a inateidade do altruísmo, temos o ex. indicado por Confúcio: o homem salva um animal que cai num rio, e que nenhum benefício pode lhe fazer... Mas foi só no 18º século que o espírito teórico elevou-se a apanhados (começou a apanhar a existência dos instintos simpáticos), apanhados que não puderam adquirir verdadeira consistência, senão depois que a soc., a sociedade, começou a ser explicada..., depois que Gall demonstrou a existência, no nosso cérebro, dos pendores altruístas, depois que foi mostrado por ele Gall que na constituição do nosso cérebro estava a explicação da sociedade, sociabilidade. Finalmente, essa proposição de Gall foi aceita e desenvolvida e sistematizada por A. Comte... Mas, para ver quanto era difícil essa sistematização, basta ver que A. Comte a princípio deu o papel preponderante à inteligência na existência social... Parecia que a intel. tinha papel preponderante na moralidade: preponderância da sociabilidade sobre a personalidade... Foi só depois da regeneração d'Ele, devida a Clotilde, que de fato Ele formulou o princípio da supremacia do sentimento: que a moralidade consistia fundamentalmente que a moral humana resultava espontaneamente da subordinação dos instintos egoístas aos altruístas, independentemente de qualquer cálculo: resulta diretamente do coração...

A nossa lição de hoje é consagrada à sistematização teórica dos apanhados vulgares a este respeito. Vamos mostrar como por fim a razão científica pôde coordenar, explicar, sistematizar, os apanhados empíricos de todos os tempos, da razão popular: a existência dos instintos simpáticos.

A H. como suscetível de fornecer um verdadeiro Grão-Ser é definida afinal pela preponderância da sociabilidade... A sociabilidade é o atributo por excelência, não só da nossa Espécie, como dos animais superiores: é por ela que a H. se tornou superior ao resto...

Os outros atributos (a inteligência, a atividade, os órgãos do egoísmo) definem a animalidade: e as funções vegetativas são comuns aos animais e às plantas... (C. de 1897) Quanto à atividade, há outros animais superiores... quanto a cada sentido particular, também... Diderot já dizia isso: apenas ele atribuía, segundo os preconceitos da época, a preeminência à inteligência... — Vida é a troca contínua de substância entre o ser vivo e o meio que o cerca... Há duas categorias de seres vivos: os animais e as plantas: estas vivem diretamente do ar e água, e, acessoriamente, terra; aqueles precisam de entes que já viveram: a nutrição os distingue desde o princípio... Daí órgãos especiais para os animais: as plantas não têm órgãos propriamente ditos: uma experiência clássica o demonstra, colocando na terra a parte da planta que estava no ar: as raízes se transformam em folhas, e vice-versa... O animal necessita de órgãos para distinguir o que vive do que não vive, e órgãos de apreensão: de sensibilidade e contratilidade; mas é preciso que ele tenha também instintos que o incitem a procurar o alimento, etc.: enquanto não há separação entre os sexos, só há instinto de conservação do indivíduo... Daí por diante, a existência vai se complicando: desde que o animalzinho não pode nem se nutrir por si, é preciso que haja alguém que tenha amor por ele, logo, altruísmo, a fim que ele não pereça... De todos os animais, o que necessita de mais cuidados na infância é o homem. Se a inteligência, a atividade, e os instintos egoístas, são universais, se o altruísmo só aparece mais tarde, segundo uma indução biológica é ele o mais eminente...

Se a sociabilidade se nos apresenta como o mais eminente dos atributos humanos, e se o espetáculo histórico nos apresenta a subordinação crescente, constante, do egoísmo ao altruísmo, não é menos verdade que a manifestação desses pendores superiores repousa no conjunto da nossa natureza: se concilia com a situação cosmológica, e com o conjunto das leis da animalidade... É nessa subordinação que repousa a sociedade... Como A. Comte dizia: não há almas sem corpo: conhecemos corpos sem alma, mas não almas sem corpo... Isto significa que há corpos nos quais não podemos descobrir diretamente os sentimentos, etc., mas não há corpo algum que apresente esses atributos superiores sem apresentar os outros fenômenos biológicos... as outras qualidades dos corpos... Um ser vivo é um mundo em miniatura, um microcosmo. Encontramos no homem todos os fenômenos mais grosseiros: matemáticos, físicos, químicos, e, além destes, os mais eminentes, a sociabilidade...: tudo se concilia... O conjunto dos fenômenos inferiores serve de pedestal aos superiores... A evolução humana tem consistido em desenvolver essa subordinação do egoísmo ao altruísmo. A sociedade supõe e pode desenvolver essa tendência da sociabilidade, mas não a poderia fazer nascer se ela não existisse: ainda hoje não podemos trazer à sociabilidade senão as outras espécies dotadas de instintos simpáticos. Vê-se também que se a H. não tivesse

altruísmo não podia manifestar esse espetáculo de Sociedade... As dificuldades que a ordem exterior e mesmo a humana oferece, a H. tem transformado em outras tantas fontes de aperfeiçoamento. Já vimos que o desenvolvimento da nossa atividade é devido à dificuldade da nossa alimentação sólida: se é verdade que se a alimentação sólida fosse muito mais simples a nossa evolução seria muito mais fácil, etc., a nossa unidade final não seria tão completa, seria mais imperfeita...: a inteligência não se exercitaria no grau que se exercitou, porque, em virtude dessas dificuldades foi que ela se desenvolveu tanto: a atividade não agiria tanto sobre o M., nem o altruísmo se exercitaria... porque ele se exercita mais quando temos que servir alguém, quando precisam de nós, do que quando ficamos reduzidos a meras efusões; e a inteligência quando temos que meditar modificar... Mas não foram só as dificuldades exteriores que a H. converteu em fontes de aperfeiçoamento, mas também as inerentes à nossa natureza moral...: esses próprios instintos egoístas, que conspiram constantemente contra a sociabilidade, são transformados em outros tantos estímulos para ela. Um dos meios de que a H. se tem servido para subordinar o egoísmo ao altruísmo é aproveitar as reações espontâneas do egoísmo sobre o altruísmo... Em virtude dos instintos egoístas, nós somos levados a procurar os nossos semelhantes; e, à condição para que o altruísmo se exercesse era que os homens se encontrassem, se aproximassem: mesmo dos contatos da guerra resultavam simpatias profundas (v. Ilíada). Por outro lado, notemos que o surto da nossa simpatia, em virtude mesmo dessas condições fatais, não pode ser absoluto é relativo como tudo o mais... Quer se considere o apego, que é um sentimento restrito, quer a veneração, quer a bondade, eles não podem ter um desenvolvimento absoluto uma satisfação absoluta: por um lado, temos que dar uma certa atender às necessidades de, satisfação ao egoísmo: e, por outro lado, marcar um certo limite ao altruísmo.... sob pena de falhar, caindo no vago...

2. Reação da sociabilidade sobre a inteligência.

Reconhecida a supremacia do altruísmo, vamos apreciar as reações do altruísmo sobre as outras funções, e vice-versa.

Mas, antes de tudo, uma observação. A H. não depende só de uma geração, não resulta da solidariedade só, isto é, da união dos indivíduos no presente; Ela é especialmente caracterizada pela continuidade, ligação das gerações sucessivas. Sem essa continuidade, sem o surto da continuidade, não teríamos ciência, nem indústria, nem desenvolvimento moral: ... Cada geração vai herdando das anteriores a soma de conhecimentos, e de aperfeiçoamentos práticos e morais... Essa continuidade não é menos indispensável sob o p. de v. animal, moral... A vida animal é caracterizada pela alternância do sono e da vigília...

Mas, ao passo que a atividade e a inteligência dormem, o sentimento, quer egoísta quer altruísta, não dorme. Mediante o repouso alternado d as duas partes do cérebro: os órgãos da vida animal são sempre duplos, e a continuidade da vida animal é baseada nisso: os órgãos do sentimento dormem por alternância, enquanto uns dormem, os outros estão acordados; e os sonhos mostram isso, porque sempre neles somos dominados pelos sentimentos...

Consideremos agora a reação da sociabilidade sobre a inteligência.

Pode-se dizer que é dela que resulta a primeira das leis mentais que examinamos: a dos três estados. Queremos dizer, não que ela fosse deduzida da sociabilidade, mas que foi a sociabilidade quem criou as disposições, determinou as condições, necessárias para a 1ª lei da evolução mental... As outras espécies não tiveram essa evolução devido principalmente ao predomínio da nossa... Essa superioridade vem da sociabilidade, que faz com que a inteligência seja bem aproveitada, em virtude da continuidade... Ela nos explica a estabilidade entre o objetivismo e o subjetivismo... A representação subjetiva do M. torna-se cada vez mais completa... Isto quer dizer... teológico, metafísico, e positivo... Filosofia de Descartes, Aristóteles, etc., comparada com a de outros mais antigos... Vê-se que em vez do subjetivismo diminuir, cada vez é maior... Mas representam cada vez melhor o M., porque a atividade do aparelho contemplativo fica maior: a meditação se faz sobre materiais exteriores mais abundantes..., ao passo que os nossos antepassados tiravam as ligações do seu interior, e acreditavam que essas ligações eram exteriores, absolutas... Ao passo que o arquiteto que vai fazer um edifício, o poeta, hoje, sabe que as ligações são subjetivas não fez o que está na cabeça dele... mas materiais que são do M. ... É essa a diferença entre o subjetivismo final e o primitivo. O subjetivismo aumenta... Mas à medida que cresce em subjet. as construções subjetivas se aproximam cada vez mais da realidade... A inteligência se torna o seu papel, fazemos a hip. mais simples, etc. Se a hip. muda, é porque a sociabilidade determinou a vida em sociedade, e desde então tornou possível o acúmulo de materiais, e o aperfeiçoamento da inteligência, em virtude do acúmulo de conhecimentos de cada geração, sem o qual não podia haver esse progresso continuado...

De modo que a inteligência deveu o seu desenvolvimento ao sentimento: o que hoje o que nos distingue das outras espécies é a inteligência... não como natureza, mas como produto... — Graças à sociabilidade, o homem se tornou o animal inteligente por excelência... Se o homem é o animal racional por excelência, é porque é sociável por excelência...

3. Reação da sociabilidade sobre a atividade.

A lei da atividade nos explica que prepondera no homem a atividade industrial. Mas porque? Graças à sociabilidade... Foi ela quem permitiu que o homem, em vez de viver para si, vivesse para outrem, sustentado por outrem: cada geração é sustentada pelo Passado, e trabalha para o Futuro... Quem conduziu à possibilidade de transformar a atividade militar em pacífica, foi a sociabilidade. O trabalho no princípio é egoísta... Trata-se hoje de convencer os homens que viver para outrem não é só a lei do dever, é também a lei da felicidade...: quer queiram quer não, estão vivendo para outrem... Pode-se dizer que a máxima positivista viver para outrem nos dá apenas a consciência dessa lei moral...

Foi em consequência da evolução do sentimento que a espécie humana tornou-se não só a mais racional, mas a mais industrial das espécies...

4. Apreciemos agora as reações da inteligência sobre o sentimento.

O sentimento é cego: não tem imaginação nem memória... A memória é uma função da inteligência: conforme é simples ou complexa, é maior ou menor, etc. dela: a memória simples está ligada ao gânglio... O bom senso vulgar apanhou que as boas como as más paixões são cegas... Sem a inteligência, portanto, o homem não pode reconhecer os objetos correspondentes aos instintos altruístas e egoístas, e descobrir os meios de os satisfazer... A. Comte observava que (nós sentimos que) o sentimento não pode julgar as suas próprias situações... Todo mundo sabe a dificuldade de evocar uma emoção, quando ela não nos deixou sinal nenhum que fale à inteligência ou à atividade...: quão doloroso é não poder evocar situações do passado, por não terem deixado as impressões correspondentes... Também para despertar as emoções... Sem inteligência, o homem não podia encontrar, reconhecer, os objetos do seu sentimento, nem reconhecer os meios de servi-los...

5. Reação da atividade sobre a sociabilidade.

Papel análogo o cabe à atividade... É graças à atividade que podemos realizar as condições indispensáveis ao surto do altruísmo... não só satisfazendo diretamente ao mesmo altruísmo, mas ainda indiretamente, restringindo o egoísmo. Nós podemos conhecer, reconhecer, as regras da modéstia, sobriedade, da pureza enfim, ...: quem nos ensina os meios de as realizar é a inteligência; mas não é a inteligência quem realiza, faz aplicar, essas regras, é a atividade agindo sobre o exterior e sobre nós, graças aos impulsos dos instintos altruístas... Há dois processos: repressão dos instintos egoístas, e desenvolvimento do altruísmo. Este é o meio direto e o melhor: quanto mais altruístas, mais puros. O próprio teologismo sentiu a verdade dessa proposição, que o 2º método é o melhor: Tomaz de Kempis diz que "muitas vezes a preocupação de reprimir um instinto egoísta dá um resultado evitá-lo": porque não podemos

reprimir... sem lembrar as cenas, e evocando as cenas que estão ligadas a eles, ficam mais exaltados. Por um lado abatemos, e por outro lado excitamos, ... O moderador normal do egoísmo, é o altruísmo. Devemos é desenvolver o altruísmo, por atos bons, e pela contemplação de atos, quadros bons: é assim que a H. tem vencido todas as lutas, desde o mais remoto passado. Devemos também comprimir o egoísmo: mas é preciso não transformar isso em base da cultura moral: é apenas complemento.

6. Dos diversos instintos altruístas.

Para conceber agora a evolução afetiva, é necessário concentrarmos a atenção nos três pendores simpáticos. O próprio da simpatia é a obediência, a submissão, a subordinação: são os instintos que levam a nos subordinarmos a outros, a fazer consistir a nossa felicidade na felicidade de outrem. (Curso de 1897) Amar é servir, é subordinar-se. Por isso, a Mulher é o ente mais amoroso: basta o fato de ser Mãe, para mostrar como precisa sujeitar-se. Chamo a atenção para o fato da Mulher ser a mais dependente, a mais subordinada, portanto mais altruísta, mais amorosa, o que mostra a sua superioridade... Se por toda parte os fenômenos mais nobres estão subordinados aos mais grosseiros, a escala da dependência é a escala da dignidade... O agricultor é mais simples, mais independente: o banqueiro, mais complexo, mais dependente... Há uma tendência à degradação em querer ser independente, homem ou Mulher. O teórico não deve atuar senão pela convicção e persuasão: e a Mulher só pelo amor, não pela convicção.

O altruísmo é múltiplo: os órgãos altruístas são em número de três conforme as relações em que estamos para com tudo o que nos rodeia. O mais fundamental é o apego, que liga o animal aos seus iguais, pelo qual ele se prende, se subordina aos tipos que lhe parecem análogos a si; a veneração leva o animal a subordinar-se aos tipos que ele supõe ou são superiores a ele sob qualquer aspecto: ambos estes são especiais, tendem a ligar o animal a outro tipo determinado; ... há pois uma escala de veneração e de apego... Finalmente, a bondade, o mais geral de todos, o que os católicos chamam a caridade, e S. Paulo chamava o amor, piedade, subordina a nossa existência aos entes que supomos inferiores a nós, prende o animal aos entes que dependem, necessitam, dele, de qualquer maneira. — Esta ordem, é a ordem da energia deles. — Quanto mais análogos são os objetos a nós, tanto mais perfeito é o culto, porque tanto mais a veneração e a bondade se desenvolvem, cimentadas, estimuladas, pelo apego, que é maior então. — (Curso de 1897) A vida humana se subordina cada vez mais à bondade. A. Comte e tantos outros não hesitaram em sacrificar o seu presente ao futuro da H. ... — Mas esses três instintos não existem no mesmo grau nos diversos animais: alguns podem primar sobre o homem em relação a cada um em separado;

mas na H. é que prevalece o conjunto: no conjunto é que o homem é superior. Se a nossa Espécie prevaleceu, é que de fato Ela devia prevalecer, de fato era superior às outras espécies: este é o fato sintético, apanhado por indução: o papel da verdadeira teoria é sistematizar os resultados do bom senso vulgar... Se a H. existe é em resultado dos instintos simpáticos.

7. Dos graus de unidade social de que o homem é suscetível.

Em virtude desses três instintos, a nossa espécie é suscetível de apresentar três graus de soc., que as outras espécies podem apresentar muito rudimentarmente. Esses três graus constituem três associações, que nós separamos abstratamente, mas que na realidade estão ligadas entre si, formando uma hierarquia, porque dependem umas das outras...

A primeira é a Família. Resulta do apego, do qual a forma mais forte é a união conjugal. Aí, como nas outras, existe a veneração e a bondade, há a combinação de todos os outros instintos...; mas, o instinto que a funda é o apego. As tendências analíticas da nossa época fazem esquecer de ver em conjunto as condições de conjunto...: é preciso não esquecer que quando dizemos que o apego funda a Família não quer dizer que os outros instintos todos, como dissemos, não encontrem aí a sua satisfação; mas o que prepondera, o especial que a funda, é o apego; o mais enérgico dos laços de Família é o laço conjugal, (em virtude do altruísmo e do egoísmo), e ele se opera essencialmente em torno do apego. (Curso de 1897) A união conjugal é a mais perfeita das amizades, porque entre dois homens ou duas mulheres há possibilidade de rivalidade, na hipótese de aspirarem por um objeto comum... Na vida coletiva, o apego nos liga ao Presente, a veneração ao Passado, a bondade ao Futuro: nunca porém há só apego, ou só veneração, etc., ou só nutritivo, etc.: todos estão combinados, e um predomina.... Na união conjugal, por ex., predomina o apego, mas o marido também tem veneração pela Mulher, porque Ela lhe é superior pela ternura e pureza, faz para com ele o papel de Mãe, ela tem bondade para com as imperfeições dele, etc.; por outro lado, ela o venera como mais enérgico, ele tem para dela como mais fraca: papel de Pai... Vê-se pois a realidade do verso: "Virgem Mãe, filha do teu filho". A Mãe está ligada ao filho também pelo instinto materno, mas o que prepondera é a bondade; o filho é ela pelo nutritivo, mas o que prepondera é a veneração; e, quando ela envelhece, passa a ter veneração, e ele bondade. — A Família é o agrupamento de indivíduos em torno da Mulher; mesmo na poligamia dá-se isso: são várias Famílias ligadas por um chefe comum; a prole é... — A Pátria é a segunda associação. Aí a atividade tem um papel principal, especial; mas a veneração é o elemento altruísta que opera a ligação... — A 3ª, a Igreja, é o grupo mais vasto, é a união das Pátrias. A união das Pátrias a princípio foi obtida pela violência... Mesmo na Família, no começo o homem tem direito sobre todos...; mas não é isso que encanta... senão o apego, o altruísmo...

Espécies que não têm veneração: o macaco, que não se subordina... A união, portanto, é essencialmente altruísta... Para conceber a Família, o papel da inteligência é secundário; na vida ativa, prática, já é maior; mas na H. ..., nesta ligação suprema, a inteligência tem um papel enorme, onde atinge o seu desenvolvimento máximo, e o sentimento ainda mais, pois aí na vida da H. é também que a bondade prevalece... Nunca houve Pátria abrangendo o Planeta inteiro: só a H. Sem o recurso da inteligência, não podemos conceber o conjunto dos povos, mesmo os que vivem hoje, quanto mais os do Passado...

Em resumo, conclui-se que a sociabilidade foi a causa e é a medida do nosso verdadeiro progresso... Qualquer aperfeiçoamento teórico (científico ou estético) ou prático que não redundar em acréscimo de aperfeiçoamento moral, não é um progresso, ou então é provisório. O critério do progresso é o critério moral. No momento atual, esta consideração tem muita importância. Nós latinos... Os indivíduos que governam, e não estão nos cargos de governar, ficam entusiasmados é com o progresso material de outros negócios, e aparente superioridade intelectual delas... vaidade...: não tem objetivo, é um verdadeiro Proteu: vaidade de tudo... Uma das preocupações dos nossos é aumentar o povo brasileiro... Este resultou de uma certa evolução...: foi formado pelo português, o africano e o selvagem...: vai crescendo lentamente... Compreende-se que o povo possa ser aumentado pela introdução de um Francês, um Japonês, etc., porque ele perde-se na massa; mas agora trazer uma massa de Japoneses, etc., e dizer que eles desde que pisam aqui são brasileiros... Isso é como se quiséssemos transformar ouro em ferro... Devemos subir do p. de v. patriótico ao universal: trata-se de fornecer aos outros povos aquilo de que eles carecem, e eles a nós... O resultado são pátrias novas, pátria alemã, etc., que se desenvolvem dentro do Brasil. Por ora são católicos e protestantes: mas imagine-se se vêm chins, japonezes, etc. No momento atual é um perigo. A dificuldade de harmonizar esses povos diferentes... Se os nossos estadistas hoje custam a compreender a questão política quando só reduzidos a brasileiros, imagine-se quando a situação se complicar... Além disso, a alteração do caráter fundamental do povo... Dizia-vos eu: essa questão da supremacia do altruísmo é capital. Os nossos estadistas deixam-se fascinar pelo desenvolvimento material, aparente superioridade intelectual, dos outros povos, e querem rivalizar... caso da rã com o touro... Acham também que é preciso sangue novo, e julgam que deve ser o dos povos do norte: cães os mais ricos...; considerando, porém, o p. de v. afetivo, o quadro logo muda. Consideremos a Alemanha. Mas o povo alemão é superior ao brasileiro como sociabilidade? Lá há mais liberdade? Os homens lá são mais irmãos? mais gratos? O governo governa mais brandamente? Na ordem doméstica: lá os maridos são melhores? as esposas mais dedicadas aos filhos, etc.? Reconhece-se logo que não

há superioridade nenhuma... Intrinsecamente, a inteligência do alemão é superior à nossa? Verdade que ainda não tivemos um Goethe; (... eles têm... mas eles devem ao dom. de H. isso...) Então, o que temos que invejar? Porque as nações do sul não aceitaram o protestantismo... A sociologia há de vos explicar por que razão os povos do sul ficaram católicos. Porque estavam mais adiantados no p. de v. social e moral. Quando se deu a ruptura protestante, pôs-se este problema: ou os povos vão se dedicar ao desenvolvimento da ciência e da indústria, mas com sacrifício da sua moralidade; ou vão tratar de conservar os resultados morais da I. Média. Foram esses os papéis do Norte e do Sul. O protestantismo, além de repelir o culto da Virgem e dos Santos, restabeleceu o divórcio, etc. Por isso os povos do Sul repeliram essa emancipação, aliás inferior àquela que eles já tinham. Pois o que representa, no Sul, a independência de um Dante? Ele usurpou as funções mais elevadas do sacerdócio católico: pôs papas no inferno, e colocou S. Tomaz de Aquino no paraíso antes que fosse canonizado... Um homem que, como S. Tomaz, argumenta sobre a própria existência de Deus, é mais grave do que interpretar trechos da Bíblia... Apenas aparentemente... é que se pensa que o protestantismo veio trazer maior liberdade de pensamento: liberdade só de interpretar a Bíblia... Era preciso que a porção sacrificada ao surto analítico fosse a menor possível... A Espanha se concentrou especialmente em defender os resultados morais da I. Média: os hábitos cavalheirescos, o culto da Virgem, etc. ... S. Inácio de Loiola... Mas nessa Espanha que se pinta como (país do despotismo?), que maior liberdade do que a que se vê em D. Quixote? Cervantes fez na Espanha o que Dante fizera na Itália... Haverá maior crítica do que a de Sancho Pança na ilha da Barataria? ... Foi sempre lido em toda a Espanha... Não ridicularizou a cavalaria...: se imaginarmos D. Quixote no tempo da cavalaria, era tipo perfeito. Se os povos do Sul não acompanharam o progresso industrial, progresso prático, é que ele era à custa do progresso moral. A concepção protestante desorganizou a própria sociedade: restaurou o divórcio, o que foi um regresso; retrogradou ainda na constituição política da sociedade, fazendo voltar à confusão dos dois poderes, pelo ascendente dos chefes práticos. Foram todos esses resultados sociais, políticos, e morais, que fizeram com que o Sul permanecesse católico. Em troca de uma emancipação que eles já tinham há muito tempo. ... D. Juan é tipo espanhol... O que afastou as raças meridionais desse desenvolvimento prático e intelectual, foi o p. de v. moral. Eles ficaram à espera que a ciência e a indústria se acabassem... E o povo francês, católico, foi que completou esse desenvolvimento da ciência; foi lá que fundou-se o, desenvolveu-se o religioso da H. ... O dogma católico exige para ser compreendido um esforço mental tão grande como qualquer concepção científica. Não temos pois razão nenhuma para preferir a

situação do Norte à nossa, nem também devemos olhar para os protestantes com orgulho; temos que olhar para eles como irmãos. Eles se sacrificaram ao bem estar do Ocidente. Convinha que a população sacrificada ao surto analítico fosse a menor possível. Foi melhor que o resto do M. ficasse católico. Os católicos vão agora ter a vantagem de passar do Catolicismo para o Pos. sem ter passado pelo protestantismo nem pelo deísmo... Nós estamos por este lado bem: raça espanhola e portuguesa, selvagens e africanos... Esses ascendentes facilitam a vitória do Positivismo no Brasil... osso o concurso que a nossa raça tem que prestar. Isso explica a difusão do Poz. no Brasil: são os antecedentes afetuosos dos brasileiros que explicam... Mas, além disso, aqui não temos que lutar com certas classes: a nobreza, o clero.... Portanto, não há nada de fortuito no fato do Brasil nos apresentar sob esse aspecto... Estas considerações vos fiz para chamar a vossa atenção para que todos os progressos devem ser apreciados, condensados, no progresso afetivo, moral... Nas lutas entre o Patriciado e o Proletariado aqui no Brasil, não... Para cons. o... a população, brasileira, temos que entrar com a influência positivista que já dura há quase uma geração. Todo mundo sabe: o próprio jornalismo já emprega as fórmulas positivistas...: basta ver a atitude dos governos...: a tendência é para resolver as questões pacificamente. Nos movimentos grevistas... Tudo resulta da índole do povo brasileiro, sistematizada pela propaganda positivista. Mas como essa propaganda consegue superar... anarquia... do Ocidente? É graças à índole boa do povo brasileiro...

(Curso de 1897) A H. foi precedida pela Igreja. Igreja: união de sentimentos, pela crença comum. Mesmo nas tribos selvagens, nota-se essas associações: em torno da Mulher, do Cacique, e do Pajé. Tentam coordenar tudo, no princípio, em torno da Família; depois, da Pátria, mas isso conduz ao egoísmo nacional... Apareça um Frederico, um Danton, um Cromwel, e veremos a fraternidade substituir a vaidade atual pelo verdadeiro civismo... A 3ª associação, a Igreja, vai até onde pode existir a comunhão dos cérebros...

II

Demonstração da 9ª lei.

1. Enunciado da lei.

Vejamos agora... a evolução que essa lei... porque essa lei mereceu.

Ela tem, como já vimos, dois enunciados. O 1º enunciado era que a evolução passava por três fases: cívica (antiguidade), coletiva (I. Média), universal Pozit.. — Mas notai que na I. Média a aspiração já era para uma religião universal, como a palavra diz: católico quer dizer

universal. Isto, é o maior título de glória, e a maior crítica, do Catolicismo. — Foram estas razões do espetáculo histórico que levaram A. Comte a esse enunciado.

Mas depois Ele substituiu por este outro, mais sistemático, que se encontra no IV t. da Pol. Poz.: a sociabilidade é primeiro doméstica, depois cívica, e enfim universal. Este duplo enunciado tem a vantagem de mostrar que muitas vezes as descobertas que parecem mais fáceis são difíceis...

2. Vejamos o surto da sociabilidade.

Para compreender o surto da sociabilidade, é preciso que lembremo-nos das dificuldades, já do exterior (agruras da situação planetária), e das resultantes do interior (egoísmo): se a situação fosse melhor, seria mais rápida a evolução que a H. teve de efetuar às cegas.

Nessas condições, é preciso considerar os dois aspectos que a cultura espontânea tem.

Nossa cultura moral, mental e prática, oferece duas fases de desenvolvimento, em graus diferentes... espontânea... A 1ª fase preparatória, desde o nascimento aos 21 anos; a 2ª começa aos 21 anos, quando a vida cívica se inicia, e vai até à morte. Pode-se dizer que nesse 2º período começamos por nossa conta a experiência que a solicitude de nossos Pais nos... — Se considerarmos nas origens o surto da sociabilidade, vemos que começa pela veneração, pelas reações do instinto nutritivo... começa pelo apego, mas não é o que prepondera: o instinto nutritivo reage especialmente sobre a veneração. A criança precisa do ente superior a ela... O instinto mais enérgico, o nutritivo, então reage sobre a veneração: a criança descobre a sua Mãe como o ente que prepondera em tudo, domina tudo e todos; é quem lhe dá o alimento e as carícias. Vem depois o apego: todo o mundo sabe como as crianças são agarradas com as Mães. — Mas depois o apego tende a desenvolver-se quando surgem os irmãos. — A bondade também vai sendo despertada gradualmente, primeiro para com os objetos exteriores em que ela sente inferioridade; depois em relação à irmã: desperta a bondade... — Esboça-se assim a nossa cultura dos três instintos simpáticos, começando pelo da veneração, o apego e a bondade subordinados a ela. Esta situação dura até que a influência da vida prática começa a se fazer sentir.

Aí começamos a fazer a nossa cultura pelo desenvolvimento do apego na união conjugal. Esse desenvolvimento foi decisivo para o surto do nosso sentimento... É nela, nessa união, que a Mulher e o homem aprendem a se conhecer. Ela tende a persistir...

Os instintos egoístas não tendem senão a instituir a relação: eles criam a situação, mas quem mantém a união é o apego. A. Comte a define: a mais perfeita das amizades, embelezada por

uma incomparável posse mútua. A união torna-se indissolúvel, não é em virtude de lei nenhuma: as leis só servem para cimentar o que a natureza fez...

Se é verdade que o fundo da união conjugal é o apego, se acha exaltado de parte a parte pela veneração e a bondade, que são desenvolvidas também. A Mulher é levada a venerar seu marido, reconhece a sua superioridade física, mesmo intelectual, nele repousa a sua existência material, ele tem para com ela a solicitude materna; mas, por outro lado, ele solicita a sua bondade: faz com que a Mulher se apiede dele que sofre as agruras da vida pública, tem pena também das suas imperfeições; e tendem as funções conjugais a se transformarem em função materna... Também, por outro lado, o apego é aist. desenvolvido no homem pelas reações da veneração e da bondade. A Mulher é apreciada pelos dotes que ele não possui, e são os dotes mais elevados...; mas sente a fragilidade física... Isso já contribui para a manutenção da união conjugal... A barreira com que o Poz. esbarra hoje é isto: é muito bonito, mas não se executa. Também a eletricidade era inexequível, e hoje está aí... A Mulher, como mais delicada, tem deveres que o homem não tem... Ela não pode pretender ser o que o homem é... Por mais elevado que o homem seja, não pode desempenhar as funções morais femininas. ... Esta situação, criada pelo apego, faz desenvolver os nossos outros instintos altruístas, pelas reações sobre os outros indivíduos com quem estamos em contato. O homem aprende mais a conhecer e amar sua Mãe pelo conhecimento da Esposa: aí vai ver a dedicação de sua Mãe para co ele; a Mulher vai conhecer o seu Pai através do marido. Em vez do casamento produzir desamor pelos Pais, próprios ou do outro cônjuge, aumenta esse amor... Foi assim que nas épocas primitivas a Mulher contribuiu para a conservação dos velhos... Por outro lado, os filhos que surgem... O sentimento do homem é mais indireto em relação ao filho: ele ama o filho por amor da Mãe; a Mulher encontra neles um objeto de dedicação... A solicitude especial da Mãe é em relação aos filhos; a do Pai, para com a filha. Os filhos desenvolvem a bondade, mas também o orgulho e a vaidade... Pelos filhos, continuidade da Família: pelas filhas ela se dissolveria... (Curso de 1897) Na Família o homem desenvolve a sobriedade, porque tem de repartir o alimento...: o caráter, a inteligência...

Portanto, na Família forma-se a cultura de todos os nossos instintos. O homem tende a sair da Família...; mas, por outro lado, tende a se concentrar na Família: é o egoísmo de família, que Augusto Comte diz que deve se chamar altruísmo de família.

Mas essa união não dura, não é estável, fatalmente: os filhos e filhas vão se casar, a Família tende a se confundir com as outras... Uma unidade superior surge, na vida cívica... Entretanto a veneração sofre o seu primeiro abalo decisivo é na vida pública... Na Família, a veneração

e a bondade são contidas pelo apego... (Curso de 1897) As qualidades graçam tanto que em breve a Família não basta para contê-las... O homem então procura outro círculo...

3. Desenvolvimento da sociabilidade, mediante a preponderância da veneração.

A vida cívica, quem a desenvolve e determina.. são as necessidades, dificuldades, da vida prática, real, vida guerreira no começo. A vida social, a guerra, faz surgir e patentear as desigualdades sociais: a superioridade resulta logo aos olhos na vida guerreira, portanto é a veneração que tende a prevalecer. (Curso de 1897) As Famílias precisam de um chefe...: o chefe não se encontra sem veneração...

Os outros instintos tendem a se subordinar de parte a parte. Ele oferece para a veneração um estimulante extraordinário. — Mas a sociabilidade dá lugar ao desenvolvimento das superioridades, das desigualdades, e a evolução humana aumenta cada vez mais essas diferenças: tipos cada vez mais afastados do comum... Assim, a distância que existia entre um Pajé e o comum dos guerreiros, é muito menor do que entre um Homero, um Ésquilo, e a massa dos gregos, entre um Descartes e a massa dos franceses, etc. A veneração vai encontrando objetos mais determinados...

Esta vida ativa desenvolve a Pátria: concurso de Famílias com um fim determinado... — O ascendente prático se reconhece com muito mais facilidade do que o ascendente teórico. Qual o teórico que já adquiriu em vida o prestígio de um César, um Trajano, um Cromwel? Os inventores industriais conquistam um prestígio que não têm os descobridores teóricos. Porque são serviços inferiores, mas muito mais ao alcance de todos. Então a vida militar tende a desenvolver a veneração pelo reconhecimento dos... grandes (?) tipos de valor... Mas a bondade também se desenvolve, sobretudo no chefe, e mesmo na massa geral, pela instituição da escravidão... (Curso de 1897) O apego se desenvolve principalmente, porque tem para aplicar-se todos os membros da Pátria, pela fraternidade... — Este círculo por sua natureza é estreito. Forma-se o egoísmo de Pátria, o egoísmo nacional: o homem tende a pôr a sua Pátria acima de tudo... Mas, assim como a Família tende a difundir-se nas outras, a Pátria também tende a confundir-se com a Espécie inteira. Assim como a cultura dos instintos altruístas na Família conduz à ..., formação, da Pátria, assim também o surto intelectual sob a influência da atividade levou a conceber a Espécie inteira como formando um todo harmônico. É a bondade, servida pela inteligência, e baseada no aperfeiçoamento do exterior, ... que permite conceber a H.

(Curso de 1897) Uma das reações da vida cívica: proibição dos incestos. — Os instintos altruístas desenvolvidos tendem a transpor os limites da Pátria: então a bondade põe o

problema da comunhão geral. Desde o período teocrático há essa aspiração à fraternidade universal. Até os gregos civicamente...

4. Desenvolvimento da sociabilidade pela preponderância da bondade.

As condições cósmicas da Terra permitem que todos os povos entrem em contacto... Ao mesmo tempo que a inteligência nos revela a analogia que há entre nós e as outras espécies... É só a inteligência que nos permite pôr-nos em relação com todo o Passado, Futuro e Presente... servindo, servida pela, a bondade.

Mas esse desenvolvimento da bondade reage sobre os outros instintos, apego e veneração.

Purifica o civismo e a vida doméstica. ... A filantropia... Para nos resignarmos de nossa Família não ser a primeira: nosso ideal é que ela contribua como puder para a sociedade, que esteja em harmonia com as outras. Com a Pátria é o mesmo. Não aspiramos ser o 1º povo: a aspiração é que a nossa Pátria possa ser em benefício de todas as outras o que elas necessitam. A Pátria está ligada à terra, as condições cósmicas são diferentes: devemos, aceitando as fatalidades de cada uma, procurar tirar dela tudo o que puder dar.

5. Concepção do dever. — Moral.

O resultado é que, como as Famílias, tendem a se equilibrar todas as Pátrias, pelo concurso da veneração e da dedicação: veneração dos fracos para com os fortes, dedicação dos fortes pelos fracos. Basta que a ciência resida nas alturas, dizia Clotilde. ... Basta que surja um Arquimedes... Sentimos a nossa inferioridade..., mas, na Posteridade, as inteligências assimilam tudo o que Arquimedes fez e abrangem tudo... e podem realizar mais do que ele...

(Curso de 1897) Na palavra dever há a noção e o sentimento. A noção de dever é: o concurso que cada um presta à H. Quanto ao sentimento, é o equilíbrio que se manifesta no cumprimento desse dever. O sentimento do dever não resulta só da subordinação do egoísmo ao altruísmo. O dever é a meta suprema que resume essa marcha do sentimento. — A medida de cada civilização é o altruísmo. — Não há raça que esteja em condições afetivas e de caráter como a espanhola...: seja exemplo a revolução holandesa, as descobertas marítimas.

6. Evolução da sociabilidade. — Apego: Família; veneração: Pátria; bondade: Universalidade, Humanidade.

É essa dedicação de todos por um e de um por todos que torna possível o desenvolvimento total da Espécie Humana, a felicidade de todos. Quem fez isso? O Positivismo? Não, a H. O

Poz. chegou na época própria para sistematizar isso. Todos os homens são positivistas em certo grau...

Notarei agora que essa convergência de todos os povos, através de todas as perturbações, tinha se desenvolvido por núcleos, povos, separados. A H. começou a se formar... no século XVI, com as descobertas: Colombo, etc. ... A H. inteira condensa-se no Ocidente hoje... Por isso é que A. Comte foi levado ao 1º enunciado: cívica, coletiva, universal. A H. está ainda em formação; cada vez mais aproximada do termo final...

7. Medida sintética da evolução afetiva: a Mulher.

Assim como vos disse que a síntese de todos os progressos era a sociabilidade, a síntese, o critério da sociabilidade é a Mulher... Avalia-se o grau de sociabilidade pela situação DELA... Se tudo quanto há é criação da H., o mais artificial, em que a H. resumiu todos os seus esforços, foi a constituição do tipo Feminino. Os progressos convergem todos para o aperfeiçoamento da natureza e da situação da Mulher. — Para resumir: o maior progresso político é a separação dos dois poderes, espiritual e temporal... A instituição do Sacerdócio, que forma um termo médio entre o homem e a Mulher, teve por fim principal transportar para a vida pública a influência doméstica, privada, da Mulher. Ação sacerdotal: pelo sentimento e inteligência, persuadindo e convencendo. O homem prático representa a sistematização da atividade por meio da força bruta; o Sacerdócio é o elemento masculino sistematizando a atividade unicamente por meios morais. A organização desse elemento repousa no ascendente feminino. No acréscimo da dignidade da Mulher. (Curso de 1897) O grau do progresso é dado pela posição da Mulher, sua concentração crescente no lar, reação no lar, organização da Família. A organização republicana no Brasil é superior à monárquica: não podia ser tutora dos filhos, nem fiadora, ...

III

Apreciação sintética das três leis.

1. Supremacia afetiva.

A conclusão de todo este estudo... resume a última das leis dinâmicas e todas as mentais..., e mostra logo a solidariedade das três leis..., como tendo... uma consistência incomparável...

2. Impossibilidade da plena harmonia afetiva fora do estado definitivo: ciência e indústria.

A lei intelectual... resulta da nossa evolução afetiva: e, não é possível satisfazer às nossas necessidades afetivas sem a construção da ciência e da indústria... — De modo que nos

tornamos, podemos tornar, mais simpáticos porque nos tornamos mais sintéticos e mais sinérgicos.

3. Antecipação do sentimento, quanto à realização desse estado.

Recordei que o sentimento antecipou essa fraternidade de todos os povos antes que a ciência a concebesse, e a atividade a pudesse realizar... — Só o Poz. vem resolvê-la...

4. Convergência das evoluções, teórica e prática, para esse destino.

5. Das perturbações desse estado.

Mas ainda hoje a H. está exposta a verdadeiros cataclismos, pela cegueira da inteligência... Mas, apesar dessa cegueira, o homem se agita e a H. o conduz: e, se Ela caminhou assim até hoje, como é que podemos ter dúvida a respeito do futuro da H.? O conjunto dos instintos egoístas, os extravios da inteligência, perturbaram a marcha; mas tudo conseguiu, graças ao amor. O grito de Danton, de l'audace, encore de l'audace, toujours de l'audace se aplica hoje ao amor: precisamos amor, mais amor, e ainda amor... Não temos que recorrer à violência.

6. Combinação das três leis estáticas com as três leis dinâmicas. — Lei sintética que resume as três: o homem se torna cada vez mais religioso.

Estas três leis convergem, se resumem, numa só: o home se torna cada vez mais simpático, mais sintético, e mais sinérgico, isto é, cada vez mais religioso.

O homem foi sempre um animal religioso, sempre ligado ao exterior; e a evolução consiste em torná-lo cada vez mais religioso, cada vez mais ligado ao M. e aos entes que o rodeiam.

7. Aptidão do Espaço a caracterizar esta lei: a adoração do Espaço define o estado de pleno relativismo, de completa atividade pacífica, de perfeita harmonia afetiva.

A contemplação do E. nos lembra as três leis. — Quanto à lei mental, devemos ver no E. as construções do período fetichista, depois as do abstrato, e enfim as do positivo. Vemos também a coexistência dessas três fases. — Quanto à lei da atividade, também se apresenta no E. O E. foi sempre o espelho do que se passava na Terra. Vão se apagando as nebulosidades teológicas... — No sentimento também. Os tipos que a H. criou foram a princípio domésticos...: (os lares tenderam a se transformar em deuses domésticos, depois estes tendem a... cívicos. Assim, o deus de Abraão passou a ser o deus do povo hebreu... Depois o deus de Moisés tendeu a ser universal...). Mas só se tornou completa quando a simpatia tornou-se universal graças ao predomínio das construções teóricas e estéticas... ... O 1º grupo define o estado de equilíbrio cerebral, e o 2º a evolução contínua dessa unidade.

O 1º define as condições da unidade mental: tudo se resume na imagem da H.; o 2º nos dá a evolução, o desenvolvimento, dessa unidade: a continuidade. Vamos agora estudar o grupo mais objetivo.

ÍNDICE

Aviso ao leitor ..... f. I

Lição 1ª ..... f. 2

- 2ª ..... f. 11
- 3ª ..... (1º gr.) f. 35
- 4ª ..... (-) f. 48
- 5ª ..... (-) f. 59
- 6ª ..... (2º gr., 1ª série) f. 68
- 7ª ..... (-) f. 78
- 8ª ..... (-) f. 91
- 9ª ..... (2º gr., 2ª série) f. 102
- 10ª ..... (-) f. 117
- 11ª ..... (-) f. 131